



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV SUP. B AO Nº 157, QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2020

ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS INCÊNDIOS DETECTADOS NO BIOMA PANTANAL

Ata da 4ª Reunião, realizada em 30 de setembro de 2020	4
Ata da 5ª Reunião, realizada em 2 de outubro de 2020	48
Ata da 6ª Reunião, realizada em 7 de outubro de 2020	84
Ata da 7ª Reunião, realizada em 9 de outubro de 2020	132
Ata da 8ª Reunião, realizada em 13 de outubro de 2020	169
Ata da 9ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2020	195





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS INCÊNDIOS DETECTADOS NO BIOMA PANTANAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e três minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal com a presença dos Senadores Simone Tebet, Nelsinho Trad, Soraya Thronicke, Esperidião Amin e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Luiz do Carmo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 7, de 2020** que: "Requer que seja convidado o Senhor Valdir Colatto, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, a comparecer a esta Comissão, a fim de participar, juntamente com outras autoridades de audiências públicas e reuniões técnicas, no âmbito desta comissão." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 8, de 2020** que: "Requer seja convidado o Senhor Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as medidas adotadas pelo Governo para contenção e prevenção das queimadas no Pantanal, assim como para apresentar subsídios acerca da adequação da legislação atual que rege as políticas de proteção da flora e fauna da região, de modo a identificar o real anseio do povo pantaneiro." **Autoria:** Sen. Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 9, de 2020** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater com as entidades interessadas as melhores alternativas para o Pantanal, assim como os desdobramentos das ações necessárias e analisarmos juntos as providências para evitar novas queimadas, além de monitorar as ações de proteção da fauna e da flora, das populações diretamente atingidas e do impacto na economia da região." **Autoria:** Sen. Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº 10, de 2020** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a inclusão da aviação agrícola nas diretrizes e políticas governamentais de combate a incêndios florestais, conforme proposto no Projeto de Lei nº 4629, de 2020." **Autoria:** Sen. Carlos Fávaro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento Nº 11, de 2020** que: "Requer envio de ofício à Presidência do Senado Federal a inclusão de pauta no Plenário do Projeto de Lei nº 4629/2020." **Autoria:** Sen. Carlos Fávaro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento Nº 13, de 2020** que: "Requer a realização de audiência pública com os seguintes convidados: Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República; Senhor José Antônio Borges Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso; o Senhor Alexandre Magno Benites de Lacerda, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento Nº 14, de 2020** que: "Requer a inclusão de quatro convidados para a diligência externa a ser realizada neste sábado em Corumbá/MS." **Autoria:** Sen. Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realização de audiência pública para avaliação da efetividade das operações e medidas de enfrentamento. **Participantes:** Sr. Eduardo Fortunato Bim,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (representante de: Ministério do Meio Ambiente); Sr. José Carlos Mendes de Moraes, Chefe do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo); Sr. Alexandre Lucas Alves, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); Prof. Dr. Paulo Teixeira de Sousa Jr, Coordenador-Geral do Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP); Sr. Marcelo Bertoni, Diretor-Tesoureiro da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul); e Sr. Normando Corral, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/09/30>

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 2.187, de 2020, que tem por objetivo acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal e também seus desdobramentos, as providências para evitar novos focos de incêndios, a limpeza dos locais já atingidos, a proteção das populações diretamente atingidas, da economia, da fauna e da flora e também a transparência das atividades coordenadas pela Operação Pantanal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função “levantar a mão” do aplicativo e que a ordem de fala será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e por último aos Parlamentares não membros da Comissão.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas das 2ª e 3ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário, o façam através do *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, as atas estão aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e à realização de audiência pública para avaliação da efetividade das operações e medidas de enfrentamento das queimadas.

Passamos inicialmente à leitura dos requerimentos pautados, para que, em seguida, façamos a sua votação em bloco.

1ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 7, DE 2020**

Requer que seja convidado o Senhor Valdir Colatto, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, a comparecer a esta Comissão, a fim de participar, juntamente com outras autoridades de audiências públicas e reuniões técnicas, no âmbito desta comissão.

Autoria: Senador Esperidião Amin.

1ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 8, DE 2020**

Requer seja convidado o Senhor Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as medidas adotadas pelo Governo para contenção e prevenção das queimadas no Pantanal, assim como para apresentar subsídios acerca da adequação da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

legislação atual que rege as políticas de proteção da flora e fauna da região, de modo a identificar o real anseio do povo pantaneiro.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke.

1ª PARTE**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 9, DE 2020**

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater com as entidades interessadas as melhores alternativas para o Pantanal, assim como os desdobramentos das ações necessárias e analisarmos juntos as providências para evitar novas queimadas, além de monitorar as ações de proteção da fauna e da flora, das populações diretamente atingidas e do impacto na economia da região.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke.

1ª PARTE**ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 10, DE 2020**

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a inclusão da aviação agrícola nas diretrizes e políticas governamentais de combate a incêndios florestais, conforme proposto no Projeto de Lei nº 4629, de 2020.

Autoria: Senador Carlos Fávaro.

1ª PARTE**ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 11, DE 2020**

Requer envio de ofício à Presidência do Senado Federal a inclusão de pauta no Plenário do Projeto de Lei nº 4629/2020.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Carlos Fávaro.**1ª PARTE****ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 13, DE 2020**

Requer a realização de audiência pública com os seguintes convidados: Senhor Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República; Senhor José Antônio Borges Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso; o Senhor Alexandre Magno Benites de Lacerda, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.**1ª PARTE****ITEM 7****REQUERIMENTO Nº 14, DE 2020**

Requer a inclusão de quatro convidados para a diligência externa a ser realizada neste sábado em Corumbá/MS.

Autoria: Senador Nelsinho Trad.

Com isso, consulto os Srs. e Sras. Senadoras para saber se alguém deseja discutir esses requerimentos que estão em pauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passemos à votação.

Proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação em bloco de todos os itens da pauta. *(Pausa.)*

Havendo concordância, passemos à apreciação em bloco dos itens pautados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário, o façam através do *chat* e aplicativo. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem se manifeste, estão aprovados todos os itens da pauta.

Dando início, eu gostaria de pedir aqui à TV Senado que coloque um vídeo sobre o Pantanal para que todos possam ter um pouco de conhecimento do que está acontecendo neste momento no nosso Pantanal de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Pausa.)

O SR. EDUARDO FORTUNATO BIM – Senador, o senhor está com o microfone desligado. Desculpa, Senador Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dando início a nossa audiência pública, informo que estão presentes os seguintes convidados: Sr. Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), representando o Ministério do Meio Ambiente; Sr. José Carlos Mendes de Moraes, Chefe do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), que está acompanhado também do Sr. Márcio Ferreira Yule, Coordenador Estadual do Prevfogo/MS e do Sr. Yugo Marcelo, Coordenador Estadual do Prevfogo/MT; Sr. Alexandre Lucas Alves, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional, que está acompanhado do Sr. Wesley de Almeida Felinto, Chefe de Gabinete e do Sr. Antonio Hiller, Coordenador do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres; ainda, o Prof. Paulo Teixeira de Souza Júnior, Coordenador-Geral do Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP); Sr. Marcelo Bertoni, Diretor-Tesoureiro da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul); Sr. Normando Corral, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato).

Eu quero agora, inicialmente, conceder a palavra ao Sr. Eduardo Fortunato Bim, do Ibama, pelo tempo de sete minutos, para que faça a sua exposição. É claro que teremos alguma tolerância, se for o caso.

Com a palavra, então, Eduardo Fortunato Bim.

Eu quero registrar, inclusive, que nós estivemos há poucos dias aqui no Pantanal do Mato Grosso do Sul, quando fomos lá, *in loco*, junto com o Ministro Salles, acompanhar o trabalho de combate aos incêndios, inclusive com a vinda de mais brigadistas, mais helicópteros, mais equipamentos para que pudéssemos minimizar essa situação tão grave por que nós passamos no Pantanal.

Ontem, inclusive, em Cuiabá tivemos o recorde da nossa temperatura, com 44 graus, umidade relativa do ar hoje por volta de 17%. Em Cáceres hoje também deveremos ter a mesma temperatura, 33, 34 graus. Então, os incêndios ainda, infelizmente, por mais trabalho que seja feito pelos brigadistas, pelo Corpo de Bombeiros, pela Marinha, por toda essa estrutura, pelos voluntários, mesmo assim, como não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram as chuvas que estavam previstas pela própria Agência Nacional de Águas, com todos os instrumentos de satélite...

Por isso, eu quero, de qualquer forma, registrar e agradecer a presença aqui de vocês. Com certeza também vamos cuidar para que a gente possa fazer todo o trabalho após todos esses incêndios que estão acontecendo.

Então, com a palavra o Presidente do Ibama.

O SR. EDUARDO FORTUNATO BIM (Para expor.) – Obrigado, Senador. Obrigado a todos os Senadores e Senadoras presentes. Eu quero mandar um agradecimento, em especial, ao Senador Contarato, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado. É uma honra tê-lo aqui conosco, acompanhando esse tema.

Sem dúvida, a situação do Pantanal é uma situação totalmente atípica. A gente teve uma seca, nas últimas cinco, seis décadas, a maior seca, um período de estiagem que nunca foi visto antes. Na semana passada, na viagem que fizemos para o Mato Grosso, na região de Poconé, o pessoal do Prevfogo falou que eles nunca viram uma situação de tanta escassez de água, de tanta secura, de tanta facilidade para queimar matéria orgânica, enfim, queimar a vegetação.

Particularmente, eu acabei ajudando, fui estagiário por cinco minutos com o pessoal brigadista do Prevfogo. Peguei um abafador e fui utilizar para ajudar a apagar uma chama pequena, a favor do vento, nada significativo em termos de perigos que se enfrentam no dia a dia do combate ao incêndio, uma chama de 10cm no máximo, e parecia que as portas do inferno estavam abertas.

É uma situação, uma profissão, um trabalho perigoso, é um trabalho desgastante, é um trabalho que precisa ter treinamento. Eu sempre friso isto: não tente apagar o fogo sem treinamento, sem apoio, sem equipe, porque pessoas experientes... Nós tivemos uma baixa este ano, uma perda de um servidor do ICMBio, servidor Wellington, experiente, 11 anos, instrutor de Prevfogo, mesmo assim ele acabou sofrendo um acidente e vindo a falecer combatendo o fogo. Não foi no Pantanal, mas só para dizer que combater fogo exige treinamento, exige apoio logístico e, obviamente, integração de equipe para evitar acidentes, minimizar acidentes.

Dito isso, eu queria dizer que o Ministério do Meio Ambiente trabalha com duas frentes de combate a incêndio: uma no ICMBio, priorizando obviamente unidades de conservação, e outra no combate de fogo, em que a gente prioriza terras indígenas quilombolas e assentamentos de reforma agrária federais ocupados pelo Incra.

A gente compõe nossa força de trabalho com 1.485 brigadistas contratados. A gente tem 16 brigadas apoiando quanto ao incêndio, dando apoio no Mato Grosso, no Pantanal, nesse momento. A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem um reforço especial no Estado do Mato Grosso, porque, lá, as chuvas que poderiam vir não vieram ainda e isso tornou a situação ainda mais emergencial.

A gente mandou para o Mato Grosso do Sul 46 brigadistas para dar apoio, vindos da Bahia, do Piauí e de Pernambuco, que estão no Mato Grosso do Sul, com 17 viaturas e um helicóptero. Já no Mato Grosso, a gente mandou 103 brigadistas para dar apoio. Tiramos de vários Estados, desde a Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rondônia. Estão com 25 viaturas lá, três helicópteros, quatro Air-Tractors. Os Air-Tractors são contratados do ICMBio, mas em parceria com o Ibama. São aqueles aviões que jogam água e facilitam o trabalho de combate ao fogo ali no solo, obviamente. É preciso trabalhar para combater, para ajudar no combate ao incêndio no Pantanal.

A situação foi extremamente atípica. A gente trabalha de uma maneira preventiva, também dando treinamento para as brigadas, e esse treinamento é importante. Como eu disse, trabalhar com fogo, para apagar fogo, não é uma atividade trivial. Não é aquele fogo que pega no quintal, aquele fogo que se coloca na fogueira; é bem complicado.

A gente teve um revés este ano, por causa da pandemia; atrasou um pouco. Tivemos um pouco de perda em relação ao treinamento preventivo, uma prática que a gente faz todo o ano... O PrevFogo não aparece só quando o fogo está pegando na vegetação; ele faz um trabalho preventivo, educacional, o ano inteiro, justamente para poder evitar que incêndios criminosos aconteçam, incêndios acidentais aconteçam e, acontecendo esse tipo de incêndio, ou práticas culturais, você possa combater o fogo da melhor maneira possível. Ainda mais este ano, em que a situação realmente ficou muito mais complicada. As mudanças climáticas, essa questão de nível pluviométrico baixo, no Pantanal, tornaram um cenário que normalmente não é fácil num pesadelo logístico. As pousadas, sociedade civil... Quero deixar aqui um agradecimento ao Ministério do Meio Ambiente, em favor da sociedade civil, que deu apoio e está dando apoio para os nossos brigadistas, para os animais, como temos visto, mas para os nossos brigadistas também e para outros voluntários, fornecendo às vezes hospedagem, fornecendo comida, às vezes fornecendo alimentação, às vezes ajudando os órgãos públicos com logística também. Tenho que agradecer aqui esse apoio social, que é fundamental para a melhoria no combate do incêndio.

A gente também, em termos de Ministério, mandou peritos, investigadores nossos, do fogo, porque rastrear a origem do fogo criminoso, acidental, se criminoso, quem, se acidental, quem, como, para poder trabalhar no futuro para evitar isso, é fundamental para a gente.

O Ibama trabalha no seu limite de capacidade orçamentária. A gente fez o remanejamento de servidores do PrevFogo para a região do Pantanal. Obviamente que, para mandar mais, a gente precisa de um suporte logístico local. A gente tem uma trava logística, não é só uma questão de números; eu não posso tirar brigadistas do País inteiro e mandar para o Pantanal. Embora eu tenha mandado brigadistas do País inteiro para o Pantanal, eu não posso tirar todos, porque eu tenho as demandas locais também, há deficiências locais em outros lugares do País, em outros biomas também ameaçados. Embora com um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

índice pluviométrico melhor que o do Mato Grosso – Pantanal, perdão –, sem dúvida, mas a gente mandou os brigadistas para lá. A gente agradece a logística que foi dada e o suporte, porque sem esse suporte social e local, envolvendo a política local, envolvendo os Prefeitos e os Parlamentares locais, a gente não teria conseguido mandar tanta gente e obviamente manter esse pessoal lá também.

Eu queria deixar aqui que a gente tem bases fixas no Pantanal. A gente tem em Cáceres. Pelo Ibama a gente tem em Cáceres. Há nas unidades de conservação do ICMBio, mas, do Ibama, a gente tem em Cáceres, no Mato Grosso; também em Corumbá, que é uma brigada especializada no Pantanal, que a gente chama de Prevfogo; uma em Aquidauana; e outra em Kadiwéu. São essas quatro brigadas fixas, que obviamente foram reforçadas.

Estamos trabalhando em conjunto com o Corpo de Bombeiros dos Estados, que vêm sendo grandes parceiros. Eles são prioritários em combater o incêndio, mas a gente trabalha em conjunto. É importante essa parceria com os órgãos locais, principalmente com o Corpo de Bombeiros, que também tem a *expertise* no combate a incêndio. Obviamente nossos voluntários e o apoio das Forças Armadas eu não posso deixar de citar por uma questão logística sem dúvida. A Marinha tem dado um apoio logístico de helicóptero. Inclusive, com os helicópteros da Marinha junto com os do Ibama, a gente evitou que outra tragédia acontecesse em alguns aspectos. Quando o fogo cerca nossos brigadistas, às vezes a extração tem que ser por helicóptero, é o que evita um acidente fatal ou acidentes pontuais.

Então, Senador, Comissão, eu queria fazer essa abertura aqui, essa introdução, dizendo que a gente apoia o combate ao fogo no Pantanal, obviamente nos limites da nossa capacidade, obviamente nos limites logísticos de recepção de pessoal, e torcendo obviamente...

Nesse cenário, vai ser criado um manual de aprendizado para isso nunca mais acontecer, para a gente trabalhar de uma maneira mais preventiva, de uma maneira mais pesadamente preventiva junto à sociedade local para isso, independentemente de haver (*Falha no áudio.*)

... não se repetir.

Então, essas são as considerações iniciais.

Agradeço a oportunidade de estar aqui.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós agradecemos imensamente ao Dr. Eduardo Fortunato Bim.

E vamos, em seguida, intercalar aqui os representantes governamentais e os não governamentais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Já temos aqui algumas perguntas chegando através do portal e-Cidadania. Então, queremos aqui dizer que todos os internautas poderão fazer as suas perguntas e a gente vai encaminhá-las de acordo com o tempo. Eu vou ler aqui antes do segundo palestrante.

O David Emanuel, de Mato Grosso, diz o seguinte: "A dimensão dos estragos no Pantanal e o desinvestimento em serviços ambientais não implicam responsabilidade do Ministro do Meio Ambiente?".

Se algum palestrante quiser citar, falar ou responder poderá fazê-lo, mas, ao final, a gente vai insistir nessas perguntas diretamente àqueles indicados.

Edinei Marcondes, de Santa Catarina: "A degradação anormal causada pelas queimadas desequilibra todos os biomas. Qual a medida eficiente para proteger o Estado para as futuras gerações?".

Também o mesmo Edinei Marcondes, de Santa Catarina: "Qual a medida eficiente a ser adotada pelo Legislativo frente a inércia do Executivo?".

William Riquelme, de Mato Grosso do Sul: "Houve atos criminosos ou acidentes de incêndio?".

Eu vou conceder a palavra agora ao Dr. Paulo Teixeira de Sousa Jr, do Centro de Pesquisa do Pantanal, também pelo tempo de sete minutos, para que faça sua exposição.

O Prof. Paulo com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, que preside esta Comissão, e, em nome dele, também cumprimentar todos os Parlamentares presentes e os representantes das dez instituições governamentais privadas e estaduais convidadas para esta audiência.

Vou iniciar falando um pouco sobre a minha instituição, apresentando a minha instituição. A nossa contribuição basicamente é o olhar da ciência. A nossa instituição produz conhecimento e, portanto, a nossa visão é com o olhar da ciência. Então, vou começar apresentando o CPP (Centro de Pesquisa do Pantanal). A origem do CPP remonta ao ano 2000 quando o Pantanal recebeu o título de patrimônio da humanidade pela Unesco.

Naquela ocasião, eu ocupava o cargo de Pró-Reitor de Pesquisas da Universidade de Mato Grosso e acompanhei o Reitor em visita ao Governador do Estado e posteriormente ao Ministro Sardenberg, de Ciências e Tecnologia, em que nós levamos uma proposta de criação de uma rede envolvendo as instituições de ensino e pesquisa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, de modo que nós pudéssemos aproveitar as vantagens comparativas de cada instituição. Eu lembro que, lá no ano 2000, a nossa capacitação das universidades era muito aquém do que é hoje. Então, a gente não tinha quadros em uma instituição só que desse conta dessa tarefa desafiante. Portanto, a gente criou essa rede.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa proposta foi bem recebida tanto pelo Governador quanto pelo ministro, e o ministro então criou, dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia, um grupo de trabalho que, durante um ano, efetuou um estudo de viabilidade para essa rede que nós estávamos propondo. Esse GT, que incluía as instituições de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, concluiu que essa rede deveria ter uma personalidade jurídica própria. E foi assim que surgiu o Centro de Pesquisa do Pantanal, que é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tem por missão maior produzir conhecimentos e formar recursos humanos de forma a fornecer *experts* e conhecimentos que atendam às demandas da região.

No ano de 2002, o CPP recebeu a certificação do Ministério da Justiça como organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Ainda no ano de 2002, o CPP passou a integrar a rede de centro de pesquisas da Universidade das Nações Unidas, que é sediada em Tóquio – essa rede é mundial –, e essa foi uma parceria bastante frutífera, que durou oito anos.

Em 2004, o CPP instituiu três redes de pesquisa de formação de recursos humanos. Nós tínhamos a Rede Pesca, que visava contribuir com o desenvolvimento da pesca da região, que vinha enfrentando problemas e vem enfrentando até hoje; a Rede Pecuária, também buscando contribuir com a melhoria da pecuária regional; e a Rede de Bioprospecção, vista como uma alternativa de renda local.

Inicialmente, o trabalho das Redes Pesca e Pecuária tiveram um enfoque mais ecológico, buscando o conhecimento de como o gado e o pescado pantaneiro interagem com o meio. Atualmente, nós estamos num enfoque mais aplicado, já desenvolvendo produtos.

Posteriormente, os trabalhos das redes, como eu falei, buscaram esse enfoque mais aplicado, visando à agregação de valor aos produtos da pesca e pecuária pantaneira.

Essa ação resultou em alguns produtos tecnológicos, por exemplo, a partir do pescado e do gado pantaneiros, e vamos destacar aqui a nossa parceria com a Embrapa Pantanal e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. A parceria com a Embrapa Pantanal possibilitou o desenvolvimento a partir de peixes negligenciados na região, aqueles que ninguém gosta de pescar, de produtos como quibe de peixe, patê de peixe, hambúrguer de peixe, filé de peixe defumado e filé de peixe marinado. Foi feita a análise sensorial desses produtos, eles foram bastante aceitos, e também se estudou a vida de prateleira, e comprovou-se que a vida de prateleira desses produtos é similar à de outros pescados, à de outros produtos de pescados. Já há em Corumbá uma empresa interessada na comercialização desses produtos.

Com relação ao gado, o CPP apoiou a revitalização dos rebanhos criados pela Uems de Aquidauana, que vem desempenhando um papel fundamental para evitar a extinção do boi tucuru, magnificamente adaptado ao bioma Pantanal e que é um fruto aí de mais de 300 anos de seleção natural. Então, essa parceria com a Uems tornou possível atingir a meta de multiplicação de animais saudáveis e com maior potencial para a produção de leite, para a produção de 84 bezerros de genética superior. É bom



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ressaltar também que isso representa 20% da população existente, que atualmente está em torno de 500 animais puros, criados nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Eu gostaria de destacar também algumas publicações que estão disponíveis no *site* do CPP, em que nós temos o Pantanal legal, a tutela jurídica das áreas úmidas do Pantanal mato-grossense. Isso é uma contribuição nossa para o surgimento de um marco regulatório para regulamentar as ações no Pantanal, como é o caso do Estatuto do Pantanal, que está sendo discutido agora em uma lei também na Câmara dos Deputados.

Nós contribuímos também, temos outra publicação aqui está no *site* do CPP, que são os marcos referenciais para a lei federal do Pantanal e de gestão de áreas úmidas. Temos outra publicação, que é a classificação e delineamento das áreas úmidas brasileiras e seu macro-habitat. Aqui é um sistema que nós criamos para apoiar a gestão das áreas úmidas.

Nós desenvolvemos também um modelo matemático para servir como base na tomada de decisão no período de piracema no Estado de Mato Grosso.

Enfim, o tempo está terminando, são várias outras iniciativas, como por exemplo, com o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, para os quais nós demos nossa contribuição, por exemplo, para valoração de danos ambientais, a identificação, monitoramento, a preservação de nascentes urbanas e áreas úmidas de Cuiabá.

Tivemos também, em contribuição com o Ministério da Agricultura, com uma nota técnica com recomendações para o Pantanal. Enfim, existem diversas outras ações que eu gostaria de destacar, mas não vai dar tempo.

Então, vamos agora falar um pouco da parte propositiva. Nós reiteramos nossa posição, reiteramos a proibição do uso de fogo para limpeza de pastagens...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Gostaríamos de pedir a possibilidade de mais um minuto, para que ele pudesse concluir.

Voltamos a palavra ao Sr. Paulo.

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JÚNIOR (Para expor.) – Ok, eu peço desculpas.

Então, a gente reitera essa proibição de fogo fora dos períodos permitidos pelos órgãos ambientais.

Cobramos dos Estados e do Governo Federal compromissos efetivos alinhados aos compromissos globais climáticos da Convenção-Quadro das Nações Unidas (UNFCCC). Opomo-nos aos cortes sucessivos de recursos para os órgãos ambientais, como Ibama e ICMBio, e a órgãos ligados à ciência e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia, como o CNPq e as FAPs. Só para ressaltar, hoje o investimento em ciência e tecnologia de R\$14 bilhões, que chegou em 2015, caiu para R\$5 bilhões, agora, que é o mesmo investimento que havia em 2002. Nós reiteramos a preocupação com ações humanas, que acelera a drenagem da água do Pantanal, durante a vazão e a seca, sendo contrários a qualquer alteração nos cursos d'água e cursos naturais de inundação. Destacamos a importância das áreas protegidas em unidade de conservação. Reforçamos a urgência de uma norma legislativa para o bioma pantaneiro.

Enfim, então, eu vou concluir – eu tenho 15 segundos só – dizendo que nós recebemos recentemente da equipe do Senador Wellington o Estatuto do Pantanal. A nossa equipe está analisando esse estatuto, mas a minha visão particular sobre isso – eu já olhei também, mas a palavra final é da equipe – é que esse estatuto me parece apropriado. Por quê? Porque é uma lei para o Pantanal. Nós temos 12 pantanais, digamos assim. As características de Mato Grosso são diferentes das de Mato Grosso do Sul. Aqui nós temos mais florestas; lá são mais campos. É difícil a gente ter uma lei detalhada que atenda aos dois Estados. Então, nesse sentido, quanto ao estatuto que prevê princípios e diretrizes, a minha opinião pessoal é de que o caminho é esse.

Por fim, eu gostaria de encerrar a minha intervenção dizendo que o momento é de unirmos forças para atingirmos um bem comum e que o CPP e o Inau estão aqui para ouvir e, a partir das demandas apresentadas, apresentar o aconselhamento científico nos pontos em que tivermos competências para tal.

Muito obrigado. Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos agradecer muito ao Prof. Dr. Paulo Teixeira e dizer que ainda todos poderão continuar depois com as perguntas que serão feitas a cada um. Então, poderá, num outro espaço ainda, concluir algum raciocínio, se for o caso.

Eu quero conceder agora a palavra ao Sr. José Carlos Mendes de Moraes, do Prevfogo, também pelo tempo de sete minutos com a necessária tolerância.

O SR. JOSÉ CARLOS MENDES DE MORAIS (Para expor.) – Obrigado, Senador Wellington, a todos aqui presentes.

De forma global, eu entendo que o Presidente Bim já colocou nossas ações junto ao Pantanal. Então, eu queria só frisar que nós estamos numa luta muito forte no combate, porque nós tivemos este ano uma seca muito severa em função da estiagem, porque ela começou antes do período, e nos pegou, inclusive, ainda se organizando para o combate. Então, a gente teve alguma dificuldade de dar o primeiro enfrentamento, mas, quanto a isso, a gente conseguiu se organizar, contratar nossas brigadas e, para dar um reforço, conforme o Presidente já comentou, trouxemos brigadas de todo o Nordeste e também do Sudeste, para compor e ajudar nesse combate.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em linhas gerais, eu só queria reafirmar o que o Presidente já falou. Eu queria deixar um espaço maior para o Yugo do Mato Grosso, do nosso Prevfogo local, porque ele pode aprofundar mais o debate, ele tem condições de falar com mais propriedade das questões locais desse combate, assim como da situação do Pantanal.

Então, eu queria estender o prazo, o tempo do Yugo, porque eu acho que seria muito mais importante do que eu ficar reforçando o que o nosso Presidente já falou.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k. O Yugo já está pronto? Ele poderia falar na sequência?

O SR. JOSÉ CARLOS MENDES DE MORAIS (Para expor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, você pode usar a palavra.

O SR. YUGO MARCELO MIYAKAWA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Cumprimento o Sr. Senador Wellington Fagundes e, em nome dele, cumprimento todos os Parlamentares que participam desta audiência.

Na verdade, eu gostaria só de complementar a fala do nosso Presidente com relação às equipes que a gente manteve em campo. Nós temos ainda uma outra equipe que está em campo para a questão da defesa da fauna. Nós encaminhamos, ainda, quatro equipes para fazer o apoio ao resgate de fauna. Nessa equipe nós temos pessoas do Ibama, nós temos pessoas do Ibram, que é o Instituto Brasília Ambiental, e temos ainda uma médica veterinária do Hospital Veterinário Público do DF.

Então, além das ações de combate aos incêndios florestais, nós também destacamos equipes para fazer o apoio ao resgate da fauna. Dentro dessa equipe do Ibama, temos dois peritos de incêndio, que também estão colaborando com o Centro Integrado Multiagências (Ciman), aqui no Estado, nessa questão das perícias e de investigação das causas desses incêndios que aconteceram aqui.

Portanto, há um trabalho integrado, aqui no Estado do Mato Grosso, com relação ao combate a esse incêndio. E, partir das informações que a gente vai começar a apurar, terá início o processo de responsabilização por esses incêndios, que, na maioria das vezes, como tem sido mostrado, não foram incêndios de causas naturais. São incêndios acidentais ou criminosos. É muito importante que a gente promova esse momento de responsabilização, para que a sociedade também perceba que para cada ação há uma reação e que essa reação deve ser firme e forte, na exata proporção dos danos que foram causados.

Nós temos aí – só para complementar as informações – cinco pontos de apoio. Temos apoio em bases estabelecidas, digamos assim, nas unidades de conservação federais. No Parque Nacional do Pantanal, nós estamos com uma equipe do Ibama e do ICMBio. Na Estação Ecológica de Taiaimã, nós



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

temos uma equipe também do Ibama e ICMBio, assim como na Estação Ecológica Serra das Araras, que, por mais que não faça parte do bioma amazônico, é importante destacar que o Pantanal é alimentado por águas que nascem no Cerrado.

O Pantanal, em si, não produz água. É o Cerrado que alimenta a água do Pantanal e causa o curso hídrico que faz essa vida do Pantanal. Então, é importante também nós termos o olhar para o Cerrado, que também é grande formador, participa efetivamente da vida do Pantanal.

Nós temos equipes na Estação Ecológica da Serra das Araras e nós temos uma equipe também na região de Porto Jofre, porque ali a estrada de acesso ao Parque do Pantanal se dá pela Transpantaneira, as ações de resgate da fauna estão acontecendo fortemente nessa região da Transpantaneira. E, no próprio centro de comando no Porto Cercado, nós mantemos uma equipe de prontidão para qualquer eventualidade que possa acontecer.

Nós percebemos que estão acontecendo reignições dos incêndios em todos os locais. Mesmo nos locais que já sofreram, que já passaram pelo incêndio, a gente tem percebido que está havendo reignições. Então, o fato de já ter queimado uma área, infelizmente, não a isenta de sofrer novos incêndios. Estamos fazendo esse monitoramento, inclusive das áreas que já sofreram incêndio, porque está havendo reignições nessas áreas.

O Ibama está agindo fortemente nessa questão em apoio ao ICMBio. O ICMBio também está agindo fortemente nessa questão do combate aos incêndios aqui no Pantanal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós agradecemos.

Queremos agora passar a palavra ao Dr. Marcelo Bertoni, da Famasul, também pelo tempo de sete minutos, com um visual que está muito bonito.

Está muito bonito o seu visual, Marcelo.

O SR. MARCELO BERTONI (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu queria agradecer aos Senadores pelo espaço para a gente participar aqui e cumprimentar todas as autoridades que estão acompanhados este vídeo, em especial aos nossos produtores rurais e ao homem pantaneiro.

Quero dizer que a estiagem faz parte de ciclos da natureza do Pantanal, e o homem pantaneiro se qualifica a passar por isso, ele se programa para passar esses ciclos de cheia no Pantanal. Mas este ano foi muito seco, com altas temperaturas, baixa umidade do ar e com muitos ventos, trazendo a massa de capim de lá, trazendo uma alta combustão, com esses avanços favorecendo o tamanho desses incêndios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra peculiaridade deste ano é que não tivemos cheias, e, com a falta de cheias, muitos lugares que hoje teriam água – como já foi bem dito pelo Eduardo Bim do Ibama, que sobrevoou, e o brigadista falou que não tinha água – seriam, talvez, barreiras naturais que esse fogo encontraria, e que hoje ele está encontrando secos e com bastante matéria para combustão. Então, isso é o que potencializou, aumentou muito essa questão dos incêndios.

Entendemos que o homem pantaneiro é quem mais conhece o Pantanal, mais respeita e mais preserva esse bioma, e produz com sustentabilidade há mais de 270 anos. A prova disso, segundo o IBGE 2018, é que nós temos 87% do bioma preservado; desse total, 90% é de responsabilidade da iniciativa privada. E aí, nós entendemos que os pantaneiros devem ser ouvidos, sim – e é isso que vocês estão fazendo, dando voz a eles –, porque são os principais responsáveis pela preservação do Pantanal.

Nesse sentido, a Famasul e o Senar, pegando de novo a fala do Eduardo Bim, têm cursos de capacitação de brigadistas. São dois cursos que a gente tem de formação de brigadistas de incêndio na área rural e um de formação de combate a incêndios em áreas florestais.

Eu também queria agradecer ao Governo Federal, ao Exército, à Marinha, ao Governo estadual, ao Ibama, ao ICMBio, ao Prevfogo, ao Corpo de Bombeiros, aos voluntários e ao homem pantaneiro, que também está lá atendendo, tentando defender suas propriedades desses incêndios e não tem interesse nenhum que as propriedades sejam atingidas, porque isso causa danos aos animais deles que estão lá e perdem seu alimento também, e estão lá combatendo esses incêndios.

E colocar o sistema Famasul à disposição dos Senadores, dos Parlamentares que assim o desejarem, para que os trabalhos sejam desenvolvidos. Nós estamos à disposição para contribuir com esse assunto caso os Parlamentares entendam que precisam da gente.

No mais, agradeço mais uma vez pela nossa participação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só para informação, ontem nós tivemos a oportunidade de estar presentes aqui no Conselho Estadual de Medicina Veterinária – daqui a pouco vou fazer até um relato sobre essa presença. Aqui no Mato Grosso nós temos apenas e tão somente um posto de atendimento, que foi montado agora como algo emergencial lá no Pantanal, que é um posto de atendimento emergencial a esses animais silvestres, mas, conforme está previsto na legislação, Mato Grosso teria que ter quatro Cras, que é o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, através da Sema. Infelizmente no Mato Grosso nós não temos nenhum instalado funcionando até agora. Temos o de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Várzea Grande e Rondonópolis previstos. Em Mato Grosso do Sul me parece que há uma quantidade bem maior. Depois, se alguém do Mato Grosso do Sul puder falar – chegaram a falar em até 11 –, isso seria uma informação importante.

Eu quero conceder a palavra agora ao Sr. Alexandre Lucas Alves, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, pelo tempo de sete minutos também, da mesma forma, com a tolerância necessária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o Senador Wellington Fagundes por essa iniciativa. Eu acho muito importantes essas discussões.

A Defesa Civil tem como função a prevenção, a mitigação, a preparação, a resposta e a recuperação de áreas afetadas por desastres. A Defesa Civil se configura não como órgão, mas como um sistema que congrega todas as ações de todos os órgãos que têm vocação ou *expertise* para os desastres. O incêndio florestal é um desastre e nós temos um alinhamento muito grande com as defesas civis municipais e estaduais.

Quero cumprimentar o Presidente Eduardo Bim pelo trabalho; em nome dele, cumprimentar todos os guerreiros incansáveis, profissionais que têm trabalhado no Pantanal.

Quero cumprimentar o Prof. Paulo Teixeira também pelo trabalho de pesquisa. A academia é fundamental para os trabalhos de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Quero cumprimentar também todos os Senadores e todas as pessoas que nos acompanham e dizer o seguinte: este é o caminho, o caminho da unidade. É o caminho para nós encontrarmos soluções para um problema que, me parece, nesse vulto, é excepcional.

E eu acho interessante, nesse sentido, dizer que a Defesa Civil nacional está presente desde o início, ela se colocou à disposição dos Estados para apoiá-los, e nós já liberamos recursos para os dois Estados na medida em que eles nos solicitaram. Este ano ainda nós temos recursos para, caso seja necessário, por exemplo, Senador, instalar centros de recuperação de animais de emergência durante esse período. Eu creio que nós podemos avaliar a liberação de recursos caso seja colocado um plano de trabalho.

Nós entendemos que não só a liberação de recursos é necessária. A gente crê que a unidade que está acontecendo aqui, do setor público, da iniciativa privada e da academia, é que vai proporcionar uma solução para esse problema.

Nós temos, na minha visão, duas situações que são fundamentais no caso deste ano. A primeira é uma situação excepcional de estiagem. A situação excepcional de estiagem supera a capacidade de preparação dos pantaneiros e das instituições públicas que trabalham na prevenção dos incêndios locais. Eu imagino que a estiagem deste ano supere a capacidade de gestão do fogo, mesmo o permitido por parte daquelas pessoas que trabalham com o fogo, que usam o fogo como instrumento de produção. Parece-me que a estiagem deste ano ultrapassou todas as condições normais do bioma e, por isso, nós temos que trabalhar com uma condição também anormal de resposta. Para isso, a Defesa Civil nacional este ano ainda dispõe de recursos que podem ser aportados.

Entendemos também que a educação, como diz o Prof. Paulo, para o uso do fogo tem que ser extremamente implementada, como forma de prevenção, levando em consideração a previsão dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institutos de meteorologia de mais cinco anos nessa situação. E aí eu quero desafiar a academia e todos os integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil para incêndios florestais: que nós nos unamos para estabelecer quais são as ações e quais são as metodologias e as tecnologias disponíveis para os próximos cinco anos, porque, se os próximos cinco anos indicam que nós teremos secas semelhantes, nós precisamos adotar medidas para a prevenção e a preparação dessa situação excepcional. A academia tem um papel fundamental nesse sentido e todos os órgãos de meteorologia, a *expertise* do Ibama, do ICMBio, a *expertise* dos sindicatos, dos produtores, para que a gente, unido, comece a se preparar para os próximos quatro anos.

Eu estive no Pantanal, eu estive em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul e posso dizer que não há uma inércia do Poder Público com relação ao tema, não há uma inércia, nem do Poder Público local; nós já liberamos recursos para Poconé, por exemplo, logo no início, de R\$1 milhão. A cidade de Poconé e outras cidades se mobilizaram; não existe uma inércia do Poder Público estadual, do Poder Público federal – nós temos Forças Armadas, ICMBio – e não existe uma inércia do Poder Legislativo. O Senador Wellington e toda a bancada de Mato Grosso do Sul e a de Mato Grosso estão presentes e acompanhando tanto como fiscais do Poder Executivo quanto como pessoas que entendem do Pantanal e que têm sugestões, inclusive, de mudança de legislação. A própria audiência pública é uma forma de mostrar que não há inércia do Poder Público. Mas nós precisamos nos preparar para as exceções. A exceção dessa seca, e para os próximos cinco anos, é um desafio, Senador, sobre o qual nós temos que nos debruçar, não só após vencermos esse desafio agora desse incêndio, mas para os próximos que virão, dado que as mesmas condições, pelo que nos parece, serão colocadas.

Precisamos, então, da pesquisa aplicada – da pesquisa aplicada –, para nos dizer e ao Poder Público o que precisa ser feito. E, aí, talvez, diante da diminuição natural de orçamentos em todas as áreas, inclusive na área de pesquisa – na área de defesa civil também nós tivemos cortes –, talvez priorizarmos esses R\$5 bilhões para as pesquisas relacionadas a esse tipo de ação. Seria, talvez, uma sugestão aí para vencermos essa redução de pesquisa, logicamente lutando sempre para que a pesquisa tenha todos os recursos necessários.

A Defesa Civil nacional já liberou recursos para aluguel de aviões, helicópteros; para a contratação de brigadistas; para aluguéis de veículos; para a compra de equipamentos para os corpos de bombeiros, tais como, mangueiras, bombas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos pedir mais um minuto para a conclusão do Secretário.

Volte o som para o Secretário. Mais um minuto para que ele possa concluir.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES (Para expor.) – Nós liberamos recursos para alimentação e hospedagem. Também fizemos contato com os Estados para apoio – então, o Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais estão apoiando lá no Pantanal. E ontem fiz contato com o Governador de Mato Grosso do Sul e, através da Defesa Civil estadual, com o Governador de Mato Grosso, já solicitando, Senador, que os Estados já façam seus planos de trabalho em relação às pontes que foram queimadas, principalmente aquelas que são extremamente necessárias para a população, para o escoamento da produção e até para o socorro das pessoas, para que a Defesa Civil possa liberar imediatamente – é uma ordem do Presidente Bolsonaro, é uma ordem do Ministro Rogério Marinho – os recursos para a reconstrução dessas pontes, já não em madeira, mas em concreto.

Eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero aqui também anunciar a todos que desejarem participar deste evento que podem enviar perguntas e comentários também por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211. Mais uma vez, o telefone é: 0800-612211.

Eu quero, Secretário Alexandre, já colocar que ontem nós tivemos uma visita, como eu disse, com o Conselho Regional de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Mato Grosso. Na universidade, nós temos um centro que está atendendo de forma emergencial esses animais silvestres que estão sendo capturados, que estão sendo transferidos para cá. Na verdade, é um centro que pode ser transformado, inclusive, em um centro definitivo. Ali existia, aliás existe ainda, um zoológico. E, na verdade, nas condições de hoje, a própria universidade entende que não há mais o porquê de existir o zoológico, que precisaria, então, se adaptar para ser um Cras, um centro permanente de atendimento aos animais silvestres, para recuperá-los e depois devolvê-los ao meio ambiente. Então, já fica aqui o pedido à universidade para que faça o planejamento e a solicitação à secretaria, dado que esse é o único local em Mato Grosso que estamos tendo para fazer essa recuperação. Há o hospital, toda a estrutura já pronta, mas uma adaptação precisa ser feita. Então, já fica aqui o pedido para a Universidade Federal de Mato Grosso.

Eu vou passar a palavra agora ao último convidado inscrito, que é o nosso companheiro Normando Corral, da Famato, aqui de Mato Grosso, pelo tempo de sete minutos. Do sistema Famato, o companheiro Normando Corral.

O SR. NORMANDO CORRAL (Para expor.) – Novamente bom dia a todos, em nome do Senador Wellington Fagundes, que também já parabenizo pela iniciativa.

Eu estou muito feliz com o começo desta audiência, pelo seguinte: o que irei falar nada tem a contrapor àqueles que já se manifestaram. Na verdade, só quero salientar algumas coisas e, se possível, contribuir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já está bastante claro, por todos que se manifestaram – e isso aí também deve ficar claro para a opinião pública –, que os incêndios que ocorreram dessa forma tão drástica como a que vimos neste ano devem-se à questão climática. Nós estamos na seca. Eu estou aqui em Mato Grosso desde 1982 e nunca vi uma seca tão severa como essa.

Mas com algumas coisas a gente gostaria de contribuir. Eu quero voltar um pouquinho ao que falou o Marcelo, o nosso colega de Mato Grosso do Sul: em um dos entes do sistema – no nosso caso, é o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) –, nós levamos constantemente ao produtor rural formas para que a gente consiga, antes de mais de nada, prevenir incêndios e, caso eles aconteçam, combater incêndios.

Mas quero chamar também a atenção para o seguinte: quem combate incêndio normalmente é o Corpo de Bombeiros nas áreas urbanas. Eles têm o fácil acesso através de ruas e avenidas para chegar até o local de incêndio. Quando é na zona rural, as coisas começam a ficar mais complicadas. Por quê? Porque a dificuldade para se chegar até lá é bastante grande. Às vezes, não se consegue acessar o lugar onde começou o incêndio.

Os incêndios e hoje a prática da agricultura... Eu tenho que fazer uma defesa à classe que, no momento, represento: a prática de fogo na agricultura ou na pecuária já deixou de acontecer há bastante tempo. Isso acontecia quando você fazia novas abertura. Agora, o que todo mundo faz é prevenir e combater incêndio.

E eu acho que nós deixamos de fazer uma coisa, Senador... E aí eu quero sugerir que, para a prevenção... E, como já disseram anteriormente, isso vai ocorrer novamente; na verdade, o incêndio em áreas rurais acontece quase todo o ano, em maior ou menor intensidade, mas é o seguinte: é uma característica maior aqui no Estado de Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso tem praticamente 20% da frota de aviões agrícolas do Brasil pela nossa característica de extensão territorial e grande produção agrícola. Nesse período que vai de junho até o momento em que nós estamos, setembro e outubro, essa frota está toda no chão, parada. Por quê? Porque não há nada a se pulverizar nas lavouras, não há lavoura que exija alguma prática agrícola que faça isso, seja com defensivo, seja com qualquer outro tipo de produto. E essa frota tem que ser utilizada. Mas como ela vai ser utilizada? Ao custo apenas do produtor ou do proprietário daquela aeronave? Não. Eu acho que fica bem barato: o Governo, principalmente o Governo Federal e os Governos estaduais, tem que estar preparado e constituir essa frota para que, caso ocorram os incêndios, ela possa ser disponibilizada – e é claro que isso tem um custo que tem que ser pago pelo Poder Público – para combater incêndios. Nós vimos, no caso do Pantanal, que não havia como chegar para fazer combate a incêndio de forma mais eficaz.

O Eduardo, Presidente do Ibama, falou que foi lá, pegou um abafador e foi colocar lá, e ele viu como é o desgaste físico e quase o esgotamento total para fazer o combate a incêndio com abafadores. Então, a gente poderia mitigar ou evitar muito com o uso de aeronaves para combate a incêndios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo que você esteja ali com um caminhão-pipa ou algo tracionado por trator para combater esse incêndio... Você pegue o caso do Pantanal: quando você utiliza todo o estoque de água que você põe no reservatório, até você ir aonde fica o rio... No Pantanal agora, quando está seco, uma das características é que os rios ficam muito distantes para pegar água para combater incêndio. Então, nós temos que utilizar uma coisa que temos aqui, que é uma frota aérea bastante grande e que, nesse período, está absolutamente toda sem ser utilizada.

Eu gostaria de dar essa ideia para que a gente consiga fazer isso com bastante antecedência: o recurso tem estar preparado; têm que estar catalogados, têm que estar inscritos já aqueles que podem fazer isso; treinar esses pilotos da aviação agrícola – eles já estão acostumados a isso, mas já os preparar para quando haja um caso de incêndio como esse. Nós podemos fazer isso.

Olha, outra coisa é o seguinte: eu não gosto quando eu vejo que, na defesa, principalmente a imprensa coloca que tantos milhões em multas já foram aplicados por causa de incêndios. Isso não leva a nada. Primeiro, porque não previne; depois, porque também não apaga o incêndio.

O incêndio, muitas vezes, ocorre por causas fora do controle das pessoas. Aqui aconteceu bastantes incêndios iniciados na rede elétrica, quebra de fio ou outro porque está com a manutenção ruim e aí começava.

A outra coisa, Senadores e demais, mais da metade, mais de 60% dos incêndios começaram aqui, não só no Pantanal, mas em todas as áreas do Mato Grosso, nas faixas de domínio. Aquele pedaço que tem ali, aquela área que tem ali entre o fim da estrada, o bordo da estrada e a cerca onde começa a propriedade rural. Como ali não tem nenhuma prática agrícola, nem de pastoreio, para que deixe baixa aquela camada seca que se tornou ali, é dali que começa. Dali para frente, com esse calor que nós temos aqui, com o vento, nada segura, não tem combate.

Então, essas áreas que são faixas de domínio, de manutenção do poder público, têm de ser, às vezes, queimadas logo após o final do período chuvoso, abril e maio. Para quê? Para que a gente não faça o que os bombeiros recomendam que a gente não faça: não acumule material inflamável em locais que possam ser origem de fogo.

Nós temos aqui a combinação perfeita para grandes incêndios. Nós acumulamos uma grande quantidade de matéria verde e quando chega o período que encerra as chuvas, nós temos uma grande quantidade de matéria seca exposta ao tempo. E com essas temperaturas que nós temos aqui de 40 graus e umidade relativa do ar, o Senador falou de 17%, agora, porque já deu uma chuvinha, mas que chega a abaixo de 10%, aí não tem o que segure, é fogo mesmo.

Há muitas coisas que a gente pode fazer de forma preventiva para que não ocorra o que está acontecendo agora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Era o que eu tinha a falar, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Realmente, essa questão da faixa de domínio, já tive muita oportunidade de falar, porque, hoje, a faixa de domínio é de responsabilidade, no caso das federais, da União, estaduais, do Estado, e, das vicinais, dos Municípios.

O proprietário lindeiro da faixa de domínio nem pode entrar na faixa de domínio. Não pode fazer nem o acero, muito menos a queima. Então, isso é algo que nós vamos estudar também porque...

E é certo que a maioria dos acidentes que ocorrem, dos incêndios, são feitos, principalmente, pela bituca de cigarro, às vezes por uma faísca de um carro velho, um acidente. Então, essa faixa de domínio tem que ser... Nas estradas concessionadas, elas são obrigadas a fazer a manutenção, a roçada, a gramar e, inclusive, a melhorar também o leito para que não haja árvores e não aconteça acidentes. Tudo isso é previsto numa estrada concessionada. Enquanto que a estrada que é de responsabilidade do Estado fica lá, o proprietário não pode fazer a manutenção e o Estado também, como Estado, não faz a sua manutenção. É algo que nós vamos estudar, já estamos estudando. Já pedimos, inclusive, à Consultoria do Senado.

Nós temos, agora, inscritos já o Senador Esperidião Amin e a Senadora Simone Tebet, mas eu tenho que passar a palavra, primeiro, ao nosso Relator, o Senador Nelsinho Trad, que tem 10 minutos para fazer as suas análises.

Com a palavra, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Vocês estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito bem. *(Pausa.)*

Está dando microfonia.

Senador Nelsinho Trad, congelou a sua imagem.

Estava muito bom antes.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – No meu andar no Senado, a internet não é boa. É o 24º andar e ela muitas vezes oscila.

Eu quero parabenizar todos que me antecederam; cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Wellington Fagundes. Eu fiquei bem atento a todas as considerações, uma vez que eu vou ter que transcrever isso tudo para um relatório final.

Quero dizer que a expectativa está muito grande para o andamento dos outros pontos do trabalho. Nós teremos ainda amanhã uma outra audiência pública. No sábado, nós vamos ter uma visita *in loco* no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pantanal de Mato Grosso do Sul, com a presença de autoridades do Executivo, e existe esta ação com a finalidade de sensibilizar mais ainda as autoridades para medidas práticas e executivas para a gente poder atravessar este momento difícil.

E, mais do que isso, muito importante esta colocação de um dos oradores: as ações de planejamento preventivas deverão ser extraídas de todo esse trabalho, para que, no ano que vem, neste período de seca, período de baixa umidade do ar, período de falta de chuvas, isso não se repita e a gente possa virar essa página da história de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

De tal sorte, eu fico muito feliz em poder fazer parte desse grupo de trabalho. Entendo que a oitiva dessas pessoas que vivenciam na ponta os problemas é muito importante, porque uma coisa é você ouvir quem está lá sofrendo, no dia após dia, as causas, as consequências e todas as circunstâncias dessas queimadas. E muitas vezes a narrativa passada por quem está no seu ambiente do problema é diferente daquela que a gente acaba observando.

Uma coisa eu quero garantir a todos: esta Comissão veio para poder passar essa história a limpo. Não estamos aqui a fim de proteger A, B ou C, isso não existe. O que tiver que ser falado nós vamos falar, o que tiver que ser corrigido nós vamos corrigir. E estamos angariando – e isso é muito importante, porque eu senti, a partir do momento em que eu fui levar os convites para as autoridades do Executivo Federal – o apoio daqueles que poderão efetivamente, junto com os nossos Governos – tanto o de Mato Grosso do Sul, quanto o de Mato Grosso –, disponibilizar recursos e estruturas para a gente fazer não só o enfrentamento para agora, como também as ações preventivas no futuro.

Desta sorte, eu encerro aqui a minha participação – espero que tenha chegado bem a nossa fala –, dizendo que estamos à disposição e atentos aos desdobramentos, para emitir um relatório bastante realista de todo esse processo.

Obrigado, Presidente Wellington.

Um abraço a todos os participantes. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como membro titular, queremos convidar a Senadora Simone Tebet para usar a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria, antes de mais nada, de cumprimentar V. Exas...

Eu pergunto se estão me escutando. Está havendo microfonia também? Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está muito bom, Senadora Simone.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Como sempre, V. Exa. nos surpreende. Eu confesso que, quando eu vi hoje a pauta com tantos convidados, eu achei que esta fosse ser uma audiência muito prolongada, em que tivéssemos poucos resultados, mas, já de pronto, eu quero dizer que V. Exa., como sempre – nas palavras do meu pai, que também foi seu colega –, é um craque, assim como sua equipe também. O tempo certo...

E eu quero cumprimentar os convidados também que se postaram e se colocaram de forma oportuna, em nome do Eduardo, do Ibama; do Prof. Paulo, do Centro de Pesquisa do Pantanal; do Yugo; do Alexandre, da Defesa Civil e do MDR também; do Normando... Eu acho que faltou apenas o Marcelo, que deixei por último, porque é do meu querido Estado de Mato Grosso do Sul, que falou pela Famasul e fala, obviamente, por todos nós.

Antes de mais nada, eu gostaria de dizer que eu estava muito feliz com as colocações, até o momento em que o Alexandre, da Defesa Civil, nos alertou de que nós ainda teremos pelo menos mais quatro anos de estiagem. Esta foi a maior estiagem que nós tivemos nos últimos 50 anos, e não aguentaremos mais quatro anos nesse nível, se realmente não tomarmos todas as providências.

Eu não tenho questionamentos a fazer, Sr. Presidente, em relação ao combate, ao que está sendo feito neste momento, ao esforço concentrado, à união de esforços.

Eu queria resumir tudo numa única frase: o Brasil parou para chorar o Pantanal; a água que faltou do céu para irrigar e apagar o incêndio no Pantanal não faltou na face do povo brasileiro. Com isso, eu quero dizer que o Brasil está com os olhos voltados ao que está acontecendo, com o coração comovido e até indignado com o que está acontecendo.

De tudo que foi colocado aqui, eu fico com duas perguntas, especialmente para o Eduardo, que representa o Ibama, em função da fala do próprio Alexandre, do MDR e da Defesa Civil. Ele falou que recursos não faltam. Se recursos não faltam e o Prof. Paulo, do Centro de Pesquisa do Pantanal, falou dos cortes de recursos financeiros – obviamente, falando dessa organização, ele estava falando em nome também de outros –, por que estamos tendo cada vez menos recursos na área ambiental? E aí fica a pergunta para o Eduardo, do Ibama.

Eu acho que a questão ambiental é uma questão que depende, acima de tudo, de vontade política – ponto um –, mas, mais que vontade política, ela exige equilíbrio e responsabilidade de todos nós, sem lados, sem narrativas, sem nós contra eles, sem ambientalistas *versus* ruralistas. E, pela primeira vez na história, nós estamos tendo diálogos entre esses dois lados. Eu represento o mundo do agronegócio, mas eu defendo o meio ambiente sustentado, porque meio ambiente é vida, e eu quero minhas filhas e as filhas de outras mães tendo a mesma qualidade de vida, de ar, de clima, de solo que eu tenho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria um pouquinho mais de tempo, se possível, Sr. Presidente, porque eu vou agora às perguntas.

Então, com base nisso e diante de tudo isso, se recurso não falta de um lado e os organismos e entidades que estão ali na linha de frente, apagando fogo, os próprios Governos de Estado dizendo que está faltando recurso, eu pergunto não só para ele, mas também para quem quiser responder: por que nós estamos tendo cortes de recursos e mais ainda em relação ao Ibama?

E aí a pergunta específica para você, Eduardo: diante da narrativa e da fala do Ministro do Meio Ambiente, repito, infelizmente – eu não digo isso só aqui, já tive a oportunidade de dizer isso para o próprio Ministro, mandar inclusive recado nesse sentido –, por que nós não temos a transparência em relação a essa fiscalização e em relação à multa? E a pergunta que fica: quantas multas efetivamente foram aplicadas no ano de 2019 e no ano de 2020 em relação a desmatamento e, especificamente, às queimadas criminosas – não as culposas, aquelas em que não houve a intenção, mas as criminosas? Dessas multas, quantas são do Pantanal? Qual foi o recurso realmente recuperado? E por que a gente não tem acesso com facilidade à transparência desses dados? Eu queria perguntar se eu precisaria apresentar um requerimento escrito ou se eu poderia aqui, verbalmente, fazer esse requerimento e ter depois os dados específicos da Amazônia e do Pantanal?

Por que eu digo isso, Eduardo? Porque a seca do Pantanal advém do desmatamento da Amazônia. Quando a Amazônia é desmatada, quando os rios voadores não chegam pelas cordilheiras inundando os nossos rios através da chuva, nós temos não só o calor excessivo, mas também a estiagem. Então, os biomas estão interligados.

Ficam estes questionamentos a V. Sa. e fica também o questionamento a quem puder me responder em relação à questão se realmente está faltando recurso, se faltou recurso, porque eu estou vendo que capital humano, recurso humano não está faltando.

Por fim, Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de aqui, em nome do Marcelo, da Famasul, parabenizar o agronegócio brasileiro e o agronegócio de Mato Grosso do Sul e do Pantanal. Eu vou repetir quantas vezes forem necessárias – eu acho que o Marcelo está nos assistindo: nós só temos o bioma do Pantanal como um dos biomas mais preservados do Brasil e do mundo graças ao pé do homem e ao pé do boi. É o pé do boi que impediu, eu era Deputada Estadual, que usinas de álcool chegassem dentro do Pantanal; é o pé do boi que faz com que indústrias poluentes não cheguem dentro do Pantanal. Então, quando a gente tem um Ministro do Meio Ambiente dizendo que nós somos o País que mais preserva no mundo – somos e temos que dizer isso –, nós também precisamos da fala do Governo Federal, porque embora seja assim, há uma meia dúzia, há 1%, há 0,5% que comete crime ambiental. E esse crime precisa ter o rigor do Ibama, o rigor da lei, a fala dura do Presidente da República, a fala dura do Ministro do Meio Ambiente. Só assim o agronegócio, que eu represento, poderá continuar sendo o mocinho e jamais o vilão dessa história, porque, afinal de contas, com o desenvolvimento sustentável do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

agronegócio, cuidando dos nossos mananciais, cuidando das nossas florestas, utilizando e preservando dentro da reserva legal o meio ambiente, é que nós conseguimos alimentar o mundo e o Brasil.

São essas as perguntas que faço, Sr. Presidente. Desculpe-me pelo tempo, mas eu realmente ainda...
(*Falha no áudio.*)

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Caiu aqui para mim.

O SR. JOSÉ CARLOS MENDES DE MORAIS – Para mim também caiu, Secretário. Voltou agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu continuo ouvindo.

O SR. EDUARDO FORTUNATO BIM – Eu ouvia a Senadora, não ouvi mais depois de um tempo.

Senadora, a senhora está com o mudo ativado do microfone.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu ouvi a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Não, eu já encerrei.

Acho que eu estava agradecendo ao Senador Wellington quando cortou a minha voz, não é, Senador? Estava dizendo que a onça-pintada e a arara-azul nós não queremos ver apenas nas camisetas. Tenho certeza de que o Marcelo, da Famasul, concorda comigo. Nós cuidamos do nosso Pantanal, só precisamos de recursos financeiros e precisamos de uma fala contundente do Governo Federal nos protegendo.

Obrigada, Sr. Presidente.

Parabéns pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Houve um congelamento da imagem, mas, na verdade, foi o meu sinal.

Eu quero aqui agradecer à Senadora Simone e pedir a ela que apresente o requerimento mesmo, que a resposta será feita.

Peço à Senadora Soraya Thronicke que faça uso da palavra, inscrita como membro titular, e posteriormente, ao Senador Esperidião Amin, para que a gente passe, então, a todos os convidados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos.

Quero parabenizá-lo mais uma vez pela excelente reunião e pelo pragmatismo de todos aqueles que aqui falaram.

Normando, você é irmão da Ilca. É um prazer falar contigo, irmão da nossa Ilca de Nioaque. Cumprimento todos os demais que palestraram na pessoa de V. Sa.

A minha única pergunta, Presidente, está na questão da reabilitação dos animais, do socorro aos animais silvestres e domésticos também, temos fazendas que estão sendo queimadas. Ouvi dizer que o senhor disse que no Mato Grosso não há um centro que está reabilitando. Ficou confuso para mim. Ouvi dizer que no Mato Grosso existe um local onde está havendo reabilitação dos animais e no Mato Grosso do Sul, não. Ontem, no Palácio do Planalto, eu encontrei um rapaz que ajuda a tomar conta daquele cachorro Sansão, que sofreu violência. Ele me disse que estão ajudando cerca de 34 veterinários, que estão fazendo um trabalho privado, um trabalho de altruísmo, voluntário, para cuidar desses animais. Isso ele me disse na saída já e fiquei sem entender. Mas sei que no Mato Grosso do Sul nós não temos formalmente um local que esteja reabilitando esses animais, ao menos por ora.

Eu queria saber dos nossos palestrantes o que é a realidade do Mato Grosso do Sul e também agora do Mato Grosso, uma vez que o Senador Wellington Fagundes disse que também não há lá.

Somente isso. Quero agradecer a aprovação dos meus requerimentos. Um deles, Senadora Simone Tebet, foi o convite ao Ministro Ricardo Salles, que acaba de ser aprovado, para que ele venha conversar conosco, venha dialogar. O Ministro sempre foi muito aberto, uma pessoa muito fácil de lidar. Por isto fiz questão de que possamos ouvi-lo o quanto antes, justamente para dirimir essas dúvidas. Eu sei que ele virá com muita facilidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senadora Soraya, o que eu disse é que, no Mato Grosso, nós não temos nenhum Cras permanente. Há previsão de instalação de quatro Cras, em quatro cidades – Rondonópolis, Várzea Grande, Lucas do Rio Verde e Sorriso. É pela Sema, mas até hoje, mesmo a lei exigindo, não foi instalado nenhum. Nós temos um provisório no Pantanal, que está ali atendendo. E é remetido para Cuiabá, aqui no hospital veterinário, onde nós temos um zoológico que está, na verdade, praticamente em encerramento das suas atividades, que poderá ser transformado em Cras definitivo, já que temos o hospital veterinário ao lado. Aí, então, agora o secretário anunciou a possibilidade de liberação de recursos, e já pedi à universidade que apresente, porque ali há todas as condições, apesar de muitos impactos ambientais. Temos uma lagoa que está recebendo esgoto a céu aberto. E aí, inclusive, nós vamos notificar também a companhia de água





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipal, que é concessionada. Então, também, isso está previsto até como uma ação do Ministério Público.

Em relação ao Mato Grosso do Sul, o que nós temos de informação é o contrário: nós temos vários centros de reabilitação. Então, eu gostaria até que a Famasul ou talvez outra pessoa do Mato Grosso do Sul pudesse passar essa informação. O que nós sabemos é o contrário, que Mato Grosso do Sul tem alguns em funcionamento.

Então, agora eu quero passar ao Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião Amin, antes tenho várias posições dos internautas. Vou ler algumas, talvez até V. Exa. possa fazer algum comentário. Do Anthony Gabriel, de São Paulo, ele diz: "Com os atuais cortes orçamentários, o fluxo de atividade para o combate a queimadas são afetados?".

Juliana Maio de Oliveira, do Rio de Janeiro: "Como os cortes orçamentários afetarão a fiscalização? E como garantir a proteção ao meio ambiente diante de tantas dificuldades?".

Anthony Gabriel Silva, de São Paulo: "Quais medidas de fiscalização o Legislativo está tomando diante das atividades do Ministério do Meio Ambiente?".

Renata Carlos Martins: "Como garantir a fiscalização e proteção do meio ambiente (já comprometidas) se foram cortados orçamentos do Ibama e ICMBio?".

Temos outras perguntas que a gente vai fazendo depois.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, o paciente Senador Esperidião Amin, porque, desde o início da reunião, aliás, antes de começar a reunião, ele já estava nos aguardando. Então, eu agradeço muito, inclusive, a sensibilidade de V. Exa., que já foi Governador, que tem uma experiência muito grande no Congresso e com certeza vai nos ajudar muito nessa grande tarefa de construir o estatuto do Pantanal.

Eu fiquei feliz que o Prof. Paulo já tenha registrado que o nosso papel hoje de construir o estatuto é fazer um estatuto normativo, e não detalhista, porque demoraríamos muito, e nós temos que criar exatamente as normas para que as Assembleias Legislativas de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul possam fazer uma lei, digamos, mais adaptada ao momento que nós vivemos hoje, principalmente no caso de Estado do Mato Grosso, em que temos consequências várias que estamos estudando, inclusive as principais consequências dessa queima tão violenta.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, procurei aprender um pouquinho para poder ser mais sintético nas sugestões. Quero, além de cumprimentar todos os debatedores – ou expositores, melhor dizendo –, cumprimentar os nossos colegas Senadores, especialmente a manifestação do Senador Nelsinho Trad e das nossas queridas Senadoras Simone Tebet e Soraya, que sempre nos ensinam muito.

Eu vou dividir a minha breve participação em três pontos: primeiro, estou aqui no firme propósito de reduzir remorso, remorso que sempre nos acomete quando a gente assiste a uma tragédia humana, ambiental, e se sente constrangido por ela também a fazer alguma coisa. Então, eu acho que, comentando uma das observações feitas aí por um internauta, o Congresso está fazendo aquilo que é do seu papel e em boa hora criou esta Comissão, que, ainda que sendo temporária, é oportuna, visto que mobilizou o Governo, foi ao encontro dos reclamos da opinião pública, e esse é o papel do Congresso. Essa é a nossa tarefa. E ela poderá ser mais produtiva se for instruída por quem vivencia o problema e a solução. Por isso esta reunião é muito importante.

Então, além desse comentário, eu quero dizer que mandei para o *site* da Comissão uma notícia a respeito desse remorso. Hoje, o Bom Dia Santa Catarina, que é um programa regionalizado, mas nacional, apresentou uma longa reportagem sobre um grupo de voluntários que saíram ontem e hoje de Joinville e estão indo rumo a Campo Grande e depois a Corumbá e à capital, Cuiabá – ou seja, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte –, e estão levando – por isso eu chamo a atenção especialmente do Presidente do Ibama – um aplicativo que poderia ser aproveitado pelo Governo e que pode ser utilizado por qualquer pessoa que tenha celular. Se ele tiver celular e acesso, ele pode se comunicar, alertar, denunciar... Foi desenvolvido por uma empresa de Santa Catarina.

Eu não quero fazer propaganda, mas eu quero dizer que isso representa uma manifestação da comunidade, no sentido de acudir a este drama que nós estamos vivendo, e eu creio que está sendo combatido com unidade. Pelo menos, o propósito é este: união de esforços. E, quando vão voluntários participar de uma ação dessas, é importante que esses voluntários sejam recebidos nesse sentido, de formar unidade.

E, finalmente, quero me dirigir ao Presidente do Ibama, principalmente para cobrar e recomendar zelo na aplicação do art. 73 do Código Florestal, que...

(Interrupção do som.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, se eu puder completar...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com certeza.

Eu gostaria de conceder a palavra ao Senador Espiridião.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Só para completar: o que diz o art. 73? O que diz o art. 73? Ele preconiza que os órgãos centrais do Sisnama desenvolvam indicadores de sustentabilidade. Eu já fiz esse apelo ao Senador Nelsinho Trad. O que significa isso? Em vez de falar de queimada, que é morte, vamos falar de vida, como está o balanço evolutivo pelo menos de algumas das espécies do Pantanal que servem como termômetro da saúde desse ecossistema.

Então, acho que, se o Dr. Bim, que é homem inteligente e preparado, e os demais participantes se sensibilizarem por essa ideia, nós vamos formar um *case* para o mundo: medir a vida, ou seja, a sustentabilidade de um ecossistema tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vamos aqui ainda dirigir algumas perguntas dos internautas e também pedir a todos os convidados que, se alguma dessas perguntas não puder ser respondida, façam isso por escrito para que a gente também coloque nos *Anais* da Comissão e para que, já que tudo aqui está sendo publicado, todo cidadão possa acompanhar, através da Comissão Pantanal, as nossas propostas e proposições e também fazer as sugestões, inclusive acompanhar o que foi sugerido aqui pelos nossos convidados...

Aos representantes do Prevfogo e da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil: como é feita a gestão da informação sobre alertas e prevenção nacional de detecção que se integrem com sistemas estaduais? Qual o nível de organização, articulação e implementação desses sistemas?

Ao representante do MMA, que é o Ibama aqui no caso: o art. 40, da Lei 12.651, de 2012, o novo Código Florestal, dispõe que o Governo Federal deverá estabelecer uma política nacional de manejo e controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais que promova a articulação institucional, com vistas à substituição do uso do fogo no meio rural, no controle de queimadas, na prevenção e no combate aos incêndios florestais e também no manejo do fogo em áreas naturais protegidas. Considerando que essa lei foi editada em 2012, pergunto: essa política já foi implementada? Favor explicar o nível de implementação dessa política ou as razões para sua não implementação e os esforços do Governo Federal para colocá-la em prática.

Aos representantes do CPP, Famasul e Famato: lembrando ainda o citado art. 40 do Código Florestal, nele observamos que um dos objetivos da política nacional de manejo e controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais é a substituição do uso do fogo no meio rural. Pergunto: considerando que o emprego do fogo faz parte da cultura do homem pantaneiro, essa substituição é possível ou desejada? É de fato um objetivo a ser perseguido? Se sim, qual deve ser a alternativa do homem pantaneiro ao emprego do fogo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A todos os debatedores: podemos listar diversos elementos necessários a evitar e a combater a tragédia que aqui debatemos, como educação, monitoramento, fiscalização, equipamento, pessoal, capacitação e coordenação. Pergunto: na opinião dos senhores, qual é o peso relativo dessas variáveis para o êxito de uma política nacional de manejo e controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais? E, no Estado, que peso ou nota atribuiriam a cada variável?

Ainda a todos os debatedores: o novo Código Florestal é uma lei de abrangência nacional; é também conhecida como Lei de Proteção à Vegetação Nativa. Por seu alcance em todo o Território nacional, trata-se de uma norma geral e por isso não pode entrar em especificidades, menos ainda no caso de um país megadiverso como o nosso, que, além de seis grandes biomas, possui centenas de ecossistemas e diversos ecótonos que são a zona de transição. Daí a necessidade de leis particulares que, a partir da norma geral, entrem em detalhes que entendam situações peculiares.

Ocorre que apenas o Bioma Mata Atlântica conta com a lei própria. É uma das intenções desta CTEPantanal, a Comissão do Pantanal, construir um marco normativo de referência, um estatuto do Pantanal, que contemple objetivos, princípios e diretrizes gerais para promover o desenvolvimento sustentável da região com ênfase nas características do bioma e nos anseios do povo pantaneiro. Pergunto: com isso em mente e com base na experiência de cada um, que elementos, afirmações, restrições ou propostas os senhores consideram imprescindíveis constarem nesse estatuto?

Ainda gostaria de dizer rapidamente que, nesta semana, nós tivemos oportunidade de conversar com o Presidente da Embrapa, Celso Luiz Moretti, e também com o chefe da Embrapa Pantanal, que é o José Antonio Ferreira de Lara, que inclusive está em Corumbá e estará conosco neste sábado. Aproveito para convidar todos, porque no sábado nós, a Comissão, estaremos lá no Pantanal do Mato Grosso do Sul, na cidade de Corumbá, a partir das 9h da manhã.

Esses técnicos da Embrapa demonstraram muito entusiasmo em contribuir com os trabalhos desta Comissão, repassando a experiência e as pesquisas que têm sido desenvolvidas por essa instituição e que podem nos ajudar a fazer um diagnóstico mais exato de o que vem acontecendo no Pantanal e que resultou nessa catástrofe do incêndio.

As pesquisas podem nos indicar o caminho para a conservação da fauna e flora, aliada à utilização sustentável de recursos naturais. Entre as pesquisas estão o manejo adequado de pastagens nativas para melhorar o seu aproveitamento, a substituição controlada de parte dessas pastagens por pastagens cultivadas e a adoção de reprodução assistida e controlada do gado. A atividade da pecuária pode se aliar ao turismo e à produção de mel para se tornar muito mais rentável.

Também nessa semana estive em contato com o Conselho Federal de Medicina Veterinária e com os conselhos estaduais de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul e sugeri que contribuíssem com a elaboração também do nosso estatuto. Dezenas deles estão no Pantanal neste momento trabalhando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voluntariamente – veterinários e tantos outros – no resgate e tratamento de animais vítimas das queimadas. Eles estão vivenciando o problema de perto e podem contribuir com várias sugestões para o estatuto a partir da experiência que estão vivendo.

É fundamental discutir os caminhos para a recuperação da fauna pantaneira muito atingida pelas queimadas. Há milhares de animais mortos, e precisamos saber como ajudar para que as futuras gerações possam conhecer toda a riqueza na nossa fauna e da nossa flora. Além disso, a Medicina Veterinária é fundamental para a pecuária, principal atividade econômica no Pantanal.

Entre as medidas que podem ser discutidas estão a da inseminação artificial e melhoramento genético também do rebanho.

Acredito que todas essas sugestões são importantes. Vamos intensificar contato com todos os segmentos possíveis para elaborar um estatuto que garanta a conservação do Pantanal mediante o uso racional e sustentável dos recursos.

Então, eu passo a palavra agora, pode ser pela ordem de levantamento da mão ou pela ordem inicial das falas. Quem gostaria de se manifestar primeiro?

O SR. EDUARDO FORTUNATO BIM (Para expor.) – Senador, eu aqui, Eduardo Bim.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não, Eduardo Bim com a palavra.

O SR. EDUARDO FORTUNATO BIM (Para expor.) – Bom, respondendo às colocações da Senadora Simone, as multas do Ibama estão publicadas no portal do Ibama de multas e embargos, é uma atividade recorrente nossa. A gente não tem uma divisão por bioma. E, respondendo à pergunta da Senadora: não precisa mandar requerimento, pode mandar, mas eu vou mandar, até amanhã vão estar no gabinete de V.Exa. as multas do Pantanal e da Amazônia do ano passado e deste ano. É claro que, com a observação de que, às vezes, demora-se para se atualizar um pouco o sistema, então algumas multas que já existem não estarão no requerimento por um problema de sincronização que sempre houve. Mas, até amanhã, em no máximo 24 horas, esses dados estarão no gabinete de V. Exa.

Na questão do orçamento, quando se fala que há uma questão de dinheiro, deve-se lembrar que a gente vem enfrentando uma crise de dinheiro. O Orçamento é um ato conjunto do poder Executivo e do Poder Legislativo, então, é claro que, quando se diz que falta dinheiro, não falta dinheiro para as situações emergenciais que aparecem, etc. Quando você vai fazer um balanceamento do seu orçamento de um modo geral, você tem que ponderar entre várias necessidades do Estado. O meio ambiente sem dúvida é uma delas e sem dúvida é muito importante, mas, nesse arranjo de coordenação que o Legislativo faz ao votar o Orçamento, ele leva várias variáveis em conta, e aí, obviamente, a peça da Lei Orçamentária



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Anual é algo que tem um debate político mais amplo, eu não sei se a gente consegue, vamos dizer assim, concentrar toda a riqueza da discussão que acontece no Parlamento aqui de maneira tão simples.

Agora, nesses cenários de emergência, a Defesa Civil provavelmente vai complementar, aqui, sim, a Defesa Civil tem dinheiro, os Estados e Municípios pedem e, num primeiro plano, tem que se acessar um sistema, etc., há uma burocracia para isso, mas a Defesa Civil manda. Obviamente, o Estado brasileiro passa por uma crise fiscal, a gente não pode ignorar essa realidade, infelizmente, e a gente tem que trabalhar da melhor maneira possível, por isso essa coordenação que está sendo narrada aqui hoje entre os órgãos públicos e a sociedade civil é muito importante, porque é dessa coordenação que a gente supera essas dificuldades e essas crises para poder trabalhar e melhorar o combate aos incêndios florestais, no caso aqui do Pantanal.

Em relação ao art. 40 do Código Florestal, que foi citado, sim, o Ibama – o ICMBio também –, mas o Ibama, pelo seu aparelho de fogo, muito antes do código já articula essas políticas públicas de educação ambiental, de redução do uso do fogo. Lembrar que o uso do fogo para a agricultura é uma prática excepcional, autorizada pelos Estados – de um modo geral, o Ibama só dá autorização para as áreas indígenas, etc.–, mas autorizado pelos Estados o uso do fogo de uma maneira excepcional, com controle. Então, trazer essa educação ambiental, como falei na minha fala inicial, porque o Prevfogo faz isso todo o ano, porque parece que o Prevfogo faz isso só quando há incêndio. Não, ele trabalha, quando não há incêndio, com a educação para a redução, exatamente para melhorar essa percepção da educação ambiental para não usar o fogo de uma maneira desnecessária ou equivocada. Em algumas situações, o manejo integrado do fogo é muito importante para diminuir a massa do tanto que queima, para quando vier o incêndio, se vier um incêndio, a gente não ter uma perda muito grande de biodiversidade, mas esse trabalho já vem sendo feito, já vem sendo apresentado, é um trabalho recorrente e contínuo que faz o Prevfogo.

Obviamente também há os órgãos estaduais fazendo esse trabalho. A gente coordena também com o Corpo de Bombeiros de todos os Estados. Enfim, é algo que já acontece.

Então, eu só queria fazer essas colocações iniciais e ficar à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós gostaríamos de passar, agora, ao segundo palestrante, do Prevfogo, José Carlos Mendes de Moraes. *(Pausa.)*

O.k.

O SR. JOSÉ CARLOS MENDES DE MORAIS – Estão escutando?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k. Muito bem. O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ CARLOS MENDES DE MORAIS (Para expor.) – Bom, houve muitas perguntas, principalmente dos internautas, Senador, que são complexas. Então, eu não consegui nem anotar todas elas. E realmente, pela complexidade, eu acho que seria até mais interessante que fossem feitas por escrito e, depois, responderíamos a elas propriamente, de forma direta, porque perguntas complexas vão exigir respostas complexas, e também eu tenho que pegar estudos, com o meu pessoal de trabalho, para dar respostas satisfatórias.

Quanto à Senadora Simone – e o Presidente já comentou –, os recursos disponíveis, hoje, tanto humanos como materiais, no Prevfogo não são suficientes, mas são os adequados para o que se esperava desse período de queimadas, de incêndios, desse período seco. Agora, é claro que a gente não esperava uma seca tão severa, que veio, inclusive, em função dos ventos fortes, do capim mais seco. Então, as condições meteorológicas favoreceram muito mais a propagação dos incêndios. Obviamente que houve uma ignição, alguém colocou esse fogo, porque os incêndios naturais são muito poucos, ainda mais na região, já que não houve chuva, para haver raios; não houve pedras; não houve descargas elétricas. Então, dificilmente esses incêndios foram naturais. E os órgãos tanto estaduais, como municipais e federais, têm feito um trabalho de correção quanto a isso, buscando a determinação das causas e origens, buscando os infratores e multando quando for o caso. Então, isso tudo tem que ser feito pelos órgãos.

Agora, quanto à gestão de alertas, de que o internauta falou, o Inpe tem desenvolvido, ao longo dos anos, sistemas de alertas de incêndios florestais, que são, inclusive, uns dos melhores do mundo. E nós temos usado essa ferramenta para buscar melhorar os nossos sistemas tanto de detecção, quanto de combate. Também, com base nessa intervenção, nesse combate, nós temos retroalimentado nosso sistema de combate, de prevenção, para que, em anos futuros, não haja os mesmos problemas que estamos enfrentando hoje.

Quanto ao combate, eu não vou lembrar o nome da pessoa que falou também na utilização de novas tecnologias, seria o combate aéreo. O Brasil, embora já tenha, há algum tempo, trabalhado com o combate aéreo, realmente foi pouco. A gente tem que avançar nessa tecnologia. E, principalmente por se tratar da entressafra agrícola, nós podemos também disponibilizar ou lançar mão dessa ferramenta em anos futuros. É claro que isso vai crescer.

Sobre a adaptação das aeronaves, o combate aos incêndios florestais, por meios aéreos, não corresponde a uma pulverização, não possui a mesma forma, nem o mesmo treinamento. A maioria das aeronaves vai ter que sofrer adaptações no seu *hooper*, na descarga, porque não pode ser descarga única; as descargas têm que ser mais bem trabalhadas. Vai ter que haver um treinamento tanto dos pilotos, quanto uma adaptação das aeronaves, para a gente poder usar essa tecnologia no futuro.

E a tecnologia pode ser usada pelo Ibama, como órgão federal, em apoio aos órgãos estaduais ou ao ICMBio, que tem a gestão das unidades de conservação. Mas a gente vê isso com bons olhos. Eu lembro que no passado já houve uma tentativa de colocar as aeronaves à disposição do combate aos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

incêndios florestais, mas, por vários motivos, na época não andou. Quem sabe agora anda e a gente pode lançar mão dessa tecnologia.

Bom, quanto à organização dos órgãos estaduais, federais e municipais, o Ibama, assim como o Ministério do Meio Ambiente, vem trabalhando no Centro Integrado Multiagências, em que justamente foram colocados todos os órgãos que têm algum tipo de afinidade ou algum tipo de recurso para o combate ou sejam donos de área. Esses órgãos têm conversado para poder promover a utilização dos recursos humanos e materiais e, com isso, contribuir para um combate mais efetivo e eficiente.

Bem, eu dei uma geral, um panorama mais amplo, e a gente está pronto, aqui no Prevfogo, para responder às questões, conforme forem formuladas.

Obrigado, Senador. Seria isso? Não sei se o Yugo teria alguma coisa a complementar, porque ele é um dos meus melhores funcionários, técnico experiente, lá do Mato Grosso. Então, qualquer coisa, ele pode complementar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. YUGO MARCELO MIYAKAWA (Para expor.) – Quero complementar as colocações ditas pelo Presidente do Ibama e pelo Zé Carlos, chefe do Prevfogo, justamente sobre essa questão dos Estados, de como é a articulação estadual, cuja fala o Zé Carlos já iniciou, e a questão do Ciman, o Centro Integrado de Multiagências.

Na verdade, cada Estado, em princípio, deve instalar o Ciman dentro da sua área de jurisdição e, a partir desse centro, fazer a integração de todas as instituições que detêm alguma relevância, alguma importância, alguma ação com relação à questão dos incêndios florestais.

A questão dos incêndios florestais não está restrita simplesmente ao combate, não está restrita ao Ibama, não está restrita ao ICMBio, não está restrita ao próprio Governo. Ela é bem ampla e deve atingir a todos e deve integrar propriedades rurais, proprietários rurais, unidades de conservação, terras indígenas, áreas quilombolas, assentamentos – todos esses são atores que trazem relevância, que trazem importância e que acabam por influenciar diretamente a questão dos incêndios florestais.

É dessa forma que os Estados se articulam e trocam as informações necessárias para as ações de combate e prevenção.

Outro ponto importante com relação à Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo é que já foi feita a propositura dessa lei. É um projeto de lei que está em trâmite no Congresso. Ela foi apresentada em 2018 e encontra-se sob análise da Câmara.

Portanto, a propositura foi feita e a gente está aguardando as discussões para que a gente possa, então, contribuir, caso seja necessário, no momento oportuno, para que a propositura dessa lei possa ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançada e, em dado momento, ser aprovada, para que a gente possa implementar a questão do uso do fogo.

Na verdade, a gente tem de começar a imaginar, a pensar, a abrir a mente, porque o fogo é um elemento da natureza e não há, não temos como simplesmente falar que vamos erradicar do ambiente. Não há como, não há como. O que nós temos de fazer, a partir deste momento, é entender a dinâmica do fogo e, a partir dos benefícios que ele proporciona, utilizá-lo de forma à sociedade, porque ele é benéfico, dependendo da forma como ele é utilizado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós é que agradecemos.

Essas perguntas serão encaminhadas, sim, ao Prevfogo, para que a gente possa ter também essas respostas técnicas nos nossos *Anais*.

Queremos passar, agora, ao Dr. Paulo Teixeira de Souza Júnior, do Centro de Pesquisa do Pantanal, da mesma forma, com tempo para que ele possa fazer as suas conclusões e a resposta dele na medida do possível.

O SR. PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JÚNIOR (Para expor.) – O.k.

Obrigado.

Inicialmente eu gostaria de cumprimentar os três Senadores que fizeram intervenções, o Senador Esperidião Amin, a Senadora Simone Tebet e a Senadora Soraya, pelas suas falas.

Eu gostaria de destacar, por exemplo, na fala da Senadora Simone Tebet, o fato de que nesse problema por que nós passamos hoje, além da questão climática, além do desmatamento da Amazônia, além do cuidado que nós temos de ter com o entorno do Pantanal, com a cabeceira dos rios que fornecem água para o Pantanal – tudo isso tem de ser levado em conta em uma eventual legislação sobre isso –, o Pantanal tem um fator adicional: desde os anos 70, a pecuária do Pantanal vem perdendo espaço, e houve, então, o empobrecimento de muitos pecuaristas da região, o que levou ao barateamento das terras, que foram compradas por pessoas de outras regiões – e aqui não tem nenhum xenofobismo meu, porque eu mesmo sou mineiro, sou de outra região. Mas essas pessoas não conheciam o manejo tradicional da região. O fazendeiro tradicional do Pantanal sempre usou fogo de maneira controlada.

No caso nosso, do CPP, somos a favor, sim, do uso do fogo, de estudos de alternativas para esse uso do fogo. Nós, inclusive, estamos compondo um grupo de trabalho aqui, na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), para estudar a questão da limpeza de campo, porque ela é fundamental. Como eu disse, enquanto ela vinha sendo feita da maneira tradicional, com o conhecimento tradicional, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tínhamos menos problemas. Esse desconhecimento traz a necessidade de que a gente tenha um marco regulatório para cuidar dessa questão da limpeza de campo.

O Senador Esperidião Amin colocou também a questão dos indicadores, que acho fundamental. Nós temos, sim, de buscar esses indicadores. No CPP e no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Áreas Úmidas, nós temos pesquisadores trabalhando nessas linhas.

Eu destaco aqui também, na nossa visão, a necessidade de criação de um centro, de uma unidade de inteligência, que poderia ser até no Ciman, no Centro Integrado Multiagências, mas que encampasse outros atores, uma unidade de inteligência para que a gente pudesse trabalhar preventivamente nos outros anos.

Esse exemplo em que o Senador Esperidião Amin falou de um *software* que eles vêm mostrar aqui, eu já vi várias outras também. Na Amazônia, por exemplo – acho que instalaram um *chip*, não tenho muito de memória agora –, eles conseguem se comunicar em tempo real em áreas muito vastas. Isso é muito importante para nós também.

Eu vejo que é necessário que a gente faça agora um diagnóstico das perdas que nós tivemos para depois traçar os planos, as estratégias para o futuro.

A pessoa que citou aqui o art. 43, do controle das queimadas, acho que já respondi sobre isso. Acho que as queimadas fazem parte da paisagem pantaneira, e a questão é regulamentar esse tipo de atividade.

No CPP, novamente, nós nos colocamos à disposição para contribuir com todo esse esforço.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vamos passar a palavra agora à Famasul. Está ouvindo bem aí? (*Pausa.*)

Está sem som.

O SR. MARCELO BERTONI (Para expor.) – O.k.

Só respondendo à pergunta que o senhor fez, nós temos um Cras em Campo Grande. Está tudo centralizado aqui, todos os animais estão sendo trazidos para Campo Grande. E o Governo estadual disponibilizou um móvel, que está andando pelo Pantanal e fazendo esse primeiro acolhimento no Pantanal.

Quero colocar mais uma vez a Famasul, a federação, o sistema da Famasul, à disposição dos Senadores ou de qualquer Parlamentar para que nós contribuamos com esse assunto tão importante para o nosso setor e para o nosso Pantanal.

Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As respostas, se o senhor encaminhar as perguntas, porque são perguntas compridas e realmente algumas são complexas, a gente vai responder e mandar, a contento de quem fez a pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós queremos passar agora a palavra para o Dr. Alexandre Lucas Alves, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, para sua conclusão.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES (Para expor.) – Muito obrigado. Eu quero só mais uma vez cumprimentar pela excelência da reunião. Acho que isso é extremamente importante para fortalecer o sistema.

Respondo à pergunta do internauta, de como são feitos os alertas e como isso é coordenado. Isso já foi respondido aqui. Nós temos os institutos de meteorologia, os institutos de pesquisas espaciais e o Cenad; nós temos quatro institutos que tratam do monitoramento e do alerta de desastres no Brasil: o Cemaden; o Inmet, que é Instituto de Nacional de Meteorologia; o Inpe, Instituto de Pesquisas Espaciais; e o Cenad, que é o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Esses órgãos, em conjunto, emitem alertas para o Brasil através de SMS, não só de incêndio florestal, mas também de qualquer outro tipo de desastre de origem natural. Basta que a pessoa coloque no SMS dela o número 40199 e o CEP para receber os alertas, principalmente os alertas relacionados ao período chuvoso. Esses alertas, inclusive de incêndios florestais e de estiagem, são emitidos para as defesas civis estaduais e municipais com as informações necessárias, inclusive as relativas a processos de prevenção e mitigação; também são emitidos para os diversos órgãos do Governo Federal e de governos estaduais, como já foi falado pelos colegas do Ibama e do ICMBio.

Eu queria só esclarecer, Senador Wellington, também para a Senadora Simone, que, quando eu digo que há recursos, que não faltarão recursos, refiro-me aos que estão relacionados à resposta ao desastre. Dentro da rubrica da ação orçamentária de defesa civil, para as ações de resposta, nós temos recursos este ano – falei "este ano", porque a LOA do ano que vem está nos deixando preocupados –, nós temos recursos para a resposta. E já queria deixar claro que essa resposta está relacionada às estruturas de emergência. Então, possivelmente, Senador, nós não vamos poder empregar recursos da defesa civil no estabelecimento de uma infraestrutura da UFMG. É para alugueis de carro, para a criação de centros de recolhimento, centros de triagem. Teria que estar relacionado a emergência. Então, é só para deixar bem claro isso.

Quanto a essa questão de recursos, é muito importante esclarecer para todo o Brasil que a colocação de recursos financeiros e orçamentários à disposição dos Estados e Municípios, por si só, não resolve o problema. Por exemplo, nós não temos helicópteros para locação disponíveis, porque, como já foi dito aqui, os helicópteros para combate ao fogo têm que ter treinamento especial e têm que ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção na descarga e nos seus equipamentos com relação à fuligem. Então, não há mais aeronaves locadas não é por falta de recursos, às vezes é por falta de disponibilidade no mercado; não há mais brigadistas porque também faltam pessoas. Todos os recursos necessários para a contratação de brigadistas foram disponibilizados e, como também já foi muito bem falado aqui pelos especialistas, não é qualquer pessoa que pode ser brigadista, ela tem de ser treinada.

Eu queria terminar dizendo que nós articulamos outros órgãos também. Por exemplo, a Polícia Militar de Minas Gerais tem muita experiência no combate a incêndios florestais com o uso de helicópteros. Ela tem muita experiência, e ela já se colocou à disposição para treinar outros Estados e treinar outros atores nessa colocação, isso também é um papel da Defesa Civil.

E, por fim, quero dizer que o Prof. Paulo von Krüger, da Universidade Federal de Minas Gerais, nos informou agora – eu até coloquei o *link* aqui no *chat* – que os pesquisadores da UFMG desenvolveram uma tecnologia que prevê o comportamento dos incêndios florestais – ela prevê o incêndio florestal e seu comportamento. Isso vai ser muito importante, e eu acho que a comunidade científica e nós todos temos que agregar toda essa tecnologia que está sendo desenvolvida e colocá-la à disposição para que nós avancemos nessas ações de prevenção.

Por fim, eu só tenho que agradecer a oportunidade e dizer que uma reunião como esta nos deixa bastante felizes como gestores públicos e como brasileiros.

Muito obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – É só porque eu fui citada e queria fazer um esclarecimento.

É óbvio que eu sei qual é o papel da Defesa Civil, que aliás tem o nosso respeito e toda a nossa admiração sempre. Nós não vivemos sem vocês. Vocês fazem um trabalho excepcional junto aos corpos de bombeiros. Os comandantes são sempre abnegados, os comandantes das corporações de bombeiros do Brasil como um todo fazem o seu trabalho porque amam a profissão, amam o que fazem.

A minha colocação apenas, Dr. Alexandre, foi no sentido macro. É óbvio que os senhores como eu também fazemos parte de um sistema e respondemos a ele. A Defesa Civil significa prevenção, não só combate. Não falta recurso para a prevenção, e obviamente que, se não forem acionados a tempo ou se forem acionados tardiamente, vão dar respostas tarde, de forma tardia. O que eu coloquei – e aqui fica uma dúvida muito grande; inclusive para esta Comissão, Sr. Presidente, talvez esta seja a maior dúvida



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que eu tenho em relação ao Pantanal – é: se essa tragédia não era anunciada; se nós realmente não negamos, por uma questão até de não querer realmente saber ou ter que lidar com essa situação catastrófica, se não houve um negacionismo em relação a essa questão, sabendo da estiagem, sabendo que isso poderia acontecer.

Eu acabei de anotar – enquanto eu estava aqui, estava a televisão ligada –, Sr. Presidente: em Corumbá, em 48 horas – se o noticiário for falso, eu peço desculpas –, surgiram, foram detectados 440 focos de incêndio, em Corumbá – em 48 horas! Então, não estamos dizendo nada de forma oposta, quer dizer, é impossível, humanamente impossível, em termos de estrutura, ainda que fosse todo o orçamento do Brasil, combater 440 focos de incêndio que surgiram ou foram detectados em dois dias. Isso não se discute.

A única coisa que eu repito é se nós não chegamos tarde nessa história. O incêndio começou em final de junho, e o Ministro do Meio Ambiente chegou 60 dias depois no Pantanal. O Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministro Rogério, que foi muito solícito conosco, foi a Campo Grande, foi a Cuiabá liberar recursos. Mas chegamos tarde, e é preciso reconhecer isso até para que, ano que vem, nós não cometamos esse mesmo erro. Então, fica aqui só nesse sentido.

Por fim, Sr. Presidente, eu não poderia deixar aqui de fazer uma observação ao Eduardo, do Ibama. Eu conheço a consulta pública do auto de infração por Estados, por Municípios e por tipos de infração do Ibama. Confesso que acho que falta transparência. Nós não conseguimos colocar informações ali e obter a informação de que nós precisamos. Eu não quero ter que colocar o Município de Corumbá, depois o Município de Ladário, depois o Município de Cuiabá, não quero colocar ali a região de Poconé para saber, no globo, no todo, quantos focos de incêndio, desculpe, quantas multas foram aplicadas, quantas foram pagas em um comparativo por ano. Então, fica só uma sugestão para o Ibama de mais transparência em relação a essas informações, até para não se dar a sensação de que está escondendo algo, e não está. Eu sei do trabalho do Ibama, sei do esforço da equipe, principalmente dos concursados.

Então, é só nesse sentido que eu gostaria de complementar. Acho muito importante essas complementações, Senador Wellington, até para que a gente possa aqui avançar.

Muito obrigada.

Desculpa pelo tempo tomado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradeço à Senadora Simone.

Vamos passar a palavra, então, para o último orador, Normando Corral, que é o nosso representante da Famato.

O SR. NORMANDO CORRAL (Para expor.) – Obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, não só porque o senhor é Senador de Mato Grosso, parabenizar V. Exa., Senador Wellington, e todos os outros que aqui também se manifestaram, todos os Senadores.

Eu tenho de fazer um reconhecimento aqui, quase uma confissão: raramente, participei de uma reunião, de uma sessão, na verdade, de uma audiência pública tão produtiva como esta. Acho que as opiniões são bastante convergentes. Foi feito aqui um ou outro ajuste em alguma coisa, mas estamos todos, não só o setor público, mas principalmente o setor privado, conscientes do que nós temos que fazer. O que nós temos, então, que fazer é acelerar esse processo, para que, quando vierem a ocorrer ou caso ocorram incêndios florestais dessa magnitude, como vimos agora, estejamos preparados.

Eu esqueci de falar anteriormente, quando o Eduardo falou sobre apagar os incêndios com abafadores... Até parece que foi a óbito um brigadista. Aqui, na região de Cáceres, um zootecnista jovem, de 35 anos de idade, funcionário do grupo Grendene, também apagando o fogo que tinha começado, como eu havia falado, Senador, às margens da rodovia, acabou perdendo a sua vida. Ele teve 80%... Ele ficou cercado pelo fogo e teve 80% do seu corpo queimado. Essa, sim, foi uma tragédia muito triste para todos nós.

Quero colocar aqui todo o sistema Famato à disposição, para que a gente consiga conter esse problema no Pantanal, em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul. Estamos à disposição dos senhores para que a gente possa tomar as soluções adequadas, para que a gente previna os incêndios e, caso eles aconteçam, os combata.

Obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós queremos agradecer a todos que se fizeram presentes aqui, aos Senadores, a todos os convidados.

Inclusive, Normando, quero convidá-lo também para, na sexta-feira, ou melhor, no sábado, pela manhã, fazer uma visita a Corumbá. Se for o caso, também a própria Famato poderia comparecer, já que tivemos aqui, na visita ao Pantanal Mato-Grossense, companheiros de Mato Grosso do Sul. Depois nós vamos entrar em contato.

Eu quero ainda registrar aqui... Infelizmente, não dá mais para serem respondidos, mas Edinei Marcondes, de Santa Catarina, pergunta: "Qual medida eficiente a ser adotada pelo Legislativo frente à inércia/ineficácia do Executivo?".

Olha, nós já aqui justificamos... Inclusive, o Executivo foi bastante cobrado. A presença hoje do Executivo aqui, em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, já é bastante marcante, com equipamentos, com novos brigadistas, com helicópteros e aviões. Enfim, isso já foi inclusive explicado um pouco.

Então, eu constato aqui o que a Senadora disse: atrasou. A tomada de decisão poderia ser feita com mais antecedência, já que nós tínhamos previsões. Hoje, principalmente em Mato Grosso, no Centro-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oeste brasileiro, a nossa agricultura é de precisão. Então, as informações dos satélites estão todas prontas, à disponibilidade também do Governo. Infelizmente, atrasou, e é um reconhecimento que tem que ser feito.

Agora, eu tenho dito também que antes tarde do que nunca. Então, nós temos que agora – e para isso este é o papel do Legislativo –, fazer uma normatização através do Estatuto do Idoso, para evitar que, no ano que vem, aconteça a mesma coisa. Claro que não teremos como dizer "nunca mais vai haver incêndios", porque isso acontece, mas temos que ter pelo menos condições de debelar esses incêndios da melhor forma possível.

Por isso também é que nós queremos falar na conservação do Pantanal, mas também no seu desenvolvimento sustentável, a harmonia entre todos aqueles que vivem no Pantanal, os ribeirinhos, também os quilombolas, os indígenas, o pantaneiro pecuarista, enfim, todos os seres humanos que lá estão, no sentido de que possamos preservar, conservar a nossa fauna, a nossa flora, para que as futuras gerações possam, de maneira saudável, utilizar esse que é o bioma específico do Pantanal, um patrimônio da humanidade.

Ainda Edinei Marcondes: "A degradação anormal causada pelas queimadas desequilibra todos os biomas. Qual medida eficiente para proteger [esses biomas e para fornecer algo] às futuras gerações [e o meio ambiente adequado]?" É o que eu já respondi.

Carlos Frizi, São Paulo: "Para salvar Amazônia é só tirar todas ONGs internacionais disfarçadas, os garimpos ilegais são das ONGs". Isso é uma posição dele.

Angela Dabela, Mato Grosso: "Creio que todos perdemos quando o Pantanal está em chamas".

Joao Vicente Fogaca Viggiani, São Paulo: "O que de real, de dentro do Senado, com recursos do Senado, os nobres Senadores irão fazer? Só discursos e acusações [...]".

William Cabrera Riquelme: "Houve atos criminosos ou acidentes de incêndio?".

Com certeza, houve, sim, atos criminosos, e isso está sendo levantado e acompanhado pelo Ministério Público e também pela própria estrutura da Polícia do Governo do Estado de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Em relação ao Senado, o Senador Esperidião Amin respondeu muito bem: a nossa função é legislar, fiscalizar, e é o que estamos fazendo. Após a constituição desta Comissão, o que nós podemos garantir é que a presença do Estado se fez muito mais marcante, tanto em Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul.

Paulo Roberto Batista Pinto, do Rio de Janeiro: "Utilizar hidroaviões para reabastecimento rápido de água contra as queimadas e maior cobertura nacional, com pelo menos um por unidade da Federação".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que, no Pantanal, também nós tivemos problemas seriíssimos de falta d'água, porque a seca foi muito grande, como nunca houve nos últimos 40 anos. Então, nós vamos ter que, inclusive, criar estruturas adequadas, recomendar isso. Por exemplo, na criação da pecuária, os bebedouros também devem ser acessíveis aos animais silvestres. Nós precisaremos construir, inclusive, reservas específicas no Pantanal, dada essa seca tão grande. Agora nós poderemos, com estudos, com o apoio da ciência, da tecnologia, com as universidades presentes, com a Embrapa e todos os organismos, buscar meios para que possamos, junto com o Governo inclusive, estruturar alguns pontos estratégicos para que não ocorra o que está acontecendo hoje.

Mesmo você colocando o alimento, o animal tem dificuldade de ir buscar a água. Ele tem que ter o alimento e tem que ter a água. Quando ele vai buscar a água nos locais de maior depressão, ocorre um problema também porque nós temos aqui a queima subterrânea. As camadas vegetais vão se acumulando, principalmente próximo desses locais com mais volume de água, que se enchem mais, pois a cada seca elas vão se depositando. Então, vem a queima agora e, naquela queima, praticamente você não enxerga, você não vê. O animal, quando vai lá em busca da água, coloca as patas; o animal rastejante também vai; e a queima é muito maior. Então, às vezes, você vê animais de casco cujo corpo não foi queimado, mas a pata, o membro inferior às vezes foi muito queimado exatamente por essas situações, por esses materiais orgânicos que são muito fortes e que existem no Pantanal. Por isso, nós vamos ter que discutir também, quando falamos em uso sustentável, exatamente o manejo adequado para que possamos propiciar a conservação do Pantanal.

Então, quero agradecer a todos, principalmente ao nosso Presidente Davi Alcolumbre, que é o Presidente do Senado. Agradeço também à Érica Ceolin, Diretora da Secretaria de Comunicação Social da TV Senado; ao Érico Silveira, Diretor de TV do Senado; ao Dirceu Vieira Machado Filho, Diretor da Secretaria das Comissões – ele que também é mato-grossense –, mais uma vez agradeço aqui ao Dirceu Vieira Machado pelo apoio; e ao Marcelo Assaife Lopes, Secretário de Comunicação Temporária Externa, lotado para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal. Também quero agradecer ao Gustavo Aouar e à Karin Kässmayer – são dois nomes complicados –, que são Consultores do Senado da República e estão nos dando todo o apoio para que possamos criar o Estatuto do Pantanal. Já temos hoje uma minuta do Estatuto do Pantanal pronta, que está disponível para todos os brasileiros na Comissão Pantanal do Senado. Vocês podem acessá-la e fazer sugestões para que a gente possa aperfeiçoar esse trabalho. Esses dois consultores estão fazendo todo o trabalho técnico; também com a minha assessoria, a quem eu gostaria de agradecer em nome da Marisa, do Chefe de Gabinete Fernando e da Justina Fiori, que está aqui fazendo a nossa assessoria junto com toda a equipe técnica.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta reunião, convidando já para a próxima reunião, que será realizada na sexta-feira, no mesmo horário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um grande abraço.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS INCÊNDIOS DETECTADOS NO BIOMA PANTANAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2020, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia dois de outubro de dois mil e vinte, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal com a presença dos Senadores Simone Tebet, Nelsinho Trad, Soraya Thronicke, Carlos Fávaro e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa.** **ITEM 1 - Requerimento Nº 15, de 2020** que: "Requer que na diligência externa da CTEPANTANAL a ser realizada em Corumbá/MS no dia 3 de outubro de 2020, sejam incluídos os seguintes convidados: Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida - Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV); Sr. Roberto Renato Pinheiro da Silva - Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso (CRMV-MT); Sr. Rodrigo Bordin Piva - Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Mato Grosso do Sul (CRMV-MS)." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 16, de 2020** que: "Requer que na reunião da CTEPANTANAL a ser realizada no dia 7 de outubro de 2020, sejam incluídos os seguintes convidados: Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida - Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV); Sr. Roberto Renato Pinheiro da Silva - Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso (CRMV-MT); Sr. Rodrigo Bordin Piva - Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Mato Grosso do Sul (CRMV-MS)." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 17, de 2020** que: "Requer que na Audiência Pública objeto com o objetivo de coletar subsídios para elaboração do Estatuto do Pantanal seja incluído representante da Confederação Nacional da Agricultura - CNA." **Autoria:** Sen. Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº 18, de 2020** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, informações detalhadas sobre multas ambientais aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)." **Autoria:** Sen. Simone Tebet. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realização de audiência pública para avaliação da efetividade das operações e medidas de enfrentamento. **Participantes:** Sr. Valdir Colatto, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro; Dr. Alberto Setzer, Representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Dra. Áurea da Silva Garcia, Diretora-Geral da Mupan (Mulheres em Ação no Pantanal); General de Brigada José Eduardo Leal de Oliveira, Representante do Ministério da Defesa; e Dra. Mauren Lazzaretti, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington Fagundes

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/02>

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento 2.187, de 2020, que tem por objetivo acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal e seus desdobramentos, as providências para evitar novos focos de incêndios, a limpeza dos locais já atingidos, a proteção das populações diretamente atingidas, da economia, da fauna e da flora e a transparência das atividades coordenadas pela Operação Pantanal.

Ao iniciar, eu peço à TV Senado que passe um vídeo demonstrando um pouco da situação que está acontecendo hoje com as queimadas.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero esclarecer que nós já estamos aqui na cidade do Pantanal, na nossa...

Quero esclarecer aqui – acho que está bom o som, está tudo bem – que nós já chegamos ao Pantanal, à cidade de Corumbá, e queremos aqui agradecer ao Almirante Guida, Comandante do 6º Distrito Naval aqui em Ladário, Mato Grosso do Sul, que fica ao lado de Corumbá. Nós estamos tendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui muita receptividade, inclusive estamos no Comando da Marinha, onde estamos realizando esta reunião virtual hoje. Quero cumprimentar também o Capitão assistente.

Senhoras e senhores, estamos em uma das cidades mais importantes do Pantanal. Disputada por portugueses e espanhóis, Corumbá congrega a cultura de vários povos que lhe conferiram uma culinária variada – tereré para combater o calor, o quebra torto, a carne com arroz feita com charque do Pantanal –, tudo isso acompanhado de um chamamé, uma polca ou uma guarânia. Não é à toa que aqui foi acolhido um dos maiores poetas do Brasil, Manoel de Barros, que nasceu em Cuiabá, mas viveu a maior parte de sua vida em local próximo a Corumbá.

A cidade é um polo econômico consolidado pela extração do minério em Urucum e pelo transporte fluvial pelo Rio Paraguai. Toda a sua economia gira em torno desse rio, que serviu para a ocupação de toda essa região.

E por falar no Rio Paraguai: acabamos de conseguir a publicação, esta semana, no *Diário Oficial da União*, do EVTEA para a pavimentação da BR-174 lá na cidade de Cáceres. Essa estrada de 71 quilômetros vai até Santo Antônio das Lendas, onde duas estações de transbordo de carga estão sendo implantadas. Dessa forma, estaremos incrementando ainda mais o transporte pela hidrovia Paraguai-Paraná.

Mas voltando a falar de Corumbá: localizada estrategicamente no último trecho plenamente navegável do rio, recebe embarcações de maior calado, o que lhe garantiu um rápido crescimento econômico pelo transporte de cargas e agora ganha ainda mais força pela atividade da pecuária. Milhares de turistas vêm para cá para pescar e conhecer as belezas naturais desta região, mas neste momento o que atrai os olhos do mundo para Corumbá não são suas belezas nem sua economia, mas os incêndios florestais, que já consumiram boa parte do nosso Pantanal.

Dados do Inpe mostram Corumbá na liderança do número de focos de calor em 2020, por todos os Municípios daqui. Já são 6.039 focos de incêndio registrados no território corumbaense neste ano; só em setembro foram 1.645 focos. Até o ninho de tuiuiú que era considerado patrimônio imaterial e um dos pontos mais visitados pelos turistas foi consumido pelas chamas. Vinte e três por cento da área do bioma Pantanal já foram devastados pelo fogo, isso entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Dessa porcentagem, só no Pantanal de Mato Grosso do Sul, o total da área destruída é de 1.408 mil hectares. O foco que havia sido controlado ressurgiu e se alastra principalmente na Serra do Amolar –hoje, felizmente, tivemos a notícia de que começa a ser controlado. Já no Pantanal de Mato Grosso, a área queimada ultrapassa 2 milhões de hectares. Ao todo os dois Estados somam 3.361.000 hectares de vegetação destruída pelo fogo, sem contar, claro, com os animais mortos. E é esse cenário que não queremos que se repita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, esta Comissão temporária externa tem por objetivo promover uma ampla articulação com os diferentes atores envolvidos com o Pantanal, de forma a apresentar encaminhamentos e soluções concretas a serem executadas pelo Poder Legislativo.

Hoje temos duas missões. A primeira é emergencial. Precisamos conseguir controlar os incêndios, e, para isso, estamos trabalhando junto aos órgãos governamentais por uma atuação mais efetiva, por meio de arregimentação das diversas forças públicas, bem como o voluntariado. Já conseguimos avançar. Em Mato Grosso, pelo menos 80% dos focos foram debelados e os que estão surgindo estão rapidamente sendo controlados. Mas não podemos descansar, a seca vai continuar intensamente por mais quatro ou cinco anos. E isso exige que façamos um planejamento para evitar as ocorrências tristes e catastróficas como as que vêm acontecendo.

A estiagem deste ano ultrapassou todas as condições normais do bioma Pantanal e superou a capacidade das instituições públicas que trabalham na prevenção do fogo e até dos pantaneiros, acostumados a lidar com o ciclo da seca e da cheia. Também quero aqui destacar, dentre os pantaneiros, os ribeirinhos, os quilombolas e os indígenas.

O prolongamento do período da seca representa um desafio para se estabelecer quais são as ações metodológicas e tecnológicas para a prevenção e preparação para essa situação excepcional. Vamos trabalhar, dentro do estatuto, a harmonização da legislação entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, visando integrar as políticas públicas entre os Estados do Pantanal, com ênfase no fomento ao desenvolvimento sustentável; daí a importância do Governo Federal, de criarmos, inclusive, um programa federal de incentivos, de investimentos para que a gente tenha a atividade econômica do turismo, da pecuária, com incentivos fiscais, com linhas de crédito específicas.

Precisamos, com isso, então, desses investimentos em nossa infraestrutura. A Sudeco, que é a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, tem que ser mais bem estruturada e o FCO precisa ser direcionado, principalmente neste momento, para a recuperação e conservação de nossas atividades econômicas, como a pecuária e o turismo.

Milhares de reses, de gado, já foram queimadas, e o fazendeiro, o proprietário precisa da linha de crédito para a reposição desses animais. Além disso, precisamos de pesquisa e de investimentos em saneamento básico. O Pantanal recebe o lixo *in natura* de dezenas de cidades. Por isso, lembro aqui do programa Vive Pantanal, que foi assinado pelo governo de Mato Grosso e que previa uma série de ações para o desenvolvimento sustentável do Pantanal, o Pantanal mato-grossense. Ele foi cancelado em 2004 como consequência da reduzida aplicação dos recursos.

Acredito que não seria difícil conseguir financiamento externo. O mundo tem interesse na conservação do meio ambiente, principalmente do nosso bioma pantaneiro, o bioma Pantanal, que é hoje um patrimônio da humanidade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, o Estatuto do Pantanal será norteador para agir, cooperado e integrado, entre os Estados e conterà diretrizes aos Estados situados na região do Pantanal, visando a fomentar a certificação ambiental das atividades sustentáveis desenvolvidas na região da Bacia do Rio Paraguai.

Quero aqui agradecer e também esclarecer que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função “levantar a mão” do aplicativo, e que a ordem da fala será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 4ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, está aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e à realização de audiência pública para a avaliação da efetividade das operações e medidas de enfrentamento às queimadas.

Passamos, inicialmente, à leitura dos requerimentos pautados.

1ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 15, DE 2020**

Requer que, na diligência externa da CTEPANTANAL a ser realizada em Corumbá/MS no dia 3 de outubro de 2020, sejam incluídos os seguintes convidados: Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida - Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV); Sr. Roberto Renato Pinheiro da Silva - Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso (CRMV-MT); Sr. Rodrigo Bordin Piva - Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul (CRMV-MS).

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

O Requerimento nº 16, de 2020, requer que os mesmos três Conselhos de Medicina Veterinária mencionados no Requerimento 15 sejam incluídos na audiência pública a ser realizada no dia 7 de outubro.

1ª PARTE



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2020

Requer que, na reunião da CTEPANTANAL a ser realizada no dia 7 de outubro de 2020, sejam incluídos os seguintes convidados: Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida - Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV); Sr. Roberto Renato Pinheiro da Silva - Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso (CRMV-MT); Sr. Rodrigo Bordin Piva - Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul (CRMV-MS).

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2020

Requer que, na audiência pública objeto com o objetivo de coletar subsídios para elaboração do Estatuto do Pantanal, seja incluído representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA.

Autoria: Senador Nelsinho Trad.

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2020

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, informações detalhadas sobre multas ambientais aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Autoria: Senadora Simone Tebet.

Consulto os Senadores e Senadoras se alguém deseja discutir os requerimentos da pauta. *(Pausa.)*

Passemos, então, à votação.

Proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea “d”, item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação em bloco de todos os itens da pauta. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo concordância dos membros, passemos à apreciação em bloco dos itens pautados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Os membros da Comissão que desejarem se manifestar ainda podem fazê-lo. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, então, nós os consideramos aprovados.

Dando início à nossa audiência pública, informo que todos os que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211. Repito: isso pode ser feito através do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Inclusive, já estão chegando várias perguntas aqui.

Para a audiência de hoje, estão presentes os seguintes convidados: General de Brigada José Eduardo Leal de Oliveira, representante do Ministério da Defesa; Dr. Alberto Setzer, representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Sr. Valdir Colatto, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro; Dra. Mauren Lazzaretti, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) e também Secretária do Meio Ambiente de Mato Grosso; e Dra. Áurea da Silva Garcia, Diretora-Geral da Mupan (Mulheres em Ação no Pantanal).

Quero dizer que já tivemos aqui a presença da Senadora Soraya; do Senador Nelsinho Trad, que está presente também; da Senadora Simone Tebet, que agora está também numa reunião concomitantemente na Comissão de Constituição e Justiça. Estão todos os convidados presentes.

Eu quero conceder, então, a palavra ao Coronel da Força Aérea Francisco Moacir de Oliveira Castro, pelo tempo de sete minutos, para que faça a sua exposição, com a tolerância necessária.

O SR. JOSÉ EDUARDO LEAL DE OLIVEIRA (Para expor.) – Sr. Senador Wellington Fagundes, em nome do qual...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu queria pedir desculpa, porque está presente o General de Brigada José Eduardo Leal de Oliveira. Então, faço aqui a retificação.

O SR. JOSÉ EDUARDO LEAL DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado pela oportunidade, Sr. Senador Wellington Fagundes, na pessoa de quem cumprimento todos os senhores e senhoras que estão presentes nesta atividade.

Como foi dito, sou o Gen. Leal, sirvo no Ministério da Defesa como Subchefe de Operações do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em poucas palavras, mais uma vez, agradeço pela oportunidade de mostrar aquilo que vem sendo feito pelas Forças Armadas no tocante ao combate aos incêndios no nosso Pantanal, seja no Estado de Mato Grosso do Sul, seja no Estado de Mato Grosso.

Alguns dados eu gostaria de compartilhar com todos os senhores e senhoras. Nós, Forças Armadas, iniciamos esse apoio aos órgãos competentes no Mato Grosso do Sul em 25 de julho, atendendo a um pedido do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, e, logo a seguir, em 5 de agosto, também atendendo a um pedido do Governo de Mato Grosso, nós esticamos, aumentamos essa nossa área de atuação no que se refere ao apoio para o sul de Mato Grosso. Evidentemente que nós estamos falando do bioma Pantanal, do bioma pantaneiro.

Outro dado que eu gostaria de compartilhar com todos os senhores e senhoras diz respeito a números relacionados a esse apoio que as Forças Armadas vêm realizando desde o final de julho no Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Como dado de ontem, registramos aproximadamente mais de 500 militares atuando em diversas frentes, completando o trabalho, pelo nosso controle, de mais de 500 agentes, permitam-me usar essa expressão, que se solidarizam neste combate a este momento histórico negativo que vivemos, com seca e incêndio na região do Pantanal.

As nossas ações, basicamente de apoio, se focam, priorizam a região de Poconé, Barão de Melgaço e Porto Jofre, no Mato Grosso, e o grande entorno de Corumbá a Ladário, no Mato Grosso do Sul. O nosso 6º Distrito Naval, por intermédio do Almirante Guida, vem capitaneando as ações, estabelecendo no nosso nível centros de coordenações, de acompanhamento, tanto em Ladário, que é a sede do nosso 6º Distrito Naval, quanto no Sesc Pantanal, na porção sul do Estado de Mato Grosso. Como já foi comentado anteriormente, dados nos mostram que o sucesso ou o êxito dessas ações permitiu reduções superiores a 80% no que se refere a focos de queimada, a focos de incêndio. Mas isso vai e vem, até porque vivemos uma seca histórica na região do Pantanal, o que em muito dificulta o completo controle da situação.

Outro dado que eu gostaria de colocar aos senhores e às senhoras é o grande esforço aéreo que se tem feito nessas ações. Em termos de Forças Armadas, já tivemos mais de 14 aeronaves empregadas, basicamente helicópteros da Marinha, do Exército e da Força Aérea, incluindo o C-130, um avião, uma aeronave Hércules com o sistema Maffs, que permite o lançamento de água, principalmente em pontos de mais difícil acesso, a que não se consegue chegar por meio terrestre.

Temos apoiado também, dentro das nossas disponibilidades, uma ação que já foi mostrada nesta nossa reunião no tocante à distribuição de alimentos aos animais que sofrem com essa seca bastante forte, bastante intensa.

Senador Wellington, senhoras e senhores, eu mais uma vez agradeço a oportunidade, em nome do Ministério da Defesa. Esse apoio é essencial para que o bioma Pantanal possa sobreviver a este momento bastante crítico e delicado que ele vive no corrente ano. E, em nome das Forças Armadas, permanecemos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à disposição, com a Marinha, com o Exército e com a Força Aérea, naquilo que pudermos fazer e colaborar para a manutenção dessa importante área do nosso querido Brasil.

Muito obrigado. Permaneço à disposição.

Um excelente dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado, Gen. Leal.

Quero aqui testemunhar, inclusive, que, ao chegar aqui hoje ao aeroporto de Corumbá, lá estavam os aviões agrícolas fazendo a coleta de água, abastecendo-se para fazer o controle de queimadas, aqui bem próximo da cidade.

Como eu disse, na Serra do Amolar o incêndio já está relativamente controlado, apesar de que o fogo foi intenso. Praticamente toda a vegetação é rasteira, e isso fez com que houvesse aquelas chamas muito rápidas, alastrando-se de forma muito intensa o incêndio.

Eu quero aqui também registrar o nome de todos nossos companheiros da Comissão: Senador Nelsinho Trad, que é o nosso Relator, Simone Tebet e também a Senadora Soraya Thronicke. Ainda, o Senador Carlos Fávaro, que inclusive apresentou um projeto que ontem foi aprovado também no Plenário do Senado para uso dos aviões agrícolas no combate aos incêndios, o Senador Fabiano Contarato, o Senador Esperidião Amin e o Senador Jayme Campos, todos membros da nossa Comissão.

O Senador Jayme Campos também é do Estado de Mato Grosso, juntamente com o Carlos Fávaro.

Quero aqui dizer que já temos várias perguntas dos internautas. Eu vou fazer algumas perguntas aqui e gostaria que os palestrantes pudessem anotá-las e, se for o caso, já pudessem respondê-las durante a sua própria fala.

O João Henrique Cardoso, de Goiás, pergunta: "Como vai se comportar o Estado diante das comprovações de queimadas criminosas? Os responsáveis serão punidos?".

Dieneffer Nunes: "Quais são as medidas de enfrentamento aos incêndios no Pantanal?".

Thais Ferreira, do Distrito Federal: "Será que serão eficazes? Não é de hoje que ocorrem as queimadas no Pantanal, e o Governo só se preocupa com a economia".

Sérgio Ferreira, de São Paulo: "O Brasil não precisa de investimentos de bilhões em submarinos e sim em aviões que combatam incêndios florestais!".

Kellyane Almeida Carvalho: "O Estado é omissivo! Vemos prevalecer interesses particulares acima dos coletivos. É o sacrifício da Amazônia pela elite agrária. Agro é tudo?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dieneffer Nunes, do Rio Grande do Sul... Está repetido.

Eu quero passar agora a palavra ao Dr. Alberto Setzer, do Inpe, pelo tempo de sete minutos, para que faça sua exposição.

Dr. Alberto, se V. Sa. quiser, pode repetir o seu sobrenome para ficar mais bem pronunciado. Já que eu estou gaguejando um pouco, V. Sa. poderia falar o seu nome com o sobrenome bem pronunciado. *(Risos.)*

Com a palavra o Dr. Alberto.

O SR. ALBERTO SETZER (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, Senador pelo Estado de Mato Grosso.

Um bom-dia a todos os presentes, Senadores, militares, todas as autoridades.

Meu sobrenome é Setzer, soa... *(Falha no áudio.)*

Vou compartilhar minha tela agora com vocês e passar uma apresentação que essencialmente é a mesma que eu fiz há dois dias, numa outra Comissão da Câmara dos Deputados convocada pela Deputada Professora Rosa Neide, também de Mato Grosso.

Então, só me confirmem que a apresentação aparece para todos, e eu inicio a minha sequência.

Está aparecendo a apresentação? *(Pausa.)*

Beleza.

Eu vou abordar aspectos técnicos de como, com o assessoramento remoto, o Inpe tem contribuído nesse enfrentamento aos incêndios no Pantanal, que é o tema desta Comissão.

Então, no Inpe, temos um programa dedicado exclusivamente ao monitoramento de queimadas, que já atua há décadas e se iniciou no meio da década de 1980. Hoje em dia, trabalhamos com dez satélites, fornecendo 50 imagens por dia, que detectam frentes de fogo acima de 30m de comprimento. Produzimos também mapas de áreas queimadas e fazemos uma análise e previsão de risco de fogo para a queima de vegetação. Tudo isso nos permite apoiar a gestão do uso e controle do fogo na vegetação, gerar análises espaciais temporárias da ocorrência do fogo e iniciar centros de controle e salas de situação estaduais e regionais. Então, temos trabalhado sempre e cooperação com secretarias de meio ambiente, polícias ambientais, corpo de bombeiros, mesmo com o Censipam, que é um órgão militar interagindo com a Amazônia.

Essa imagem que eu estou mostrando é uma foto de satélite recente, do dia 29 de setembro. Esses pontinhos, essas cruzinhas vermelhas que aparecem são as detecções de fogo na vegetação. Se vocês olharem a escala espacial, bem no cantinho direito inferior, nós vamos ver que temos dezenas de frentes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fogo com extensões superiores a 10, 15, chegando a 20 quilômetros de comprimento. Isso acho que dá uma dimensão do problema a ser enfrentado, porque de um lado nós temos essas frentes avançando de maneira descontrolada, cobrindo centenas de quilômetros quadrados, e do outro lado nós temos apenas algumas colunas de brigadistas, como disse o Gen. Leal, que me precedeu na apresentação. Mesmo combinando as Forças Armadas com os brigadistas e voluntários, nós temos cerca de mil pessoas trabalhando nisso. Esse número obviamente está subdimensionado; nós precisaríamos de dez vezes mais pessoas e muito possivelmente cem vezes mais pessoas atuando no campo, para conseguir enfrentar uma situação descontrolada como essa, que já perdura por meses.

Aqui é outra foto do dia 28 mostrando, com cores diferentes, com cruzinhas e cores diferentes, as detecções por várias áreas, mas da mesma forma mostrando áreas com centenas de quilômetros quadrados sendo afetadas pelo fogo, o que cria uma situação quase que impossível de ser administrada.

Aqui eu tenho duas imagens, uma mostrando uma matéria de 23 de setembro, nos jornais de televisão da nossa capital, que apontavam o fato de que a Reserva Taiaí, no Mato Grosso, estava numa situação favorável, em que o fogo tinha sido contido tanto na frente que avançou pelo norte quanto na frente que avançou pelo sul. Por outro lado, se a gente olha no dia 28 de setembro a imagem de satélite, onde está apontada essa flechinha amarela, a gente vê que todo lado oeste dessa reserva ecológica já estava sendo afetada pelo fogo, mostrando que, enfim, não há como impedir, prever ou controlar a expansão do fogo nessa situação extrema que nós temos.

Os dados de satélite também mostram que o que está acontecendo é parte de um processo que se iniciou no ano passado, em 2019, quando tivemos queimadas devastadoras também no Pantanal, assim como em 2020 também, que é o que está acontecendo neste ano. A gente vê, nessas imagens de satélites, também frentes de fogo de dezenas de quilômetros quadrados emitindo muita fumaça, indicando a questão da combustão.

Esse é um mapa de risco que nós produzimos indicando as regiões do Brasil mais suscetíveis às queimadas, aos incêndios florestais uma vez iniciados por ação humana. É importantíssimo frisar que todos esses casos que nós temos são iniciados por atividades humanas, ou premeditadas ou acidentais, sem querer, mas sempre a ação humana está envolvida nisso.

O que nós temos aqui é um produto que indica o risco de fogo para a região do Pantanal, mostrando que nos próximos dias ele permanece no nível extremo, mais alto, e tudo isso porque não há previsão de precipitação... *(Falha no áudio.)*

Sem precipitação, o risco é muito alto.

Os bombeiros têm uma regra que eles chamam de regra dos 30. Essa regra dos 30 diz o seguinte: 30 dias sem chuva, temperatura acima dos 30 graus e umidade abaixo dos 30%, pode escrever, o risco é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alto e vai ter incêndio. Se você ainda adicionar a questão da velocidade do vento acima de 30km/h, então, você tem a conclusão de que não há nada a ser feito com o incêndio, não tem como segurar essa situação.

Os dados de sensoriamento remoto mostram, permitem também uma comparação temporal, uma análise temporal, e nós estamos vendo que, para este ano de 2020, cerca de 200% a mais foi o aumento em relação ao ano passado, de 2019, que, por sua vez, já teve um aumento de 320% em relação a 2018. Ou seja, estamos realmente em uma situação crítica.

A seca que nós temos neste ano, a estiagem, está sendo comparada com a seca de 1960, da década de 60, que foi muito intensa, a pior que nós já tivemos.

Está aqui a comparação entre os dados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os Municípios com maior número de queimadas, focos por semana, mostrando "temperalmente" que a segunda quinzena de setembro foi a pior até agora. Fazemos estudos de áreas também, levantamentos de áreas queimadas, apoiamos muito a imprensa, que tem dado um grande peso aos dados do Inpe, temos também informes de todas as áreas protegidas que estão sofrendo problemas.

No último eslaide é um pedido que a gente faz, de que os nossos dados sejam usados apenas tecnicamente e não sejam politizados, como a gente acompanha o tempo todo. Temos aí uma declaração recente da Secretaria de Comunicação da Presidência da República reconhecendo que não utilizou muito bem os dados, então, vamos nos manter apenas na parte técnica, porque não compensa para ninguém tentar politizar.

Desculpem-me por ter passado alguns segundos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) –
Agradecemos imensamente ao Dr. Alberto.

Vamos imediatamente passar a palavra ao Sr. Valdir Colatto, do Serviço Florestal Brasileiro, também pelo tempo de sete minutos.

Vou fazer aqui duas perguntas dos nossos internautas.

José de Ribamar Viana Filho. "O CNAL atacar os incêndios" – aqui não entendi bem – "sem a sinergia dos protagonistas Ibama, Inpe, PF, e Forças Armadas, é difícil regular. Existem todos os meios, mas", infelizmente, não são todos usados.

Também ainda: "Se o Ibama, o Inpe, a Polícia Federal, as polícias estaduais e o Corpo de Bombeiros não protagonizarem, o plano continuará no fracasso"!

É a afirmação do internauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, então, passar a palavra agora ao Sr. Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Para expor.) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Bom dia a todos os participantes.

Eu queria até cumprimentar o Esperidião Amin, o nosso Senador de Santa Catarina, que nos convidou para este debate, a Dra. Mauren, a Dra. Áurea, enfim, todos que estão aí, o Comandante, o General.

Nós agora estamos com um trabalho no Serviço Florestal Brasileiro, que passou do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura, e, com isso, nós herdamos o trabalho de cuidar das florestas, ver a área econômica, as concessões, os inventários, mas principalmente a questão do Cadastro Ambiental Rural, é o nosso principal objetivo regularizar isso. Só para termos uma ideia, hoje nós temos em torno de 6,5 milhões de cadastros realizados no Brasil, 543 milhões de hectares cadastrados em todo o País.

Eu queria dar alguns dados que a gente tem do Pantanal, que temos nos dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – a Mauren conhece muito bem isso –, para que vocês tivessem uma ideia de como é a ocupação territorial do nosso Pantanal, registrada pelos agricultores, que são os proprietários. O nosso Cadastro Ambiental Rural é declaratório, e, com isso, então, nós temos alguns dados que faltam ainda ser analisados agora. Agora nós vamos começar a análise. Essa análise vai ser dinamizada para nos dizer exatamente como é a ocupação territorial em cada propriedade.

Então, o bioma Pantanal hoje tem registrados 15.035,5 mil hectares. Seria 1,8% do território brasileiro. A cobertura florestal é de 5.445.547 hectares, que são 36% do território. As unidades de conservação registradas no cadastro ambiental – acho que há alguma coisa a mais – são quase 689,1 mil hectares, são 4,6% da área. Os números de cadastros que nós temos de propriedades: 7.751 propriedades dentro do bioma Pantanal. A área de cadastro: 13.683.481. Então, nós temos aí mais ou menos 1,5 milhão de áreas não cadastradas ainda, pela área total com a área cadastrada, ou seja, de 10% ainda não temos registro no CAR.

O requerimento para o PRA, que é para fazer a regularização ambiental: 2.659, o que representa em torno de quase 50% das propriedades. O remanescente de vegetação nativa: 8.407.705 hectares. Isso corresponde a em torno de 55% da área. O número de nascentes: 479. Áreas de Preservação Permanente: 439.757,52 hectares. E temos aí vegetação nativa nessas Áreas de Preservação Permanente: 390.615 hectares em APP. Segundo o Código Florestal Brasileiro, nós temos um déficit de 50 mil hectares. Quanto à reserva legal, nós temos, então, 3.661.745 hectares, e, com vegetação nativa, 3.415.910 hectares. Há um déficit de, vamos dizer assim, 250 mil hectares dentro das propriedades, mas, se for ver pelo Estado, a cobertura florestal no Estado, nós temos ainda em torno de 55%, contando como um todo no Pantanal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses são os dados que nós temos.

Se nós levarmos em conta que o Pantanal exige 20% de reserva legal, nós temos um superávit de reserva legal de 400 mil hectares levando em conta o bioma, não quer dizer que nas propriedades não haja deficiência na questão da reserva legal. Mesma coisa com APP, em que temos um déficit de quase 50 mil hectares nesse processo.

O que se discute, nós estamos tentando fazer agora com a análise dinamizada, é exatamente ver qual é a ocupação e qual é o déficit ou o superávit das áreas de reserva legal e APP e unidades também de uso restrito – aí, entram as áreas úmidas –, estamos chamando para uma discussão que temos que fazer para tentar resolver.

Então, o papel do Serviço Florestal Brasileiro agora é uma análise mostrando a ocupação territorial, propondo as recuperações que têm que ser feitas e dando também dados e números para que se planeje qual é o tipo de ocupação territorial que nós queremos, definir claramente isso. Porque, se nós podemos usar 80% do Pantanal pela legislação hoje, do que nós precisamos? Fazer um planejamento de como ocupar. Isso pode ser feito no zoneamento ecológico-econômico ou APAs. Como é que nós vamos fazer a ocupação tecnicamente recomendada? Já temos estudos da Embrapa, temos – a Mauren está fazendo isso – um trabalho muito bom no Mato Grosso e outros estudos, mas nós temos que realmente decidir isso. Para quê? Para que se diga: "Bom, aqui pode se ter economia, pode ser pecuária, agricultura não pode, aqui é reserva...". Nós temos que realmente segurar os parques e não trabalhar, então, em áreas que não se destinem à atividade agropecuária.

Nós, agora, mais um mês ou alguma coisa assim, vamos aplicar a análise dinamizada, porque para fazer a análise individual de cada propriedade, nós não temos pernas para isso, os Estados não têm. Então, nós vamos disponibilizar um instrumento, uma plataforma dinamizada para, então, dentro de uma linha definida vertical do Governo Federal interpretando o Código Florestal brasileiro e a legislação, passar aos Estados para que façam essas análises e, dentro da legislação, se possa fazer a recuperação.

Mas entendo que nós precisamos urgentemente fazer com que todos os Estados, todos os biomas tenham seu zoneamento ecológico-econômico para poderem dizer: "Bom, qual é a atividade que nós podemos e qual é a que não podemos?". Então, Senador, eu acho que aí é um caminho legislativo que nós temos que fazer para trabalhar nesse processo e tentar buscar uma solução planejada nesse trabalho todo que nós temos aí.

Com certeza, nós vamos fornecer muitos dados, subsídios aos Parlamentares, ao Senado e à Câmara para que possam, então, com os dados do CAR, fazer as análises e os planejamentos de ações legislativas e no Executivo que nós precisamos implantar no Pantanal e em outros biomas brasileiros.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradecemos imensamente ao nosso companheiro, Deputado Valdir Colatto, que hoje está à frente do Serviço Florestal Brasileiro.

Também queremos agradecer ao Prefeito de Corumbá, Marcelo Lunes, e também ao Prefeito de Ladário, cidade vizinha daqui, de Corumbá, Iranil Soares.

Agora passamos a palavra à Dra. Mauren Lazzaretti, da Abema e também da Sema-MT, pelo mesmo tempo de sete minutos, para que faça a sua exposição.

Dra. Mauren.

A SRA. MAUREN LAZZARETTI (Para expor.) – Bom dia, Senador Wellington. Na sua pessoa eu cumprimento a todos os presentes e aos convidados. Agradeço a oportunidade de estar aqui hoje, representando a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm trabalhado de forma cooperada, já há alguns anos. No ano passado, nós tivemos um evento no Mato Grosso do Sul, e o nosso Corpo de Bombeiros deu apoio. E este ano nós estamos recebendo o apoio do Corpo de Bombeiros na atuação do enfrentamento desse desastre.

Acho que é importante registrar – e isso nós temos também tratado no âmbito da Abema, quando compartilhamos as experiências e apoiamos uns aos outros nos Estados, os órgãos estaduais, na atuação na área ambiental – que hoje nós fazemos o enfrentamento de um desastre. Algumas lições serão aprendidas e, nesse aspecto, Senador, eu parabenizo a iniciativa do Senado em abrir a discussão para que a gente possa, de forma ordenada, avaliar aquilo que tem se mostrado eficiente e também programar o que nós precisamos fazer nos próximos anos.

Com isso, eu vou fazer alguns registros rapidamente.

Quanto à atuação dos Estados, que eu acho que foi muito bem comentada pelos senhores: todas as estruturas estaduais do Estado de Mato Grosso hoje trabalham fortemente no combate aos incêndios florestais e também no resgate dos animais silvestres atingidos por esses incêndios, como os Senadores viram durante a visita que fizeram aqui. Nós incrementamos essa atuação, e essa mesma atuação tem ocorrido no Estado de Mato Grosso do Sul, que tem uma estrutura um pouco melhor do que o Estado de Mato Grosso nesse aspecto.

Então, este é um dos primeiros desafios que o Estado precisa fazer para o próximo ano: melhorar as estruturas de suporte para os animais silvestres. E isso faz parte do nosso planejamento.

Além disso, a gente precisa fazer uma avaliação – e tem sido uma grande dificuldade na situação do combate – não apenas em relação ao intenso calor, às secas, mas nós também temos dificuldade em adquirir os insumos para fazer esse combate.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi na fala do Alberto a questão da quantidade de homens. Isso é algo, inclusive, que a gente precisa avaliar, porque as chamas no Pantanal têm alcançado mais de 25m de altura, o que impossibilita os homens de fazerem esse combate e mostra que uma outra estratégia precisa ser adotada: consorciar o combate aéreo e a gente fazer aquela discussão qualitativa da utilização de outros produtos que visem retardar ou melhorar a eficiência desse combate aéreo.

Então, acho que nós temos um debate qualitativo a ser feito, que precisa ter a oitiva da comunidade científica, mas daqueles que realmente estão fazendo o combate em campo, e isso tem sido feito de forma muito aberta nos Estados e também no âmbito da Abema, para que a gente possa coletar experiências exitosas de outros Estados, ainda que não sejam diretamente em incêndio florestal, e incorporar isso às nossas estratégias e aos métodos a serem adotados para o próximo ano.

Dentro também dessa seara de discussão, o Estado de Mato Grosso, assim como o Mato Grosso do Sul já fez, abriu um diálogo. E não é só no ano de 2020, após esse incidente. Nós já tínhamos aberto um diálogo para discutir as políticas públicas, para ouvir o pantaneiro e também a comunidade científica em como desenvolver o Pantanal, respeitando os limites da sustentabilidade, para que eles conversem, mas eliminando alguns fatores que podem contribuir para o desastre que nós vivemos hoje. Já foi muito reportado não só pelos pantaneiros, mas também pela comunidade científica que a biomassa contribui para que esses incêndios tenham essas proporções. O fato de o Pantanal ser o bioma mais preservado também oferece um outro fator que dificulta todas as nossas ações, que é a logística, o difícil acesso a esses locais, o desafio do ressurgimento desses focos de calor tão logo eles tenham sido combatidos ou no dia seguinte, quando a temperatura alcança, aqui no Estado de Mato Grosso, 47 graus, 48 graus, com uma umidade relativa do ar que chegou a 8% no Pantanal, naquele período mais crítico. Então, isso tudo tem sido um desafio enorme.

Nós temos hoje estruturas federais e estaduais. Toda a corporação do Estado de Mato Grosso e o apoio de Mato Grosso do Sul estão nessas ações de combate, com os voluntários, os proprietários privados do Pantanal, o ICMBio, o Ibama, o Ministério da Defesa com a Marinha e o Exército nos dando apoio.

Nós estamos enfrentando uma situação de guerra no Pantanal.

Esse é o cenário atual, mas nós temos que pensar no futuro, e, dentro desse aspecto, Senador, como o próprio Presidente do Serviço Florestal Brasileiro destacou, carecem ainda de definição, com base nos órgãos oficiais de pesquisa, quais, de fato, são aquelas ações que podem ser desenvolvidas no Pantanal, de modo a conservar, conciliando com um setor produtivo forte, que, inclusive, possa contribuir para a manutenção desse importante bioma. Não há como pensar que nós temos que isolar o homem dessa discussão. Ao mesmo tempo em que essas ações, como já foi registrado, são do homem, esse mesmo homem é que pode contribuir para a conservação desses recursos naturais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje trabalhamos – houve uma pergunta do internauta, e eu vou respondê-la – na responsabilização dos infratores? Trabalhamos fortemente, ambos os Estados, inclusive trocando informações a respeito de como será feita essa autuação, mas ela tem que ser responsável também, porque muitos foram atingidos sem ter culpa, sem ter contribuído para que o evento acontecesse. Então, no âmbito dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os órgãos ambientais estão focados no levantamento de dados, na identificação dos causadores da infração e na responsabilização deles não só no âmbito administrativo, mas também no criminal, porque isso configura crime. Já temos mais de cinco inquéritos sendo conduzidos, para responsabilizar esses infratores em todas as esferas. E, dentro dos comitês estratégicos, das salas de crise, nós temos compartilhado essas informações também com o Ministério Público e com os demais participantes, inclusive com o Poder Legislativo, para que possamos entender e inverter essa ordem: em vez de puni-los, chamá-los para participar dessa discussão e estabelecer que eles possam contribuir para a reversão desse evento para o próximo ano.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Que ótimo, todos os expositores sendo pontuais.

Eu quero aqui agradecer à Dra. Mauren e dizer aqui a todos os internautas que as perguntas poderão ser feitas depois ainda.

Logo após, agora, vamos convidar a Dra. Áurea da Silva Garcia, da Mupan, pelo tempo de sete minutos, para que faça também a sua exposição.

A SRA. ÁUREA DA SILVA GARCIA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas!

Quero agradecer o convite e a participação.

Eu quero saudar especialmente as pessoas que hoje estão neste momento de enfrentamento desta crise, que estão nesta questão emergencial, desde as corporações dos Governos às lideranças, às organizações locais e voluntários, esses homens e mulheres que se dedicam aos cuidados, à manutenção da vida das diversas populações.

Eu trago para vocês um pouco do que o Observatorio Pantanal faz. O Observatorio Pantanal é uma rede trinacional que conta com a participação de 40 instituições no Brasil, Bolívia e Paraguai, no sentido de criar um espaço de geração, difusão e ampliação do conhecimento tradicional, da informação científica para o público dessa região, dessa importante região internacional, de forma a promover e catalisar ações efetivas e eficientes de desenvolvimento sustentável e incidência política no e para o bioma Pantanal. Essa região – como todos que estão participando já têm essa noção – é uma região trinacional, envolve diferentes atores, diferentes setores. E, a partir disso, o Observatorio Pantanal busca, conforme sua missão, gerar, estabelecer diálogos e trazer as informações. Então, sempre estão sendo produzidas e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizadas essas informações, informações de 40 instituições desses três países que, de uma forma ou de outra, nas suas diferentes formas, nos seus diferentes pontos, estão gerando e buscando o cuidado socioambiental para a região. Então, essa geração de informação está disponível no nosso *site*, circula no Instagram, no Facebook.

A gente tem, dentro da nossa estrutura do Observatorio, alguns núcleos. São diferentes núcleos, mas aqui vou trazer três importantes dos nossos núcleos: que é o de comunicação, que é o de combate ao fogo e que é o de posicionamento. Nessa perspectiva de gerar informação, de difundir informação, produzimos campanhas tanto para as mídias sociais como *outdoors*, produzimos vídeos... Inclusive, Senador Wellington, eu peço a autorização, porque temos um vídeo de um minuto que traz essa perspectiva. É um vídeo trinacional. Nessa perspectiva de proteção de cuidados, o Observatorio Pantanal produziu esse vídeo, inclusive antes de tudo isso que está acontecendo, mas, claro, também na perspectiva de que é um evento cíclico que está e que vai seguir, como já foi afirmado pelas pessoas que me antecederam. Então, o Observatorio busca contribuir para esse combate, inclusive com o aporte para as brigadas locais de combate ao incêndio. Ao final, eu gostaria, Senador Wellington, que já está com a pessoa responsável... É um minuto.

Em termos de posicionamento, como temos trabalhado? Elaborado cartas e feito contribuições, discussões...

E aí eu chamo atenção para o que anteriormente foi mencionado. O Senador circulou e fez a proposição do estatuto do Pantanal, e eu quero reforçar algo em que a gente tem trabalhado, trabalhou ao longo dos anos. Foram muitas contribuições desde a proposição... O ex-Senador Pedro Chaves abriu uma discussão sobre a Lei do Pantanal; depois, veio o Deputado Molon... Em vários outros momentos, foram feitas discussões. O Observatorio Pantanal trabalhou incansavelmente para fazer essas contribuições da sociedade civil, que são contribuições qualificadas, baseadas cientificamente, havendo, nesse grupo do Observatorio Pantanal, pesquisadores que há décadas se dedicam ao Pantanal. Então, a chamada para os Srs. Senadores é que é necessário que se faça essa discussão com os diferentes atores, que haja, sim, a contribuição da sociedade civil, do setor privado e do Governo e que se olhe, inclusive, para quem está lá na ponta, nos territórios, como o Sr. Senador destacou no início, para as pessoas que estão lá nas comunidades nos territórios, as comunidades tradicionais.

Posicionamentos. Sempre estamos produzindo, trabalhando e levando, inclusive junto ao Legislativo dos Estados e ao Legislativo federal, as questões da proteção das áreas úmidas, da ameaça da questão da cana-de-açúcar, da hidrovia, do respeito à ciência, porque tanto essas informações geradas na construção para a Lei do Pantanal e para outras discussões estão baseadas em ciência. O Sr. Alberto destacou este ponto: são informações técnicas geradas.

E qual é esse Pantanal? É um Pantanal que tem sua beleza e tem suas ameaças. Temos um número de fotos... Este número é de setembro, e o acumulado do ano no Pantanal é esta imagem. O Pantanal está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para um complexo, para um sistema complexo, o Sistema Paraná-Paraguai de Áreas Úmidas... Este é o cenário de setembro de 2020 e este é o acumulado de 2020. Então, temos que ter estratégias emergenciais...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos pedir a tolerância para que ela possa concluir a sua fala. *(Pausa.)*

Pode voltar o áudio? **A SRA. ÁUREA DA SILVA GARCIA** (Para expor.) – O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k. A senhora pode concluir.

A SRA. ÁUREA DA SILVA GARCIA (Para expor.) – Gratidão.

Essas questões precisam de estratégias para este momento emergencial, mas precisamos discutir e ter ações preventivas e de combate, com o manejo integrado, pensando nas especificidades do que é esse nosso Pantanal, qual é a dinâmica do fogo no Pantanal.

Temos a questão da segurança hídrica. Hoje, além do fogo, não temos água para o abastecimento das populações, seja humana, seja fauna, seja para abastecer os próprios aviões que vão fazer esse combate.

Temos que ter o reconhecimento da importância das comunidades em seus territórios e ter uma plataforma de diferentes atores sociais, em um diálogo de saberes.

Há mais uma questão muito importante: estamos vivendo ameaças e impactos globalizados. Temos aí uma pandemia, somada a toda essa situação. Temos que refletir também como está sendo e, já que é a provocação dessas audiências, como está se dando esse enfrentamento. Soma-se a questão pandêmica à questão dos incêndios, do fogo. O que nós estamos levando para a população, seja humana, seja fauna... Como está chegando isso? Qual é essa relação e quais são os perigos em relação ao que estamos vivendo? Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, está muito forte ainda a questão da pandemia.

Agradeço e deixo como reflexão que possamos pensar a importância da sociedade civil, do setor acadêmico nessa construção, nessa discussão do combate, ou melhor, da prevenção dos incêndios.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradecemos e vamos pedir, então, à técnica para colocar o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais uma vez, queremos agradecer e comunicar a todos os internautas que queiram participar que podem fazê-lo pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ainda pelo telefone 0800-612211.

Vamos passar agora a palavra ao Senador Nelsinho Trad, o Relator da nossa Comissão.

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k. Muito bem. Estamos ouvindo e está bonito.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Aqui é ruim de sinal. Não sei se estão ouvindo bem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está muito bom, está muito bom.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Tira a microfonia.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agora é só preciso tirar a microfonia, viu? Antes, estava muito bom.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – E agora?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Estava muito bom sem o celular, estava muito bom.

Agora congelou a imagem, mas anteriormente estava muito bom, Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Deixe eu tirar a imagem aqui, para ver se melhora. Só eu falando, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Estava muito bom, Senador Nelsinho. Agora, com a imagem, está muito bom.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pode falar com a imagem que está muito bom.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Bom, vamos lá. Ouvi atentamente aqui as participações. Queria cumprimentar o Gen. José Eduardo Oliveira, o Dr. Alberto, o Sr. Valdir, a Dra. Mauren, a Dra. Áurea. São impactantes os vídeos apresentados.

Nós estamos compilando todos os dados desde que estamos na relatoria dessa matéria, e toda a participação sempre é muito bem-vinda para podermos enriquecer o relatório final. Eu acho que fomos muito felizes de ter promovido essas duas audiências antes da nossa visita ao Mato Grosso do Sul, vez que o Presidente Wellington, o Senador Wellington, já está aí no nosso Estado, na nossa Corumbá, Ladário, já fez a primeira visita a Poconé. Eu acho que nós vamos ter aí um resultado muito prático, muito objetivo para podermos propor medidas. E aí, sim, precisamos contar com os governos estaduais – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul – e Governo Federal para atravessarmos esse momento, atravessarmos essa tragédia e, posteriormente, organizarmos ações para que, no ano que vem, nessa época, não venhamos a ocupar esse espaço para discutir os mesmos problemas.

Basicamente, era isso que eu queria colocar.

Parabéns pelo trabalho, Senador Wellington! Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradeço ao Senador Nelsinho Trad.

Logo após esta reunião, então, também haverá a nossa videoconferência com os Senadores de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Eu gostaria, mais uma vez, de dizer que o nosso propósito com o estatuto do Pantanal é fazer um estatuto norteador para agir, de forma cooperada, entre os Estados, a região do Pantanal e também o Governo Federal, com o objetivo de fomentar a certificação ambiental das atividades sustentáveis desenvolvidas na região da Bacia do Rio Paraguai.

Queremos agora, então, passar para todos os nossos convidados, na mesma ordem em que começaram.

Eu vou aqui ainda ler algumas perguntas feitas pelos internautas.

Para começar, eu já gostaria de fazer uma observação à nossa Secretária de Meio Ambiente de Mato Grosso... *(Falha no áudio.)* ... sobre essa questão exatamente do Cras.

Em Mato Grosso nós não temos nenhum Cras, ou seja, o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres. A previsão na legislação era para quatro Cras: em Sorriso, Sinop... Não, em Lucas, Sorriso, Várzea e Rondonópolis. Nós estivemos visitando agora, esta semana, a Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá, na capital, onde temos o jardim zoológico, e a reitoria já está entendendo que seria melhor substituir o zoológico, dada a condição da localização muito central. Inclusive, estamos tendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemas lá porque a lagoa está recebendo água contaminada. Nós temos um hospital veterinário muito bem estruturado, então a reitoria colocou essa possibilidade de transformar o zoológico em também um Cras. É claro que vai precisar de alguns investimentos, e eu gostaria que a secretária pudesse falar um pouco mais especificamente das dificuldades que estamos tendo, do que o Estado está planejando e sobre os recursos já previstos até no orçamento para esses Cras.

Outra pergunta também, não só para Mato Grosso, mas que também fica aberta, principalmente para a Secretária, é exatamente sobre o planejamento que está sendo feito para o próximo ano, para os próximos anos, de necessidade mínima para as secas, que continua previsível. A meteorologia está prevendo que teremos mais quatro a cinco anos de seca, então, isso permitirá inclusive uma melhor estruturação tanto dos governos do Estado quanto do Governo Federal. A parceria da Defesa Civil, das estruturas da Marinha, do Exército, e aí fica também aberto aqui ao Gen. Leal e a todos que puderem falar um pouco.

Como eu disse, nós aprovamos hoje um projeto de lei que prevê inclusive a utilização dos aviões agrícolas, que é um projeto de origem do Senador Carlos Fávaro. Para isso, está previsto o treinamento desses pilotos, para que eles possam também fazer o combate aos incêndios, o que é diferente apenas de uma pulverização aérea. Então, eu estive no Pantanal com o Corpo de Bombeiros, com o Ministro Salles, participando efetivamente do combate ao fogo, e a gente vê que é uma verdadeira operação de guerra. Por isso eu quero parabenizar aqui as Forças Armadas, tanto o Exército quanto a Marinha, por esse trabalho que está sendo feito. Mas é claro que este ano tem que ser um aprendizado, a gente não tem a mesma intensidade...

Ainda temos aqui as perguntas.

Francisco Assis Vasconcelos de Souza, do Ceará: "Precisamos ver uma atuação mais severa nos meios da Justiça. Quantos donos de fazenda estão sendo [imputados, ou seja, estão sendo penalizados?] Há demora da Justiça brasileira em resolver essas questões, e aí eu creio que a Secretária Mauren pode fazer algum comentário.

"Existe plano para comprar aviões de combate aos incêndios florestais? A área de fronteira como será tratada?" Essa aqui é da Shirley Matias, de Mato Grosso do Sul.

Ainda a Shirley Matias, de Mato Grosso do Sul, que deseja um bom dia: "É preciso que tratem com seriedade e compromisso as questões das queimadas no Pantanal. Onde estão os investimentos?"

Ela pergunta quais foram efetivamente os investimentos feitos tanto pelo Governo Federal como pelo Governo dos Estados. E aí, claro, como não temos um representante direto de Mato Grosso do Sul, talvez fique mais para a Secretária do Governo de Mato Grosso.

Alexandra de Lima Paiva pediu que o "Presidente preste mais atenção no Pantanal".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Daniele Silva, do Rio de Janeiro: "Precisamos de um proativismo das instituições!".

Então, são essas as perguntas.

E Adriana de Oliveira, de Mato Grosso do Sul, afirmou que: "Não são incêndios florestais. Não têm origem natural. Não há raios nesta época". Ela quer dizer que é queimada, mas nós sabemos que temos o problema dos incêndios porque ela vai se alastrando.

"Quais as formas de prevenção que estão sendo aplicadas, já que são recorrentes as queimadas, e quais as punições para queimadas criminosas?". Essa pergunta já foi relativamente respondida. É Thais Ferreira, do Distrito Federal.

Erick Gabriel de Oliveira também pergunta quais serão as punições para quem provocou os incêndios.

Nós vamos, então, conceder a palavra para os nossos convidados na mesma ordem, começando pelo General de Brigada José Eduardo Leal – e aí, é claro, as considerações finais também de cada um já.

O SR. JOSÉ EDUARDO LEAL DE OLIVEIRA (Para expor.) – Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade.

Atendendo a um questionamento feito por um internauta, é muito importante aproveitarmos este momento para, mais uma vez, deixarmos bem claro aquilo que é a missão das Forças Armadas, prevista na nossa Constituição Federal em seu art. 142. Estamos falando na defesa da Pátria, na garantia da nossa soberania, na possibilidade de enfrentamento, caso ocorra, de uma ameaça externa.

Evidentemente que o conceito de defesa não é o mesmo de segurança, e permitam-me não discorrer, porque gastaria um tempo demasiadamente longo.

Quando entram ou quando surgem esses desastres naturais – e os incêndios hoje no Pantanal, na Amazônia têm sido algo a lamentar –, as Forças Armadas são chamadas para atuar numa ação subsidiária no tocante ao enfrentamento dessa situação, que afeta o nosso brasileiro, a nossa sociedade, os nossos animais, e isso realmente nos deixa tristes. Essas ações subsidiárias entram no foco do apoio aos órgãos competentes na atuação, no combate àquilo que é o desastre.

E aí entra o espírito colaborativo, o espírito de cooperação, que é algo que vem se mostrando, seja no Pantanal, seja na Amazônia ou em diversos outros momentos tristes que o nosso País vive ao longo do tempo.

Mais uma vez, eu deixo claro – e agradeço a oportunidade de externar – que temos áreas prioritárias relacionadas à nossa defesa, seja a nossa Amazônia Verde, seja a nossa Amazônia Azul, e, com isso, sempre as Forças Armadas – sempre – estarão disponíveis para atuar, num esforço coordenado,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

num esforço conjunto, com os meios de guerra de que dispomos, para combater esses momentos que, mais uma vez, nos entristecem e deixam a nossa sociedade bastante preocupada com ações a realizar.

As Forças Armadas estão presentes, sempre estiveram, e estarão ao lado de instituições federais, estaduais e municipais para promover o bem-estar da nossa sociedade.

Agradeço a oportunidade. Estamos disponíveis aqui no MD para qualquer outro questionamento ou qualquer outra ação com operação, coordenação e integração, que são as ideias-força para que se enfrente este desastre que hoje afeta o nosso querido Pantanal.

Obrigado a todos. Um excelente final de semana.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado, Gen. Leal.

Eu gostaria agora de perguntar ao Senador Carlos Fávaro se ele gostaria de fazer uso da palavra. O Senador Carlos Fávaro há pouco esteve presente; se ele quiser voltar tem o direito ao uso da palavra.

Nós vamos agora passar ao Dr. Alberto Setzer, representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe.

Fica aqui também uma pergunta ao Dr. Alberto. Muitos têm questionado se o Inpe hoje tem independência em relação ao Governo, se o Inpe... Há questionamentos também na questão dos dados do Inpe em relação à própria indagação do Governo, se existe dualidade de pensamento ou se o Inpe tem total independência. E ainda uma pergunta: o Inpe trabalha para quem? Essa pergunta é de um internauta.

O SR. ALBERTO SETZER (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Vou começar pela última pergunta: "O Inpe trabalha para quem?"

Sendo um órgão federal, o Inpe trabalha para o País, o Inpe trabalha para os seus cidadãos, e a nossa função, como um instituto de pesquisas espaciais, é desenvolver tecnologias espaciais e aplicações dessas tecnologias que favoreçam ou que beneficiem a população do País nas suas mais diversas possibilidades.

Então, esse trabalho de monitoramento de queimadas utiliza informações de satélites e, assim, nós geramos os dados com as localizações dos focos principais e repassamos essa informação ao usuário. No caso do trabalho de queimadas, além de dezenas de instituições oficiais – digamos assim –, como secretarias estaduais de meio ambiente, corpos de bombeiros, o Operador Nacional do Sistema Elétrico, temos centenas de outros usuários, entre os quais incluímos instituições científicas, de pesquisa, institutos do meio ambiente, mesmo ONGs e cidadãos comuns. São mais de 3 mil usuários registrados no nosso sistema que recebem essas informações diariamente, todas enviadas automaticamente. Então, eu acho que, respondendo essa pergunta, nós procuramos fornecer dados e informações que não estariam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponíveis de outra maneira, a não ser pelo uso da tecnologia espacial, e difundir essa informação para todos os usuários que dela necessitem.

Com relação a polêmicas nos nossos dados, essa polêmica sempre houve, desde o início da década de 1980, quando esses dados sobre queimadas e incêndios florestais passaram a ser divulgados. Temos resistido bem a todas as críticas, de onde quer que elas partam, e isso por um fator bem definido, que é a qualidade dos dados e o fato de que todas essas informações são sempre tornadas públicas e publicadas em periódicos científicos, enfim, analisadas por pares que trabalham com a ciência e com estudos de sensoriamento remoto.

Dessa forma, qualificam ou garantem as nossas informações. E, entre parênteses, até colocaria que hoje em dia essas informações não são, vamos dizer, prioridade, não prioridade, assim uma coisa restrita ao Inpe. Há várias instituições internacionais, seja na Europa, seja na América do Norte, coletando esses mesmos dados, divulgando esses dados, e todos eles coincidem com o que o Inpe produz. Na verdade, existe até uma interação entre as agências espaciais internacionais para garantir que a qualidade dos dados, o problema de foco, seja adequada, seja confiável e praticamente não se produzam informações errôneas. Então, nos enquadrámos aí dentro desse esforço, tanto nacional quanto internacional. Claro que, uma ou outra vez, algum dado nosso pode ter alguma falha, acho que qualquer sistema tem suas falhas, e a nossa estimativa é que é menos que 0,001% dos dados com algum tipo de problema.

E deixo aberta essa possibilidade para qualquer pessoa que tenha dúvida, que queira questionar os nossos dados, que nos escrevam diretamente. Com toda a satisfação, nós iremos atender essas dúvidas, como temos feito com vários usuários que nos procuram todos os dias. A quantidade de solicitações é muito grande, e vamos dar conta aí, tentar atender a todos aqueles que as tenham.

Por último, encerrando, eu agradeço a oportunidade de representar o Inpe neste evento aqui do Senado, um evento marcante na minha opinião. O nosso Diretor Darcton Policarpo não pôde comparecer, aliás, houve uma troca do diretor do Inpe, até ontem era o Dr. Darcton Policarpo, a partir de hoje é o Dr. Clezio de Nardin, que é o atual diretor – então, comunico essa transição. E agradeço também ao Senado pelo convite e a todos os presentes pela oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dr. Alberto, antes ainda da sua conclusão, eu gostaria de fazer uma pergunta ainda.

Em relação ao programa Sivam: como é atuação do Inpe com o Sivam? O senhor tem alguma avaliação para fazer também do programa Sivam, porque sabemos que foram investidos muitos recursos brasileiros? E esse programa está realmente interconectado? Ou o programa Sivam está continuando com as suas atividades? E, principalmente, esse programa poderia também ser um grande apoiador na



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

previsão, inclusive naquilo que poderíamos estar fazendo em termos de controle desses impactos ambientais, desses incidentes que ocorrem hoje, seja de cheia, seja de seca?

O SR. ALBERTO SETZER (Para expor.) – Bem, eu acredito que possa responder apenas uma das suas duas perguntas, que é a interação entre o Inpe e o Sivam. Essa interação sempre tem sido, assim, total – não há nenhuma restrição quanto a isso. O Sivam utiliza os nossos dados de monitoramento de queimadas, embora eles tenham as próprias estações de recepção de dados de satélites e produzam os próprios produtos de localização de queimadas. Nós sabemos que eles utilizam também informações do Inpe, os resumos, os trabalhos do Inpe na realização dos seus objetivos.

Agora, quanto à eficiência do Sivam, que hoje é o Censipam, infelizmente eu não tenho como prestar esses esclarecimentos. Essa é uma instituição militar, e acredito que deveria ser perguntado diretamente a eles como é o desempenho deles. Eu, infelizmente, não tenho condições de responder a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Gen. Leal, depois, se quiser fazer alguma consideração sobre esse aspecto, poderá também falar.

Passo a palavra agora ao Sr. Valdir Colatto, que é o representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ou melhor – falei errado –, que é o Diretor do Serviço Florestal Brasileiro.

O SR. VALDIR COLATTO (Para expor.) – Sim, do Serviço Florestal Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está certo.

O SR. VALDIR COLATTO (Para expor.) – Obrigado, Senador. Parabéns! Obrigado pela iniciativa. Acho que é importante nós levarmos à discussão esse processo.

A Mauren levantou várias situações que, realmente, nós temos que observar, sobre o homem na natureza. Há muitas comunidades, muitas pessoas dentro desse processo, e nós precisamos administrar isso.

O Código Florestal brasileiro, no art. 38, §3º, é bem claro: nós precisamos observar o nexo causal, quem causou o incêndio. Acho que isso tem que ser levado em conta, inclusive nas notificações. Tem de estar na notificação quem é que o causou. Às vezes, estão sendo cometidas injustiças em relação a pessoas, colocando o proprietário como o responsável pelo incêndio, quando o incêndio, normalmente, surge nas vias públicas, nas estradas etc., pelo descuido das pessoas que transitam por lá.

Eu só queria deixar registrado isso e também dizer, Senador, que nós temos aí... O senhor está colocando a condição de nós criarmos o Estatuto do Pantanal. Eu recomendaria que o senhor desse uma olhada na questão das regras do Zoneamento Ecológico-Econômico. É um regramento que já existe. A lei,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Código Florestal é bem claro, dizendo que, após o Código Florestal de 2012, os Estados teriam cinco anos para fazer o zoneamento ecológico-econômico, para, então, saber exatamente como é a ocupação territorial e qual é a projeção de ocupação futura. Há a questão da cana no Pantanal, se vai ser ou se não vai ser aprovada no Norte. Como é a questão da pecuária e da agricultura? Pode ou não pode? O que nós temos que preservar ou não temos que preservar?

Então, eu acho que esse é o processo que nós temos que trabalhar. O Código Florestal brasileiro, agora com a análise do Cadastro Ambiental Rural, vai colocar bem claro como é a ocupação de cada propriedade em cada região. Pode-se fazer um estudo macro do Estado, do bioma e também das propriedades particulares, para vermos quais os problemas que nós temos que consertar, vamos dizer assim, ou ajustar na questão ambiental com a área econômica e com a área social, porque nós temos que fazer um desenvolvimento sustentável.

Há outra legislação que nós temos aí, que está para ser usada, que se refere às APAs (Áreas de Proteção Ambiental). Você pode ter atividade econômica com cuidado, dentro da regra do jogo estabelecida, preestabelecida, planejada, estudada, colocando todo esse processo dentro de uma coisa que realmente tenha base científica. Como disse a Dra. Áurea, nós precisamos trabalhar com a ciência. A Embrapa está divulgando dados, como outras entidades, mas nós do Serviço Florestal Brasileiro vamos ter condições de fazer uma radiografia do Pantanal todo e de todos os seis biomas, mas observando a realidade do Pantanal especificamente, as características e peculiaridades do Pantanal.

Nós estamos aqui, então, para fornecer esses dados. Infelizmente – o Dr. Alberto, do Inpe, sabe muito bem –, o Brasil tem uma profusão de dados sobre a questão de florestas e de ocupação territorial no Brasil, mas muitos dados não têm origem ou base técnica.

O Serviço Florestal Brasileiro tem esses dados levantados, inventários florestais. São dados oficiais, que nós colocamos à disposição para que possamos estudar isso e ajustar entre os órgãos que fazem esse trabalho. Nós estamos já com o Censipam, que é nosso parceiro nesse processo; também com o Incra. Vamos fazer todo esse trabalho. Eu acho que seria uma boa ação de todos nós órgãos públicos juntar as informações que nós temos para fazer com que nós tenhamos dados concretos e reais da situação da ocupação territorial brasileira, até para diminuir um pouco a polêmica que existe aí – se é certo ou não é certo, se essa referência é boa e a outra que não é; o que realmente tem base técnica e o que não tem. Eu acho que o Brasil está devendo isto, inclusive, para a opinião pública mundial, nós termos dados concretos sobre isso.

Queria, então, agradecer e colocar o Serviço Florestal Brasileiro à disposição do Senado, da Câmara e de todos aqueles que nos procurarem, para que possamos ajudar nesse processo, embora diretamente nós não estejamos envolvidos na questão dos incêndios. Mas acho que nós temos aí ações que podem ser feitas e que serão úteis para o planejamento de ações futuras, principalmente preventivas, quanto à questão das queimadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço. Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais uma vez, agradeço ao Valdir Colatto.

Passo a palavra agora à Mauren Lazzaretti, que é a Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), mas antes eu já vou aqui também deixar algumas perguntas para a nossa Secretária de Meio Ambiente de Mato Grosso, Dra. Mauren.

João Almeida, de Rondonópolis, diz que, em Mato Grosso, nós temos agricultura de precisão, uma das agriculturas mais modernas do mundo, com infraestrutura de equipamentos e também de experiência. O que está faltando na cooperação dos agricultores com o Estado de Mato Grosso, inclusive nesse trabalho de possível preservação? Ainda: o Pantanal de Mato Grosso está abandonado? Pergunta se há muitas propriedades abandonadas, em função da economia do Estado, em que predomina a agricultura. Ele atesta, ele afirma que a pecuária no Pantanal está em decadência. É isso mesmo?

Bom, aqui se falou outro aspecto já: a questão das faixas de domínio das nossas estradas. Nós aqui hoje estamos chegando em Corumbá e já pudemos constatar que na BR-262, que liga Campo Grande a Corumbá, estamos tendo muitos incêndios – e isso de modo geral nas BRs, nas estradas estaduais e também nas estradas vicinais. O que se alega? Que a faixa de domínio é de responsabilidade do Poder Público. Como o Poder Público não faz a sua manutenção ideal, o próprio proprietário, o fazendeiro é impedido. Para ele poder fazer um aceiro, para ele poder fazer qualquer melhoramento, ele tem que ter uma licença ambiental e uma permissão, então, do órgão, seja do Dnit, seja do órgão do Estado e também das prefeituras. Aqui a afirmação – e eu quero também corroborar com isto – é que a maior parte das queimadas se dá exatamente na beira das rodovias por bitucas de cigarro, o que já foi falado, às vezes carro com chamuscas e faísca ali na saída da carburação e também por acidentes.

A gente sabe que as estradas concessionadas não podem ter vegetação alta, não podem ter árvores, têm que ser gramadas, e todas elas todo ano têm que ser roçadas, coisa que não acontece nas estradas que são administradas diretamente pelo Poder Público.

Então, nós gostaríamos de ouvir um comentário da Dra. Mauren para essa realidade e a sugestão da Secretária sobre o que poderíamos melhorar na legislação, porque o que alegam os proprietários lindeiros é que o fazendeiro quer utilizar, quer melhorar, quer... Por exemplo, já tivemos casos inclusive de supressão vegetal, porque a dificuldade é muito grande. Para o Dnit fazer uma supressão vegetal, ele tem que entrar no órgão ambiental com a licença, e essas licenças normalmente são muito demoradas. E não estou falando apenas de Mato Grosso; isso é no Brasil inteiro, mas, claro, no Mato Grosso, temos estradas federais troncais, o Estado é muito grandes, estradas estaduais de mais de 20 mil quilômetros. Então, eu acho que o comentário e a sugestão da Dra. Mauren seriam muito importantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, neste momento, há essa sugestão legislativa, mas também pode fazê-lo qualquer um que esteja nos assistindo, orientando, ou seja, sugerindo à Comissão através dos nossos meios de comunicação, principalmente através do nosso *site* do Senado da República, Comissão Pantanal.

Acho que são essas as perguntas à Dra. Mauren.

Passo a palavra à Dra. Mauren.

A SRA. MAUREN LAZZARETTI (Para expor.) – Obrigada, Senador. Eu vou procurar responder todas, inclusive as dos que o antecederam, de que fiz algumas anotações.

A pergunta geral se refere ao que falta aos produtores rurais. Na verdade, nós temos evoluído bastante com o setor produtivo de modo geral, não só dos produtores rurais, mas de todos os segmentos, em discussões qualitativas. Especificamente em relação às queimadas, aos incêndios florestais, nós avançamos muito na construção de alternativas. Muitos produtores rurais hoje, no Estado de Mato Grosso, possuem pequenas estruturas de combate a incêndios dentro dos seus imóveis rurais. Acho que essa é uma estratégia que pode mostrar-se eficiente para que a gente consiga chegar àquele objetivo que citei: ao invés de transformar o produtor rural em um infrator, de colocá-lo como um vilão desse processo, nós temos que incorporá-lo como um agente que pode auxiliar nesse evento, que é comum para países tropicais e para diversos países do mundo. Então, a gente tem que ter o olhar para um evento que vai ocorrer recorrentemente e que, em muitos casos, traz prejuízos não só para proprietários rurais, como para indígenas, para quilombolas, para toda a população. Esse é um ponto.

Eu acho que não há nenhum fator que falte. O diálogo é contínuo entre eles. O que nós precisamos, talvez, é de algum modo tornar inclusive mais segura a legislação, para que os produtores possam atender. E esse é um fato que é recorrentemente uma reclamação dos produtores, no que diz respeito aos aceiros. Hoje a gente não exige autorização para a construção dos aceiros, mas o que nós temos de legislação, que é o Decreto Federal 2.661, não estabelece uma forma muito clara. Então, há uma dúvida de qual a metragem, de como construir os aceiros. Eu acho que esse debate tem que ser feito até para que essa orientação torne isso possível ao produtor. Inclusive, já tivemos autuações no passado para quem fez aceiro. E também se discute o que é um aceiro eficiente. Acho que isso precisa ficar claro, e, por todos os debates que nós já tivemos, isso não está claro na legislação. Talvez não tenha quer ser lei, mas tenha que ser um regulamento, e acho que vale esse debate.

A pecuária no Estado de Mato Grosso está em decadência? Na informação que nós temos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, nos dados que nós temos do Estado de Mato Grosso, bem como no que é retratado pelos pecuaristas do setor, de fato Mato Grosso teve uma decadência na produção agropecuária no Pantanal, o que deve ter uma multiplicidade de fatores, como possivelmente o engessamento da legislação, a própria inoperância ou dificuldade de operacionalizar essas ações dentro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do órgão ambiental e também a ausência de programas específicos que possam fomentar uma pecuária de baixas emissões, respeitando as diferenças que existem para o Pantanal.

Eu acho que isso é um debate que precisa ser feito, porque nós precisamos fortalecer uma economia sustentável que possa ser compatibilizada com o Pantanal e acho que essa é a vontade do pantaneiro, é a vontade das instituições científicas, porque acho que elas orientaram para isso, e também é a vontade do Governo do Estado, porque entendemos que a conciliação dessa atividade com as melhores técnicas para conservação pode inibir eventos como este. Eu acho que a gente precisa fazer esse debate qualitativo.

Quanto às faixas de domínio, nós já recebemos diversos questionamentos a respeito. De fato, não está na administração do Estado permitir o uso. Colocaram-me até, Senador, uma vez, a seguinte observação: em algumas regiões do Estado, um tempo atrás, era permitido. Acabava que o produtor plantava até o início da estrada e, com isso, mantinha limpa essa faixa de domínio. Com o passar do tempo, eles foram sendo notificados e proibidos de praticar isso. E esse material acaba se regenerando e acaba contribuindo para os eventos das queimadas e também, quanto mais encorpada a vegetação, talvez maior dificuldade vai haver ao se fazer essa limpeza. Eu acho que vale, sim, conversar com os órgãos e estabelecer uma cooperação ou se admitir em determinada forma que essa limpeza seja feita.

Nós não pedimos autorização para a limpeza da faixa de domínio quando essa obra de infraestrutura já foi licenciada, isso é uma atividade natural. Isso só tem um caráter um pouco mais complexo quando a gente está falando de um empreendimento novo, um licenciamento para pavimentação de uma obra de infraestrutura. Mas hoje, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, nós já trabalhamos prioritariamente, a nossa Coordenadoria de Infraestrutura tem o menor tempo dentro dos licenciamentos do Estado de Mato Grosso. Então, para o Estado de Mato Grosso isso não tem sido um gargalo, mas nós recebemos várias reclamações de que, em nível nacional, as obras maiores têm, de fato, um gargalo para essa atividade e, em outros Estados, também não há essa evolução. Eu acho que, em âmbito nacional, isso precisaria ser discutido.

No que diz respeito a corte de árvores proibidas, o que no passado foi um problema, isso também já foi regulamentado pelo Código Florestal, há permissão desde que se estabeleçam medidas mitigadoras. Então, hoje isso para nós é um procedimento muito simples. Basta talvez que a gente torne mais claro esse procedimento para aqueles que precisam. Espero ter respondido essa pergunta. Uma pergunta do internauta anterior, que o senhor colocou, Senador, é a respeito dos nossos Cetas. O Mato Grosso tem o Cetas de Lucas do Rio Verde, que já está concluído e está em fase do licenciamento para o início da sua operação. O Nosso Cras, que é o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, aqui de Cuiabá, também já tem projeto, já tem recurso da ordem de quatro milhões garantidos e nós já iniciamos a obra de descercamento dessa área. Mas os outros dois Cetas que são necessários para que a gente possa fechar pelo menos um para cada bioma e estrategicamente dentro do Estado, ainda não tem recurso garantido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que esse debate pode ser feito. Nós temos os projetos para apresentar. Essa estratégia é importante para que o Estado avance nesse segmento.

Quanto aos valores que foram aplicados pelo Estado de Mato Grosso, realmente eu não tenho... Apesar de receber várias informações de Mato Grosso do Sul, eu não tenho o percentual, o valor que foi aplicado pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Nós temos um plano de combate aos desmatamentos e aos incêndios florestais do Estado de Mato Grosso em que nosso investimento inicial previsto era da ordem de 22 milhões, nós já ampliamos com recursos próprios para mais 2,5 milhões e ainda recebemos um aporte do Programa REM de mais R\$300 mil. Além disso, o Estado de Mato Grosso recebeu do MDR mais 10,1 milhões, em razão do decreto de calamidade. Então, nós temos aqui na ordem de quase 35 milhões sendo aplicados pelo Estado de Mato Grosso – 10 milhões do Governo Federal direto – para as estruturas do Estado. Eu não tenho as informações relacionadas aos investimentos feitos pelas entidades federais que estão atuando aqui conosco: o ICMBio, o Ibama, o Exército, a Marinha. Esses dados eu realmente não consigo, mas os dados do Estado de Mato Grosso são da ordem de 35 milhões, sendo que dez foram enviados pelo MDR.

Quanto à existência de projetos e estratégias para esses combates, Senador, o Estado de Mato Grosso há muitos anos tem planos e apresenta esses planos para que possamos captar investimentos. Uma das nossas estratégias utilizadas, devido à eficiência, foi o Fundo Amazônia. As estruturas que nós temos de caminhões, aeronaves para combate aos incêndios e caminhonetes foram adquiridas pelo Fundo Amazônia. Nós temos um projeto do Corpo de Bombeiros, do Estado de Mato Grosso junto ao Fundo Amazônia, já aprovado, da ordem de 35 milhões, que visa à aquisição de mais uma aeronave, dentre outros itens. Naquela oportunidade em que esse projeto foi apresentado, o projeto em verdade tinha um total de 139 milhões, porque aí sim ele previu uma estrutura para todo o Estado que pode dar uma resposta mais eficiente, mas o projeto não foi aprovado, o limite dado foi de 35 milhões. Contudo, esse nosso projeto faz parte dos projetos que o Consórcio da Amazônia Legal tem conduzido e apresentado para todas as entidades que visam a auxiliar as ações de combate aos incêndios florestais na Amazônia, e nós podemos, Senador, encaminhar esses projetos, tanto o projeto que visa a atender toda Amazônia Legal quanto os projetos do Estado de Mato Grosso: esse de 35 milhões, que já está aprovado no Fundo Amazônia, o de 76 milhões, que ficou faltando...

Então, nós temos todos esses dados, o que nos falta é recurso para conseguir adquirir esses equipamentos, lembrando que o Estado sempre faz o custeio das ações. E, para aplicação de todos, para utilização desses equipamentos que estão previstos para estruturação do Corpo de Bombeiros, o Estado terá de investir em torno de 12 milhões para operacionalizá-los. Tudo isso já está previsto dentro do nosso planejamento estadual.

Por fim, uma pergunta acerca da responsabilização, qual seria a dificuldade. Historicamente há uma dificuldade de julgamento desses autos de infração. No Estado de Mato Grosso, dentro do planejamento do combate ao desmatamento ilegal, aos ilícitos ambientais, aos incêndios e queimadas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ilegais, nós trabalhamos com uma força-tarefa e, além disso, estruturamos o desaparelhamento dos infratores como estratégia para que essas infrações não voltem a acontecer, mas, invariavelmente, essas autuações, essas apreensões têm uma interface direta com a Justiça, e o regramento acho que precisa ser aprimorado, há que também incluir o Judiciário nesse debate.

Eu acho que fiz os esclarecimentos que anotei, Senador. Se houver mais alguma contribuição que eu possa fazer, fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dra. Mauren, a senhora falou do engessamento da legislação em Mato Grosso.

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso, através da Comissão de Meio Ambiente, já instalou uma comissão, já estão discutindo.

A nossa motivação na construção do estatuto do Pantanal não é fazer uma legislação detalhista, nós queremos criar só as normas para que os Estados, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, possam, dentro da sua competência, e até os Municípios, também dentro de suas competências, mas principalmente os Estados, legislar sobre aquilo que é mais específico para cada situação.

Mais uma vez explicando aqui a todos os brasileiros, o Pantanal mato-grossense é de 153 mil quilômetros quadrados, sendo que 65%, aproximadamente, são Mato Grosso do Sul e, o restante, 35% são Mato Grosso. Temos o mesmo bioma, mas, claro, há uma certa diferença em que todo o território mato-grossense está na Amazônia Legal e ainda estamos na fase ali de transição entre o Cerrado e a Amazônia. Por isso, também, nós temos especificidades, tanto o Pantanal de Mato Grosso quanto o Pantanal de Mato Grosso do Sul.

Há essa questão do engessamento da legislação mato-grossense, e os proprietários de Mato Grosso, nas audiências que tivemos, alegam que há praticamente um enfraquecimento da economia, principalmente da pecuária no Pantanal mato-grossense, que se dá exatamente por esse engessamento da legislação em Mato Grosso, não em Mato Grosso do Sul.

Eu gostaria de um comentário de V. Sa. sobre esse aspecto. Se a Assembleia Legislativa já está trabalhando, se vocês já estão buscando aprimorar essa legislação. Claro, a preocupação é exatamente agora no momento da economia; em função da pandemia nacional, toda ela estar também numa situação difícil. Nós vamos ter que fazer uma recuperação econômica do País, mas mais especificamente nessa região.

Claro que nós, Senadores, estamos trabalhando. Inclusive falei aqui no início do meu pronunciamento que precisamos buscar uma maior parceria com a Sudeco, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não temos... A única região do Brasil que não tem um banco de desenvolvimento é o Centro-Oeste. Portanto, o fundo constitucional é administrado pelo Banco do Brasil. Claro, nós precisaremos agora, nesse trabalho de recuperação da conservação do nosso Pantanal, recuperar a economia: os investimentos no turismo, o pequeno, que teve lá o seu gadinho, a sua casa, às vezes, até queimada, o ribeirinho, que praticamente está abandonado, mas o pecuarista também, porque a gente sabe – e aí eu falo como veterinário – também que a convivência da pecuária secular com a sapiência do pantaneiro é fundamental.

Então, eu queria um comentário de V. Sa. também a respeito disso, se está sendo feito e se esse caminhar pode ser mais acelerado.

A SRA. MAUREN LAZZARETTI (Para expor.) – Senador, nós já estávamos, desde o ano de 2019, fazendo uma discussão qualitativa com o setor produtivo a respeito dessa necessidade de trabalhar a regulamentação da lei e, talvez, até um aprimoramento, porque a lei do Estado de Mato Grosso data do ano de 2008; então, ela é anterior ao Código Florestal, e não houve, depois da publicação do Código Florestal, o atendimento ao art. 10 do Código Florestal, que prevê que essas áreas de uso restrito precisariam estabelecer atividades econômicas, conforme a orientação dos órgãos oficiais de pesquisas. Iniciaram-se algumas discussões a respeito no ano de 2016, mas não se chegou, de fato, a regulamentar a utilização dessas áreas chamadas de uso restrito.

Então, nós tínhamos iniciado uma conversa com a Embrapa Pantanal, porque, apesar de estar sediada em Corumbá, ela tem o maior número de dados desse arcabouço técnico e científico de dados a respeito do Pantanal como um todo, nos dois Estados. E a própria Embrapa também tem uma interação com as universidades estaduais e federais do Estado de Mato Grosso.

Não fosse a pandemia, possivelmente, nós já estaríamos com esse trabalho concluído, porque, em fevereiro, já tínhamos esse convênio que liga a Embrapa à Assembleia Legislativa e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente já entabulado. Porém, a pandemia acabou obstando que esses dados técnicos, essa discussão pudesse avançar, e nós retomamos, Senador. Inclusive, na última segunda-feira, já tivemos uma reunião com a participação da Embrapa, do Ministério Público e de alguns produtores. Teremos outras reuniões para tentar estabelecer, dentro de uma base científica consolidada, essas ações emergenciais que precisam ser adotadas para o Pantanal, para que a gente possa minimizar os impactos para o próximo ano, dentro, óbvio, de um limite qualitativo e científico.

O quanto isso colabora, se realmente isso é um engessamento, acho que... Esse fator é: há uma contribuição da ausência de regulamentação, de essa regulamentação não estar clara, de ela ser difícil de ser executada dentro do órgão? Há contribuição, isso é um consenso, o Estado já vai atuar para isso. O ideal é que a gente possa compatibilizar com uma norma maior, para que a gente não crie guerras entre os Estados. Inclusive, a gente conversava sobre isso na Abema ontem. É muito ruim quando os Estados criam uma competição entre si ou que essas diferenças que poderiam ser supridas com uma regra única





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabam contribuindo de forma negativa para a política pública e para a evolução do desenvolvimento sustentável no País. Aqui a gente está usando o exemplo do Pantanal, mas isso acontece com outros biomas e com outras situações.

Acho que era essa a minha contribuição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós agradecemos imensamente. Eu acho que foi muito esclarecedora a condução da Abema, através da Secretária Mauren.

Queremos aqui, antes de passar também para finalizar à Dra. Áurea, registrar a presença aqui conosco, em Corumbá, do Dr. Rodrigo Montezuma, que é Assessor Técnico-Jurídico de Relações Institucionais do Conselho Federal de Medicina Veterinária; também do Rodrigo Bordin Piva, que é o Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul, e do Péricles Duarte Gonçalves, Assessor Jurídico do CRMV-MS.

Queremos também agradecer já aqui antecipadamente ao Dr. Jorge de Lara, em nome da Embrapa Pantanal. Daqui a pouco, faremos uma visita à Embrapa Pantanal. Registro, inclusive, que a Embrapa Pantanal também foi fundamental nas pesquisas, principalmente na nutrição, na reprodução e, claro, no conhecimento e inclusive desenvolvimento de pastagens específicas. Eu estive conversando com o Dr. Jorge de Lara, até agora eles já têm uma variedade possível de se adaptar ao Pantanal com melhores condições de nutrição.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer ao Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por permitir que nossa Comissão tivesse esse trabalho para desempenhar e principalmente produzir uma legislação que é o estatuto do Pantanal para oferecer segurança jurídica a todo nosso bioma e a todos aqueles que convivem e vivem no nosso Pantanal; à Dra. Érica Ceolin, que é Diretora de Comunicação Social do Senado; ao Érico Silveira, Diretor também da TV Senado; ainda ao companheiro Dirceu Vieira Machado Filho, Diretor da Secretaria de Comissões, ele que é mato-grossense e cuiabano e hoje está lá exercendo uma função extremamente estratégica dentro do Senado; ainda ao Marcelo Assaife Lopes, Secretário da Comissão, ao Gustavo Aouar, Consultor do Senado Federal, e à Karin Kassmayer, Consultora também do Senado Federal, que nos está dando suporte para a construção do estatuto do Pantanal.

Passo agora à Dra. Áurea da Silva Garcia, Diretora-Geral da Mupan (Mulheres em Ação no Pantanal), para que ela possa também trazer as suas conclusões.

A SRA. ÁUREA DA SILVA GARCIA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Todos nós sabemos ou imaginamos que a grande maioria da população brasileira e também a comunidade internacional têm um reconhecimento da importância do Pantanal como uma área úmida e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da importância de ser e estar estrategicamente como um bioma que colabora para a regulação de todo um sistema fluvial Paraná-Paraguai, por exemplo, e outras contribuições.

O Pantanal é singular por suas vivências das gentes pantaneiras, desde o produtor rural do setor privado. Nós também – nós, da sociedade civil – sabemos e temos essa informação, temos e geramos informações também em parceria com o setor privado. Sabemos que cerca de 95% da região pantaneira está sob IE do setor privado.

Nós temos aí, dentro dessas vivências, a questão das várias transformações. Primeiro, há uma dinâmica natural e há as transformações impulsionadas pelas atividades humanas, pelas atividades econômicas. E aí a gente encontra... E a minha provocação no início foi: qual Pantanal? É o Pantanal das cheias e vazantes, que é uma questão meio dual? É a questão global, de ser como uma vitrine global, que é compartilhada com as questões pontuais, localizadas? Há a importância da economia e a importância da conservação; a necessidade de se discutir e de se ter, a partir da base técnica e científica, o que já foi colocado e destacado pelos demais colegas, um diálogo constante. Há o conhecimento tradicional, seja o conhecimento do produtor rural, do pecuarista, que vem desenvolvendo a prática pecuária há 200 anos, como também o conhecimento tradicional dos povos indígenas, das comunidades ribeirinhas, do conhecimento geral. Então, é preciso fazer essa discussão qualificada.

E mostrei, no início, a nossa colaboração, por exemplo, em relação à Lei do Pantanal. A sociedade civil e as organizações, essas 40 organizações que fazem parte do Observatório Pantanal, têm subsidiado, apoiado e trabalhado junto com as instituições de ensino e pesquisa.

Precisamos, sim, gerar e ter protocolos de segurança e biossegurança para o enfrentamento dessas situações.

E agora mesmo, nós, a sociedade brasileira, mundial, estamos mobilizados com essa causa do Pantanal, ofertando, realizando, praticando o voluntarismo. Mas como a gente pode garantir que essa ação, uma ação emergencial como essa para o enfrentamento do fogo... Mas nós temos uma outra questão globalizada: a pandemia. Como nós – voluntários, sociedade civil, e até mesmo as ações governamentais, que chegam junto às comunidades – estamos levando, seja para as comunidades, as populações tradicionais ou para as populações da fauna, as contribuições que temos e como isso está chegando?

E algo bem importante: a necessidade de se olhar e de se tratar essa questão do Pantanal como coletivo – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. E aí, Mauren, a gente sabe dos esforços, desde o Ministério da Defesa, dos governos estaduais, dos governos municipais, das organizações não governamentais, dos proprietários rurais, das pessoas das comunidades, é uma ação coletiva para essa questão emergencial.

Então, é pensar e ter, na forma integrada... O Pantanal está num sistema e para um sistema que é muito frágil, e são necessários esses esforços. E que sejam permanentes esses esforços, e não só num





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento de enfrentamento. Que sejam diálogos constantes entre Governo, sociedade civil, setor privado, porque o território, por mais que sejam os territórios, 11 pantanais, é um território de vida, é um território que precisa ser cuidado. É preciso manter a biodiversidade e manter a qualidade de vida das populações, seja humana, seja a fauna. O.k.?

Gratidão pelo convite, e um recado particularmente meu, enquanto da sociedade civil, representando a sociedade civil, é: existem muitos esforços. Vamos fortalecer esses esforços e ter como base informações e levar essas informações, aplicar esse conhecimento gerado nas comunidades.

Gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós queremos agradecer a todos.

Tivemos praticamente duas horas de audiência, também dentro do previsto, e vamos pedir aqui também à área técnica da TV Senado para, ao concluir a nossa reunião, transmitir mais uma vez o vídeo mostrando a situação do Pantanal.

Agradecemos, então, a todos e, nada mais havendo a tratar, damos por encerrada... Aliás, antes, convidando para amanhã, às 9h, quando teremos aqui, em Corumbá, a nossa audiência pública, com a presença de ministros, com a presença de toda a Comissão, o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, espero que a Dra. Mauren e o companheiro de Mato Grosso também estejam aqui presentes – ela já está dando positivo, que vai estar aqui –, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, para que nós, juntos, possamos construir o estatuto do Pantanal e deixar um legado para as nossas futuras gerações, um Pantanal conservado acima de tudo.

Bom dia a todos e até amanhã.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS INCÊNDIOS DETECTADOS NO BIOMA PANTANAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e nove minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal com a presença dos Senadores Simone Tebet, Nelsinho Trad, Soraya Thronicke, Carlos Fávaro, Esperidião Amin e Jayme Campos, e ainda da Senadora não membro Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº , de 2020** que : "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir as ações de enfrentamento aos incêndios no bioma Pantanal com a presença do Senhor Nelson Vieira Fraga Filho, Superintendente da Sudeco." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº , de 2020** que : "Requer que na Audiência Pública objeto do RQS 3/2020, seja incluído como convidado a Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo - ACERT." **Autoria:** Sen. Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realizar audiência pública para coleta de subsídios para elaboração do Estatuto do Pantanal. **Participantes:** Sr. Eduardo Lunardelli Novaes, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Alcir Amaral, Coordenador Geral de Monitoramento Territorial da Fundação Nacional do Índio (Funai); Sr. Jorge Antonio Ferreira de Lara, Chefe Geral da Embrapa Pantanal; Sr. Luiz Carlos Barboza Tavares, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária; Dr. Rodrigo Bordin Piva, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul (CRMV-MS); Dr. Roberto Renato Pinheiro da Silva, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso (CRMV-MT); Coronel Ângelo Rabelo, Representante do Instituto Homem Pantaneiro; Sr. Leonardo Pereira Gomes, Diretor Institucional da SOS Pantanal; Dr. André Jacob, Representante da Fecomércio/MT; Sra. Regiane Dedé de Oliveira, Representante da Fecomércio/MS; Sra. Alessandra Guató, Presidente da Organização das Mulheres Indígenas de Mato Grosso; e Sra. Edinalda Pereira do Nascimento, Membro da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais Pantaneiras. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/07>

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 2.187, de 2020, que tem por objetivo: “acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal e seus desdobramentos, as providências para evitar novos focos de incêndios, a limpeza dos locais já atingidos, a proteção das populações diretamente atingidas, da economia, da fauna e da flora e a transparência das atividades coordenadas pela Operação Pantanal”.

Esclareço que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função “levantar a mão” do aplicativo e que a ordem da fala será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e por último aos Parlamentares não membros da Comissão.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 5ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e à realização de audiência pública para coleta de subsídios para elaboração do estatuto do Pantanal.

Passamos inicialmente à leitura dos requerimentos pautados.

1ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 19, DE 2020**

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir as ações de enfrentamento aos incêndios no bioma Pantanal com a presença do Senhor Nelson Vieira Fraga Filho, Superintendente da Sudeco.

Autoria: Senador Wellington Fagundes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2020

Requer que na Audiência Pública objeto do RQS 3/2020, seja incluído como convidado a Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo - ACERT.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

Com isso, consulto as Sras. e os Srs. Senadores para saber se alguém deseja discutir o requerimento da pauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passemos à votação.

Proponho ao Plenário a votação em bloco de todos os itens da pauta. *(Pausa.)*

Havendo concordância dos membros, passemos à apreciação em bloco dos itens pautados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os membros da Comissão não se manifestaram. Então, declaro aprovados os requerimentos, todos os itens da pauta.

Dando início à nossa audiência pública, informo que todos os que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadnia, ou pelo telefone 0800-612211.

Para a audiência de hoje, estão presentes no seguintes convidados: Sr. Eduardo Lunardelli Novaes, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Alcir Amaral, Coordenador-Geral de Monitoramento Territorial da Fundação Nacional do Índio; Sr. Jorge Ferreira de Lara, Chefe-Geral da Embrapa Pantanal; Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que está acompanhado pelo Sr. Luiz Carlos Barboza Tavares, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, e também pelo Sr. Rodrigo Antonio Bites Montezuma, Assessor Técnico Jurídico de Assuntos Institucionais do Conselho Federal de Medicina Veterinária; Dr. Rodrigo Bordin Piva, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul; Dr. Roberto Renato Pinheiro da Silva, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso; Sra. Alessandra Guató, Presidente da Organização das Mulheres Indígenas de Mato Grosso; Sra. Edinalda Pereira do Nascimento, membro da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais Pantaneiras; Cel. Ângelo Rabelo, Presidente do Instituto Homem Pantaneiro; Sr. Leonardo Pereira Gomes, Diretor Institucional da SOS Pantanal; o representante da Fecomércio/MT; e ainda a Sra. Regiane Dedé de Oliveira, representante da Fecomércio/MS





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, então, conceder inicialmente a palavra ao Sr. Eduardo Novaes, do Ministério do Meio Ambiente, pelo tempo de sete minutos, para que faça a sua exposição.

O SR. EDUARDO LUNARDELLI NOVAES (Para expor.) – Bom dia, Presidente, Senador Wellington Fagundes, demais Senadores e Senadoras, e demais colegas presentes aqui à audiência.

Vou procurar ser breve, dado o tempo bastante curto.

Gostaria de começar dizendo que o Ibama e o ICMBio, assim como o Ministério do Meio Ambiente, fazem os seus planejamentos anuais em virtude daquilo que nós temos de histórico para os diversos biomas e para as diversas competências assumidas pelos três órgãos.

Eu gostaria de dizer que, neste ano, nós contratamos para o Brasil, para o Território todo, aproximadamente três mil brigadistas, o que é, portanto, praticamente o dobro do número de brigadistas do ano passado; dez aeronaves Air Tractor, o que também é um número bastante superior àquele do ano passado; e diversos outros esforços feitos no nosso planejamento, que começou a partir do ano passado, como de costume.

Em março de 2020, foi publicada uma portaria do Ministério do Meio Ambiente que declara estado de emergência ambiental para o Estado de Mato Grosso, entre os meses de abril e novembro, e para o Estado de Mato Grosso do Sul, entre os meses de maio e dezembro de 2020, para que nós pudéssemos ter as condições propícias para tomarmos as iniciativas necessárias a eventuais problemas, como de fato ocorreu.

Em julho de 2020, o Presidente da República publicou o decreto que determinou a suspensão de permissão de emprego de fogo, salvo exceções, como, por exemplo, práticas de prevenção e combate a incêndios realizadas ou supervisionadas pelas instituições públicas responsáveis pela prevenção e pelo combate a incêndios florestais no País. E há algumas outras deliberações previstas nesse decreto.

Nós previmos, no planejamento das duas autarquias, um total de 317 brigadistas alocados aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e, com a deflagração da gravíssima crise de incêndios, 444 outros brigadistas foram deslocados de outras regiões do Brasil, chegando a um total de 761 brigadistas alocados em ambos os Estados. Neste momento nós temos dez aeronaves Air Tractor que transitam para fazer o combate a incêndio no Território nacional, e elas têm constantemente estado presente no Pantanal. Temos ainda os helicópteros do Ibama, que também compõem a força, os equipamentos que nós temos para os nossos esforços de prevenção e combate a incêndio.

Eu vou tocar num assunto de que não temos como fugir, embora eu tenha certeza de que todos conhecem, e provavelmente muito melhor do que eu, que são as questões climatológicas. O Pantanal é um bioma marcado pelo pulsar das águas, como todos nós sabemos, pelo fenômeno de cheias e vazantes, de inundações e, depois, períodos de seca. Nós tivemos um período de águas, com início em setembro do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano passado, que teve uma quantidade de chuva, de precipitação muito inferior à média. Portanto, entramos no período de seca com uma carga hídrica já bastante inferior ao normal. E aí tivemos, então, o período de seca. E essa seca se agravou, quer dizer, a média de precipitação no período de seca também foi muito inferior à média.

Além disso, tivemos uma média de temperatura de 1 grau a 1,5 grau acima do esperado, acima da média observada. Em setembro, essa temperatura média subiu para 2,5 graus acima da média. Temos visto recordes de temperatura em diversos pontos: Cuiabá, Corumbá, Campo Grande.

Além disso, tivemos também um fenômeno de ventos basicamente dois metros por segundo acima da média, com uma predominância de ventos oriundos do Nordeste, o que não é usual, que contribuíram, digamos assim, para o agravamento dessa situação climática.

Por fim, observamos o fenômeno de vazante, de que não há medições precisas, mas consta que a última vez em que se viu isso foi em 1968, 1973. Em Cáceres, o Rio Paraguai se encontra em sua mínima histórica. Portanto, evidentemente, como eu disse no início, são dados que todos nós conhecemos, mas são dados extraordinários e que constituíram uma situação bastante dramática e propícia, evidentemente, para queimadas e incêndios.

E, por fim, para finalizar a minha fala, eu gostaria de lembrar que ICMBio e Ibama têm como suas competências trabalhar em áreas públicas federais, que, no bioma Pantanal, ocupam uma área equivalente a 5% do bioma ou aproximadamente 700 mil hectares. Além disso, o Ibama, principalmente, dá apoio aos Estados, quando necessário ou quando provocado pelos Estados.

Portanto, com essa breve e bastante superficial colocação das ações do Ministério do Meio Ambiente e das autarquias, eu encerro a minha fala e agradeço. E gostaria de encerrar, saudando os Senadores pela iniciativa. Nós precisamos, de fato, construir situações ou condições para o Poder Público se preparar para situações como essas, principalmente naquilo que concerne à prevenção de incêndios e práticas de manejo que sejam mais eficazes, mais eficientes e que cumpram o seu papel.

Muito obrigado, Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Concedo, então, a palavra ao Sr. Alcir Amaral, da Funai, pelo tempo de sete minutos.

E agradeço aqui ao Eduardo Novaes, inclusive, pela obediência extrema ao tempo.

O SR. ALCIR AMARAL (Para expor.) – Senador Wellington, em nome de quem quero cumprimentar todos os Senadores presentes e todos os que estão participando da reunião, a Funai tem um acordo de cooperação técnica com Prevfogo/Ibama, desde 2013, que foi renovado em 2019 e no qual são treinadas brigadas formadas por indígenas para combater o fogo dentro das terras indígenas. A Funai executa anualmente ações de prevenção e combate a incêndio nas terras indígenas. E, principalmente em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação ao Pantanal, que é o caso que está sendo tratado aqui, atualmente nós temos, em Mato Grosso do Sul, quatro brigadas indígenas de combate a incêndio, as quais ficam todas localizadas no Pantanal, em três terras indígenas – na Kadiwéu, na Taunay-Ipegue e em Cachoeirinha – e são subordinadas à jurisdição de Campo Grande.

Devido à pandemia, era para ter sido feito treinamento de novas brigadas, e isso foi interrompido devido à pandemia, mas já estamos preparando para, ano que vem, formarmos grupos de prevenção em terras indígenas que irão auxiliar no combate e prevenção ao fogo nas terras indígenas onde não há brigadas. Com isso, nós vamos expandindo mais a nossa atuação para o combate ao fogo dentro das terras indígenas.

No ano de 2020, nós tivemos, em todo o Mato Grosso do Sul, até o dia 22, 1.165 focos de incêndio, de fogo nas 48 terras indígenas do Mato Grosso do Sul, sendo que a maioria foi localizada no Pantanal, até o dia 22, com 1.087, que tem sido combatida junto com o apoio do Ibama e das nossas brigadas.

Era isso o que eu teria para falar, Senador. *(Pausa.)*

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Senador Wellington, aqui é a Senadora Simone Tebet. V. Exa. está sem áudio?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É, eu estou sem áudio... Alô!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Sr. Alcir, da Funai, já encerrou a sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ótimo. Muito obrigado, Senadora. Realmente eu estava sem áudio, eu não consegui perceber.

Então, vamos dar prosseguimento.

Concedo a palavra ao Sr. Jorge Lara, da Embrapa Pantanal, pelo tempo de sete minutos, para que faça sua exposição. Como estamos indo bem, então a Embrapa tem o seu tempo de sete minutos com a possibilidade, inclusive, de prorrogação.

E agradecemos aqui ao Alcir Amaral, representando a Funai.

O SR. JORGE ANTONIO FERREIRA DE LARA (Para expor.) – Bom dia a todos. Estendo os cumprimentos ao Senador Wellington, Presidente da Comissão; ao Senador Nelsinho, Relator; à Senadora Simone; à Senadora Soraya *(Falha no áudio.)*

... à frente aí, liderando essa iniciativa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo eu estendo o bom-dia a todos os outros participantes que estão comigo hoje, também aos telespectadores da TV Senado e às demais pessoas que estejam acompanhando por via eletrônica a nossa apresentação.

Bom, eu vou começar pelo que já foi levantado pelo Dr. Novaes.

O Pantanal sofre hoje os efeitos das mudanças climáticas globais que estão acontecendo, e nós estamos entrando em um período mais seco no Pantanal. Isso tem implicações em termos de produção e nos modelos de conservação também. Há menos água no Pantanal, e a tendência é que assim continue nos próximos anos, pelo menos no médio prazo, em quatro ou cinco anos. Isso acaba liberando áreas que antes estavam embaixo da água e que agora estão secando. E essa vegetação que vem junto com essas áreas é muito mais combustível que a vegetação das áreas mais secas, meio Cerrado, uma vegetação que transita no Cerrado, para a qual o fogo é até, às vezes, desejável para a própria planta, pela ecologia dela, pelo desenvolvimento dela. Essa nova situação acaba tornando o risco de incêndio maior. Esse é o primeiro ponto, muito importante, que a gente tem que... *(Falha no áudio.)*

Outro fato importante no Pantanal é a importância da pecuária na região. A vocação da região é para a pecuária. A agricultura tem muitas limitações de solo. A pecuária se instala, de fato, na região há muitos séculos. Desde a fundação de Cuiabá para cá – até antes da fundação de Cuiabá, já havia pecuária na região. Essa pecuária se desenvolveu e faz parte hoje da realidade do ambiente. Esse é o segundo ponto importante... *(Falha no áudio.)*

Eu acho que há uma pergunta que nós temos de fazer daqui para frente dado esse cenário. A pecuária existe e vai continuar existindo na região. Ela é importante para a economia do País, principalmente como fornecedora de bezerros para as áreas de engorda. Há também essa questão relacionada à conservação do meio ambiente. Acho que a pergunta que nós temos de fazer é: até quanto podemos avançar com a pecuária, até que ponto nós conseguimos explorar economicamente o Pantanal, inclusive para garantir a conservação dele, através da ocupação?

As pessoas que a gente procurou... *(Falha no áudio.)*

... e haver perda significativa de diversidade. Existem ferramentas para medir isso. Nós podemos saber quanto nós podemos intensificar e até que ponto se começa a perder biodiversidade.

Eu gosto de levantar essa pergunta para a sociedade como um todo: o que nós queremos? Se nós queremos que haja desenvolvimento da produção, porque isso vai gerar emprego, gera a economia, nós temos que ter consciência de que, se nós avançarmos além daquele ponto de suporte, vai haver perda de biodiversidade. Nós, como sociedade, temos que abraçar essa causa, essa ideia. No caso, se nós pensarmos que queremos que a biodiversidade continue com bastante variação, intensa, forte, tem que ver se é possível a pecuária sobreviver competitivamente nessas condições. Olha, se porventura não for possível, nós, como sociedade, vamos ter de arranjar algum jeito de suportar e subsidiar esse modelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômico, porque é realmente importante haver pecuária na região, e eles têm que ter uma rentabilidade razoável com a produção.

Por que estou levantando? Porque a pecuária é o ponto central. Nós temos outras comunidades, nós temos outras ações... Até mesmo o turismo rural, muitas vezes, precisa da própria pecuária. Mas o grosso, a grande parte, cerca da área... O Pantanal todo tem mais de 90% de propriedades privadas. Isso é uma coisa muito interessante. É muito diferente da Amazônia, que não é bem assim. Olha só que interessante: desses noventa e tantos por cento de propriedades privadas, nós podemos dizer que no ecossistema todo há cerca de 85% da sua área ainda conservados. Então, é um modelo que suporta, que está sobrevivendo ao longo do tempo, só que agora é feito um desafio para ele: "Olha, o clima mudou; talvez o modelo que foi usado até hoje não suporte mais e pode acontecer que você precise de ferramentas para tornar essa pecuária mais sustentável".

A hora em que a sociedade resolver essa questão, nós chegamos num próximo ponto crucial, que é a questão das legislações estaduais, que, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, são diferentes. Aí vem a questão crucial: os Estados têm o direito de fazer essa legislação estadual? Bom, nós temos que considerar o seguinte: as pessoas estão lá; os sul-mato-grossenses e os mato-grossenses têm, sim, a oportunidade de decidir sobre as terras deles. Eu vejo que a grande oportunidade que nós temos nessa discussão que o Senado Federal construiu, preparou é pensar qual a opção que nós podemos dar para as pessoas.

Vamos supor, vamos só supor; vou dar um exemplo só para facilitar o que eu estou querendo dizer: vamos dizer, conversão de pastagem nativa em pastagem cultivada de braquiária. Vou dar números imprecisos, não é afirmação: "É tanto"; estou dando um exemplo. Vamos dizer que seja possível, sem perda significativa de biodiversidade, substituir 35% da pastagem, um terço. Posso substituir um terço que, pelas análises, pelas equações e testes em campo, se comprovou que não vai haver perda significativa de biodiversidade. Bom, mas daí os cálculos econômicos falam assim: "Mas, para o pecuarista ter um retorno razoável para manter o empreendimento dele, ele vai precisar de 40% de substituição nos casos". Aí que vem a grande dúvida da sociedade: o que nós vamos fazer? "Ah, tudo bem; eles façam 40% e vai haver perda". Ou a sociedade pode falar assim: "Que forma nós temos de incentivar o produtor a parar nos 35% ou até em menos? O que nós podemos fazer para isso?". Aí vêm as oportunidades de construir uma cadeia em função da sustentabilidade do Pantanal – existem ferramentas públicas de apoio, política pública; e existem ferramentas privadas, de grupos privados também, apesar de ser em escala ainda pequena, mas a tendência é melhorar –, de construir uma opção. Eu acho que esta é a grande oportunidade que nós temos aqui: dar essa opção, a oportunidade de os produtores terem a escolha. E nós temos ferramentas que permitem calcular isso... *(Falha no áudio.)*

Nós da Embrapa já desenvolvemos esse trabalho já há muitos anos e nós temos... *(Falha no áudio.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em linhas gerais, é isso que eu gostaria de trazer para a discussão: permitir o direito de os povos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul decidirem sobre sua legislação, porém dar a opção para os produtores que não tiverem capital para poder fazer as melhorias que a legislação permita, ou aqueles que não querem...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós queríamos pedir para a técnica para dar mais um tempo para o Dr. Jorge concluir o seu raciocínio.

Pois não, Dr. Jorge.

O SR. JORGE ANTONIO FERREIRA DE LARA (Para expor.) – A conclusão era esta basicamente: que nós temos ferramentas para medir esses indicadores de estabilidade; que nós temos ferramentas para dizer qual é o ponto de corte em termos de perda de biodiversidade; e que nós devíamos dar a chance para os produtores que não tenham capital ou não queiram se endividar a ponto de fazer uma intensificação na sua propriedade, bem como para aqueles que não queiram fazer. Eles têm que ter a opção e essa opção ser tão atrativa quanto fazer as mudanças tecnológicas que por ventura estejam disponíveis.

Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós mais uma vez queremos dizer aqui a todos os internautas que nos assistem que podem enviar as perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.br/ecidadania, ou ainda pelo telefone 0800-612211.

Eu vou ler aqui algumas perguntas dos internautas, porque os nossos convidados podem fazer comentários durante a sua fala, e aqueles que já falaram também podem anotar para posteriormente abordar.

Luan da Silva Santos, do Piauí: "Olá, Exmos. Srs. Senadores! Gostaria de saber como será a fiscalização quanto aos recursos e quem será o responsável por eles?"

Sérgio Ribeiro: "Nosso País, tão rico em biomas tão importantes, por que o Pantanal não recebe a mesma atenção da mídia internacional quanto a Amazônia?"

Novamente Sérgio Ribeiro, do Rio de Janeiro: "Quais estratégias serão utilizadas para o estatuto do Pantanal realmente funcionar e não ser apenas mais um estatuto?"

José Rocha Júnior: "O que as mulheres indígenas acham quando ouvem o Presidente afirmar que os incêndios na Amazônia são realizados em sua maioria por índios e caboclos?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui também chamar a atenção: a nossa Comissão tem o objetivo principal de discutir o bioma Pantanal. Apesar de que nós aqui... Mais uma vez repito: Mato Grosso do Sul tem a maior área do Pantanal, 65%; Mato Grosso, 35%; e nós de Mato Grosso estamos todos na Amazônia Legal, mas nós não gostaríamos de confundir as discussões desse momento, porque o objetivo principal é criar o estatuto do Pantanal. A gente fazer o mesmo tratamento, ou seja, discutir os dois assuntos ao mesmo tempo... Nosso foco é o bioma Pantanal, com as suas especificidades e também com a necessidade que a gente tem de dar segurança jurídica na conservação e principalmente no desenvolvimento sustentável: na conservação desse bioma que é tão importante, a área mais alagada do mundo; e no desenvolvimento social, porque ali nós temos pessoas, pantaneiros, centenárias famílias que lá moram, temos os ribeirinhos, os indígenas e também os quilombolas, ou seja, é gente, gente que mora, que vive todo o bioma do Pantanal, com toda a sua fauna, com toda a sua flora, com toda a vida desse ecossistema. Por isso eu quero pedir a todos: vamos focar na questão do Pantanal.

Agora eu quero conceder a palavra ao Luiz Carlos Barbosa Tavares, que é do Conselho Federal de Medicina Veterinária, pelo tempo de sete minutos, para que faça sua exposição. Ele é o Vice-Presidente e representa também o Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Com a palavra, Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS BARBOSA TAVARES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia, Senador Wellington Fagundes, na pessoa de quem eu cumprimento os demais Senadores e Senadoras presentes, demais autoridades e participantes desse evento, em nome do nosso Presidente, Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida, do Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina Veterinária e de todos os profissionais brasileiros da medicina veterinária e zootecnia.

Inicialmente, é fundamental que eu dê meus parabéns ao Senador Wellington pela especial atenção e por esse esforço gigantesco que eles têm empreendido no enfrentamento desse atual desastre do Pantanal.

Também quero agradecer a oportunidade que ele nos deu de termos um representante do Conselho Federal na comitiva que, na última semana, esteve sobrevoando o Pantanal para analisar esse gigantesco problema, que foi o Dr. Montezuma.

Senador, nós esperamos colaborar com as autoridades – já que o senhor é um exemplo disso – e demais Poderes Públicos no contexto das normatizações e ações de prevenção e combate a desastres envolvendo animais e o meio ambiente, considerando, em especial, esse Estatuto do Pantanal, no qual o senhor está trabalhando.

Essa contribuição é acompanhada, neste momento, do nosso Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animais, um documento gerado pelo sistema a partir do Conselho Federal de Medicina Veterinária, baseado nos inúmeros desastres que nós enfrentamos nos últimos anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os mais recentes foram as enchentes de 2019 e os eventos de Mariana e Brumadinho. Essa experiência nos permitiu criar esse documento, trazendo aqui toda uma proposta de organização e deixando muito clara a inserção do médico veterinário e do zootecnista nos trabalhos a serem executados.

Nesse sentido também, nós estaremos criando, como Conselho Federal, uma comissão nacional permanente para tratar dessa questão de desastres, com a proposta de que essas comissões sejam irradiadas em todos os conselhos regionais do País todo, para que nós estejamos preparados para, quando demandados, poder dar nossa contribuição como médicos veterinários e zootecnistas.

Lembro obviamente que nós temos, neste momento, inúmeros profissionais ligados ao nosso sistema, médicos veterinários e zootecnistas, trabalhando no Pantanal, no resgate não só de animais de companhia e animais de produção, mas também, de forma muito especial, como aparece na imprensa, de animais silvestres atingidos por esse desastre terrível. Nós esperamos, então, sempre estar apoiando as ações em todo o País, em todos os biomas, dentro de nossas competências, como médicos veterinários e zootecnistas – reafirmo.

Finalizando, eu gostaria de agradecer a todos os profissionais voluntários da Medicina Veterinária e da Zootecnia que estão lá no Pantanal e esperamos, oportunamente, reconhecer pública e individualmente o valioso trabalho que eles têm desempenhado, com a proposta de um certificado de serviço público relevante.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer ao Senador Wellington Fagundes a sua atuação como representante do povo brasileiro neste momento tão difícil que atravessamos e gostaria, já que foi autorizado, apenas de que fosse projetada aqui na tela a capa do nosso plano nacional, que espero que seja de utilidade, Senador, em todos os trabalhos. É um documento que nós estaremos aperfeiçoando e, oportunamente, com a experiência do Pantanal, colocando também um capítulo especial para esse tipo de situação que, obviamente, mesmo sendo possível, esperamos que não aconteça no futuro.

Vamos ver se a equipe técnica consegue projetar... (*Pausa.*)

Está aí a capa do nosso Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animais, com suas diretrizes... É um documento que já foi encaminhado ao Senador e à sua assessoria e que estará disponível para todas as autoridades e representantes de órgãos, se entenderem necessário, para contribuir, de fato, num esforço único e unido de enfrentamento desse desastre.

Senador, meu muito obrigado. Desejo sucesso contínuo nessa empreitada e coloco o nosso sistema à disposição, como sempre, do senhor e das demais autoridades aqui presentes.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós queremos agradecer e também deixar bem claro que todos os outros profissionais das áreas atinente,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente da engenharia agrônoma, os zootecnistas, os biólogos, todos os profissionais que quiserem também poderão entrar em contato com a Comissão e fazê-lo. Poderemos, inclusive, abrir espaços ainda. O importante é que a gente tenha todos irmanados nesta questão da proteção do Pantanal.

Nós temos que fazer hoje aquilo que é mais importante, que é tentar preservar a vida no Pantanal. Ainda deverá... O fogo, as chamas e os incêndios continuam com muitos focos, mas nós temos que, acima de tudo, construir o futuro, o futuro da conservação do nosso Pantanal.

Já sabemos que, nos próximos 4 a 5 anos, continuaremos com secas intensas na região, com uma possibilidade muito grande, e, se não tivermos o manejo bem claro, sustentado na pesquisa, na ciência... E daí eu relevo aqui a importância da Embrapa, da Embrapa Pantanal principalmente, com toda a sua experiência, para que a gente possa fazer esse trabalho em conjunto.

Nós já tivemos reunião esta semana. Ontem mesmo tivemos reunião, aqui em Mato Grosso, na sede da Famato, com a presença da Embrapa, através do Dr. Jorge, um técnico do Imea, que é o instituto da área econômica da Famato, e técnicos e economistas que têm levantado isso há muito tempo e que podem nos embasar, inclusive, para fazer um estatuto que tenha e que traga realmente segurança jurídica.

Nós vamos ter oportunidade de continuar debatendo, e, antes disso, eu quero passar a palavra ao Dr. Rodrigo Piva, que é do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul, pelo tempo de sete minutos, para que faça a sua exposição. Ele, que esteve também conosco no encontro lá em Corumbá, no evento *in locu* de toda a Comissão.

O SR. RODRIGO BORDIN PIVA (Para expor.) – Bom dia a todos; bom dia, Senador Wellington; em seu nome, cumprimento a todos os presentes nesta audiência.

Exatamente: foi muito importante a nossa ida para Corumbá. Eu acredito que contribuiu bastante com a diligência que foi feita no sábado e acredito que o trabalho está fluindo, está sendo feito.

Quero dar parabéns à Comissão. A Comissão está ouvindo todas as demandas, está ouvindo todos os setores que produzem e também os que preservam o Pantanal.

O trabalho da Comissão, acredito, com o nosso Senador do Estado, Senador Nelsinho, vai produzir esse relatório e terá todas as ações e objetivos que buscam melhorar o Pantanal. Acredito que, dentro de curto e médio prazos, vai ser de grande importância na aplicação principalmente na questão da fauna e da prevenção do fogo. Então, a gente está vendo que isso está sendo encaminhado.

Estamos vivendo um momento de exceção com esse fogo todo, com essa seca. Eu espero também que, nos próximos anos, mesmo a gente sabendo que haverá esse período de estiagem, esse período de o Pantanal ser mais seco, nesses próximos anos, mas eu acredito que, a partir desse ano, estaremos mais preparados, cada vez mais preparados, para lidar com todas essas dificuldades.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

No Estado, nós temos o Cras, temos o Imasul, tivemos o nosso grupo também, em que o conselho participou do atendimento e do resgate desses animais, que precisam de atendimento.

O Pantanal, como todos falaram também, é uma área muito preservada, onde a gente consegue produzir com sustentabilidade de uma forma excelente. Eu acredito que o homem pantaneiro, quem é do Pantanal, junto com a parte dos médicos veterinários que trabalham lá, consegue produzir de forma sustentável.

E a Veterinária está aqui, estamos aqui – o nosso colega Roberto, de Mato Grosso, o Luiz, do Conselho Federal – para contribuir com essa parte técnica e até com essa parte da execução junto com o Estado, que provavelmente vai ser produzida. Então, eu me coloco à disposição para o que for necessário. Eu acho que todos os conselhos do sistema CFMV/CRMV também estão à disposição, para auxiliar não apenas na construção do estatuto, mas também na aplicação das políticas públicas que esta Comissão vai poder produzir, orientando para que seus Estados apliquem os recursos e as políticas públicas, para melhorar a questão do Pantanal.

Estendendo os parabéns a todos, a todos os Senadores que estão na Comissão, eu encerro a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero agradecer e, agora, concedo a palavra ao Dr. Roberto da Silva, do Conselho Regional de Medicina Veterinária Federal de Mato Grosso, pelo tempo de sete minutos, para que faça a sua exposição.

O SR. ROBERTO RENATO PINHEIRO DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Em seu nome, Senador, cumprimento os demais Senadores e as demais autoridades que participam deste evento.

Eu acho que todos já contribuíram bastante, já falaram do problema... O nosso amigo Jorge já falou da questão do Pantanal e da importância desse equilíbrio entre produção e conservação, e, lógico, eu quero parabenizar o Senador por esta atitude, por este empenho em olhar para o Pantanal, que vem sendo castigado realmente por um seca muito intensa. É um período de estiagem muito duro para o Pantanal, o que causou toda esta situação de calamidade.

Vou contribuir aqui com a minha fala sobre o amor da população – logicamente, estou falando da população brasileira num todo – para com este bioma Pantanal. Coloco isso pelas campanhas que vários conselhos realizaram pelo Brasil, vou botar as ONGs aqui também, e vou falar pelo nosso conselho, quando chamou a sociedade a contribuir com todo esse resgate, com toda essa questão de salvar vidas no Pantanal, e como a sociedade contribuiu para essa ação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao nosso Presidente, o Dr. Francisco, representado aí pelo Dr. Luiz, temos que dar os parabéns, porque esse plano nacional vai possibilitar, neste desastre, umas ações mais harmonizadas, e o sistema Conselho Federal e conselhos regionais estão para contribuir, sem dúvida alguma, com esse Estatuto do Pantanal, para que a gente possa contribuir com tão importante bioma.

Não vou me estender, até porque todos já falaram bastante a respeito dessa importante missão que temos na mão, e coloco, logicamente, o Conselho de Mato Grosso, como o Piva colocou o de Mato Grosso do Sul e o nosso presidente em exercício, Dr. Luiz, colocou todo o sistema do Conselho Federal, à sua disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom, queremos agradecer, então, ao Dr. Roberto e passamos a palavra, agora, à Sra. Alessandra Guató, da Organização das Mulheres Indígenas de Mato Grosso, pelo tempo de sete minutos, pra que faça a sua exposição. *(Pausa.)*

Alessandra?

Com a palavra a Alessandra. *(Pausa.)*

Está sem o som, Alessandra. *(Pausa.)*

Está sem o som.

Podemos... Alessandra, você poderia tentar ajustar o seu som...

Eu vou passar, então, a palavra...

Agora, agora está bom. O.k.

A SRA. ALESSANDRA GUATÓ – Deu certo?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k. Deu certo.

A SRA. ALESSANDRA GUATÓ (Para expor.) – Bom dia a todos.

Em nome do Senador, eu cumprimento os demais. Quero agradecer o convite.

Sou Alessandra Guató, da aldeia Aterrado, do Município Barão de Melgaço, do Pantanal, e Presidente da Organização das Mulheres Indígenas de Mato Grosso. Também me coloco aqui à disposição do trabalho, como liderança do povo e organização também.

A gente já vinha fazendo essa discussão sobre a queimada no Pantanal. Inclusive, em agosto deste ano, antes de o fogo chegar ao meu território, a gente já havia feito uma discussão. E, como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamento de trabalho, a gente tinha colocado a necessidade de formação de brigadistas indígenas para ajudar também.

Quanto ao monitoramento do nosso território, a gente pensa que é necessário criar uma base dentro do Pantanal para esse monitoramento. E a gente também está implantando um trabalho que é de viveiros de mudas nativas, para poder contribuir com esse reflorestamento em torno da nossa área, porque a gente tem uma área de abrangência de 19 mil hectares dentro do Pantanal, e, desses 19 mil hectares, 87% foi destruído pelo fogo. Perdemos roça, perdemos casas...

Assim como ouvi muitos aí colocarem, eu acho muito importante a questão dos veterinários, de todos esses profissionais que já foram colocados, mas eu gostaria de sugerir também a inserção do trabalho do antropólogo e do psicológico, porque a gente também está falando de pessoas, de vidas que estão sofrendo diretamente com esse impacto da queimada, no seu dia a dia. Houve pessoas que perderam tudo, e, nisso, a gente envolve tudo, como o senhor já falou. Ali há o indígena, o ribeirinho, o pescador, o quilombola, o criador de gado, há a rede hoteleira também, que sofreu drasticamente com tudo isso que aconteceu, com esse incêndio florestal que ainda vem acontecendo. Temos informação de que a região do Porto Jofre ainda está queimando.

É isso. Acho que a gente está num momento de, mais do que rebater críticas, unir forças e construir um trabalho, pensar em políticas públicas e em uma ação que, de fato, vá atender a essa população e a essas necessidades, que hoje estão gritantes. A gente perdeu quase tudo. A roça mesmo a gente vai ter que começar do zero.

Então, eu me coloco à disposição desse trabalho também e gostaria de agradecer, neste momento, o convite e a iniciativa de pensar em políticas públicas. Uns falam que é tarde, mas eu acho que nunca é tarde para a gente fazer um trabalho bom, um trabalho brilhante. Acho que sempre a gente tem que partir do princípio de começar. Se já há a iniciativa e a vontade de querer fazer, nunca é tarde para começar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado à Sra. Alessandra Guató.

Acho que foi muito bom o seu encerramento, porque nunca é tarde. Há 20 anos, esse mesmo discurso que hoje está sendo feito por muitos... E também a realidade de 20 anos atrás é praticamente a mesma hoje: o fogo, a destruição, e ainda o rastro que vai ficando principalmente para aqueles mais abandonados pelo Estado, com menos proteção – e aí falamos dos ribeirinhos, dos quilombolas, dos indígenas, mas também falamos do pequeno proprietário.

Um fato extremamente importante e que a população precisa saber é que mais de 90% do território pantaneiro está na mão da iniciativa privada, ou seja, ele está ali sendo preservado com todo um custo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentado pelos proprietários. Nós não temos uma linha de crédito específica, nós não temos um programa para o desenvolvimento sustentável do Pantanal. As cabeceiras estão hoje sendo destruídas, principalmente com o esgoto e o lixo que está indo para o Pantanal, tudo isso prejudicando principalmente os ribeirinhos e os indígenas, que precisam do alimento natural, a caça e a pesca, a sabedoria indígena... Tudo isso eu acho que é um projeto de desenvolvimento sustentável e social do nosso Pantanal.

Por isso, além de construir o estatuto do Pantanal, nós precisamos envolver todas as esferas de Governo, todos os Poderes da República num programa único com o apoio do Governo Federal, buscando inclusive as comunidades, os recursos internacionais disponíveis. Inclusive, na última audiência que tivemos em Cuiabá, nós sugerimos o Programa BID Pantanal – BID, porque era financiado pelo BID –, que começou a ser implantado, mas que, depois, tanto o Governo do Estado quanto o Governo Federal abandonaram.

Então, nós precisamos, sem dúvida nenhuma, de um programa efetivo, constante, perene de desenvolvimento social e econômico do Pantanal; caso contrário, o que estamos vendo hoje se repetirá. E ainda mais: a questão da seca prevista.

Por isso, eu quero conceder aqui a palavra à Sra. Edinalda do Nascimento, da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais Pantaneiras, pelo tempo de sete minutos, para que faça a sua exposição. *(Falha no áudio.) (Pausa.)*

Edinalda, está congelada a sua imagem, e o som está muito ruim. Há como melhorar? *(Pausa.)*

Se for o caso, Edinalda, você até tire a imagem, deixe só o som. *(Pausa.)*

Edinalda, deve estar ruim aí o seu sinal. Está muito ruim o sinal. Se for o caso, você tire a imagem e deixe só o áudio.

A SRA. EDINALDA PEREIRA DO NASCIMENTO – O.k. Vocês conseguem me ouvir agora?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Melhorou bem! Melhorou bem.

Pode falar, Edinalda.

A SRA. EDINALDA PEREIRA DO NASCIMENTO (Para expor.) – Bom dia a todos. Peço desculpas. Realmente o sinal aqui é bem precário de internet.

Eu gostaria de agradecer novamente *(Falha no áudio.)* ... Sou integrante da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais Pantaneiras e trago a voz e um pouco do olhar dos povos pantaneiros, das comunidades tradicionais pantaneiras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos vivendo um momento muito difícil, e a cada ano, cada vez mais, como já foi dito, está havendo um impacto maior. E, se não for feito nada já, "ontem", como dizem os pantaneiros, ano que vem vai ser pior do que este ano. As comunidades pantaneiras, as comunidades tradicionais, os povos indígenas e os quilombolas aqui do Pantanal são as comunidades primeiras a sentir esses impactos que está havendo. Todo mundo vai sentir o impacto, mas nós somos os primeiros a senti-los, e sozinhos nós não conseguimos lutar para combater isso. Por isso, precisamos de ajuda, precisamos de políticas desenvolvidas para dar suporte a essas comunidades, para dar apoio.

Nós somos os guardiões do Pantanal. Nós vivemos, convivemos, sobrevivemos e nos adaptamos à natureza, ao meio ambiente. Aprendemos e mostramos para o mundo que há possibilidade de sobreviver junto com a natureza, sem agredir a natureza. Porém, a cada ano que passa, por mais que nós façamos a nossa parte, cuidemos, há outros que não fazem a sua parte. O desmatamento, a queimada, a seca, tudo é consequência da ação humana. Assim, por mais que queiramos proteger o nosso Pantanal, sozinhos nós não temos força para isso. Por isso, é muito importante essa iniciativa. Quero deixar a nossa gratidão por essas iniciativas e dizer que estamos aqui para apoiar e dar suporte ao que vocês puderem fazer por nós. Nós continuaremos lutando em defesa do Pantanal.

Quero agradecer a todos, a todas e dizer que estamos à disposição. A Rede de Povos e Comunidades Tradicionais Pantaneiras juntamente com as outras comunidades representantes do Pantanal, que não estão apenas nas áreas alagadas, mas em todo o complexo do Pantanal, estamos à disposição para continuar lutando em defesa do Pantanal.

Obrigada a todos. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Na sequência, então, concedo a palavra ao Cel. Ângelo Rabelo, do Instituto Homem Pantaneiro, pelo tempo de sete minutos, para que faça sua exposição, com a tolerância necessária também.

Cel. Ângelo Rabelo.

O SR. ÂNGELO RABELO (Para expor.) – Senador, bom dia. Cumprimento o senhor e os Senadores de Mato Grosso do Sul: Senadoras Simone e Soraya e Senador Nelsinho. Quero cumprimentá-lo pelas suas palavras aqui em Corumbá.

Eu vou ser bem objetivo, Senador, por ter tido o privilégio de trabalhar nessa Casa e ter um grande respeito pela capacidade de articulação. A sua iniciativa é necessária. Venho acompanhando a discussão desde o seu conterrâneo Senador Júlio Campos, depois o Senador Blairo Maggi, e agora o senhor retorna.

E aí eu vou dividir minha fala em dois momentos, peço a compreensão. Primeiro, além de cumprimentar a sua iniciativa, eu, neste momento, Senador, saí da frente de fogo para vir à Corumbá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedir socorro, porque nós estamos perdendo a segunda reserva na Serra do Amolar, uma delas, inclusive, mostro para o senhor aqui, o nome que nós temos, depois de identificar mais de 300 espécies de avifauna, 50 de abelhas e mais de 50 de vespas que são responsáveis, inclusive, pela oportunidade que nós temos futura de curarmos doenças que talvez nem tenham aparecido. E, neste momento, Senadores e Senadoras, nós estamos numa sala de UTI, fazendo um transplante de coração, numa sala de cirurgia, e também temos que discutir se vamos ou não comprar novos aparelhos, mas temos que saber, e ter a responsabilidade, se o paciente vai sobreviver.

Então, o fogo, neste momento, está se alastrando na Serra do Amolar, como também lá no Mato Grosso. E nós falhamos na prevenção, porque não fomos capazes de prestar atenção em todos os sinais que avisavam o que iria acontecer. E eu não tenho dúvida em afirmar que o conforto da culpa não vai fazer bem a ninguém, porque, neste momento, nós não sabemos efetivamente quem vai sobreviver. E o Pantanal tem uma característica única, que, diferentemente dos outros biomas, onde o homem chega para destruir, aqui ele cumpre um papel determinante para equilibrar. Então, Senador, o empobrecimento do Pantanal, nos últimos 30 anos, do qual eu fui testemunha, certamente é um dos responsáveis pelo caos, porque o fogo não encontrou resistência de pessoas pedindo socorro, tampouco a presença do gado, do qual já é comprovado pela Embrapa o importante papel.

Igualmente não é responsável falar que as reservas foram culpadas pela origem do fogo. Nós temos menos de 5% e são áreas estratégicas para a proteção da biodiversidade; é irresponsável colocar a culpa nas reservas. E nós temos, pelo instituto, Senador, o papel de sermos o guardião da Serra do Amolar – que é um patrimônio não só do País, mas um patrimônio mundial, pela sua beleza cênica – também alinhados com política pública. Não é uma ONG na contramão, ou criticando o Governo; ao contrário, nós temos uma ação integrada com a Marinha do Brasil, com o Instituto Chico Mendes, com vários atores que cumprem política. E a ONG está ampliando a capacidade do Governo quando ela estabelece um alinhamento.

E, Senador, de maneira bastante objetiva, e Senadoras, gostaria de concluir a minha fala, pautada na proposta desta audiência, que é as contribuições para o estatuto, Senador. Primeiro, nós não podemos discutir a possibilidade de...

Gostaria de compartilhar, com a autorização do anfitrião, a tela, por favor. *(Pausa.)*

Senador, eu gostaria de mostrar uma imagem apenas para concluir minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pode fazê-lo. Pode fazê-lo.

O SR. ÂNGELO RABELO (Para expor.) – Sim, senhor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k.
(*Pausa.*)

Enquanto descansa, carrega pedra. Podemos ir falando... (*Risos.*)

O SR. ÂNGELO RABELO (Para expor.) – Senador, primeiro, é fundamental que o seu estatuto traga de maneira objetiva como será a governabilidade, porque, pela necessidade de estabelecermos uma ação integrada entre os dois governos, eu diria que emergencialmente ele teria que trazer essa questão da governabilidade de maneira objetiva.

Segundo, é fundamental... Nós tivemos para Mato Grosso e para Mato Grosso do Sul pelo menos 4 bilhões destinados pelo FCO. A criação de um fundo, que foi inclusive pauta do último PL na CAE
(*Falha no áudio.*)

... a criação de um fundo que possa apoiar o restabelecimento da economia, da pesquisa, do turismo e também o pagamento de serviços ambientais para esses proprietários que estão na imagem, Senador, que mostra as nascentes que estão fora do Pantanal e são fundamentais para que a gente possa de fato restabelecer o equilíbrio no Pantanal.

E, aqui, Senador, uma questão importante que o senhor colocou. Nós já tivemos diferentes oportunidades, como foi com o recurso do Banco Mundial, o PCBAP, em que mais de R\$20 milhões foram gastos e as ações não foram implementadas.

Então, as nascentes, como o senhor bem falou, que estão divididas sob a responsabilidade de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, precisam ser protegidas, sabemos onde elas estão e o Serviço Florestal Brasileiro, hoje, dentro do Ministério da Agricultura, pode direcionar esforços pelos proprietários. E, Senador, se nós destinarmos um pequeno percentual do FCO para este fundo que ajude essas ações, como o restabelecimento da pecuária, da pesquisa, o pagamento de serviços ambientais para esses proprietários que estão nas nascentes e também o turismo, nós teremos a possibilidade, Senador, de não assistir a imagens como esta.

Esta fazenda, Senador, está localizada no Alto Paraguai, onde nasce o Rio Paraguai. A fazenda chama-se Sete Lagoas e não tem mais o direito de se chamar Sete Lagoas porque ela já foi quase que totalmente destruída. Esta fazenda é emblemática, a exemplo do que o senhor está assistindo em Cáceres, sem água, e nós vamos ter um comprometimento. Se não fosse o Cabaçal, Sepotuba, Jauru e São Lourenço, Corumbá estaria tendo problema de água nesse momento. Então, é fundamental que nós tomemos, Senador, algumas medidas de curto prazo, a exemplo de ações que aproximem a fala e o gesto até que o estatuto ganhe a maturidade necessária.

Neste momento concluo pedindo ainda reforço para que nós possamos controlar o fogo que neste momento se expande dentro de uma das reservas, Acorizal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento aqui brigadistas, bombeiros de Santa Catarina, de vários lugares do País, mas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós queremos pedir que conceda um tempo para que o nosso companheiro possa concluir a sua fala. Mais um tempo.

O SR. ÂNGELO RABELO (Para expor.) – De maneira objetiva, Senador, é restabelecer...

Precisamos neste momento, Senador – como eu disse no início, nós estamos fazendo um transplante de coração, estamos dentro da sala de cirurgia e precisamos de ações hoje, imediatas. Estamos contando aqui também com o apoio da própria Marinha. Vamos deslocar mais 12 brigadistas para a frente de fogo na Serra do Amolar.

Ao mesmo tempo, não tenho dúvida de que a contribuição de uma norma que possa estabelecer ação integrada entre os dois Estados é emergencial.

Cumprimento-o por sua iniciativa.

Como o senhor disse aqui, em Corumbá: o compromisso do legado tem que ser com ações práticas e efetivas que possam dar direito não só aos seus filhos, mas aos netos, para que eles possam voltar a um Pantanal que todos nós conhecemos e devemos respeitar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Temos de agradecer ao Cel. Ângelo Rabelo, do Instituto Homem Pantaneiro.

Eu ainda dizer que os internautas que quiserem fazer perguntas podem fazê-las pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Queremos agora passar a palavra, agradecendo a todos pela obediência ao tempo, ao Leonardo Pereira Gomes, da SOS Pantanal, pelo tempo de sete minutos, para fazer a sua exposição.

O SR. LEONARDO PEREIRA GOMES (Para expor.) – Bom dia todos!

Obrigado, Senador Wellington, pelo convite, e ao Senador Nelsinho. Nas figuras dos dois, cumprimento todos os Senadores e as Senadoras presentes e também todos os representantes que já explanaram ou que irão explanar.

Aproveito para fazer uma saudação especial a todos aqueles que permanecem na linha de frente, no combate. Como o Coronel bem salientou ele continua, e continuam críticas algumas regiões da Serra do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amolar. Está o Corpo de Bombeiros, Marinha do Brasil, Ibama, Prevfogo, ICMBio, sociedade civil, ONGs, como o IHP, o povo guató, também na linha de frente. Então, queria fazer uma saudação especial.

Estamos há três semanas rodando o Pantanal norte e o Pantanal sul, acompanhando os trabalhos da linha frente, as operações ligadas ao suporte às comunidades, ao suporte à fauna e também de combate direto e de prevenção de próximas ocorrências. Também já contribuindo com recursos e já nos colocando à disposição para futuras contribuições.

Eu vou me abster aqui de comentários sobre o contexto do Pantanal. Acho que os representantes anteriores foram muito felizes, apresentando uma ótima profundidade sobre o tema. É sempre importante ressaltar alguns tópicos, especialmente na condição de que temos aqui espectadores que não necessariamente estão no bioma e que gostariam de ter essa demanda por mais informações, para entender um pouco mais a nossa realidade aqui.

Reforço o fato de que nós continuaremos no período de seca, é um ciclo de pelo menos cinco anos, como bem comentou o Jorge, da Embrapa, independentemente, ainda, da averiguação de impacto de mudanças climáticas, do regime de chuvas do norte e do sul da Amazônia, que impacta o norte do Pantanal. Para além desses possíveis impactos, nós temos pela frente um ciclo de seca, que é algo dado empiricamente, cientificamente no Pantanal. Há 120 anos isso é vivido. Então, precisamos de nos preparar para que esta realidade não venha a nos acometer por mais e mais vezes.

Dito isso, eu vou aproveitar o tempo para entrar em questões de mérito, Senador, sobre o decreto.

Nós, da SOS Pantanal, além do trabalho de campo, temos nos debruçado sobre os PLs anteriores e agora sobre a sua proposta, que é muito bem-vinda. Já fizemos as primeiras análises aqui, e gostaria de aproveitar o tempo para trazer essa contribuição e também a disposição para futuros debates.

De maneira sumarizada, um fator muito importante aqui que é colocado no estatuto é a questão do zoneamento ecológico-econômico. Ele é super-relevante, já está previsto, mas realmente nós precisamos fortalecer o papel do zoneamento ecológico-econômico; também qual é a força vinculante, quem executa, quem fiscaliza isso. Nós acreditamos, Senador, que dez anos é um tempo muito longo. Nós precisaríamos aí talvez de um ciclo de cinco anos para esse zoneamento ecológico-econômico. A realidade é muito dinâmica. Isso precisa acompanhar o ciclo de seca, de cheia, de mudança socioeconômica. Então, dez anos realmente é um tempo muito estendido. A sugestão é que a gente reduzisse isso para quatro, cinco anos, o que fosse possível.

Também precisamos incluir no zoneamento ecológico-econômico mapeamento de zonas de risco para incêndio florestal. Este aqui acho que é o contexto mais crítico do nosso debate: incluir mapeamento de zona de risco a partir da biomassa adensada. Isso pode ser feito, já existe tecnologia para fazer isso, seja assessoramento remoto, amostragem de campo... Como nós poderíamos fazer o mapeamento de risco e auxiliar também os proprietários nesse sentido. Esse zoneamento deveria incluir o planejamento de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combate e também as áreas prioritárias para estabelecimento de aceiros, queima controlada, quais são os parâmetros, quem poderá realizar, quais são as janelas de tempo para se realizar isso.

De novo, acho que já é dado que a queima controlada é uma questão cultural e benéfica se bem utilizada no Pantanal. O homem e a mulher pantaneira sabem historicamente fazer uso do fogo, mas a verdade é que o contexto se intensifica em termos de mudança e seca. E nós precisamos mudar essas práticas, aprofundá-las e assessorar, além de punir, claro, quem descumpre os decretos estaduais e todas as recomendações, assessorar. Não basta só punir, nós precisamos estar ao lado dos proprietários, dos produtores, dos moradores, enfim, seja de quem for que fizer uso dessa ferramenta, assessorá-los tecnicamente. Hoje já é possível, por meio de ferramentas, Embrapa, ANA, MapBiomas e todas as ferramentas disponíveis, saber qual é a melhor época de deslocar o gado, a melhor época de plantar e colher. Não há por que nós não avançarmos na melhor época para o uso controlado do fogo. Então essa é uma ferramenta superimportante e isso deveria estar previsto no zoneamento ecológico-econômico.

Outra questão: é muito salutar a menção à Convenção de Ramsar, mas seria importante alguma questão mais objetiva em relação aos planos de ação. Muito bem lembrado pelo Cel. Rabelo a questão das cabeceiras, como defender as cabeceiras. Nossa sugestão é que isso seja algo de um instrumento econômico de compensação, um instrumento econômico de incentivo àqueles que defendem as importantes cabeceiras que vertem para os rios do Pantanal. Então, nós precisamos... Entendo que a unidade geográfica abordada no decreto é a unidade do IBGE, mas as cabeceiras precisam ser contempladas de alguma maneira, a proteção dessas e um incentivo a quem as defende, como bem colocou o Coronel.

Outro ponto: no art. 7º, a sugestão aqui da nossa primeira análise é que, além da união do Estados, nós tenhamos no nível municipal. Por que não os planos municipais do Pantanal, assim como foi feito na Mata Atlântica e vem dando muito certo? Nós temos acompanhado com atenção esse movimento, a sociedade civil se engajando, fiscalizando, executando e participando, inclusive com recursos. Imagine, Senador, a possibilidade de termos as universidades, as ONGs, o Poder Público local verificando, planejando... Ainda que alguns Municípios não tenham a condição de orçamento para isso, a participação da sociedade civil e de outros atores certamente será benéfica para a execução disso num nível municipal, que é onde muitas vezes a coisa realmente acontece. Inclusive quanto ao manejo integrado de fogo, o treinamento, a educação ambiental, as ferramentas disponíveis para isso podem ser viabilizadas via Município. Então, a sugestão aqui é de planos municipais de Pantanal, inclusive contemplando todos os artigos anteriores.

Bom, o outro ponto: o art. 8º menciona o art. 10 do Código Florestal. Ora, uma vez bem-sucedido o avanço desse decreto, eu acredito que o art. 10 do Código Florestal perde, na verdade, a sua relevância. Nós teremos oportunidade de propor aqui alguns fatores objetivos, inclusive importando as boas experiências do Decreto 14.273, de 2015, do Mato Grosso do Sul, que vem dando certo. O que nós poderíamos propor efetivamente é: dizer que estaria contemplado para todo o bioma, e não só remeter ao



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

art. 10 do Código Florestal, que é superimportante, mas muito amplo. Nós poderíamos avançar em instrumentos mais concretos para o bioma a partir dessa experiência de Mato Grosso do Sul, por exemplo.

No mais, acho que é super-relevante comentar – o Coronel mencionou bem – a importância de algum fundo, um orçamento dedicado para à questão de pagamento de serviços ambientais, ligado à agenda de recursos hídricos, infraestrutura, saneamento, ou seja, regular isso de alguma maneira, para que nós tenhamos a possibilidade de compensar, incentivar quem conserva e produz ao mesmo tempo. Então, seria uma última recomendação.

Colocamo-nos à disposição para o debate e para a execução também, para a ação aqui. Contem com a SOS Pantanal, com a sociedade civil, também para fazer essa mediação, a comunicação para a sociedade como um todo.

No mais, agradeço e fico à disposição para futuros debates e ações.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos agradecer ao Leonardo Pereira Gomes, da SOS Pantanal.

E agora passamos a palavra ao Dr. André Jacob, representante da Fecomércio de Mato Grosso.

Com a palavra o Dr. André Jacob, representante da Fecomércio de Mato Grosso.

O SR. ANDRÉ JACOB (Para expor.) – Bom dia, Senador. V. Exas. me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito bem.

O SR. ANDRÉ JACOB (Para expor.) – Bom dia, Senador, bom dia a todos.

Eu gostaria de fazer um cumprimento especial à Senadora Simone Tebet, que tem prestado relevantes serviços à sociedade, em nome da liberdade, da democracia e da advocacia nacional. Receba meus cumprimentos, Senadora.

Senador, eu tenho ouvido atentamente a todos os que me antecederam e gostaria de fazer alguns destaques. A Fecomércio, por óbvio, tem assento no Consema, temos assento nas juntas de julgamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, então nós temos acompanhado muito de perto todas essas medidas e ações para salvarmos o nosso Pantanal, o bioma do Pantanal. A Fecomércio é uma entidade de federação não só do comércio, mas também do turismo, e sabemos que o bioma Pantanal também traz benefícios com relação ao turismo, além da própria vida.

Este ano a Sema já implementou mais de R\$1 bilhão em multas aos desmatamentos e àqueles que desvirtuaram todos os sentidos para destruir esse bioma. Eu tenho visto a Dra. Mauren, Secretária de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, atuando com muito fervor e não dando espaço para que esses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes continuem. Agora, eu gostaria de pontuar, Senador: nós precisamos para hoje, para ontem, de algumas medidas. E eu vejo o nosso Vice-Presidente da República, o Gen. Mourão... O Exército Brasileiro tem como função precípua defender a Nação, o Brasil. O Pantanal, o bioma, a natureza é do Brasil. Ele é nosso. Eu penso que deve haver um envolvimento, sim, porque nós temos um contingente que neste momento poderia estar a favor, junto com os brigadistas, defendendo e ajudando a exterminar, a apagar esse fogo.

Quanto a essas nossas reservas, como disse o Cel. Rabelo, nós temos uma reserva na iminência de uma segunda queimada.

Deve haver uma cobrança, sim, do Vice-Presidente da República para esse nosso contingente. Nós não vivemos em guerra no Brasil, nós somos um país que vive a paz e temos hoje um contingente muito grande que custa à nossa República e que poderia ser colocado a favor da Nação, porque salvar o bioma, salvar o Pantanal é salvar a vida.

E, digo mais, com todo respeito ao que me antecedeu e também ao Coronel, nessa questão de dar uma compensação àqueles que preservam as cabeceiras do rio, eu sou contra, porque, na verdade, não fazem mais do que a obrigação de defender as cabeceiras. As leis ambientais são muito claras e devem ser mais rígidas, inclusive. Defender e preservar as cabeceiras dos rios é preservar a vida, porque, se houver uma destruição das nossas cabeceiras, o que serão dos nossos rios daqui a dez anos? Como já está anunciado, nos próximos cinco anos, teremos mais secas. Então, senhores, eu penso que deve continuar essa fiscalização e as cabeceiras devem ser preservadas em todas as formas. Em momento algum, a gente tem que compensar por preservar.

Preservar o nosso Pantanal, preservar esse bioma que é rico em espécies e em vida traz o bem não só ao nosso meio ambiente. Sabemos da necessidade que temos dessa preservação. E, muito pelo contrário, temos, sim, que implementar ainda mais essas políticas, Senador, e trazer um envolvimento maior de conscientização. Infelizmente a maioria dessas queimadas começa pelas nossas rodovias, quando se jogam bitucas de cigarro. Elas começam nas rodovias e se perde o seu controle.

Então, assim como o nosso Presidente da OAB já deixou bem claro naquele encontro que foi feito há poucos dias aqui em Cuiabá, o pantaneiro deve ser ouvido. Ele tem que entender como funciona há vários séculos esse bioma, como é feito esse controle, para que não se repita isso que nós estamos vendo agora, esse desastre. É uma catástrofe o que está acontecendo com o nosso Pantanal. E, como já sabemos que teremos uma seca nos próximos cinco anos, temos que implementar uma política para que isso não se repita no ano que vem.

Senador, eu agradeço a oportunidade. E, em nome do meu Presidente José Wenceslau, a Fecomércio está de portas abertas para que, junto com todos os que estão aqui presentes, sejam as ONGs, sejam todas as entidades, possamos nos unir e implementar políticas, para que possamos preservar e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter o nosso Pantanal. E ainda ressalto o turismo, essa beleza que traz muitos benefícios ao nosso Estado.

Então, agradeço a todos, deixando a Fecomércio de Mato Grosso à disposição de todos para que a gente possa implementar todas as políticas necessárias para preservar o nosso Pantanal e o nosso meio ambiente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero agradecer a palavra do Dr. André Jacob e a forma, com bastante entusiasmo, Dr. André, com que V. Sa. coloca as palavras. Eu acredito que V. Sa. não falou em nome do... O seu tempo não tinha nem terminado. Podemos voltar ainda. Eu não sei se V. Sa. falou ou pode falar também em nome do Sesc Pantanal alguma coisa, mas peço para depois o senhor comentar.

Eu vou passar a palavra agora à Sra. Regiane Dedé de Oliveira, representando a Fecomércio do Mato Grosso do Sul.

É importante porque eu falei em Sesc Pantanal, que é uma grande unidade – com o Sesc Nacional –, o sistema do Pantanal mato-grossense, e que exerce um papel muito importante no investimento da área do turismo. São mais de 400 pessoas que trabalham e a grande maioria desses trabalhadores são regionais. Por isso são importantes inclusive as pesquisas que lá são feitas.

E, agora, neste momento da queimada, o Sesc Pantanal está dando toda a estrutura para que o corpo de bombeiros, os brigadistas, enfim, toda a força de trabalho voluntária estejam lá usando, inclusive, a base do Sesc Pantanal, a pista, enfim, tudo que é possível para que a gente consiga debelar ou pelo menos minimizar essa questão do fogo.

E, claro, o Sesc Nacional já se colocou à disposição também, na nossa Comissão, para que trabalhemos este momento que é de apagar o fogo, este momento em que temos o problema da Covid – pois temos aí, com isso, a questão dos pantaneiros que também estão sendo afetados –, e ainda com toda a estrutura material.

A assessoria está colocando que, na sexta-feira que vem, nós teremos a presença também de um representante do Sesc Pantanal, portanto, da estrutura nacional para também estar aqui colocando as condições em nome do Sesc.

Se tiver mais algum comentário, Dr. André, o senhor poderá fazê-lo também.

Com a palavra, a Sra. Regiane Dedé de Oliveira, representando a Fecomércio do Mato Grosso do Sul.

Não sei se está bloqueado aí...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGIANE DEDÉ DE OLIVEIRA – Estou liberada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ótimo.

A SRA. REGIANE DEDÉ DE OLIVEIRA (Para expor.) – Gostaria de cumprimentá-lo, Sr. Senador Wellington, e parabenizá-lo pela ação desta Comissão, muito bem representada. Quero cumprimentar os demais Senadores – Senador Nelsinho Trad, Senadora Simone Tebet, Senadora Soraya, que tem se debruçado em cima desse tema – e quero cumprimentar todos os integrantes desta Comissão.

O sistema Fecomércio do Mato Grosso do Sul tem se debruçado também em relação a esse tema, tem ajudado na questão das queimadas. Recentemente, a gente fez uma doação de um barco para poder ajudar de uma forma pequena, mas atuante aqui no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Federação do Comércio, juntamente com todas as federações, preza muito pela questão do sistema produtivo, porque, quando a gente fala no Pantanal, principalmente no nosso Pantanal sul-mato-grossense, a gente não pode esquecer que 90% são propriedades privadas e propriedades privadas que estão produzindo e levando até a mesa do nosso consumidor. Então, com certeza, essas queimadas, esses incêndios, na verdade, vão refletir no comércio em geral, porque o comércio só é o fim dessa cadeia, ele leva até o consumidor.

Então, a gente vai sentir com essa questão dos incêndios e a gente precisa pensar nesse sistema produtivo, na questão do subsídio para esse produtor que agora sofre com esse impacto.

Outra questão é que o nosso Estado do Mato Grosso do Sul já legislou, já regulamentou. Então, a gente segue essa legislação, esse regulamento. Temos nos preocupado, sim, com essa questão do incêndio no Pantanal. O Pantanal é um bem essencial, assim como a Amazônia. Então, nós precisamos estar juntos nesta batalha.

E a Federação do Comércio, em nome do Presidente Edison Ferreira de Araújo, se coloca à disposição para contribuir na construção desse estatuto, para que possamos pensar em todos os envolvidos, tanto na questão do turismo, dos moradores locais e dos produtores locais como na sociedade como um todo que acaba sendo impactada por essas questões que hoje acontecem no nosso Pantanal, tanto no Mato Grosso do Sul quanto em Mato Grosso.

Eu acho que os demais colegas já falaram bastante sobre isso, estão de parabéns. O André Jacob já colocou a questão da Fecomércio Mato Grosso. Também a Alessandra Guató já falou da questão do turismo. Então, a gente fica com uma responsabilidade muito grande para falar depois dessas pessoas, como o Leonardo Pereira, que vive essa situação. A gente aqui na ponta também não sente o que é, de fato, estar no local, passar por essas situações e ver a realidade dos fatos. Nós temos a preocupação do setor produtivo, da economia, mas não podemos deixar de enxergar uma realidade tão difícil quanto esta que nós estamos vivendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Federação do Comércio está à disposição para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tendo concluído todos os oradores, eu quero agora passar a palavra ao Senador Nelsinho Trad. Eu sei que ele entrou e teve que sair, eu gostaria de saber se ele já está presente. *(Pausa.)*

Senador Nelsinho Trad. *(Pausa.)*

Enquanto o Senador Nelsinho Trad volta, eu vou fazer algumas perguntas dos internautas, pedindo à assessoria que entre em contato com o Senador Nelsinho Trad.

Sérgio de Castro Ribeiro, do Rio de Janeiro: "Como grande parte das propriedades pantaneiras são privadas, como deverá ser a atuação do poder público?"

Geová Chagas da Costa: "Um ponto que deve ser levado em conta é o desgaste psicológico que os incêndios causam nas populações tradicionais que ali vivem".

Erick Gabriel de Oliveira, de São Paulo: "As penalizações relacionadas a crimes contra a fauna deverão ser alteradas para uma pena mais rigorosa para prevenir os crimes?"

O Senador Nelsinho já chegou. Eu vou concluir aqui, Senador Nelsinho, as perguntas, para que V. Exa., como Relator, possa fazer, então, as suas colocações.

Anthony Gabriel Silva, de São Paulo: "Os senhores pretendem promover contingenciamento nos próprios benefícios para assim destinarem à minimização das queimadas?"

Geová Chagas da Costa: "Acredito que o maior prejuízo que as queimadas causam está relacionado à fauna, visto que a flora sempre ressurgue das cinzas".

Juliana Maio de Oliveira: "Quais medidas estão sendo pensadas para recuperação das áreas atingidas? Quais medidas serão adotadas para evitar novos desastres?"

Camila Cristina Souza de Carvalho, do Rio de Janeiro: "Quais ações já estão sendo tomadas para minimizar o desastre das queimadas no Pantanal?"

Anthony Gabriel Silva, de São Paulo: "O Senado pretende, junto ao Ibama, tomar atitudes imediatas, com penalidades administrativas em favor do meio ambiente?"

Renata Carlos Martins: "Quais serão as providências a serem tomadas para mitigar as consequências dos incêndios no Pantanal?"

Sérgio de Castro Ribeiro: "A curto prazo, quais ações serão feitas para reverter o estrago das últimas queimadas?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sérgio de Castro Ribeiro: "Como será feita a fiscalização das queimadas e demais irregularidades?"

Tarlei Filho: "Assim como a Amazônia, o Pantanal requer uma atenção especial e deve ser monitorado 24 horas por nossas Forças Armadas. Operação Verde Brasil 3 já! [...]".

João Henrique Cardoso, de Goiás: ainda temos o que fazer nessa questão de combate às queimadas?

José Carlos de Arruda: "Preservar o Pantanal depende da preservação do homem pantaneiro, que, por décadas, cuida do Pantanal. Hoje temos a tecnologia a nosso favor!"

Leandro dos Santos: "Como ficará a fauna brasileira atingida pelo fogo, sendo que muitas espécies foram dizimadas pela ganância humana?"

Leandro dos Santos: "Bom dia, meu nome é Leandro, sou do Rio de Janeiro. Gostaria de saber quais serão as medidas para o reflorestamento e a fauna do pantanal?"

E ainda temos Jorge Rocha, do Rio de Janeiro: "Temos que impor uma lei mais severa, tendo em vista que grande parte das queimadas são criminosas. Qual será a solução imposta?"

O mesmo Jorge Rocha pergunta: "Qual será a pena imposta para o elemento que cometer um incêndio criminoso? Ainda não temos uma lei severa para este tipo de crime".

Lucas Guilherme pergunta: "Quais os projetos para a prevenção do desmatamento?"

Brendo Augusto, do DF: "Urgente: a proteção e o reflorestamento tanto do Pantanal quantos dos principais biomas brasileiros deve ser o tema central!"

João Vítor: "Deveríamos apoiar a defesa do Pantanal assim como a da Amazônia [...], [porque] sem elas acabará não só a mata, mas também a vida".

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad, nosso Relator. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Nelsinho Trad. *(Pausa.)*

A Senadora Simone Tebet está presente?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, com a palavra a Senadora Simone Tebet.

O nosso Senador Nelsinho entrou, saiu, entrou... Vamos aguardar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. está com a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Não seja por isso.

Cumprindo ordens, de imediato, parablenzo V. Exa.

Mais uma vez, errando aqui, quando olhei a pauta de hoje, falei: "Meu Deus! Como vamos realizar uma audiência pública com tantos convidados importantes, trazendo temas sob prismas diferentes, com uma questão tão polêmica e importante quanto a questão das queimadas no Pantanal?". Não só pelo mérito de V. Exa. e de toda a sua equipe, também faço o agradecimento e parablenzo todos os convidados, que souberam, em tão pouco tempo, trazer a questão sob o aspecto da sua realidade. Esse conjunto nos permite entender o todo, e é isso o que nós estamos fazendo aqui.

Nós temos, como foi dito aqui, o curativo, aquilo que podemos fazer de imediato. Acabamos de acionar o Ministério da Justiça, pouco tempo atrás, e ele acabou de confirmar, por intermédio de um pedido do Governador do Mato Grosso do Sul, que a Força Nacional de Segurança está chegando. Chegou, no domingo, mais efetivo do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, com estrutura de viaturas. Estamos unindo esforços – Governo estadual, Federal, ONGs, iniciativa privada, homem pantaneiro, agronegócio – para este momento de calamidade, de tragédia ambiental.

Mas é óbvio que o objetivo desta Comissão – que se quer temporária para que possamos logo imediatamente dizer que ela é absolutamente desnecessária no futuro, porque teremos a solução para o problema – é encontrar, neste momento, soluções permanentes, perenes para essa questão ambiental.

E daí eu gostaria, na linha de tudo que foi dito... Eu tenho perguntas, Sr. Presidente, mas antes eu gostaria de ir na linha de V. Exa. Acho que precisamos sempre reforçar dois pontos: nós não temos mais que gastar tempo explicando que o homem pantaneiro e o agronegócio cuidam do Pantanal. Os fatos valem mais do que as versões, do que a narrativa e do que o discurso. O fato é que nós temos pelo menos quase 300 anos de existência da pecuária do homem e da mulher pantaneira do Pantanal e temos, por conta disso, um dos biomas mais protegidos não do Brasil, mas do mundo. Esse é um ponto importante. Então, não vamos gastar tempo dizendo que realmente o bioma Pantanal necessita da pecuária, mas sim, na linha do que disse o Jorge, representante da Embrapa, em que medida, até que ponto essa forma de produção dentro do Pantanal é benéfica.

Aí fica uma pergunta para o Jorge mesmo. A pergunta é: vocês da Embrapa já têm esse estudo? Até que ponto é possível essa exploração, além do que já há, sem prejudicar o bioma do Pantanal? E vocês também já têm um estudo em relação à essa troca de gramínea, que é do capim nativo, para essa outra espécie que está sendo utilizada e que, segundo alguns, seria – não sei se é verdade – uma espécie que segura mais o fogo? Ou seja, feito estudo, ateando fogo na gramínea nativa e naquela que está sendo importada ou utilizada, se realmente a segunda diminui a velocidade da propagação do fogo. Acho que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é importante. Em que medida? Se for assim, em que percentual nós poderíamos estar pensando nessa questão?

É óbvio que esses dados não vão entrar no estatuto, não entram em detalhes da Comissão, essa não é a nossa atribuição, mas isso permitiria aos demais convidados e ao Jorge aqui, em um capítulo à parte, alguns detalhamentos no estatuto. Acho que isso já é possível.

A outra sugestão que faço, Sr. Presidente – eu li as normas gerais do estatuto, aí já passo para o nosso Relator Nelsinho essa questão –, é deixar muito claro, com todas as letras, que a legislação estadual tem autonomia e se sobrepõe em relação ao estatuto naquilo que são normas específicas, não nas normas gerais, como diz a Constituição. Por que é importante passar isso para o estatuto? Porque está havendo um ruído muito grande aqui em Mato Grosso do Sul. V. Exa. viu: lá em Corumbá, nós fomos muito abordados e cobrados por isso. Então, eu acho muito importante que, embora a Constituição diga que as normas específicas são de legislação estadual, nós possamos deixar claro no estatuto que o zoneamento ecológico-econômico, nesse caso específico do Pantanal, nessa particularidade e especificidade de cada Estado, se sobrepõe às normas gerais do estatuto, como está na Constituição. Acho que isso é importante; tira ruído e não fica aqui o agronegócio achando que o estatuto vai, de alguma forma, permitir que depois se faça uma alteração de cima para baixo. Quem conhece a realidade de cada bioma e "de cada Pantanal" é a sua própria região.

Em relação à questão da indenização – agradeço ao André, da Fecomércio de Mato Grosso, pelas palavras –, eu acho que há uma consideração que precisa ser feita. Talvez o Jorge não tenha conseguido se fazer entender. Eu estou fazendo isso – depois o Jorge pode explicar – porque estou baseada na fala dele, quando teve mais tempo, na reunião de Corumbá. Quando nós falamos em indenização, concordo com o André, nós não temos que indenizar aquele que cumpre a lei. Quem cumpre a lei tem que cumprir a lei, ponto; quem não cumpre tem que ser penalizado pelos crimes ambientais, portanto, pelos crimes contra a vida e a humanidade. A consideração que eu faço, na linha de dois ou três que me antecederam, com as quais concordo, é em relação à indenização por perda de produtividade. São coisas distintas. Uma coisa é eu ter que cumprir o Código Florestal. Isso é minha obrigação como cidadã. Se eu sou do agronegócio, como pecuarista, como produtora rural, como agricultora, eu sou obrigada a cumprir, a preservar as bacias hidrográficas e a preservar os mananciais. Isso é uma coisa. Só que nós não podemos esquecer – eu não tenho propriedade rural em Corumbá, no Pantanal, então não estou falando por interesse na causa –, nós temos que entender que o homem pantaneiro, o agronegócio do Pantanal é muito prejudicado por essa sazonalidade, por essa situação excepcional e por estar em um bioma que, por obrigação de todos nós, precisa ser preservado. Então, talvez, Relator Nelsinho, Senadora Soraya, Senador Wellington, nós devêssemos deixar um capítulo muito claro, específico também no estatuto, falando de uma indenização por perda de produtividade quando ele tiver de abrir mão do seu espaço, que é privado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu finalizo, Senador Wellington, antes de deixar aqui mais uma contribuição para o Relator, dizendo algo que precisa ser repetido diversas vezes e que aqui foi muito colocado. Eu não sabia que era nessa grandeza – agradeço as contribuições valorosas de todos: 90% do Pantanal... Fica até a pergunta sobre se é o Pantanal de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul juntos. Aqui se diz que 90% são de área privada. Eu pergunto se isso é do bioma total ou se são 90% das propriedades de dentro do Pantanal que são propriedades privadas. Resumindo: no todo, em todo o Pantanal, qual é o percentual de áreas privadas? Isso é fundamental também para que nós possamos, na linha do nosso Presidente, dizer: o bioma do Pantanal não pode ser olhado e tratado como bioma da Amazônia Legal. Lá, sim, há uma série de regramentos, porque lá nós estamos falando de grileiros, daqueles que põem fogo para depois passar as terras e invadir a área pública. Aqui não. Então, essa informação para nós é valiosa.

E aí eu, realmente, encerro e peço desculpas. Eu prometo, na próxima reunião, não fazer pergunta; eu vou ficar calada, para poder gastar todo o tempo agora, mas é que foram tão preciosas as contribuições, que eu fiquei, assim, tão entusiasmada... Agradecendo aqui ao Rabelo também, que já teve contato conosco, a todos, eu gostaria, então, de concluir nesse aspecto, fazendo um pedido para a Comissão.

Eu faço o requerimento oral, para ver se há viabilidade – não gostaria nem que fosse votado; a gente tem que ponderar antes, eu entendo isso –, mas, dois meses e meio atrás, o Senado Federal aprovou uma indicação apresentada por mim, para que o Vice-Presidente da República, Mourão, pudesse abrigar o bioma Pantanal neste ano, por conta da estiagem, no Conselho Nacional da Amazônia Legal, apenas, única e exclusivamente, para que as Forças Armadas e para que toda a infraestrutura do Conselho Nacional da Amazônia Legal pudessem nos dar uma assistência. O Vice-Presidente me ligou, foi muito gentil, ao ponderar que a portaria não permite isso.

Então, a pergunta que deixo é se faríamos um requerimento, aprovaríamos na Comissão, encaminhado ao Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, para que a portaria pudesse, excepcionalmente, nesses cinco anos de estiagem até, porque há interferência, a Amazônia Legal se integra ao bioma do Pantanal pelo Estado de Mato Grosso; há uma justificativa; o mundo não vai se indispor em relação a isso, eu não tenho dúvida de que não se indisporá; todos compreenderão... Por quê? E aí, definitivamente, eu encerro a minha contribuição, Sr. Presidente, mais uma vez pedindo desculpas: porque o estatuto – na linha do que alguém falou, não sei se foi o Leonardo – não vai ter o condão de ter um efeito imediato nos dois, três primeiros anos; ele vai depender de regulamentação, ele vai depender de aprovação na Câmara dos Deputados. E esses cinco anos de estiagem, protegidos pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal, podem talvez ser a maior contribuição imediata da Comissão Temporária.

Deixo essas considerações, agradecendo imensamente à Alessandra e, em nome dela, agradecendo à comunidade indígena, por tudo que fizeram e por tudo que fazem pelo Pantanal, pela Amazônia e pelo Brasil, pelo respeito que tenho. Ela, junto com a Regiane, as mulheres deram um toque a mais nesta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião, quando trouxeram a experiência de vida, o calor humano, o olhar para o homem pantaneiro, para a mulher pantaneira, para quem está ali. Meio ambiente é vida; precisamos preservá-lo, mas precisamos preservá-lo para a humanidade, para nós, para as pessoas que mais precisam. Então, nesse aspecto, eu deixo aqui um agradecimento à Alessandra Guató, em seu nome cumprimentando e agradecendo à população indígena por tudo que fizeram e por tudo que ainda fazem. É nossa obrigação protegê-los, é nossa obrigação reconhecer a importância e reconhecer que, antes de nós, eles estavam por aqui.

Obrigada, Sr. Presidente. Desculpe-me. Prometo: na próxima reunião, eu não irei falar; só ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradeço muito, Senadora Simone Tebet. E eu não abro mão da palavra de V. Exa., porque enriquece demais os nossos debates. Inclusive, eu gostaria de orientar que fosse feito, sim, um requerimento; acredito que é muito importante.

E, sobre essa questão do Estatuto do Pantanal, é claro que nós estamos trabalhando em conjunto também com as Assembleias Legislativas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Todos nós sabemos, está constatado, que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e o Governo de Mato Grosso do Sul já fizeram o dever de casa, quando fizeram a regulamentação do Código Florestal, mas nós já também tivemos aqui, através da consultoria jurídica, que o Estatuto do Pantanal prevalece, porque ele é uma lei específica do bioma. Então, se nós tivermos aprovado o nosso estatuto, não será uma revisão do Código Florestal que irá modificar aquilo que estamos votando neste momento.

Senadora, eu acho que a senhora levantou a mão. Gostaria de fazer alguma observação ainda?
(Pausa.)

Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Trinta segundos, Sr. Presidente.

Se realmente nós aprovarmos e a assessoria jurídica entender que é viável, que isso não atrapalha o Conselho Nacional da Amazônia Legal, que nós pudéssemos, na nossa ida presencial a Brasília, que se dará na semana do dia 20, agora, deste mês, entregar em mão, na Casa Civil ou quem sabe até para o Presidente da República. Lembro que o Presidente Bolsonaro serviu aqui em Nioaque, que é a porta quase que de entrada do Pantanal, e conhece como poucos também esta região. Tenho certeza de que, se a legislação maior permitir, ele não se oporá a que o Conselho Nacional da Amazônia Legal possa nos dar essa proteção não só de apoio financeiro, mas de apoio de estrutura e de logística, para que possamos prevenir os incêndios do ano que vem.

Obrigada, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Gostaria que V. Exa. apresentasse já o requerimento, para que nós possamos aprová-lo na próxima reunião e também já fizesse o pedido de audiência ao Presidente. Pela influência de V. Exa. como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eu gostaria de pedir que a senhora liderasse, em nome da Comissão também, esse pedido de audiência ao Presidente, porque iríamos toda a Comissão lá, para entregar, na semana que vem, já que teremos o esforço concentrado. Aliás, quando a senhora decidir, porque também a reunião, na Comissão de Constituição e Justiça, será definida ainda por V. Exa., como Presidente, junto com os Líderes, não é?

Já está definida? (*Pausa.*)

É dia 21? Então, já poderíamos pedir, talvez na mesma semana, já que a matéria também é tão importante e de interesse do próprio Presidente, que vai querer a aprovação do nome indicado.

Ontem nós tivemos uma reunião também com o desembargador, com o Bloco Vanguarda, e foi uma excelente reunião. Acredito que vamos avançar muito para que, no dia 21, possamos realmente votar essa indicação, que é muito importante para o País.

Eu quero passar mais uma vez a palavra ao Relator – vamos ver se ele conseguiu voltar – e depois, em seguida, à Senadora Soraya Thronicke.

Ele já me ligou aqui no telefone e está com problema de sinal. Eu sugeriria...

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Eu acho que agora deu uma onda boa aqui. Vamos aproveitar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ótimo.

Com a palavra o Senador Nelson Trad, nosso Relator.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Meu caro Presidente Wellington Fagundes; minhas colegas Simone e Soraya; e, claro, Senador Amin, que vi por aí também, quero dizer a vocês que realmente esta manhã de trabalho foi muito seleta, a gente teve uma contribuição muito importante anotada aqui para concluir o nosso juízo, que, a cada audiência pública, se enriquece mais ainda.

Tão importante quanto essas participações... Até quero pedir desculpas ao *trade* turístico lá de Corumbá, porque a gente não os inseriu na discussão da visita *in loco*. Foi uma falha minha. Eu quero assumir isso, porque acabou passando despercebido. Então, eu pediria ao Presidente, com a anuência dos outros colegas, que a gente pudesse fazer, mais para frente, uma agenda voltada a esse setor, que emprega centenas e milhares de pessoas, que é uma indústria que não polui, que gera dividendos, gera riqueza e é importante para a gente ter o juízo bem formado e colocar isso na questão do nosso relatório.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui provocado pelo Bruno Migueis, que é uma pessoa do setor, e garanti a ele que a gente iria abrir esse espaço numa próxima audiência pública que a gente fosse fazer.

No mais, quero dizer a todos o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Nelsinho, já aprovamos o requerimento de V. Exa. pelo qual requer exatamente a presença da Associação Corumbaense de Empresas Regionais de Turismo.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Ótimo. Vai ser quando isso?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vai ser marcado, mas já está aprovado para a próxima sessão, o.k?

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Ótimo!

Bom, neste relatório que a gente vai produzir, eu vou precisar muito da iluminação divina, porque, realmente, são muitos temas polêmicos e necessários. A gente vai precisar avançar em determinados setores, que, em outro local da divisão do Pantanal, já estão avançados. Mas o momento de se corrigir eu penso que é agora.

Eu tenho recebido sugestões, e muitas delas divergem. Há sugestões que recebo de instituições sérias, como a Embrapa, como a própria Fecomércio, que acabou de falar.

Mas eu acho que o debate é interessante, porque, dessa forma bastante crítica e com nível elevado, a gente consegue chegar a um denominador comum, e é essa a intenção desta nossa Comissão. Estamos aqui justamente para receber as informações e as contribuições desse caldo de cultura formado pelos participantes. Com isso, a gente vai poder realmente formatar um relatório a contento, diante da situação que nós estamos atravessando.

Eu não sei como foi seu sobrevoo em Mato Grosso, porque eu não estava presente. Mas, em Mato Grosso do Sul, você também esteve e esteve também em Mato Grosso. Uma coisa me chamou muito a atenção: a estiagem é algo, talvez, mais marcante do que os focos de queimada. Praticamente todas as vazantes do rio que a gente via estavam secas. Eram impressionantes as lagoas que outrora ficavam alagadas e em que não se diferenciava o que era lagoa e o que era alagamento; estavam extremamente secas, com vários animais em volta. Dava para ver os jacarés em volta, buscando o último suspiro de água que havia por ali. Ou seja: realmente essa questão do clima, que é um problema macro, maior, veio a ser a principal causa de toda essa questão. Na minha avaliação, pelo bom senso, é o que apurei, só de observar o que a gente observou por ali. Ou seja: eu penso que, enquanto não vier uma chuva para amenizar essa questão, realmente vamos estar lutando contra essas intempéries da natureza. A minha bisavó, lá atrás, já falava: "Meu filho, a natureza é uma coisa de Deus. É muito difícil o homem conseguir lutar contra ela".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, aqui em Campo Grande, fez 41 graus. Deu uma chuva bastante pequena, mas as pessoas saíram às ruas para agradecer a Deus pela chuva que chegou ontem, ao final do dia. Hoje a previsão é de 44 graus em Campo Grande. Então, a gente está passando, realmente, um momento muito delicado dessa questão climática, que está afetando a Região Centro-Oeste.

No mais, agradeço a participação de todos. Já falei aquilo que eu queria.

Estou atento e vou, com certeza, pegar a contribuição de cada um, para a gente poder fazer um relatório bastante completo.

Muito obrigado, Presidente.

Eu vou desligar o meu vídeo, porque fica melhor para ouvir a participação; mas eu estou aqui ligado. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k.

Queremos passar a palavra agora à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os colegas. Bom dia a todos que nos acompanham aqui pela TV Senado.

Eu gostei muito de acompanhar a reunião de hoje, Sr. Presidente, porque nós pudemos escutar muitos daqueles que vivem no Pantanal. Escutamos representantes da população ribeirinha, representantes das mulheres indígenas, consequentemente de todos os indígenas da região; e eu senti falta do produtor rural do Mato Grosso. Esse nós não escutamos, eu acredito. Só se eu me perdi no meio do caminho, porque eu estava em trânsito. Eu não escutei o produtor rural mato-grossense. Eu já escutei o produtor rural sul-mato-grossense, e em demasiado, inclusive. Estou bastante farta, bastante municiada de informações por eles concedidas, informações concedidas pela Famasul.

E eu vi...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senadora Soraya, eu só queria fazer uma observação: ontem nós tivemos oportunidade de fazer uma reunião em Cuiabá – e eu anunciei isso no início – com a Famato, também com a Acrimat, com a presença do Instituto Imea (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária) e também com a presença da Embrapa. Com isso, nós estamos preparando também uma reunião pública para ser feita com essas autoridades.

Então, nós estamos ouvindo o produtor mato-grossense, mas é porque não dá para fazer em todas as audiências públicas, mas eles estão com esses institutos... Inclusive, quero esclarecer aqui até para a população mato-grossense também, como eu já disse aqui antes, que o Mato Grosso do Sul já fez o dever





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de casa no passado ao regulamentar o Código Florestal através da Assembleia Legislativa e do Governo do Estado. Como o próprio Governador Azambuja colocou na nossa reunião, ele teve que atender o que era possível. Às vezes há até os reclamos dos produtores do que não foi possível, também da área ambientalista, mas o importante é que o Mato Grosso do Sul tem uma legislação hoje perfeitamente regulamentada, coisa que Mato Grosso não fez. A Embrapa auxiliou muito o Mato Grosso do Sul. E também agora nós estamos nos socorrendo ao Imea (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária), junto com as universidades do Mato Grosso.

E, como a Senadora Simone colocou antes, se nós aprovarmos o estatuto do Pantanal, se amanhã forem mexer ou fazer alterações no Código Florestal, o nosso estatuto também seguiria o mesmo? Não. A nossa lei, por ser uma lei específica do Pantanal, seria já uma lei autônoma, ou seja, maior do que o próprio Código Florestal para o bioma Pantanal. Então, eu acho que nós estamos construindo algo muito mais duradouro.

Por isso eu agradeço muito a V. Exa., como advogada, também pela experiência e como Presidente da Comissão de Agricultura. Eu acho que nós estamos trabalhando exatamente para dar agilidade a esse estatuto e, quem sabe, conseguir, em comum acordo, levar diretamente para o Plenário.

Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Wellington, nós sabemos bem que agilidade em confecção de legislação não existe, ainda mais quando a intenção é fazer algo que se chama estatuto do Pantanal. Então, aprovar a toque de caixa um estatuto do Pantanal me preocupa. Não permitir que sejam discutidas e acrescentadas emendas também me preocupa, tanto que é possível emendar. Sabemos que daí virão muitas ideias legislativas, mas corremos riscos imensos em relação a jabutis. Então, não é após a aprovação do estatuto do Pantanal que poderíamos dar abertura para que fossem inseridas questões dentro do estatuto do Pantanal, ou se ficasse aberto, vamos supor, e desprotegido. Não é. É durante o processo legislativo que ele vai receber esses jabutis. Aprovar a toque de caixa é um perigo. Não é com a agilidade que apagamos um incêndio que vamos trabalhar em uma legislação.

Eu imaginei, *a priori*, que esta Comissão tivesse, sim, sido criada para que prestássemos socorro imediato, para apagar incêndio e poupar vidas. E aí nós estamos aqui discutindo o tempo inteiro sobre legislação. Nós podemos, Senador, divergir em certos aspectos. Pelo que estou vendo, estou divergindo da maioria dos colegas. Eu gostaria de ouvir os Senadores Jayme Campos e o Senador Fávaro, porque até agora não sei a opinião deles, mas, pelo jeito, eu sou a única que está divergindo aqui. Porém, convergimos em um aspecto que é falado, encaixado aqui nas falas: o único aspecto é que precisamos de ações efetivas que não carecem de legislação, basta aplicar a já existente. Em legislação, do que nós precisamos é de recurso financeiro, ponto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nível federal, o que está na alçada do Senado Federal, dentro da nossa competência, é legislar em amplo espectro – amplo espectro, porque não sou eu que vou me debruçar sobre questões que são atinentes à competência da Assembleia Legislativa do nosso Estado ou do Poder Executivo do nosso Estado. Eu sequer recebi emendas do setor produtivo para colaborar. O setor produtivo, assim como eu estou aqui tentando... Nós estamos num Parlamento, eu estou aqui trabalhando para que cheguemos a uma conclusão, porém a minha voz não tem outra hora para se manifestar, é agora, é tal qual o apuro do incêndio. Enquanto estamos discutindo aqui, o fogo está pegando. Estão precisando do quê?

O Estado brasileiro, a União... Como o Ministro Ricardo Salles bem disse no sábado, naquela reunião em Corumbá, tudo que for necessário para o Mato Grosso do Sul e Mato Grosso será ofertado.

No Mato Grosso do Sul chegaram 3,8 milhões, mas se pedirmos mais, podem ter certeza de que esse recurso vai. Porém, esse recurso vai sair de onde? Nós não temos dinheiro à vontade, não é? Então, vamos trabalhar onde convergimos.

Nós precisamos de recurso financeiro e há propostas legislativas, aí, sim, de nível federal. Eu entrei com uma delas, que é a criação de um fundo privado, porque a intenção é desburocratizar. E a efetiva coleta de retorno das multas para o reparo do meio ambiente é importante.

Temos que nos organizar de várias maneiras. Inclusive, estou debatendo com o Ministro Salles para que sejam executadas as medidas de reparo ao meio ambiente de forma direta pelo setor privado, o que facilita e desburocratiza. Ele tocou no assunto na frente do Senador Nelsinho Trad, dentro até do avião, sobre a questão da Vale, do problema que houve em Brumadinho e em Mariana. Em Mariana, houve um acordo de gestão indireta com o setor privado – isso demora, tem que haver licitação. Porém, a solução construída para Brumadinho foi diferente, já foi um acordo direto do Poder Executivo, da própria União, com a Vale do Rio Doce para uma execução direta. A empresa privada tem que entregar aquilo pronto, investir "x" de valor e entregar pronto. Fica muito mais fácil para ser executado. E nós sabemos que a iniciativa privada executa qualquer projeto que tenha que ser feito muito melhor do que a iniciativa pública.

Então, eu quero ser contribuição neste momento. E, para eu ser contribuição, preciso falar a verdade, tenho compromisso em falar a verdade. A minha preocupação são os jabutis. E eu gostaria de dar ao legislador de Mato Grosso não só o direito, porque, na verdade, legislar é um dever dele. Ele tem que cumprir o dever dele de legislar no Estado dele, no nível de legislação que a ele compete. Então, é isso que eu quero deixar aqui muito bem colocado e pautado: não vou emendar, porque vai ser contradizente com aquilo que estou aqui pregando.

Eu digo para o senhor: o senhor vai fazer um grande trabalho para o seu Estado, será memorável para história do Mato Grosso o senhor ter levantado a bandeira do estatuto do Pantanal mato-grossense.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dizer aqui que conversei com o Jorge Lara, que me disse que há soluções técnicas para que consigamos resolver esse problema. Eu não quero palco, Senador. Eu creio que aqui ninguém queira palco. Nós estamos no meio de uma situação, nós estamos no meio de um incêndio. Não há tempo para palco.

Eu voltei do Pantanal para a capital (*Falha no áudio.*)

... e pude ver a resiliência do Pantanal. Em lugares onde o fogo já passou, onde já queimou, nós temos um cenário de árvores queimadas e podemos ver a grama já brotando, sem chuva e sem nada, é a água – é a natureza que está se debatendo para poder se refazer. Nós temos isso há mais de 120 anos, é regrado, nós já sabemos que isso vai acontecer. O que nós precisamos – e eu peço para que vocês prestem atenção – é de água. A água se chama, nesse momento, recurso financeiro, Senadores.

Peço à sociedade que coloque a mão na consciência. A nossa água, o que compete à nós... O bombeiro está com a água lá, o Cel. Joilson, todo mundo fazendo o seu trabalho. O nosso trabalho, a água que temos de levar é recurso financeiro, é solução efetiva, não é legislação.

A maioria das pessoas que opinam, que falam do que o Pantanal precisa, precisa disso, precisa de apoio legislativo, sequer sabem que esse apoio legislativo já existe, o que não existe é o que não existe em nenhum lugar. O Brasil tem um arcabouço jurídico enorme – enorme –, digno de países atrasados – quanto mais atrasado o país, maior o arcabouço jurídico –, que a gente até esquece das leis que precisamos revogar. O que acontece em nosso País é que não conseguimos executar.

A Lei Maria da Penha é uma das três melhores leis que nós temos no mundo em relação à proteção da mulher. O que acontece? Nós não conseguimos efetivá-la, porque não temos oficiais de justiça suficientes, não temos policiais suficientes, não temos estruturas que estão ligadas ao Poder Executivo. O legislador fez a sua tarefa, colocou uma lei ampla, perfeita, digna e, na hora da execução, não temos como executar.

Temos o Código Florestal, o código que mais protege o meio ambiente, o maior arcabouço legislativo de proteção ao meio ambiente está aqui no Brasil. Qual é o problema? Execução, dinheiro. E tudo se resume ao dinheiro.

Então, peço encarecidamente... Quero pedir perdão, estou com um problema nas cordas vocais, mas eu não poderia não deixar aqui o meu grito de socorro. Eu, como uma legisladora, como bombeira, tenho obrigação de levar, nesse momento, a água que é necessária, que é o recurso.

Peço que vocês me perdoem, eu sou assim acalorada, mas estamos pegando fogo e eu não poderia ser diferente. Estou aqui em chamas. Não é verdade? É isso, estou em chamas. Estou em chamas porque não quero chorar as vidas aqui e depois me arrepender por estar discutindo legislação e, principalmente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar cuidando dos jabutis que estão entrando pelo ladrão. Vou ter que ficar aqui cuidando dos jabutis que vão entrar pelo ladrão enquanto o Pantanal queima!

Muito obrigada, Senador. Desculpe-me ser a parte divergente aqui. Eu não gostaria que nós estivéssemos na situação de não encontrarmos uma convergência até o presente momento, porém, eu sei que eu tenho o Poder Executivo comigo, o Ministro Ricardo Salles, sim, está nos apoiando. Fico contente neste sentido porque eu tenho o apoio do Governo Federal.

Espero ter o apoio dos Senadores Jayme Campos e Fávaro, para que se juntem aqui a nós. Quem sabe eles consigam trazer um equilíbrio aqui e nos trazer ao ponto de convergência, Senador.

Enquanto isso, o nosso Pantanal queima, e o nosso povo precisa de recursos. A nossa indígena que estava aí, a indígena representante, falou muito bem: ela teve casa queimada... Eu quero saber o que está sendo feito em relação a essas pessoas que tiveram tudo perdido. Eu quero saber de onde vai saber esse dinheiro para ajudar a recuperar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós os pantaneiros estamos inflamados, não é, Senadora? Todos nós estamos inflamados, aquecidos, porque, realmente, a situação é muito grave.

Eu quero dizer também que a minuta do Pantanal é um esboço que poderá... Poderemos todos nós... Os técnicos estão ouvindo a todos nós, essas sugestões que estão sendo colocadas. Inclusive, há reuniões paralelas sendo feitas, além das nossas reuniões oficiais aqui. Com certeza, vamos aprimorar. Aquilo ali é sugestão. Por isso, o Nelsinho Trad, como Relator, pode, inclusive, fazer um substitutivo, de forma bem tranquila.

O que nós queremos, mais uma vez – eu quero repetir aqui –, é que o estatuto do Pantanal venha conferir, acima de tudo, segurança jurídica, conciliando os aspectos protetivos e também os produtivos do bioma Pantanal.

Aqui, ainda temos a pergunta que foi feita pela Senadora Simone ao Jorge Lara: "O que a Embrapa coloca oficialmente em termos das áreas? Quantos por cento da área do Pantanal são privados?". Ela entende isso como algo de muita responsabilidade.

Eu vou permitir que todos possam falar também. As perguntas que já foram encaminhadas eu acho que todos anotaram para que eu não tenha que repetir. Então, eu vou pedir ao representante da Embrapa, Jorge Lara, para que ele seja o primeiro a responder às perguntas, já colocando, inclusive, essas angústias de nossos Senadores, como a Senadora Soraya Thronicke, a Senadora Simone e todos.

Jorge Lara.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE ANTONIO FERREIRA DE LARA (Para expor.) – Retornando à fala aqui, observando todos os nossos representantes do Senado colocando seus pontos de vista, eu estou vendo muita convergência. Há uma grande oportunidade que se apresenta no momento.

Realmente, Senadora Simone, noventa e poucos por cento, tanto em Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul, são propriedades privadas. Desses noventa e pouquinho – eu não tenho o número exato –, mais de 80%, cerca de 85%, estão conservados, o que mostra que o produtor pantaneiro em geral conserva o Pantanal. Senão, já teríamos esses números abaixo.

Agora, onde está a grande oportunidade? Realmente, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul têm legislações diferentes, como eu comentei inicialmente. E eu acho que isso responde várias das questões que eu ouvi aí na leitura do Senador. Eu acho que isso não é o ponto importante aqui no momento. Eu acho que os Estados têm que ter a visão deles, a realidade deles. Eu acho que, se a lei de Mato Grosso, tão discutida em 2014, chegou a essa conclusão, ótimo, para não ter retrabalho nisso. Eu acho que tem que continuar. Mato Grosso está num processo agora de formulação da sua legislação estadual, com o nosso apoio também, e lá eles vão fazer as escolhas que são adequadas para o povo do Mato Grosso.

O que eu enxergo aqui, no chamado estatuto do Pantanal, é a grande oportunidade de nós criarmos opções. Não há necessidade obrigatoriamente de se pensar só em substituição de pastagens, que foi o que a Simone perguntou. A Embrapa enxerga muito no nível individual da propriedade; não existe um número mágico. O que existe é a preocupação e o foco principal na questão relacionada à perda de biodiversidade; isso é um ponto para essa perda. A legislação do Mato Grosso do Sul, por exemplo, prevê de 40% a 60% de substituição, dependendo da condição da propriedade individual.

A Embrapa tem um mecanismo que se desenvolveu acho que na vida toda da Embrapa Pantanal que se chama Fazenda Pantaneira Sustentável. Eu vou gastar dois minutos falando sobre ela, porque eu acho que é o caminho que nós podemos trilhar para equacionar todas essas questões que estão sendo levantadas.

A Fazenda Pantaneira Sustentável faz um diagnóstico individual da propriedade e dá o índice de sustentabilidade daquela propriedade. Vamos supor, numa escala de zero a dez, que aquela propriedade recebeu uma nota dois, ou seja, no momento ela é pouco sustentável, mas, ao mesmo tempo, essa propriedade recebe um potencial de estabilidade que vamos dizer que seja oito. Então, ela recebeu uma nota dois, daquela realidade hoje, mas ela pode chegar a oito. E o programa FPS dá o caminho para chegar a oito. E o mais importante disso, dá a liberdade para o produtor optar pela hora que ele vai fazer isso. Hora que ele tenha capital, tenha interesse ou tenha oportunidade de mercado ou oportunidade de política pública. Mas ele entra no programa, passa a ter conhecimento sobre... *(Falha no áudio.)*

O tempo realmente, infelizmente, vai prejudicar um pouco a gente poder concluir essa ideia. Eu precisaria de mais um minuto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pode ficar tranquilo, porque você terá mais um minuto, o tempo necessário para concluir, porque eu entendo que é muito importante ouvirmos a ciência, a pesquisa. E a Embrapa eu tenho como uma referência, principalmente a Embrapa Pantanal.

E, claro, eu quero aqui dizer que nós estamos discutindo a construção do estatuto do Pantanal, mas, além do estatuto do Pantanal, como a Senadora Simone falou agora há pouco, nós precisamos ir à Presidência da República – assim como nos reunimos com a Famato, também com entidades do Mato Grosso do Sul – levar uma proposta de um programa de desenvolvimento socioeconômico sustentável para o Pantanal. Por isso também nós já aprovamos um requerimento de a Sudeco estar presente aqui, numa audiência, porque a entendemos que a Sudeco, como Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, tem esse papel e pode ser a grande articuladora para que a gente crie um fundo de aval, outros instrumentos. Agora teremos uma reforma tributária, mas o importante é que tenhamos um programa federal, com apoio dos Estados e Municípios do Pantanal, para que a gente cuide da complexidade. E cuidar da complexidade do Pantanal não é só do bioma Pantanal, mas daquilo que influencia o bioma Pantanal, principalmente as cabeceiras, o assoreamento que acaba impactando o lixo, esgoto e tudo mais.

Então, eu estou falando isso, porque acho interessante esse esclarecimento a toda a população.

Com a palavra, o Jorge Lara.

O SR. JORGE FERREIRA DE LARA (Para expor.) – Continuando o raciocínio, então: seria interessante, nosso ponto de vista, dar opção.

Ora, se a legislação do Mato Grosso do Sul hoje define que é entre 40% e 60%, os produtores que optarem por esse caminho têm que ter esse direito. Agora, nós temos que dar direito também para aquele produtor que não tem capital para fazer isso e opta também por uma visão de estabilidade. Aqui na Embrapa, a gente recebe muitos produtores, desde produtores que pedem 80% de substituição de pastagem até aqueles que nos perguntam: o que eu faço para ser sustentável? Ora, se nós dermos uma ferramenta que tenha os indicadores adequados e criarmos as condições – e nós temos a ferramenta, chama-se FPS. Acho que é aí que cabe muito bem esse arcabouço tanto público quanto privado, como alguns exemplos na Amazônia que nós estamos tendo já de fundos privados incentivando a estabilidade – , nós damos opção para o produtor. Ora, daí, as condições de mercado, as condições de realidade no médio prazo, qual é a expectativa do consumidor em relação à estabilidade do Pantanal... Nós damos essa opção para o produtor fazer o caminho que ele acha mais adequado, dentro dos limites da lei estadual, e dentro das oportunidades que... Não sei se, em uma cadeia de garantia de estabilidade que a FPS pode fornecer, nós teríamos condições de ter essa política alternativa, uma política de que tenho convicção de que, no médio prazo, será uma política vencedora, porque, cada vez mais, há essa exigência dos mercados, mas, mais importante do que a exigência, a necessidade de país. Nós vimos o efeito que essas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queimadas... E, obviamente, pode haver outro... Eu acho isto uma coisa muito importante de se ver também: pode haver outro produtor que tenha feito coisa errada, mas não se pode julgar a classe inteira. A classe inteira do pantaneiro sabe cuidar do Pantanal há muito tempo. Então, a gente tem que valorizar isso.

Muitas vezes, Senadores, pode acontecer que nem seja preciso substituir pastagem. Às vezes, o manejo adequado do pasto nativo que existe já é o suficiente para colocar o nosso produtor no verde. Nós estamos tendo experiência desse tipo lá no Mato Grosso através do projeto FPS, que não é uma teoria; ele já acontece na prática. Nós temos 15 fazendas sendo monitoradas no momento com resultados interessantes, quando foi feito esse diagnóstico.

E acho que, para finalizar, para não me estender demais, o que nós consideramos importante é o seguinte – terminando de responder ao que a Senadora Simone me perguntou: sim, nós temos esses números, só que tem que ser individual. Não é uma coisa assim, um número mágico, 35%... Não, não é uma coisa assim. Nós temos que ver cada área – e temos ferramenta para fazer isso. Inclusive, a Embrapa acredita na queima controlada, que não tem nada a ver com incêndios. Incêndio é incêndio; queima controlada é queima controlada, feita na época certa, do jeito certo, com o conhecimento tradicional associado dos próprios pecuaristas.

Nós estamos usando o termo também "restauração de campo", que seria para áreas que hoje são invadidas por árvores, como a canjiqueira, que aqui no sul é muito comum; lá no Mato Grosso, é muito comum o cambará, o pombeiro, que são árvores que invadem antigos campos. Nós temos como ver isso por imagem de satélite para saber quais são esses campos que podem ser recuperados com pastagem nativa.

Finalizando, nós temos uma oportunidade também que ainda não virou realidade, está no âmbito da pesquisa, mas já antecipo para vocês que pode ser o futuro: nós temos condições de melhorar pastos nativos do Pantanal. Isso não foi feito ainda, porque é muito difícil você trabalhar com pasto nativo, porque ele não faz o entrelaçamento das raízes tão importante para fechar o pasto; ele acaba deixando buracos de areia, vamos dizer assim, e aí crescem plantas invasoras. Então, é um manejo difícil, porém nós já vimos alguns acessos... Não posso, por uma questão de segurança nacional, falar quais são as espécies, mas nós já observamos algumas espécies muito produtivas que têm alguns acessos, alguns indivíduos que fazem esse cruzamento. É a oportunidade inclusive de nós termos plantas, pastos nativos melhorados. Então, existem muitas oportunidades.

Onde caberia tudo isso? Em um sistema chamado FPS, que diria: "Olha, essa propriedade precisa de 15% de substituição de pastagem". "Essa aqui precisa de queima controlada". "Essa aqui precisa disso, disso... Precisa de desmame precoce, precisa de IATF", que é a inseminação artificial em tempo fixo – são técnicas específicas. Nós temos como fazer isso. De que a gente precisaria? Criar um ambiente que atraia os investidores para tal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero ter podido contribuir e que a Embrapa tenha condições de detalhar esse plano referente a esse sistema FPS para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bem, nós temos agora a conclusão.

Eu vou passar aqui... Como são muitos ainda, aqueles que quiserem falar podem levantar a mão. Está aqui já o Rodrigo, do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul. Ele foi o primeiro. Se houver mais alguém que queira se inscrever, poderá fazê-lo levantando a mão.

Agora, Rodrigo com a palavra, por não mais que três minutos, porque agora nós temos que concluir. Já, inclusive, estouramos o nosso tempo.

O SR. RODRIGO BORDIN PIVA (Para expor.) – Obrigado, Senador, novamente por esta oportunidade.

Eu só gostaria de fazer mais uma contribuição, que eu acho que sintetiza um pouco do que eu já tinha pensado e tinha em mente, e acho que ouvi isso também na fala da Senadora Simone e da Senadora Soraya.

Eu acho que o grande gargalo nosso, desta Comissão, esteja nessa parte legislativa. Eu entendo que é nesta Casa, no Senado e na Câmara, que se consegue fazer – e é onde isso deve ser feito – a produção legislativa sobre essa questão do Pantanal, sobre o estatuto do Pantanal. Nós já temos uma legislação que atende aos anseios – ao Mato Grosso falta fazer essa parte –, mas, enfim, eu acho que esse é o grande gargalo.

E eu vejo que o grande produto, os grandes frutos desta Comissão – aí eu até deixo a fala para o Senador Nelsinho –, é voltado para as políticas públicas que podem ser executadas a partir da orientação da Comissão. Eu acho que a Comissão não é o Executivo, é a parte legislativa. Então, eu sei que essa parte da implementação de políticas públicas também depende muito dos governos estaduais. Agora, uma política pública para fortalecer o agronegócio, para fortalecer a preservação, fortalecer as comunidades, como a Alessandra comentou, e também o turismo. Eu acho que, se nesta Comissão a gente buscar focar nessa linha da produção desses assuntos, da produção dessa política pública, isso vai ser de grande valia. A questão legislativa vai ter esse entrave – a Soraya já se posicionou como divergente –, mas acredito que desta Comissão essas políticas públicas voltadas para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul vão ser de grande importância.

É aquele negócio: a gente vive um momento de exceção. Esse acidente, esse incêndio é um momento de exceção. E, como a Senadora Simone falou, tudo que for produzido, tudo que for estabelecido na Comissão é algo que a gente espera que seja permanente, que seja executado e que seja





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprido conforme toda essa contribuição que o Senador Wellington e todos os Senadores estão fazendo a partir da Comissão.

É basicamente esta a minha fala: o fomento da pecuária; o fortalecimento das secretarias municipais ou secretarias estaduais de meio ambiente ou de agronegócio e de turismo; e essa assistência e essa política para as comunidades pantaneiras.

Essa é a minha fala, Senador.

Obrigado pela oportunidade. Aqui eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu agradeço ao Rodrigo Piva.

E encaminho, agora, ao Eduardo Lunardelli, do Ministério do Meio Ambiente; com a palavra.

O SR. EDUARDO LUNARDELLI NOVAES (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Wellington Fagundes. Vou ser bastante breve.

É bastante notável e notório aí o conhecimento profundo das pessoas que aqui falaram; há muitas contribuições muito positivas. Eu queria destacar, em especial, a fala do representante do SOS Pantanal, Leonardo Pereira Gomes, que demonstrou profundo conhecimento técnico dos desafios que a gente está atravessando aí no Pantanal. Gostaria de resumir, em três pontos principais, aquilo que ele disse. O primeiro é um cuidado bastante profundo com a utilização de técnicas que são, há muito tempo, utilizadas, de maneira técnica e científica, e que são fundamentais para o controle daquilo que a gente pode chamar de combustível, a biomassa; isso é fundamental que seja considerado. Nós temos, evidentemente, uma pressão muito grande das pessoas, da grande maioria da população brasileira; 85% da população brasileira vive nas cidades, e a grande maioria dessas pessoas não conhece nem a realidade da Amazônia, nem do Pantanal. Portanto, eu destaco o conhecimento de pessoas, como ele, que colocaram posições técnicas com as quais nós concordamos.

O segundo item que ele mencionou – e eu gostaria de destacar também – é a importância do Decreto 14.273/15, do Mato Grosso do Sul, que traz instrumentos que têm sido, segundo nos consta, bastante eficazes na regulação do bioma Pantanal, no Estado do Mato Grosso do Sul.

E, por fim – e aqui eu faço uma referência não somente a ele, mas também o ao Cel. Ângelo Rabelo, do Instituto Homem Pantaneiro –, há a fundamental importância do pagamento por serviços ambientais. Como foi dito aqui, por volta de 90% do território é ocupado por propriedades privadas. São esses privados, acima de tudo, que produzem os serviços ambientais, que é aquilo que resume todos os benefícios da preservação do meio ambiente. Esses serviços ambientais são prestados para a humanidade, para a sociedade global. Existe muita demanda, fora do Brasil, por compra de créditos de carbono, por pagamento de serviços ambientais. É plenamente possível criarmos mecanismos de mercado para não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onerarmos o contribuinte, de forma que remuneremos as pessoas – e aí o próprio Estado brasileiro, que também é proprietário rural, vale dizer – pelos serviços ambientais que são prestados para a sociedade global.

Então, seria isso.

Agradeço, mais uma vez, e torço para que os trabalhos sejam muito bem-sucedidos e que possamos fazer frente aos enormes desafios que estamos enfrentando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos agradecer.

E convidamos o Leonardo Pereira Gomes, do SOS Pantanal. *(Pausa.)*

Está faltando o áudio. *(Pausa.)*

Leonardo, está faltando o áudio seu, aí.

Já deu.

O SR. LEONARDO PEREIRA GOMES (Para expor.) – Eu apertei ao mesmo tempo aqui o moderador.

Bom, em pontos breves, aqui, gostaria de esclarecer o ponto da compensação, acho que ficou talvez incompleto. Deixo claro que, sim, a lei é para ser cumprida, a gente não precisa remunerar quem cumpre a lei, mas eu me refiro à questão da adicionalidade. E, hoje, já existem instrumentos, por exemplo, no Mato Grosso do Sul, em relação a compensações, e é preciso tornar essa modelagem ecológica e econômica um pouco mais vantajosa para quem conserva áreas especialmente relevantes como as cabeceiras. Então, que o proprietário que precise fazer a compensação, pagar pela compensação tenha um incentivo para que ele faça isso ou faça num território de importante relevância ecológica. Então, um incentivo para que você estenda, por exemplo, a APP e com isso receba a remuneração pela compensação de um outro produtor, por exemplo. Enfim, a gente está à disposição para discutir mais tecnicamente isso.

No mais, quero reforçar alguns pontos que foram colocados, que o próprio Eduardo comentou e o Cel. Rabelo.

Acho que é muito importante a gente avançar na questão de pagamento de serviços ambientais. É preciso haver um orçamento previsto para isso, saber de onde vem esse dinheiro. Essa discussão vem avançando, mas não há de onde tirar. A gente precisa, de alguma forma, de alguma normativa para que a gente possa ter conversão de multa, conversão de outros fundos, como alguns colocaram aqui, e também de um orçamento previsto para prevenção e combate a incêndios. De novo, a gente precisa capilarizar essa estratégia. Os comandos de bombeiros de Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul sabem o que é necessário, precisariam ser ouvidos nesse sentido, sabem qual a mínima estrutura e quanto focal a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa ter num primeiro combate e na prevenção, na educação local, no âmbito dos Municípios: brigadas, voluntárias ou não, postos avançados, e por aí vai. Esse conhecimento já existe, a gente precisa equipar e suportar nossas forças aí do Corpo de Bombeiros e os demais que estão no combate.

E a participação local de novo para que os proprietários possam adaptar tudo o que está sendo comentado e dito aqui à realidade local – foi muito bem colocado por alguns representantes aqui; a própria Senadora Soraya comentou que cada proprietário sabe da sua realidade. Então, a gente precisa que esse debate ocorra no local, no Município, na unidade onde o pantaneiro, a pantaneira tiram seu sustento, conservam e produzem.

E quero saudar o excelente trabalho da Fazenda Pantaneira Sustentável. Acho que é um modelo referência. A produção já, muitas vezes, na maioria das vezes, é conciliada com a conservação e o respeito ao meio ambiente. Eu espero que a Fazenda Pantaneira Sustentável esteja fazendo uma ebulição das boas práticas e sistematizando isso para dar escala a essas boas práticas no estatuto do Pantanal. É um exemplo a ser seguido e incentivado.

No mais, quero agradecer o convite e me colocar à disposição, tanto para debates técnicos, como para a execução, para o campo. Estamos aqui a postos para apoiar e dialogar com todos os setores aí da sociedade pantaneira.

Então, agradeço ao Senador Wellington, ao Senador Nelsinho e a todos os outros representados aqui na figura de vocês.

Um abraço. Até breve.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não havendo ninguém mais inscrito, eu vou fazer aqui a minha fala final e depois chamar um vídeo do Pantanal para que a gente possa fazer o encerramento.

Eu quero agradecer a todos a participação nesta audiência e dizer mais uma vez que o estatuto do Pantanal vem conferir – e este é o seu objetivo – segurança jurídica, conciliadora para todos os aspectos protetivos e produtivos do bioma Pantanal.

Por isso, a todos que nos ouvem quero dizer que fizemos mais uma reunião para ouvir e colher informações de todos os segmentos da sociedade para elaborar o estatuto do Pantanal. Temos esse compromisso democrático com o povo pantaneiro e queremos que tudo o que ouvirmos e colhemos se reflita de corpo e alma no futuro estatuto do Pantanal.

Queremos que o futuro estatuto do Pantanal seja uma lei que pegue, uma lei que todos compreendam, respeitem e cumpram. Por isso, é preciso que os debates e as decisões sejam encaminhados de modo que o povo pantaneiro se reconheça no produto final. Um estatuto, uma lei com a cara, com a coragem e com a alma da gente do Pantanal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que essa tragédia e os prejuízos deste ano não se repitam nunca mais, todos nós precisamos cooperar e produzir uma regra clara, uma regra segura, uma regra nascida da união da sociedade pantaneira e, claro, com o reconhecimento de todo o Congresso Nacional. Duplo reconhecimento, porque algumas coisas que estamos a fazer devem mudar, e outras coisas que deixamos de fazer ou de que nos esquecemos de fazer devem virar hábitos no nosso dia a dia. O que não dá é ficarmos de braços cruzados, esperando os próximos incêndios, a próxima calamidade, vendo o futuro do Pantanal virar cinzas, a mata, as águas, os animais, os parques, os negócios, os empregos, as esperanças devastados para sempre.

Tudo nesta vida tem benefícios e custos. Os benefícios vêm quando a gente faz a coisa certa, na hora certa. Já o pior é o arrependimento por não fazermos o que poderíamos fazer, mas não fizemos, quando já era tarde demais para mudar.

O Pantanal tem tudo de bom: natureza, beleza, riqueza, grandeza, gente boa e trabalhadora, gente corajosa e talentosa. Só não é possível que não tenha futuro, seja pelo que for: por cegueira, por ganância, por comodismo, por indecisão, por medo ou por falta de solidariedade e também de colaboração. Se, por nossos erros ou por nossas omissões, o Pantanal perder o sagrado direito ao futuro que merece, ninguém irá nos perdoar. Nem o mundo, nem o Brasil, nem nossas famílias, nem as próximas gerações, nem nós mesmos.

Meus amigos e amigas, o Pantanal espera que cada um de nós cumpra com o nosso dever de amá-lo, cultivá-lo, protegê-lo. Só assim, hoje, amanhã e sempre, ele continuará sendo o lar da nossa fauna, da nossa flora, da nossa gente e das nossas melhores esperanças.

Enfim, para mim, o significado maior e verdadeiro do futuro estatuto do Pantanal é esse, e não um simples pedaço de papel timbrado, escrito com uma infinidade de palavras bonitas, mas que ninguém, às vezes, entende. E, sim, num mesmo teto, um debate no qual possamos cooperar, trabalhar e agir juntos na defesa desse maravilhoso patrimônio material, ambiental e sentimental que Deus nos deu na sua infinita generosidade e confiou à brava gente pantaneira de ontem, de hoje e de amanhã.

Ainda quero concluir dizendo que nós queremos oferecer, além do estatuto do Pantanal, um programa de desenvolvimento sustentável do Pantanal, um programa social, econômico, que possa permitir a conservação do nosso Pantanal e permitir também que a gente pantaneira seja valorizada, o ser humano que ali vive – e aí os nossos ribeirinhos, os nossos quilombolas, os nosso irmãos índios e também todos aqueles que investem no Pantanal, seja na compra de uma pequena área, de uma grande área, seja na construção de uma pousada, de um grande hotel, seja na criação até uma reserva, uma RPPN.

Que a gente esteja, acima de tudo, baseado na ciência, na pesquisa, na orientação correta, na sabedoria dos pantaneiros, sabedoria centenária, para que a gente possa não ser vesgo nem muito menos ouvir com pouca intensidade. Temos que ouvir muito e exatamente olhar com os olhos mais abertos possível, somando todos – aí eu entendo todas as instituições, todos os Poderes da Nação, o Governo Federal, os Governos estaduais e municipais, porque a população vive é na ponta, na base.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com isso, eu acredito muito, muito que, com a Embrapa, as universidades, os institutos como o Imea, os conselhos federais, seja de medicina veterinária, seja o Crea, enfim, todos os conselhos que representam essa possibilidade, possamos fazer uma conservação que possa realmente permitir que as futuras gerações se orgulhem do trabalho que estamos fazendo.

Faço mais um alerta final: a previsão meteorológica é para que, nos próximos quatro a cinco anos, tenhamos ainda uma situação de seca – talvez não tão intensa, mas uma seca – no nosso Pantanal, no nosso bioma. Então, nós temos que nos preparar daqui até lá, porque hoje falta água no Pantanal. Então, nós temos que ter investimento para fazer reserva de água, nós temos que ter investimentos para que a gente possa multiplicar, inclusive, a nossa fauna e a nossa flora com total experiência e, principalmente, embasamento jurídico.

Por isso, então, eu agradeço a todos que participaram. Tenho certeza, estou convicto de que, com o apoio da sociedade, da imprensa brasileira e até internacional, haveremos de buscar um caminho para tudo isso que estamos propondo.

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço e peço a Deus iluminação a todos nós e, principalmente, peço a parceria do nosso povo, do generoso povo brasileiro, para que possamos ter o Pantanal conservado e nos orgulhar e para que as nossas futuras gerações possam olhar e dizer que fizemos a nossa parte.

Grande abraço.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada mais esta reunião, convidando para a nossa próxima reunião, na sexta-feira, às 9h da manhã.

Muito obrigado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS INCÊNDIOS DETECTADOS NO BIOMA PANTANAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2020, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e dez minutos do dia nove de outubro de dois mil e vinte, no Reunião Remota, sob as Presidências dos Senadores Wellington Fagundes e Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal com a presença dos Senadores Simone Tebet, Soraya Thronicke, Carlos Fávaro e Esperidião Amin, e ainda do Senador não membro Izalci Lucas. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 21 , de 2020** que : "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir as ações de enfrentamento aos incêndios no bioma Pantanal com os seguintes convidados: Doutora Ana Carolina Naves Dias Barchet, Presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental do Conselho Federal da OAB; Doutor Leonardo Pio Silva Campos, Presidente da OAB/MT." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 22, de 2020** que : "Convida para audiência pública a Dra. Carla Sássi, Médica Veterinária do Grupo de resgate de animais em desastre - GRAD." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 23, de 2020** que : "Convida para audiência pública o Sr. Eduardo Araújo de Souza Leão, Diretor da Agência Nacional de Mineração." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº 24, de 2020** que : "Convida para audiência pública: 1. Senhor Normando Corral - Presidente do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária - IMEA; 2. Senhor Sérgio de Zen - Pesquisador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento Nº 25, de 2020** que : "Requer a inclusão de representante FAMATO - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - na Audiência Pública objeto do REQ 09/2020." **Autoria:** Sen. Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Minuta de Indicação** que : "Sugere ao Exmo. Sr. Presidente da República a ampliação do escopo do Conselho Nacional da Amazônia Legal para incluir a tutela do bioma Pantanal entre suas atribuições até o ano de 2025, no mínimo, em decorrência dos graves incêndios florestais que atingem a região e das previsões de estiagens para o próximo quinquênio." **Autoria:** Sen. Simone Tebet. **Resultado:** Aprovada a apresentação. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento Nº 26, de 2020** que : "Convida para Audiência Pública o sr. Roberto Simonetti Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública com a Ministra de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Participante:** Min. Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, Ministra da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **3ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realizar audiência pública para coleta de subsídios para elaboração do Estatuto do Pantanal. **Participantes:** Sr. Ademilson Esquivel, Representante da Associação Corumbaense das Empresas de Turismo - ACERT; Sra. Christiane Caetano Rodrigues, Supervisora do Polo Socioambiental Sesc Pantanal; Sr. Cláudio George Mendonça, Diretor Superintendente do SEBRAE/MS;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Livia Gaigher Bosio Campello, Prof^ª Dra. da Faculdade de Direito - FADIR/UFMS; Leticia Couto Garcia Ribeiro, Prof^ª Dra. do Instituto de Biociências - INBIO/UFMS; Sr. Nelson Vieira Fraga Filho, Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO; e Sr. Rodrigo Justus, Consultor de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/09>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento 2.187, de 2020, que tem por objetivo "acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal e seus desdobramentos, as providências para evitar novos focos de incêndios, a limpeza dos locais já atingidos, a proteção das populações diretamente atingidas, da economia, da fauna e da flora e a transparência das atividades coordenadas pela Operação Pantanal".

Esclareço que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo e que a ordem da fala será dada primeiro ao Relator; em seguida, aos titulares inscritos; depois aos suplentes; e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 6ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e indicação e à realização de audiência pública para coleta de subsídios para elaboração do estatuto do Pantanal.

Passamos inicialmente à leitura dos itens da pauta:

1ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 021, de 2020**

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir as ações de enfrentamento aos incêndios no bioma Pantanal com os seguintes convidados:

Doutora Ana Carolina Naves Dias Barchet, Presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental do Conselho Federal da OAB; Doutor Leonardo Pio Silva Campos, Presidente da OAB/MT.

Autoria: Senador Wellington Fagundes



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE**ITEM 2****REQUERIMENTO Nº 22, DE 2020**

Convida para audiência pública a Dra. Carla Sássi, Médica Veterinária do Grupo de Resgate de Animais em Desastre - GRAD.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

1ª PARTE**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 23, DE 2020**

Convida para audiência pública o Sr. Eduardo Araujo de Souza Leão, Diretor da Agência Nacional de Mineração.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

1ª PARTE**ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 24, DE 2020**

Convida para audiência pública:

1. Senhor Normando Corral - Presidente do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária - IMEA;

2. Senhor Sérgio De Zen - Pesquisador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

1ª PARTE



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2020

Requer a inclusão de representante FAMATO - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - na Audiência Pública objeto do REQ 09/2020.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Proposta de indicação: sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a ampliação do escopo do Conselho Nacional da Amazônia Legal para incluir a tutela do bioma Pantanal entre suas atribuições até o ano 2025, no mínimo, em decorrência dos graves incêndios florestais que atingem a região e das previsões de estiagem para o próximo quinquênio. Autoria: Senadora Simone Tebet.

Quero consultar agora os Senadores para saber se alguém deseja discutir os itens da pauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, passamos então à votação.

Proponho ao Plenário a votação em bloco de todos os itens da pauta. *(Pausa.)*

Havendo concordância dos membros, passemos à apreciação em bloco dos itens pautados.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os membros da Comissão não se manifestaram. Com isso, estão aprovados todos os itens da pauta.

A indicação será encaminhada à Presidência do Senado, para que se cumpram os trâmites do art. 226, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Dando início à audiência pública, informo que todos os que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

A audiência de hoje será dividida em duas partes. A primeira parte será dedicada exclusivamente à Ministra de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias.

Em seguida, realizaremos audiência com os demais convidados: Sr. Nelson Vieira Fraga Filho, Superintendente da Sudeco; Sr. Cláudio George Mendonça, Diretor Superintendente do Sebrae/MS; Sr. Rodrigo Justus, Consultor de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Dra. Livia Gaigher Bósio Campello, Profa. da Faculdade de Direito (Fadir/UFMS); a Dra. Letícia Couto Garcia Ribeiro, Profa. do Instituto de Biociências, Inbio/UFMS; o Sr. Ademilson Esquivel, representante da Associação Corumbaense das Empresas de Turismo (Acert); e ainda a Sra. Christiane Caetano Rodrigues, Supervisora do Polo Socioambiental do Sesc Pantanal.

Eu gostaria de saber se...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É a Senadora Simone.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A Senadora Simone com a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Eu peço desculpas. Eu tentei acionar aqui o meu áudio e não estava conseguindo. Estava bloqueado no momento da discussão dos requerimentos.

É apenas, antes de passar a palavra para a nossa queridíssima Ministra Tereza Cristina, que tenho o prazer de receber nesta Comissão, para que depois possamos não misturar as falas, para, em apenas um minuto, justificar a apresentação do nosso requerimento, na realidade para ele se transformar numa indicação do Senhor Presidente da República.

De forma muito objetiva, Sr. Presidente, eu não tenho dúvida dos frutos que serão colhidos por esta Comissão Temporária do Pantanal imediatamente após já o encerramento desta Comissão, seja pelo trabalho hercúleo de V. Exa., seja pela competência do nosso Relator, Senador Nelsinho Trad.

Acontece que, apesar de já podermos colher alguns frutos de imediato, a semeadura é lenta, exige paciência. Muito do que foi considerado e aprovado por esta Comissão no relatório do Senador Nelsinho há de passar pelo Plenário desta Casa e depois ainda pela Câmara dos Deputados. Requer, repito, tempo, seja na forma de estatuto ou não, sejam quais forem as medidas.

Por isso é que estou pedindo – e agradeço; e agora passa a ser um pedido da Comissão, portanto é nosso, Presidente – que o Senhor Presidente da República excepcionalmente, temporariamente possa incluir o bioma Pantanal no Conselho Nacional da Amazônia Legal. E as ações são muito simples. O Conselho Nacional da Amazônia Legal hoje é presidido pelo Vice-Presidente, que é egresso das Forças Armadas. É fundamental a autoridade do Vice-Presidente Mourão para poder acionar, no momento certo, no tempo certo, nos próximos pelo menos quatro anos, que serão quatro anos de muita estiagem no Pantanal e infelizmente de seca e queimada, todas as forças necessárias para nós prevenirmos e anteciparmos qualquer catástrofe ambiental no sentido de queimada.

Por isso é nesse sentido apenas que eu agradeço a V. Exa., agradeço à Comissão. Que nós possamos já, no nosso esforço concentrado da semana do dia 20, ter uma audiência com o Presidente da República, para entregarmos em mãos essa indicação, que – eu não tenho dúvida – será acolhida pelo Presidente, que conhece Mato Grosso do Sul, já serviu em Nioaque, portanto já serviu no Pantanal sul-mato-grossense.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu que agradeço à Senadora Simone Tebet e queria, inclusive, pedir a gentileza a V. Exa. de poder compartilhar a Presidência também com o Senador Nelsinho, porque vou, neste exato momento, participar aqui de uma consulta médica.

Então, queria agora conceder a palavra inicialmente à nossa Ministra, companheira Tereza Cristina, para que faça as suas considerações iniciais por dez minutos. Depois eu vou passar ao nosso Relator, para que ele também possa fazer uso da palavra, e posteriormente eu passarei a Presidência também ao nosso Relator, Nelsinho Trad. Por isso, eu peço aqui aos Senadores esse compartilhamento.

Ministra, eu poderia fazer o meu pronunciamento agora, mas vou deixar para fazer ao final da reunião, exatamente para que todos os palestrantes possam falar, porque o mais importante é que a gente possa ouvir a todos vocês. V. Exa., como mato-grossense, quando era único ainda, com toda a tradição da sua família, merece todo o nosso respeito, tem uma história muito grande no nosso irmão Mato Grosso do Sul, ou nosso filho Mato Grosso do Sul. Como não há questão de gênero, é nosso filho, nossa filha, não é? V. Exa., como competente Ministra, mas também grande política brasileira, sabe a responsabilidade que estamos vivendo neste momento, porque tanto em Mato Grosso como em Mato Grosso do Sul temos o bioma Pantanal, que é a maior área alagada do mundo, um bioma específico, com todas as suas especificidades. V. Exa. conhece bem e sabe o sofrimento da nossa gente pantaneira, os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas, todos aqueles que investem no Pantanal.

Mais uma vez registro aqui que 93%, mais de 90% do território pantaneiro são da iniciativa privada, e mais de 85% hoje ainda são totalmente conservados. Então, a iniciativa privada tem toda essa responsabilidade de manter esse bioma na sua conservação.

E hoje nós temos todos esses problemas na economia da região, visto que a pecuária é a principal economia regional, principalmente em Mato Grosso. A pecuária tem diminuído no Pantanal, enquanto no Estado de Mato Grosso tem aumentado, aumentou o rebanho bovino principalmente. Nós temos que ver o reaquecimento da economia do Pantanal mato-grossense – quando falo isso quero dizer Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Por isso, estamos aqui trabalhando para construir o estatuto do Pantanal, uma norma federal, com apoio do Governo Federal, para que a gente construa não só a legislação necessária para trazer segurança jurídica, mas outro objetivo também é criarmos um projeto de desenvolvimento sustentável do Pantanal, protetivo de toda a nossa população, principalmente daqueles mais sensíveis, que são os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas, mas também o pequeno proprietário, todos os proprietários que tiveram ali as suas propriedades queimadas e os investidores do turismo. Hoje vai se necessitar realmente de um grande projeto de desenvolvimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na estada em Corumbá, nós entregamos ao Ministro Salles o projeto BID Pantanal, que é um programa que infelizmente foi abandonado pelos governos passados, mas a gente pretende trabalhar em conjunto programas como esse e outros.

Por isso, quero aqui, com muito entusiasmo e com muita satisfação de ouvi-la, passar a palavra a nossa Ministra Tereza Cristina.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Wellington. É um prazer compartilhar com vocês desta reunião tão importante nesta Comissão para discutir o nosso Pantanal, o Pantanal que é dos mato-grossenses, do Sul e do Norte. Mais de 80% do Pantanal ficam no Mato Grosso do Sul. Eu como... Quando eu nasci era um Estado só, era um Estado uno. Então, eu sou mato-grossense e sul-mato-grossense.

Vivi no Pantanal. Eu posso dizer que sou uma mato-grossense pantaneira, porque passei a minha infância passando todas as minhas férias no Pantanal, na fazenda que era do meu avô, no Pantanal, ali na divisa do Estado do Mato Grosso com o Mato Grosso do Sul, à beira do Rio Correntes, e depois o Rio Taquari lá embaixo. Então, eu conheço muito o Pantanal e os diversos pantanais, porque nós não temos um só Pantanal; nós temos vários pantanais diferentes dentro deste bioma. Nós temos lá o Pantanal do Abobral, do Paiguás, de Poconé, do Rio Negro, enfim, nós temos uma diversidade dentro deste bioma.

O pantaneiro, o homem do Pantanal o preservou até hoje. Talvez... A nossa pecuária começou lá no passado, 200 anos atrás, no Pantanal. O Pantanal foi o celeiro, vamos dizer, da riqueza do nosso Estado lá no passado, com a pecuária extensiva, e, assim mesmo, nós chegamos hoje, em 2020, a um Pantanal com mais de oitenta e tantos por cento de preservação. E quem fez isso foi o homem pantaneiro, porque, como o Senador bem colocou, a Senadora Simone, o Senador Nelsinho, a Senadora Soraya, o Senador Carlos Fávaro, não sei quem mais – eu não estou conseguindo ver aqui todos que estão aqui participando –, o homem pantaneiro trouxe, até os dias de hoje, esse Pantanal conservado. Mas a gente tem que lembrar que o pantaneiro empobreceu.

Então, eu acho que este desastre que acontece neste ano... É um ano de muita seca. Eu vi no passado, quando eu era criança, meu pai abrindo tanque no Pantanal para que o gado pudesse tomar água. Vivemos uma seca, há quarenta e tantos anos, violenta, que me parece estar se repetindo agora em 2020.

Este incêndio que nós tivemos lá, de maneira devastadora neste ano, temos que achar as causas e atacá-las para resolver também os problemas. Eu tenho um pouco de medo de criarmos muitas medidas num momento difícil como este, porque depois as coisas, daqui a quatro anos, se estamos vivendo, se vamos viver um momento de seca, nós temos que ter ações para ajudar o Pantanal, para que no ano que vem nós possamos ter medidas preventivas de combate ao fogo. A gente aprendeu muito, acho que todos os Estados aprenderam muito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo uma coisa que às vezes as pessoas criticam, mas o boi ajuda, ele é o bombeiro do Pantanal, porque é ele que come aquela massa do capim – seja o capim nativo, seja o capim plantado, se feita a troca. É ele que come essa massa para não deixar que ocorra o que neste ano nós tivemos. Com a seca, a água do subsolo também baixou em seus níveis. Essa massa virou o quê? Um material altamente combustível, incendiário. Aconteceu um desastre porque nós tínhamos muita matéria orgânica seca, e, talvez, se nós tivéssemos um pouco mais de gado no Pantanal, teria sido um desastre até menor do que o que nós tivemos neste ano. Mas isso tem de servir como reflexão sobre o que é que nós temos de fazer.

Então, eu acho que nós precisamos, neste momento, acabar com os incêndios. Se Deus quiser, a chuva está prevista para este fim de semana. Isso deve colocar, vamos dizer, aquele desespero que os pantaneiros estão sofrendo... Mas nós temos que estar preparados para o que vem agora. Então, temos de ver como ajudar o homem pantaneiro a continuar produzindo nas suas terras e fazendo as medidas que... Eu acho que este grupo pode trazer uma grande contribuição para as medidas que nós faremos para prevenção, para que o homem que está no Pantanal continue a fazer o seu trabalho de preservação, mas também tenha como sobreviver com dignidade, com políticas públicas adequadas, com linhas de financiamento para que ele retome a sua atividade.

Eu estava vendo aqui... Nós temos aqui o FCO. Estou vendo que o Nelson Fraga Filho, da Sudeco, está neste painel.

Nelsinho, você é fundamental para que nós possamos reativar algumas linhas que já existem, Senadores, mas que estão sem recurso no FCO. Por exemplo, quanto à retenção de matrizes ou à compra de matrizes, eu acho que a gente precisa agora aproveitar este momento difícil para fazer um estudo sobre o rebanho do Pantanal e sobre como a gente pode ajudar. Quais são as atividades que nós podemos ter como alternativa para mostrar para os pantaneiros, para que eles tenham mais renda, para que eles tenham mais atividade não só na pecuária de corte?

Quero deixar aqui muito clara uma coisa: o Pantanal, hoje, apesar de precisar de ajuda, é o celeiro, é o berço da atividade de cria dos Estados, principalmente do Estado de Mato Grosso do Sul, e não deve ser diferente em Mato Grosso. Ali é que estão as matrizes, ali é que está o nascedouro da nossa atividade de cria no Estado de Mato Grosso do Sul.

A infraestrutura é muito importante. Nós vimos, neste momento de crise, com os incêndios, que, às vezes, você tem até o equipamento, mas você não consegue fazer com que ele chegue até o lugar onde nós estamos precisando. Então, é preciso pensar algumas bases de treinamento do homem do Pantanal, para que lá ele e seus funcionários também sejam brigadistas. Todo mundo deve estar preparado porque esses incêndios podem acontecer. Mas ele anda numa velocidade muito mais rápida porque, às vezes, nós temos muita dificuldade de utilizar os equipamentos. Por exemplo, há pista de pouso, mas como é que se abastece o avião, se não há combustível lá? Como é que se chega com o combustível, para ele estar lá estocado antes, sabendo que a época dos incêndios acontece a partir de agosto? Como é que a gente previne isso?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos bons exemplos no Mato Grosso do Sul, com essa área de incêndio. Nós temos lá o pessoal do eucalipto, que pode servir de modelo de conversa para nós. Não é a mesma situação, mas há ótimos exemplos para que a gente também possa ajudar.

Quanto ao Conselho da Amazônia, eu acho que essa é uma decisão que precisa ser amadurecida. Não vejo nenhum problema de ser inserido o Presidente da República, mas acho que essa conversa também precisa ser amadurecida, conversar lá com o Presidente do Conselho, com o Vice-Presidente Hamilton Mourão, e ver como isso pode ser encaixado ou não, enfim, as vantagens e as desvantagens de estar no Conselho da Amazônia.

Eu fico muito feliz, como sul-mato-grossense que sou, com as iniciativas dos Senadores que foram lá. Quero até me desculpar, porque eu gostaria muito de ter participado dessa visita que vocês fizeram lá no sábado passado, mas eu estava com o Nelsinho em Goiás, em uma agenda que já tinha sido transferida várias vezes, e não tive como cancelar. Mas o Ministério da Agricultura está à disposição, Senador Wellington, Senador Nelsinho, Senadora Simone, Senador Fávaro, que também é do Mato Grosso, Senadora Soraya, para que a gente possa dar todos os subsídios que vocês possam precisar para que vocês tenham uma política de apoio ao Pantanal para essa parte de acidentes ambientais, mas também uma política de desenvolvimento sustentável, moderna, bem colocada. Nós temos a Embrapa Pantanal lá em Corumbá, que nós precisamos reativar de maneira mais intensa.

Eu acho que nós temos muita coisa para discutir. Eu me coloco, pessoalmente, como sul-mato-grossense, produtora rural, como Ministra da Agricultura, Deputada Federal do Mato Grosso do Sul, à disposição de vocês para construir esse relatório que vai ser feito com encaminhamento de todas essas políticas públicas que eu imagino que serão muito interessantes. Isso mostra um apreço ao homem pantaneiro, que estava um pouco esquecido por todos nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu agradeço imensamente à Ministra. Ela está convidada para estar conosco acompanhando as palestras, mas sabemos também das suas atividades.

Antes de passar ao Senador Nelsinho Trad, eu gostaria de também compartilhar que, como todos sabem, esta Comissão foi criada com a finalidade de trabalhar para construir um futuro seguro para o nosso Pantanal, um futuro sustentável para esse bioma, que é fundamental para a humanidade.

Há muitos personagens envolvidos nessa tarefa de salvar o Pantanal das chamas, bem como de todos os outros incidentes, e colocar em prática, em forma de lei, um conjunto de regras e diretrizes para a convivência harmônica entre homens e a natureza.

São muitos, porém, permitam-me aqui alguns registros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E neste momento eu gostaria de fazer, com muita tristeza também, o primeiro deles, para lamentar o ocorrido ontem com uma equipe de militares da Força Nacional que atuava no combate aos incêndios florestais do Pantanal. O helicóptero que os transportava caiu na região de Porto Jofre, em Poconé, que é uma das áreas mais devastadas pelo fogo no nosso Estado de Mato Grosso. As três pessoas que estavam na aeronave, felizmente, foram resgatadas com vida. Estavam a bordo o Comandante Renato de Oliveira Souza, da Polícia Civil do Distrito Federal, o copiloto Luiz Fernando Berberick, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e o 2º Sargento Emerson Miranda Martins, da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Peço a todos orações para que esses homens possam se recuperar o mais rápido possível.

Mais que cumprir com suas missões, os que estão envolvidos diretamente no combate aos incêndios o fazem com grande determinação e muito esforço. E correm grandes riscos, como foi o caso desse acidente. É um desafio de vida para salvar esse que é um dos mais importantes santuários ecológicos do Planeta. Gostaria de cumprimentar todos porque estamos diante de homens e mulheres de muita fibra, muita honra e que adicionam amor ao que fazem por legítimo encantamento com esse nosso bioma. Falo isso porque é quase impossível não se emocionar, por exemplo, com o relato da Tenente Luisiana Guimarães Cavalcá publicado pela revista *Piauí*.

Após dias de muita ação comandando uma equipe de 14 homens, trabalhando para conter o fogo e evitar que a destruição chegasse à Serra do Amolar, a oficial curitibana do Corpo de Bombeiros do Paraná expressou este sentimento, que faço questão de reproduzir. Ela disse: "Realmente, senhoras e senhores, não é fácil administrar o sentimento diante do que estamos presenciando". Um quarto do bioma Pantanal já foi destruído pelos incêndios. Desde janeiro, quase 4 milhões de hectares de fauna e flora foram varridos pelo fogo. Segundo o Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em uma semana as chamas percorreram 516 mil hectares, em uma média diária de 73,7 mil hectares. Todavia, eu posso garantir a todos vocês: são mais que números; é uma cena de horror grandiosa.

Nesse sentido (*Falha no áudio.*) ... de seca e de chamas, quero aqui, como Senador, como mato-grossense e também como Presidente desta Comissão, dizer que estive várias vezes no Pantanal acompanhando o trabalho dessas equipes. E posso dizer que é uma verdadeira operação de guerra. Em verdade, os brigadistas, os militares e voluntários que estão fazendo esse trabalho, esse grande enfrentamento são verdadeiramente heróis.

Por isso, Senador Nelsinho, acrescento este agradecimento a outra mulher, a Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso, Jusciery Rodrigues Marques, Comandante da Operação Pantanal 2 e Comandante-Adjunta do Batalhão de Emergências Ambientais, que tem sido incansável nas ações e no planejamento das operações contra incêndios no Pantanal.

Em nome de todos os Senadores que compõem esta Comissão, quero aqui parabenizar a todos os brigadistas, a todos os voluntários, a todo o Corpo de Bombeiros, dizendo a todos indistintamente do nosso mais sincero e profundo agradecimento. Vocês são orgulho para o Brasil e para os seus familiares.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Nelsinho e gostaria já, Senador Nelsinho, de passar também a Presidência, para que V. Exa. conduza os trabalhos.

Quero aqui me desculpar com todos que nos assistem, principalmente com os companheiros da Comissão e os convidados, porque agora eu vou fazer uma consulta médica. Então, com isso, eu justifico aqui minha ausência, mas, com certeza, pela sabedoria, pela competência, pela experiência do Senador Nelsinho, os trabalhos serão muito mais bem conduzidos. Portanto, bom dia e bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todos!

Wellington, boa sorte! Espero que dê tudo certo na sua avaliação.

Vamos dar sequência de pronto ao trabalho.

A Ministra quer fazer alguma consideração?

A SRA. TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS – Nelsinho, quero.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Ministra Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS (Para expor.) – Primeiro, eu queria também aqui agradecer de maneira muito especial aos bombeiros de todos os Estados brasileiros que puderam ir para lá e às forças do Governo de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, enfim, a todos os voluntários, aos produtores que também ajudaram no combate a esse desastre, a esse acidente terrível que aconteceu no nosso Pantanal.

Também quero aqui agradecer o empenho do Ministro Ricardo Salles e do Ministro Rogério Marinho, os dois foram ágeis em todos os nossos pedidos: ao Ministro Rogério Marinho, na liberação de recursos para que pudessem chegar aos nossos Estados, recursos de maneira mais rápida e mais ágil para contratação de horas de avião, enfim, de todas as necessidades para ajudar no problema dos incêndios aí do Pantanal; e ao Ministro Ricardo Salles, que também, todas as vezes em que se dizia que se precisava de mais avião, de mais helicóptero, esteve sempre atento a nos atender nesses momentos difíceis por que nós passamos e ainda estamos passando com esse problema no nosso Pantanal. Não é fácil, porque foram muitos focos alastrados pelos diversos Pantaneais que nós temos, começando lá no Mato Grosso no norte, em Porto Jofre, em Poconé.

Enfim, é só dizer que nós temos que continuar juntos inspirados para trazer soluções, mas soluções que ajudem o homem pantaneiro, que ajudem para que essa natureza volte, na volta depois da chuva – muitas espécies vão demorar anos para voltar –, que ajudem a nossa fauna, que foi muito prejudicada, com a morte de muitos animais. Como disse a nossa Tenente-Coronel do Mato Grosso, foram cenas de horror que viveram por lá, mas juntos nós vamos construir políticas para que isso não volte a acontecer, se Deus quiser, com muita maturidade, muita seriedade e responsabilidade, todos juntos, para que, ano que vem, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa seca persistir no nosso Pantanal, tenhamos um ano em que não haja esse desastre, pelo menos do tamanho que foi este ano. Espero nunca mais ter!

Era isso que eu...

E, aqui no Ministério da Agricultura, quero colocar um ponto... *(Falha no áudio.)*

Eu gostaria de colocar à disposição, aqui no Ministério da Agricultura, o Wilson, na área de crédito, para a gente estudar políticas de crédito para o Pantanal, e o João Adrien, que cuida da parte ambiental de legislação, para que também possa fazer parte e ajudar no encaminhamento dessas ações desse relatório que será feito pelos Srs. Senadores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço à Ministra Tereza Cristina.

Quero apenas registrar realmente o apoio que a gente tem obtido do Governo Federal. Eu estive pessoalmente com o Ministro Salles, com a Ministra Tereza, com o Ministro Rogério Marinho, com o Vice-Presidente Mourão. Conversei também no Ministério do Turismo, que é um segmento que não pode ficar desguarnecido. Inclusive, hoje o Ademilson fará parte dessas conferências.

E vamos otimizar o nosso tempo. Já de pronto, apenas para os palestrantes ficarem cientes, é importante que se atenham ao tempo necessário de cada um, para que todos possam participar e para que no final possamos ter um juízo melhor dessa questão toda.

Primeiro, será o Nelsinho Fraga, da Sudeco; depois, o Cláudio Mendonça; depois, o Rodrigo Justus; depois, a Dra. Livia, da universidade federal; depois, o Ademilson Esquivel; depois, a Christiane Caetano. E é isso aí.

Vamos lá, de pronto, passar a palavra ao Sr. Nelson Fraga Filho, da Sudeco. *(Pausa.)*

Está aí o Nelsinho?

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO – Estou, sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A bola está com você, meu irmão. Toca aí.

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO (Para expor.) – Bom dia, Presidente, Senador Nelsinho Trad.

Em seu nome, eu queria cumprimentar todos os Senadores, agradecer a oportunidade de estar neste debate, cumprimentar a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, pelo trabalho que vem fazendo e dizer da importância do trabalho desta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ministra falou que o Pantanal é mato-grossense; eu costumo dizer que o Pantanal é do Brasil. Acho que é um cuidado que todos os brasileiros devem ter com esse patrimônio.

Preocupa-me muito algumas situações que a Ministra já colocou.

Eu estou consultando as instituições financeiras e as federações para que nós possamos avaliar o volume de crédito que foi concedido à região pantaneira, para avaliarmos os prejuízos causados, para vermos que tipo de ação, do ponto de vista dos fundos constitucionais, nós poderíamos adotar no sentido de conceder prazos para esses financiamentos, a exemplo do que fizemos no início da pandemia, para socorrer esses produtores neste momento que realmente é muito grave, e para já pensarmos também nas linhas de crédito para fazer a recuperação da atividade econômica, porque é muito importante trabalharmos nisso.

Agora, me preocupa um pouco a situação do Pantanal quanto às ações que foram feitas ao longo dos últimos 20 anos. A gente tem o Pantanal sendo considerado como Reserva da Biosfera pela ONU em outubro de 2000 e a gente sabe que é a terceira maior do mundo, com 264.176km². E os incêndios deste ano afetaram quase 26% dessa região. Então, tivemos um prejuízo muito grande em termos da biodiversidade que nós temos ali. Mesmo tendo sido considerado Reserva da Biosfera em 2000, foi criado um conselho. Dentro dessa proposta, a gente poderia trabalhar com diversas ações para fomentar a atividade produtiva do ponto de vista de indicação geográfica, do ponto de vista de benefícios por ser uma reserva. E, ao longo desses anos, quase nada ou nada foi feito.

O Senador Wellington citou a ação de recursos do Banco Mundial. Nós tivemos ali, logo no início, uma ação do BID junto com o banco japonês, que estaria disponibilizando US\$400 milhões, a serem disponibilizados em duas etapas: US\$168 milhões na primeira etapa, em 2002, e mais US\$232 milhões em 2006, para dar continuidade. Entretanto, nada disso caminhou.

Em 2017, a reserva estava correndo risco de perder esse título de Reserva da Biosfera, mas, graças à iniciativa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ela foi renovada. E eu acho que é uma oportunidade que nós temos, porque o mercado verde, a biodiversidade hoje está em alta. E nós precisamos trabalhar para poder alavancar a produtividade da região do Pantanal do ponto de vista da biodiversidade. A gente precisa remunerar o pantaneiro, remunerar quem conserva a área. E o serviço ambiental é fundamental para a gente fazer essa preservação.

A Ministra comentou muito bem que o Pantanal, com essa seca, que é a maior dos últimos 40 anos, tem um subsolo que também é um combustível. Então, o fogo anda também pelo subsolo e aparece em algumas frestas. Então, é difícil a gente prever a velocidade, o vento muda – isso tudo dificulta –, há falta de infraestrutura. Na época da seca, muitas vezes, o transporte, o trânsito é feito nos ribeirões que são secos, é assim que se chega. Então, nós precisamos pensar na infraestrutura, nós precisamos pensar em modelos de desenvolvimento sustentável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, diante de tudo o que aconteceu de 2020 para cá, é importante esse estatuto, mas eu acho que, dentro de tudo isso, falta uma gestão: alguém para poder executar ou secretariar as execuções dos programas de Governo. Lá em 2008, foi criado um comitê técnico na Casa Civil com todos os ministérios – Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Casa Civil, Ministério da Defesa. Fizeram diversos estudos para identificar inúmeras ações, e, mesmo com todos esses estudos levantados pelo comitê técnico, pouco se fez. Então, a gente precisa ter alguém para direcionar essas ações.

Eu, enquanto Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que é uma autarquia que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável, sendo que, dentro das competências da autarquia, está prevista a gestão dos recursos para o Centro-Oeste, gostaria de ajudar e me coloco à disposição para – assim como secretário as ações do Condel, tanto nos fundos constitucionais como nos fundos de desenvolvimento – secretariar e trabalhar com execução dessas ações de recuperação.

Segurança hídrica tem sido o norte do Ministério do Desenvolvimento Regional, e a recuperação de bacias tem sido um dos caminhos que nós temos buscado para ajudar a minimizar o problema da seca. Se nós começarmos a atuar numa recuperação das Bacias do Alto, do Médio e do Baixo Taquari, podemos evitar que... Que as áreas que normalmente estão inundadas permaneçam inundadas por mais tempo com a recuperação das bacias, minimizando o problema das queimadas. Então, a gente tem que concentrar os trabalhos também na recuperação de bacias para dar segurança hídrica e trabalhar no modelo de desenvolvimento sustentável, lembrando que a pecuária na região já está lá há mais de 200 anos. Como disse a Ministra, o pecuarista e o produtor pantaneiros conservaram mais de 83% do Pantanal ao longo desses anos. Então, eles são parceiros nesse processo. O que nós precisamos fazer é criar um modelo de desenvolvimento sustentável.

E esta Comissão é oportuna para que a gente possa fazer isto: pensar no modelo de desenvolvimento sustentável que agregue valor ao produto pantaneiro com indicação geográfica – viu, Ministra? Nós temos aí a biodiversidade, nós temos o selo da ONU e nós não estamos sabendo aproveitar isso para agregar valor e estimular o produtor do Pantanal a continuar produzindo com qualidade, conservando aquela região.

E nós temos também um trabalho seriíssimo pela frente para fazer, que é a recuperação das bacias. Nós precisamos nos concentrar nisso, porque nós temos os arrombados, nós temos o carregamento de dejetos para os rios. Por isso, uma seca desta natureza aumenta a área que não fica inundada. Então, a gente precisa trabalhar com isso e aproveitar todo modelo econômico hoje de economia verde para a gente criar um sistema de pagamento por serviços ambientais, a exemplo do que o Ministério do Meio Ambiente já está fazendo na Amazônia Legal. Acho que é muito importante isso, a gente tem que caminhar para esse trabalho.

Conforme já comentaram a Ministra e o Senador Nelsinho, o Ministro Rogério Marinho e o Ministro Ricardo Salles, representando o Presidente Bolsonaro, adotaram todas as medidas para ajudar no combate ao fogo. Já foram liberados recursos à Defesa Civil para suportar e apoiar as ações de combate ao incêndio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós continuamos atentos e queremos participar dessa discussão e colaborar nesse trabalho. Certamente, nesta Comissão, o trabalho da superintendência vai ser nas ações de desenvolvimento sustentável, na recuperação das Bacias do Alto, do Médio e do Baixo Taquari. Se possível, eu gostaria de dar uma sugestão, Senador Nelsinho, que é Relator: dentro desse estatuto do Pantanal, se for criada uma comissão, como foi criada da Reserva da Biosfera, que a superintendência pudesse ajudar na gestão das ações. Primeiro, é porque a lei complementar permite que a superintendência seja gestora das ações de todos os ministérios que estejam direcionadas ao Centro-Oeste. E a gente poderia, sim, ajudar nessa execução, na compilação das ações e na avaliação de todas as políticas para que elas possam ser concentradas e mais bem direcionadas dando eficiência e eficácia para a política pública. É importante isso. E eu acho que essa é a minha sugestão.

Nós vamos discutir, ao longo desse processo, o FCO como política pública na recuperação das dívidas e na adoção de política de crédito para fomentar a retomada da atividade econômica; nós vamos trabalhar na segurança hídrica, pensando na recuperação das bacias; e vamos trabalhar também na gestão de todas as ações, se assim for concedido à superintendência fazer isso.

Muito obrigado. Agradeço a oportunidade. A Sudeco está aqui à disposição para ajudar e colaborar naquilo que for possível, porque o Pantanal é um patrimônio nacional, é um patrimônio mundial e todos os brasileiros se preocupam com ele. O acidente que aconteceu mostrou que havia a Polícia Civil de Brasília, representante do Rio, representante do Paraná, todos esses ajudando no combate ao incêndio.

Obrigado pela oportunidade e um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Superintendente da Sudeco, Nelsinho Fraga.

De pronto, passo a palavra, por cinco minutos, ao Superintendente do Sebrae, Cláudio George Mendonça.

O SR. CLÁUDIO GEORGE MENDONÇA (Para expor.) – Um bom dia, Senador Nelsinho, Ministra Tereza Cristina, Senadora Simone, Senadora Soraya, em nome de quem quero cumprimentar a todos que participam aqui.

Quero falar que o nosso representante da Sudeco, o Superintendente da Sudeco, Nelsinho, já colocou bastante do que os S também podem fazer juntos. Eu estou aqui em nome do nosso Presidente do Sebrae Nacional, Carlos Melles, colocando o Sebrae Mato Grosso do Sul e Sebrae Mato Grosso para que, junto com as federações da indústria, do comércio, da agricultura aqui do nosso Estado, dos outros S, possamos construir um projeto, como disse o Nelsinho da Sudeco antes, de indicação geográfica, um projeto que leve os ribeirinhos a ter uma renda, que possam ter a sua sobrevivência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós podemos contribuir com os S, com toda *expertise* nossa, por exemplo, do Sebrae na linha de empreendedorismo, na linha de geração de riqueza, na linha de colocarmos lá, por exemplo, uma indicação geográfica do mel do Pantanal. Podemos colocar a questão também do selo orgânico para a carne, com o qual já trabalhamos lá no Pantanal também, já existe um trabalho em cima disso e pode ser intensificado. Temos aí outras ações dentro da biosfera do Pantanal. Nós já trabalhamos, por exemplo, com as pousadas, com o turismo. Há todo esse trabalho do turismo feito em Bonito e na região entrando mais para o Pantanal também, como as pousadas pantaneiras, com as quais há muitos anos já trabalhamos em conjunto.

Então, aqui, Senador Nelsinho, quero colocar em breves palavras, realmente, que os SEBRAEs, os outros S... E falo aqui o nome do nosso Presidente do Conselho do Sebrae, Sérgio Longhi, estive conversando com ele ontem, com o nosso Presidente da Federação da Agricultura, Maurício Saito, e estão todos apoiando: Senar, Sebrae, Senai. Todos podem apoiar este momento que aconteceu, que é uma catástrofe. Nós temos que entender que, se o fogo fosse um problema simples, os Estados Unidos, que é a maior potência do mundo, não deixariam queimar cidades como queimaram aí nessas catástrofes que acontecem também em outros lugares.

Então, nós queremos colocar que estamos aqui para ajudar a criar renda. E, como disse a Ministra Tereza Cristina, que bem conhece o Pantanal: é uma dificuldade do processo, o acesso a todo esse trabalho, o que também dificulta ao turista ir. Então, é importante também nós termos aí essa questão da infraestrutura, porque nós precisamos desses recursos, para que a gente possa, realmente, implementar o que o Código Florestal já coloca, com mais de 200 audiências no Brasil inteiro. Já há lá uma parte dedicada, temos o decreto estadual de Mato Grosso do Sul, bem restritivo às questões de desmata, de exploração no Pantanal, que são importantíssimas para a economia ser sustentável, para que nós possamos, nestes mais de 200 anos, continuar tendo renda para esses produtores, tendo renda para os ribeirinhos, tendo renda para os donos de pousadas.

Então, Presidente Nelsinho, eu quero colocar realmente o Sebrae e agradecer mais uma vez o seu convite para o Sebrae. E aí, o Sebrae, como um todo, falando aqui pelo nosso Sebrae em nível nacional, como um todo, para apoiar, com ações efetivas, que nós podemos trabalhar, para recuperar tanto a questão natural, mas principalmente a questão econômica, que o Sebrae pode, juntamente com os outros S, trabalhar para este homem pantaneiro, para essas pessoas que vivem, exploram e cuidam há tantos anos, vivem e convivem nesse Pantanal.

Então, eu quero aqui encerrar as minhas palavras, agradecendo mais uma vez e colocar que o Sebrae está junto, para criar atividades e fomentar atividades econômicas sustentáveis no Pantanal.

Muito obrigado, Senadores, parabéns aí, e que ilumine vocês nessas decisões, para ajudar o nosso País e ajudar o nosso Pantanal.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Superintendente do Sebrae e, mais uma vez, peço aos próximos oradores que se atenham ao tempo. O Cláudio, do Sebrae, sempre muito preciso nas suas intervenções.

Passo agora a palavra ao Sr. Rodrigo Justus, da CNA; cinco minutos.

O SR. RODRIGO JUSTUS (Para expor.) – Senador Nelsinho Trad, demais Senadores, Ministra Tereza Cristina, demais participantes, primeiramente, quero agradecer esta oportunidade de participar desta audiência.

Quero dizer que nós, da CNA, nos sentimos confortáveis de, numa discussão sobre o Pantanal, termos, nesta Comissão, os representantes dos Estados onde está o Pantanal, já que o Pantanal, no Brasil, se encontra em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, o que nos traz a certeza e a segurança de que tudo aquilo que se refere à realidade do Pantanal vai ser e está sendo considerado na construção das soluções para esses problemas que nós estamos passando aí. Existe toda uma comoção pública em relação ao Pantanal, a questão dos prejuízos à biodiversidade, a questão dos danos ocorridos na região, e também se fala dos produtores rurais. E, quando nós constatamos os dados, nós vemos que os produtores rurais detêm a grande maioria das áreas do Pantanal. Então, diretamente, são os maiores prejudicados. Ao mesmo tempo, vemos também muitas críticas, tendo em vista que a mídia faz, inclusive, relatos de alguns eventuais ilícitos, que estão sendo investigados, e existe certa penalização dos pantaneiros e certa crítica em relação às pessoas que vivem no Pantanal, talvez porque os que criticam não conhecerem o Pantanal e não entenderem a dificuldade da vida do pantaneiro e como são as questões econômicas por lá. Este grupo aqui pretende também verificar não só a questão do combate ao fogo, mas também de quais políticas de desenvolvimento nós precisamos para o Pantanal.

A Ministra bem falou que o Pantanal foi o celeiro da riqueza da pecuária no Brasil, num passado até um tanto recente, e que depois, com cheias, animais, secas e tudo mais, acabou que a economia pantaneira, tendo em vista a própria força que a natureza impõe, acabou sendo reduzida. Hoje o pantaneiro empobreceu e depende exclusivamente de turismo rural, de uma pecuária extensiva. Da forma como vive hoje, ele precisa ser socorrido para que essas tradições e a ocupação sustentável do Pantanal continuem.

Essa questão do incêndio é global, já foi falado aqui. Os próprios Estados Unidos não conseguem segurar, a maior nação do mundo não conseguiu segurar um incêndio na Califórnia; no Pantanal nós vivemos isso, Senador. E eu falo de cadeira, porque a minha família tem uma propriedade lá no Porto Jofre, e ela queimou integralmente; na verdade, de 22 mil hectares, queimaram 21,5 mil, e não queimou a sede, porque os brigadistas estavam lá e não deixaram queimar, nem a nossa propriedade nem as propriedades vizinhas.

Então, esse trabalho que está sendo realizado, esse esforço está sendo minimizado, muitas vezes, pela mídia, não reconhecendo o trabalho que o Governo vem fazendo, com as armas que possui, para tentar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurar esse incêndio que já estava previsto pela Nasa. Em dezembro e janeiro, já se mostrava que o Pantanal estava seco, enquanto, em todos os anos anteriores, o Pantanal estava lá, devidamente com a umidade, porque, nos meses entre outubro e março, nós temos o período de cheia no Pantanal.

Então, nós estamos, junto com a Famasul e a Famato, as federações, acompanhando toda essa discussão que se refere à questão de políticas e eventual legislação que tenha sido construída, lembrando que nós já temos legislação que regula e o Pantanal é extremamente restritivo, não se pode fazer agricultura, temos essa pecuária. E, dessa forma, nós entendemos que deve ser construído um plano de desenvolvimento do Pantanal e que nós nos programemos para eventuais novos ciclos de cheia, incêndios que teremos, conforme a previsão e os mecanismos tecnológicos que possuímos.

Então, Senador Nelsinho, nós estamos à disposição. Nós vamos acompanhando e ajudando na forma como for possível e iremos participar ativamente, inclusive, apresentando outras sugestões no decorrer do tempo desta Comissão.

Agradeço aqui essa atenção. Estaremos sempre disponíveis.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito obrigado, Roberto.

Eu estava atendendo a CNN, numa entrevista aqui, pelo telefone.

Com a palavra, Dra. Livia e Dra. Leticia; ambas são representantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Inclusive, hoje estive lá e trago aqui o abraço do Reitor Turine a todos, em especial ao Wellington Fagundes, nosso Presidente, que se formou em Veterinária em nossa universidade do Mato Grosso do Sul, por quem todos lá têm um carinho muito grande. Então, de pronto, passo a palavra para a Dra. Livia e para a Dra. Leticia.

A SRA. LÍVIA GAIGHER BÓCIO CAMPELLO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Sou Livia Gaigher Bósio Campello. Sou líder do grupo de pesquisa Direitos Humanos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Global da UFMS e também sou Coordenadora do programa de mestrado em Direito.

Gostaria de cumprimentar os Senadores Wellington Fagundes e Nelsinho Trad pela importante iniciativa do estatuto do Pantanal.

Quero também agradecer à UFMS pela oportunidade da indicação como representante da instituição e quero dizer, Senador, que a UFMS está à disposição desta Comissão para ajudar e contribuir nos trabalhos.

Gostaria de lembrar também a importância do Pantanal como zona úmida, como patrimônio nacional, da forma como foi consagrada pelo nosso texto constitucional. Então, é uma expressão patrimônio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que significa riqueza nacional, que faz com que, logicamente, o seu uso deva respeitar os interesses ecológicos e de preservação ambiental. É com isso que esse estatuto deve zelar, pela responsabilidade e obrigação do Poder Público nas três esferas, tanto no Legislativo, Executivo, como no próprio Judiciário, para que essa proteção do Pantanal seja realizada de maneira efetiva e seja mantido, então, o seu equilíbrio ecológico.

Acredito nesse estatuto como um importante marco jurídico que vai fortalecer essa missão constitucional. Representa uma estratégia nacional para a proteção dessas áreas de reconhecimento internacional, para que o Brasil cumpra com os seus objetivos firmados internacionalmente, implementando a gestão das reservas da biosfera, as normas da Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção de Ramsar, as mudanças climáticas, a Convenção sobre Espécies Migratórias. Enfim, todos esses instrumentos internacionais têm como fundamento o desenvolvimento sustentável e isso está disposto no objetivo principal na proposta do estatuto. Então, não podemos perder de vista que proteger o Pantanal significa conciliar a conservação da natureza com o uso econômico sustentável, que o bem-estar da população é isso, esse é o conceito chave que guia essa proposta desse estatuto, na forma também como está definido pelas convenções internacionais.

Agora, gostaria apenas de salientar uma questão que acho importante também considerar no estatuto que é o conhecimento sobre esses ecossistemas, sobre exatamente todas as funções ecológicas do Pantanal, e que esse conhecimento seja levado à população. Então, eu acredito que o estatuto deva destacar o estabelecimento de um programa abrangente de educação e conscientização sobre o Pantanal. Acredito que seria importante enfatizar nesse programa as funções econômicas, sociais e ambientais benéficas à sociedade com base em tecnologias inovadoras de cooperação entre os setores governamentais, não governamentais e o setor privado. A educação ambiental é fundamental para que consigamos alcançar realmente com efetividade a proteção desse bioma e cumprir a ordem constitucional e as convenções internacionais.

Muito obrigada.

A SRA. LETICIA COUTO GARCIA RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, o Exmo. Senador Nelsinho Trad, a Exma. Ministra Tereza Cristina, e agradeço também à universidade a oportunidade de estar aqui para apresentar esta visão do que pode ser melhorado.

O principal ponto que a gente acredita seriam os incentivos para proteção de uso sustentável desse bioma. Como a gente tem predominância de pastos nativos em baixa lotação, incentivos como rotas de reserva ambiental, pagamentos por serviços ambientais, isenção de impostos, selos orgânicos seriam essenciais para incentivar, então, essa pecuária de baixo impacto, que é o diferencial do Pantanal, porque isso gera um produto agregado que é um produto único no mercado. E a gente tem uma imensa diversidade biológica nesses pastos nativos; então, o incentivo para que não ocorra o avanço da monocultura da braquiária seria superinteressante para a gente ter esse diferencial no Pantanal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do fogo. O fogo precede a chegada dos homens ao Pantanal. Então, o Pantanal é um ambiente adaptado ao fogo. Esse manejo integrado do fogo que foi incorporado a esse projeto de lei é superinteressante, mas que fique claro que não se foque também somente no combate, mas, sim, que haja um aumento da disponibilidade de brigadas permanentes ao longo do ano. Que o manejo de fogo seja integrado de forma a se planejar de acordo com o combustível de cada fazenda, e que esse fogo seja permitido, mas de uma forma racional, com o uso do manejo integrado do fogo.

A gente mostra aqui, neste exemplo, como está ocorrendo a conversão do Pantanal, principalmente na planície. Nos estudos que estivemos desenvolvendo aqui, na universidade, notamos que está ocorrendo o chamado arco do desmatamento no Pantanal, em que há uma projeção de perda de 14 mil quilômetros quadrados até 2050. Então, aqui, nesta imagem, vocês veem, podem assistir às informações diárias com o desmatamento ilegal. Isso está avançando do planalto para a planície, então, é relevante que, dentro desse projeto de lei, seja incorporada a unidade de gestão da Bacia do Alto Paraguai, porque a gente sabe que todo sedimento que existe no planalto vai ser carreado para a planície. Se existe uma falta de cobertura vegetal no planalto, isso vai chegar até a planície. Então, é necessária essa proteção legal de forma conjunta com a unidade de gestão da Bacia do Alto Paraguai.

Neste outro estudo que publicamos este ano, a gente mensurou que existe atualmente um custo de recuperação do solo, até 2050, de 58 milhões por ano. Se a gente aumentar o nível de proteção de vegetação, por exemplo, aumentando o nível de proteção de reserva legal, a gente poderia economizar até 4 bilhões por ano.

A delimitação da Bacia do Alto Paraguai é super-relevante que seja incluída nesse projeto de lei para conservar, preservar e restaurar essas cabeceiras, evitando a degradação e a perda de solo. E outro ponto relevante é a inclusão da palavra "restauração" nesse projeto de lei, porque a gente, atualmente, tem um débito legal de APPs e reservas legais no Pantanal de 50 mil hectares, a gente tem o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, e é necessário a gente cumprir esses acordos internacionais que a Profa. Livia acabou de mencionar.

Então, existem tecnologias, em que nós temos trabalhado aqui na universidade, de possibilidade de restauração desse bioma. Inclusive, uma possibilidade interessante seria o aumento da conservação e restauração das nascentes, inclusive nas cabeceiras, e que isso seja planejado de forma espacialmente definida, com áreas prioritárias para restauração e para conservação. Isso deve estar inserido dentro da lei, assim como o aumento da conservação e restauração dessas nascentes.

Outro mecanismo interessante de compensação que existe são as cotas de reserva ambiental. Então, essas cotas poderiam ser inseridas – a compensação entre planalto e planície. Por quê? Com mecanismos de equivalência e custo para ter ganho líquido para compensação em maior extensão na planície e servir de incentivo aos pantaneiros, ou seja, os pantaneiros poderiam vender em maior extensão de área e ter um ganho, então, de maior lucro. Esses dados a gente também apresentou junto à Embrapa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão que é relevante a gente discutir seria a questão da extensão da reserva legal. A gente tem atualmente que a reserva legal é definida de acordo com os critérios estaduais ou da Lei 12.651, de 2012. Então, como outros biomas, por exemplo, a Amazônia tem a previsão de 80% de reserva legal, e a Mata Atlântica tem a lei da Mata Atlântica, que preserva 100% das vegetações em estágio avançado primário, então também uma cota única geográfica dentro desse limite da Bacia do Alto Paraguai seria interessante para a gente evitar toda essa perda de solo, essa questão de conversão que está ocorrendo nesse chamado arco do desmatamento.

Então, essas são as minhas palavras.

Agradeço a oportunidade e passo a palavra ao próximo expositor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado às duas professoras pelas brilhantes apresentações, Dra. Livia e Dra. Letícia.

Agora vamos ouvir o Sr. Ademilson Esquivel, da Associação Corumbaense das Empresas Regionais de Turismo.

Está aí presente o Ademilson? *(Pausa.)*

O Adelmilson está presente.

Não o estou escutando, Ademilson.

O SR. ADEMILSON ESQUIVEL – Está me escutando agora?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agora sim. Perfeitamente.

Seu tempo está pronto. Pode ir.

O SR. ADEMILSON ESQUIVEL (Para expor.) – O.k.

Nelsinho, primeiro, quero lhe agradecer pela oportunidade de estar falando e dizer que estou muito feliz de poder falar para as pessoas que podem, de repente, ter uma atitude. E muito triste, porque eu participei da última audiência, aqui em Corumbá, como plateia, e deu para entender que existem várias pessoas que foram impactadas com as queimadas.

E, com muito poucas palavras, as pessoas entenderam que a gente tem turismo dentro do Pantanal. Então, eu vou ser bem específico aqui. Fala-se muito... *(Falha no áudio.)*

Então, a gente está aqui agonizando também com isso... *(Falha no áudio.)*

Vocês estão me escutando bem ou não? Vocês estão me escutando bem agora? *(Falha no áudio.)*

... a atividade de pecuária, a agropecuária não é a única impactada dentro desse *(Falha no áudio.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

... a Ministra Tereza Cristina falou de reativação de linha de crédito acho que de matrizes, mas eu queria dizer que a nossa situação aqui é a seguinte: o único (*Falha no áudio.*)

... produzido não contempla a gente. (*Falha no áudio.*)

Alô! Está muito... Vocês estão me escutando aí? Dá só um o.k. aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vou sugerir que você feche o seu vídeo e deixe só o áudio, porque o sinal aí em Corumbá, às vezes, é muito difícil.

Fale agora. Vamos ver.

O SR. ADEMILSON ESQUIVEL – Vocês estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Estamos escutando bem. Pode dar sequência.

O SR. ADEMILSON ESQUIVEL – O.k. Então vamos lá.

Na verdade, é assim... Eu só queria deixar clara a situação: a pecuária não é a única atividade que foi impactada com o fogo aqui. Eu queria só deixar claro isso. Dentro do próprio estatuto que está sendo proposto pelo Senador Wellington, nós temos aqui dois pontos bem específicos: em um ele fala de "fortalecimento das políticas públicas para a pesca e a aquicultura sustentáveis" – ponto; em outro, "desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, com ênfase nas atividades de base comunitária". Então, eu acho que a gente tem como agregar muito mais valor aí, porque, dentro do Pantanal, além da pecuária, existe o turismo, que emprega muito, que gera muita renda, que também está agonizando com esse fogo.

É como eu falei no começo, e não sei se me fiz ouvir, eu estou muito feliz por poder estar falando, mas muito triste porque, em todas as falas, de todo mundo que falou, se fala muito da pecuária, da... Não que não seja importante; sim, é muito importante, mas nós do turismo daqui estamos agonizando. Nós estamos agonizando porque não temos como operar e não há linha de crédito específica para isso.

A própria Ministra falou de reativação de linha de crédito do FCO, se muito não me engano, para comprar matrizes, mas nós tínhamos que ter uma linha de financiamento de FCO para capital de giro no turismo, porque o que acontece é o seguinte – vou tentar deixar o mais claro possível porque o tempo é curto: todo mundo que tinha operação em 2020 teve que passar para 2021 com o preço de 2020, mas vamos operar em 2021 com muita dificuldade. Então, o turismo, além deste ano, vai sofrer, por dois ou três anos aí, um impacto muito grande disso que está acontecendo.

As linhas de crédito são muito interessantes... Hoje o Fungetur, aqui na situação de Mato Grosso do Sul, tem uma linha de crédito, mas existem bancos de fomento, por exemplo, no Mato Grosso, no Paraná; aqui só é operado pela Caixa Econômica. Então, é praticamente impossível a gente chegar lá.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A linha do Pronampe que foi liberada tem especificidades lá embaixo que dizem que você tem a obrigatoriedade de manter o mesmo número de funcionários, e eles não dão a importância à sazonalidade, à alta e à baixa. Nós estamos entrando aqui no turismo de pesca agora na época da piracema, só temos mais 20 vinte dias e nós vamos ficar mais quatro meses parados. Está todo mundo agonizando.

O Nelson Fraga, da Sudeco, comentou sobre crédito agropecuário. Então, eu acho que... Eu só queria me fazer ouvir nesta Comissão para dizer que a gente tem turismo, e há muita gente que depende do turismo diretamente. Nós, particularmente, trabalhamos com o turismo de pesca. Eu vejo muita preocupação... No turismo de pesca, nós temos uma visão que as pessoas têm de mudar. O nosso turismo de pesca é sustentável. Nós estamos falando de pesca esportiva, nós estamos falando de pesca sem levar peixe, nós estamos falando de pesca com a consciência ambiental que vem mudando nesses 20 anos aqui. Só a nossa associação tem 35 anos. Podemos falar com muita bagagem aqui sobre o Pantanal e, com muita bagagem, a gente pode falar o seguinte: o turismo de pesca esportiva é, sim, sustentável e tem uma preocupação ecológica muito grande. A gente queria ser incluído...

Mais uma vez vou agradecer por estar sendo ouvido aqui, mas a gente queria ser incluído nessa pauta aí.

Nelsinho, é só isso. Eu acho que as considerações que têm de ser mandadas para o estatuto do Pantanal... Como foi dito, a gente vai fazer algumas considerações, porque a gente acha que, se no plano todo, há duas únicas linhas falando de turismo, isso é muito pouco para uma atividade tão importante dentro desse bioma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao Ademilson Esquivel.

Eu gostaria aqui, Ademilson, na presença de todos, de lhe pedir desculpas por não o ter inserido na discussão quando a gente esteve em Corumbá. Foi uma falha da gente, minha e do Presidente Wellington. A gente resolveu inseri-lo nesta discussão, porque realmente a questão do turismo é uma indústria que não polui, que preserva, que conscientiza e que, com certeza, terá no meu relatório um espaço muito especial. Então, peço desculpas na frente de todos por não ter lhe dado oportunidade de se manifestar lá, o que acabou fazendo agora.

De pronto, passo a palavra para a Christiane Rodrigues, do Sesc Pantanal.

Está aí a Christiane?

A SRA. CHRISTIANE CAETANO RODRIGUES – Sim. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito bem. Pode seguir.

A SRA. CHRISTIANE CAETANO RODRIGUES (Para expor.) – Bom dia a todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço um agradecimento pela oportunidade de estar aqui ao Senador Nelsinho e ao Senador Wellington.

Sra. Ministra Tereza Cristina, é uma grande oportunidade a gente estar podendo neste momento participar desta discussão.

O Sesc possui, no Pantanal, na área de *(Falha no áudio.)* ... há 23 anos, onde a gente conjuga o trabalho de conservação da biodiversidade, a educação ambiental, o turismo responsável e o trabalho de ação social.

A gente entende que é um bom exemplo e a gente coloca o Sesc à disposição para colaborar nesta Comissão com todos os estudos na iniciativa da possibilidade do desenvolvimento sustentável no Pantanal, onde é possível a convivência de forma harmoniosa entre todos os atores locais.

A gente tem um trabalho, ao longo desses 23 anos, muito pautado na pesquisa. O Sesc tem uma RPPN – como todos sabem, a RPPN Sesc Pantanal –, que são 108 mil hectares, é a Reserva da Biosfera, o Sítio Ramsar. Nesses 23 anos, o Sesc teve um grande investimento em pesquisas, das mais diversas – fauna, flora, água –, com as populações também do entorno dessa área. A gente tem um grande grupo de dados que entendemos que, neste momento, em que estão se fazendo várias discussões, principalmente após o fogo, pode ser muito útil, porque a gente consegue ter um recorte de 23 anos do Pantanal e esse conhecimento pode ajudar nas comparações com o que está acontecendo neste momento.

O Sesc teve uma área muito grande dessa reserva consumida pelo fogo *(Falha no áudio.)* ... fogo articulante aos incêndios florestais. A gente tem uma brigada, com cerca de 40 homens, mas a gente teve uma área grande consumida, porque o fogo, neste ano, como todos sabem, foi muito impactante, muito forte e inesperado, e a gente não conseguiu ter o sucesso dos anos anteriores. A gente dispõe de equipamentos e também disponibiliza esse conhecimento.

A gente entende que a parceria público-privada é fundamental. Como a gente fez neste ano? O Sesc abrigou – e está abrigando ainda – a base da Operação Pantanal 2. Ela foi instalada dentro de uma área que o Sesc tem no parque, que fica ao lado da RPPN e ao lado do hotel, que é o Parque Sesc Baía das Pedras, onde a gente tem um aeródromo, que está sendo a principal pista de uso das aeronaves. A gente também está hospedando e fornecendo alimentação até o momento para mais de 700 homens que têm combatido os incêndios de forma conjunta. E isso também é muito importante. O Corpo de Bombeiros, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, o ICMBio, o Ibama, a iniciativa privada, os produtores rurais... Então, a gente vê que é um diferencial, neste ano, estarem todos juntos. E as oportunidades que vêm a partir disso para a gente discutir os próximos anos, que sabemos que vão ser severos, sabemos que não é situacional, não é deste momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma relação bastante ampliada. O Sesc tem muita área que fica nas cabeceiras do Rio Cuiabá, que é um parque de conservação – não é uma RPPN, mas é um parque de conversão. Entendemos a importância de conservação e cuidado dessas nascentes.

Então, todo esse conhecimento do Sesc a gente coloca à disposição para colaborar. O Sesc está disposto com suas equipes, seus técnicos e seu conhecimento para colaborar com a Comissão e com todo esse trabalho que está sendo desenvolvido a partir de agora.

Agradeço a oportunidade de estar aqui apresentando um pouco desse trabalho, desse conhecimento que o Sesc estabeleceu durante esses 23 anos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado, Sra. Christiane Rodrigues, do Sesc Pantanal.

A Senadora Simone está por aí? *(Pausa.)*

Ministra Tereza, quer fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Com a palavra a Ministra Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS (Para expor.) – Um segundo, Senador Nelsinho, só para complementar o que o Ademilson Esquivel, lá de Corumbá, colocou.

Realmente o turismo é muito importante. Acho que nós tínhamos que incluir alguém da área, do Ministério do Turismo, para nos ajudar nessas políticas públicas. A Sudeco tem linhas, e a gente pode pensar algo maior. Esse setor vem sofrendo muito com a Covid-19, porque houve a paralisação, e agora com esse grande acidente no Pantanal. Enfim, eles vão ter mesmo muito mais problemas. É um setor que emprega, é muito importante. E nós colocamos aqui: o Ministério da Agricultura assinou, na semana passada, um convênio com o Ministério do Turismo para promover o turismo rural. Não é da minha pasta, mas eu me coloco à disposição e sei da importância do turismo no Pantanal para o homem pantaneiro, enfim, para todos aqueles que estão envolvidos nessa cadeia, nessa indústria tão importante que é o turismo. Era só para fazer essa complementação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado, Ministra Tereza Cristina.

A Senadora Simone não está.

A Senadora Soraya está aí? *(Pausa.)*

Quer fazer uso da palavra?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, Senador. Eu estou com dificuldade na internet, mas eu quero sim. Vou fazer sem a imagem, porque está oscilando muito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O.k. Pode falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Eu quero agradecer a presença do Ademilson e, é lógico, da nossa Ministra, do Nelsinho, do Cláudio e dos demais que se fizeram presentes hoje. Foi muito importante esta reunião, estou acompanhando aqui atentamente.

Quero destacar realmente a questão do turismo – eu senti falta e acredito que tenhamos feito um requerimento também para ouvi-los. A gente sabe o tanto que está difícil para eles.

Quero fazer um pedido para a Ministra Tereza Cristina, embora, como ela disse, não seja da sua pasta. Ministra, nós temos anualmente o Plano Safra, aquele incentivo para o produtor rural, e estamos aumentando sempre o âmbito desse plano, que agora envolveu a piscicultura e a agricultura familiar; expandiu-se bastante o Plano Safra na sua gestão. Nós precisamos de um plano de incentivo para comércio, indústria e a área de serviços, e agora relativamente ao turismo, mas não temos um plano específico anual.

É algo que é importante que nós possamos pensar juntos, o Legislativo e o Executivo, para que a gente consiga trazer para o empreendedor dessas áreas um incentivo anual, algo que possa realmente alavancar cada vez mais, principalmente no nosso Estado, em que nós já temos o agronegócio bastante fortalecido. Falta muito ainda para chegarmos ao ideal, mas não podemos esquecer das outras atividades, inclusive a questão do turismo, que é uma indústria limpa, é uma indústria divina.

Eu já estive no barco do Ademilson e da Joice e, na pessoa deles, quero cumprimentar todos aqueles que estão sofrendo nesse ramo.

Quero lembrar que não temos mais nenhuma linha aérea operando, nem de uma forma mínima e inteligente, em Corumbá. Para ir de Corumbá a Campo Grande, você precisa ir até Campinas. Precisamos, nós todos, a nossa bancada, junto com a Ministra, trabalhar nesse sentido para fortalecer o nosso Pantanal, fortalecer o nosso Estado cada vez mais.

Então, é isto que eu queria dizer, hoje, relativamente ao turismo: consigam uma linha de crédito decente e facilidade, porque o que eu tenho ouvido em relação a Pronampe e a outros programas é a dificuldade em conseguir esse crédito quando chega à linha de frente, ali na mesa do gerente do banco.

Principalmente agora no tempo de eleição, a gente vê que todos estão trabalhando mais, reforçaram o seu efetivo, como é o caso do TRE, que traz decisões judiciais de uma forma tão célere, que chegou a me impressionar. Diariamente, qualquer hora, é domingo, é meia-noite, estamos recebendo as decisões judiciais. A gente vê que há uma força-tarefa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu quero pedir aos bancos, Banco do Brasil, Caixa, uma força-tarefa, um empenho para que atenda aos nossos empreendedores. Na questão de abertura de contas de candidaturas, está muito atrasado. Então, é uma segunda reclamação que eu coloco aqui, para sensibilizar os nossos bancos. Um é completamente público e o outro é de economia mista. Precisamos nos fortalecer, porque esses bancos existem para nos servir. E o Legislativo tem liberado montantes vultosos para o empreendedorismo, mas nós não estamos tendo condições. Na hora em que chega à linha de frente, eu já me pronunciei várias vezes sobre isso, enfim, eu já vi colegas também se pronunciando... Nós precisamos levar esse socorro. E, olhem, já está atrasado esse socorro.

Grande abraço. Muito obrigada, Senador Wellington, Senador Nelsinho, que está aí agora na Presidência. E agradeço imensamente por ouvi-los. Dói no nosso coração ter que trabalhar em cima de uma tragédia tão grande.

Um grande abraço para todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado, Senadora Soraya.

Agora nós temos algum outro Senador aí? *(Pausa.)*

Na minha tela, está só a Soraya aparecendo. *(Pausa.)*

Não, não é?

Alguém quer fazer mais alguma consideração? *(Pausa.)*

A SRA. LETÍCIA COUTO GARCIA LET – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não, professora.

A SRA. LETÍCIA COUTO GARCIA LET (Para expor.) – É um comentário sobre a questão de a gente estar sempre disponível, a ciência, porque esse é o nosso papel. Então, a gente tem tentado fazer as pesquisas aplicadas para responder a essas questões, para auxiliar nas políticas públicas. Então, quero demonstrar essa nossa disponibilidade em discutir o projeto de lei, o estatuto. A gente vai enviar, por meio da universidade, um documento com sugestões de alterações em alguns incisos ou inclusões baseadas nesses estudos que a gente tem desenvolvido.

Agradeço, em nome da universidade, essa oportunidade. E nos coloco sempre à disposição para auxiliar nessa questão das políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Será de grande valia a contribuição de vocês. Hoje mesmo, no café da manhã que eu tive com o reitor, fiz um comentário em relação a isso.

Esse relatório tem de ser construído com a participação de muitos integrantes que fizeram parte destes debates, e, entre eles, estão vocês da universidade federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que o Senador Esperidião Amin entrou aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou tentando, não é?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com certeza, fique à vontade!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu quero dizer que fiquei muito contente com o que eu ouvi. Fiquei animado, não contente, não é? Ninguém pode ficar contente nesta situação em que nós estamos vivendo. Mas fiquei muito animado com a presença da nossa Ministra, nossa querida Tereza Cristina, que já foi homenageada aqui em Santo Amaro da Imperatriz com um produto de primeiríssima qualidade oriundo de um alambique, um produto de muito boa qualidade. Sua presença é sempre motivo de alegria para nós porque é o testemunho do grande trabalho de uma mulher valorosa, que é da região, que é da nossa região alvo das nossas atenções aqui.

Quero cumprimentar a Senadora Soraya, que eu vejo; a Senadora Simone, que participou; o Wellington, com quem conversei longamente ontem; e todos os participantes deste encontro.

Eu queria fazer só dois comentários muito rápidos. Quero justificar a vocês que estão participando da reunião e à própria Ministra que estou aqui participando, Ministra, na condição de evitar remorsos. Você sabe que o remorso é a energia mais importante da humanidade, porque o remorso faz você fazer coisas que não faria se não sentisse remorso. E eu, como brasileiro, sinto remorso e, por isso, acho que nós temos de fazer mais, especialmente pelo Pantanal, mas pelos nossos biomas. Ontem ainda, divulguei um relatório relacionado aos nossos biomas brasileiros nos *sites* dos nossos Senadores para reflexão e avaliação. Então, fiquei muito satisfeito porque ouvi aqui a contribuição da academia, ou seja, dos que pensam, dos que projetam e dos que podem nos trazer inovações.

Eu quero compartilhar aqui, especialmente com as professoras, que fiquei com saudade de mim mesmo, porque, há dez anos, eu defendi uma tese de doutorado, no Programa de Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina, onde eu sou professor, versando sobre gestão pública por indicadores de sustentabilidade e utilização de observatórios urbanos. É um trabalho ousado, não é? Consegui, com alguma dificuldade, concluir e defender a tese publicamente, como toda universidade federal cuida. Isso aconteceu há quase dez anos, exatamente no dia 10 de novembro de 2010.

Eu queria aqui separar duas coisas. Primeiro, quero me dirigir à Ministra. Eu tenho cobrado – aproveitei esta Comissão para cobrar – que os órgãos centrais do Sisnama desenvolvam o que eu coloquei – essa emenda foi negociada por mim com o Aldo Rebelo – no art. 73 do Código Florestal, que são os indicadores de sustentabilidade. E isso não foi adotado ainda. O Código Florestal vai fazer sete anos, quase oito anos, e ainda não temos... Tenho insistido com o Senador Nelsinho Trad, meu querido amigo, que nós coloquemos no estatuto do Pantanal, e também introduzamos a utilização, como instrumentos de gestão e de gerenciamento, indicadores de sustentabilidade. Isso pode colocar o Brasil numa posição acima daquela



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que outras nações que nos cobram – nos cobram comercialmente, inclusive – não têm. Eles não têm isso. Se nós começarmos a adotar, se nós fizermos uma série histórica, se essa série histórica tiver univocidade, ou seja, clareza no conceito do indicador, se tivermos uma evolução ou mesmo uma deterioração, nós estaremos dando um exemplo para o mundo, se nós adotarmos os indicadores e formos zelando pela sua credibilidade, enfim, pelos 14 requisitos que os indicadores devem ter.

Queria compartilhar isso com o meio acadêmico. Art. 73 do Código Florestal. Por isso que eu pedi a inclusão na audiência anterior – viu, Ministra? – do nosso Valdir Colatto, que é o responsável pela área florestal do ministério. Foi nosso colega no Parlamento, seu e meu. É uma pessoa de outro partido, não há nenhuma questão partidária nisso, mas ele é uma pessoa muito focada na questão do desenvolvimento da nossa agroindústria, do nosso setor agropecuário, com noções de sustentabilidade.

O segundo ponto – e aí eu volto a apelar ao nosso Senador Nelsinho Trad, que é o Relator da nossa Comissão: eu acho que é muito importante que o estatuto – vamos chamar assim – do Pantanal traga inovações em matéria gerencial, não só essa que eu mencionei. Com a contribuição da academia, nós podemos definitivamente dizer que o Brasil não é réu. O Brasil é e pode ser um exemplo cada vez melhor. É nesse sentido que eu quero contribuir. Conheço o Pantanal há 40 anos. Não sou da região, mas tenho colegas de ginásio, de científico que estão engajados aí na luta. Como brasileiro, torço muito para o sucesso, para que esta Comissão temporária resulte em ganhos permanentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado, Senador Eperidião Amin.

Agora, o Superintendente Nelson Fraga, da Sudeco.

O SR. NELSON VIEIRA FRAGA FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senador, pela oportunidade.

Eu só queria fazer um comentário, em relação à questão do turismo, para o Ademilson.

Ademilson, essa é uma preocupação da superintendência. No início da pandemia, nós fomos, eu acho, uma das primeiras a propor ao MDR a criação daquela linha de crédito emergencial do FCO, com juros de 2,5%, que ainda está em curso. Há uma disponibilidade de recursos, e eu acho que a gente poderia adaptá-la, para este momento, para o turismo no Pantanal. Foi uma linha de crédito específica para o terceiro setor, e entendo que ela ainda pode ser uma linha que venha a socorrer o turismo na região por conta desse momento tão grave.

Quero dizer ao Senador Nelsinho e a todos os Senadores do Centro-Oeste que a superintendência nesta gestão tem tentado modernizar sua atuação, inclusive no sentido de ser gestora de algumas ações dentro do Centro-Oeste justamente por ser essa a *expertise* da superintendência. E uma gestora com a participação da academia: nós tivemos muitas reuniões com o Turine e temos participado de diversas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

reuniões com a Universidade de Rondonópolis para discutir essa questão das bacias hidrográficas, atuar nesse processo com mais eficiência para tentar unir as ações e trazer os recursos de forma mais concentrada. A Ministra tem sido sempre uma parceira, e temos sempre conversado sobre como fazer com que a Sudeco possa assumir esse papel de unir o setor privado, o científico e o público para a adoção dessas medidas.

Agradeço o apoio de vocês, que têm dado apoio à superintendência.

Com o Senador Wellington nós temos conversado bastante sobre isto, sobre a importância e sobre a participação mais efetiva da Sudeco nas ações que envolvem o Centro-Oeste. Quando falo nas ações que envolvem o Centro-Oeste... Quando se discutiu a Bacia do Alto, Médio, Baixo Taquari, a Sudeco não foi chamada para conversar lá atrás. Então, hoje eu estou buscando esses assuntos, tenho levantado todas as informações. No assunto do Araguaia também a Sudeco não participou. E faz parte do Centro-Oeste e é um papel da superintendência participar desse debate, porque a lei que criou a superintendência estabelece como regra que ela participe do desenvolvimento socioambiental. Então, é importante a gente estar participando desses debates. E, se antes ela não participava, hoje a equipe que aqui está se coloca à disposição para ser gestora, discutir esse processo e colaborar em tudo o que for possível. Eu só tenho que agradecer o apoio dessa bancada, que tem colocado realmente a superintendência num nível mais elevado de discussão dessas matérias, querendo realmente inserir a superintendência como partícipe dessas discussões para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental, porque, sem esse tripé, não existe desenvolvimento. Nós temos que pensar nisso. E a academia com certeza faz parte desse processo de participação das discussões com a superintendência.

Eu só queria agradecer esta oportunidade e dizer que nós vamos continuar trabalhando para ajudar nesse processo, não só do Pantanal, mas do Baixo, do Alto Taquari, do Araguaia, do Meia Ponte e de todos os caminhos que possamos fazer para trazer desenvolvimento sustentável para a Região Centro-Oeste, que precisa. A Sudeco precisa estar inserida nesse processo.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço ao competente Superintendente Nelson Fraga.

A Ministra Tereza pediu a palavra e o Cláudio Mendonça. Assim, a gente encerra a participação de hoje.

De pronto, a Ministra Tereza Cristina está com a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS (Para expor.) – Primeiro, agradeço a oportunidade dessa conversa franca sobre como resolver os problemas do Pantanal, que é patrimônio do Brasil, esse bioma tão importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só dando uma resposta aqui... Acho que foi a Senadora Simone que falou sobre incluir o Pantanal no Conselho da Amazônia. A minha assessoria já me passou que o Pantanal está incluído no Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Portanto, o Conselho já estaria habilitado para também colocar o Pantanal sob sua competência. Isso é uma coisa que vocês vão discutir, e será muito importante essa decisão juntamente com o Vice-Presidente Mourão.

Eu vou ter que sair. Quero agradecer muito a oportunidade desta conversa aqui com as professoras da Universidade Federal – o meu pessoal vai fazer contato para que a gente possa ver esse estudo que vocês já têm, para poder colaborar. E, Nelsinho, nós estamos aqui juntos para construir políticas públicas, mas tem que ser urgente a vontade política de fazer isso acontecer. Neste momento, nós temos que ver o curto, o médio e o longo prazo.

O assunto das bacias do Alto Taquari, no entorno, mais para cima, é importantíssimo. É um programa do Ministério da Agricultura juntamente com o MDR. Nós temos esse programa juntos para desenvolver, e ele é de importância vital principalmente para a Bacia do Taquari, que tem recursos já para o estudo de como resolver também aquele acidente gravíssimo que há muitos anos se discute, mas em que nós precisamos avançar na solução; esse programa muito vai ajudar o homem pantaneiro nesse problema de cheias. Hoje nós estamos falando de secas, mas no Pantanal existe um ciclo de cheias e de secas. Então, temos que trabalhar isso para que, quando voltarem as cheias, não voltemos a ter outro desastre, que é o problema do Taquari, de mais de 1 milhão de hectares que ficaram debaixo da água durante muitos anos.

Então, a colaboração de todos, principalmente da ciência, é muito importante neste momento; tratarmos disso com ciência, não com achismos. Para isso, muita gente está estudando o assunto, e nós precisamos nos desvencilhar de preconceitos para realmente nos debruçarmos em cima da ciência e do conhecimento, para que achemos caminhos de solução, nesse problema do Pantanal e em muitos outros que temos. Quero agradecer aqui ao Senador Esperidião Amin, meu amigo, que sempre tem as melhores colaborações. Vamos ver esse problema dos indicadores. Eu acredito em indicador. Acho que, quando você tem indicadores, você tem como nortear as políticas, se estão bem, se estão mal, e para onde temos de caminhar. Então, anotamos aqui também a sua sugestão.

Esse problema é transversal de muitos ministérios, não é só do Ministério da Agricultura, não é só do MDR (Ministério do Desenvolvimento Regional), não é só do Meio Ambiente, nem do Turismo. Enfim, é um assunto transversal que precisa ser resolvido. Então, parabéns pela iniciativa dos Senadores dos dois Estados por esta oportunidade de a gente debater e tentar encaminhar políticas que possam ajudar o homem pantaneiro, as pessoas que lá vivem, e a trabalhar para desenvolver o Pantanal com sustentabilidade.

Então, muito obrigada! Eu terei que deixar vocês agora, porque tenho outro compromisso. Um abraço para todos vocês.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço à Ministra Tereza Cristina. Muito obrigado pela sua participação, que enriquece qualquer debate com a sua simpatia e principalmente com o seu conhecimento.

Passo agora ao Cláudio Mendonça, que é o último orador inscrito.

O SR. CLÁUDIO GEORGE MENDONÇA (Para expor.) – Senador Nelsinho e participantes, bem rapidamente, quero agradecer mais uma vez também a nossa participação e colocar aqui um ponto de que eu ouvi falar, que se refere ao turismo e às questões sustentáveis. Nós falamos um pouco sobre isso.

O Sistema Sebrae tem um Centro de Sustentabilidade que estuda negócios sustentáveis e fica no Mato Grosso. Então, temos ali um grande estudo já sobre atividades econômicas, para que tenhamos possibilidade de trabalhar com sustentabilidade no Brasil todo, mas muito focados também no Pantanal. Nós já temos isso e colocamos à disposição tanto do Ministério quanto dos Senadores para conhecer e visitar. Existe uma estrutura só pensando na questão da sustentabilidade, em ações sustentáveis economicamente, gerando economia, claro, sempre no foco do Sebrae de gerar economia, gerar renda e gerar inclusão. Então, nós trabalhamos em cima disso.

Outro ponto... Nesse ponto ainda, nós temos um trabalho grande lá com o turismo também, nessa questão sustentável do turismo. Então, estamos à disposição. Já trabalhamos com turismo há muitos anos dentro do Pantanal, com pousadas pantaneiras; junto à economia de Portugal, fizemos algumas ações, mas ações que foram se perdendo e ficando ao longo do tempo. Mas estamos dispostos e já colocamos, no planejamento do Sebrae do próximo ano, para trabalharmos com economia no bioma Pantanal, especificamente, tanto no Mato Grosso quanto no Mato Grosso do Sul.

Outro ponto, Nelsinho, nosso Senador: o nosso Secretário Jaime Verruck, que também é conselheiro do Sebrae e com quem eu estava conversando, me enviou uma mensagem aqui dizendo que nós já tivemos – até reforçando a palavra do Nelsinho, da Sudeco – uma prorrogação dos FCOs, todos aqui no Estado, pela questão do Covid, e isso beneficiou também as empresas de turismo na região do Pantanal. O Jaime também já apresentou uma proposta de uma linha de crédito emergencial tanto para custeio quanto para investimento para a região do Pantanal, com foco nessa catástrofe das queimadas.

Assim, coloco mais uma vez que o Sistema Sebrae tem conhecimento, tem possibilidade, tem pernas para ajudar neste momento tão difícil que enfrentamos aqui no nosso Pantanal.

Parabéns, mais uma vez, a todos os Senadores. Parabéns, mais uma vez, à participação da nossa Ministra Tereza Cristina. Nelsinho e Senador Wellington, muito obrigado pela participação e pela oportunidade de discutir este assunto tão relevante para os nossos pantaneiros, para o nosso Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com o retorno – já estou vendo-o aqui no vídeo – do Presidente Wellington Fagundes – espero que tenha corrido tudo bem na sua avaliação –, eu devolvo a Presidência a V. Exa. dizendo que os trabalhos por aqui transcorreram normalmente. Foi um conteúdo muito rico, e vai ser muito importante a inserção do que ouvimos aqui no nosso relatório final.

Quero dizer a todos o meu agradecimento. Eu vou atender a CNN, que está na ponta da linha aqui, para eu entrar às 11h.

E passo, de pronto, a palavra ao Senador Wellington, para que ele possa assumir a Presidência e dar um encerramento à reunião.

Muito obrigado a todos pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria de agradecer imensamente ao Senador Nelsinho Trad pela condução brilhante dos trabalhos e também a todos aqueles que puderam palestrar, fazer a exposição. Em nome da Ministra Tereza Cristina, agradeço a todos, ao Nelsinho da Sudeco, também ao Sebrae. Agradeço a presença do Sesc Pantanal, das universidades e dos institutos de pesquisa. Então, eu agradeço imensamente a todos.

Eu quero dizer que, neste período agora da seca, em que estamos vivendo esta catástrofe, nós temos também oportunidades. Eu gostaria, principalmente, de registrar um tributo especial à ciência brasileira.

Neste momento em que o nosso querido Pantanal está sofrendo com este rigoroso incidente de incêndios florestais, os nossos pesquisadores, biólogos, veterinários, entre outros, estão aplicando curativos biológicos feitos a partir da pele da tilápia para o tratamento de animais feridos pelo fogo, uma inovação. Com essas aplicações nesses animais, estão sendo usadas amostras desse material rico em colágeno, que acelera a recuperação da queimadura e diminui as dores por não precisar de trocas constantes, que na prática normal devem ocorrer a cada 12 dias. Esse trabalho, é importante dizer, é orientado pelo Instituto de Apoio ao Queimado (IAQ) lá do Estado do Ceará. Portanto, é mais uma demonstração de solidariedade e de parceria com que os brasileiros de vários Estados estão nos ajudando no Pantanal. Por isso, é importante também ainda ressaltar que a pele da tilápia foi utilizada inicialmente no tratamento de queimados. A técnica para recuperação desses pacientes desenvolvida pela Universidade Federal do Ceará chegou a ser exportada e usada para curar queimaduras de ursos lá na Califórnia, que também enfrenta situações semelhantes à que vivemos.

Por isso, eu quero aqui registrar e quero cumprimentar a reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso, que, desde o primeiro momento, vem atuando na defesa dos animais, que estão sendo recebidos pelo Centro de Medicina e Pesquisa de Animais Silvestres (Cempas) da Faculdade de Medicina Veterinária daquela universidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certamente a natureza agradece por mais essa intervenção. Continuaremos sempre a acreditar que os males da humanidade serão vencidos pela ciência e pelo conhecimento a partir do esforço e também da dedicação de cada um.

Por isso, inclusive, quero aproveitar para também agradecer ao Presidente Bolsonaro e ao Ministro da Educação, porque foi publicada no *Diário Oficial da União* a recondução do Prof. Reitor Evandro. Ele que é hoje o Reitor agora está sendo reconduzido por mais quatro anos. Isso aqui quero também dividir com todos os companheiros da bancada, como o Senador Jayme Campos. Estivemos falando também com o nosso Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que fez também gestão. E todos aqueles que nos ajudaram. Penso que a recondução do Prof. Evandro será muito importante por este momento de crise – nós temos um orçamento muito apertado para o próximo ano – e, principalmente, no caso do Mato Grosso, por nós termos tido a criação da segunda universidade, a Universidade Federal de Rondonópolis, a minha cidade natal. A Universidade Federal de Mato Grosso continuará sendo, por dois anos, a tutora dessa nova universidade. O Prof. Evandro, com toda a sua reitoria e com conhecimento, foi uma pessoa que ajudou muito na implantação e nessa transição da Universidade Federal do Mato Grosso. Cumprimento também a Reitora Analy, que é a nossa Reitora nomeada da Universidade Federal de Rondonópolis. Como eu disse, a nossa universidade ainda continua sob a tutoria da Universidade Federal de Mato Grosso. Portanto, a Universidade Federal de Mato Grosso, que terá ainda toda a responsabilidade de cuidar de toda a Baixada Cuiabana, do Médio Norte, do Nortão de Mato Grosso, com o *campus* da Universidade Federal de Várzea Grande, o *campus* da Universidade Federal de Sinop e também com o de Barra do Garças, que atende todo o Araguaia, também terá essa função da extensão e principalmente da expansão do *campus* de Lucas do Rio Verde, onde estamos trabalhando com o nosso companheiro Deputado Neri e também com o Senador Fávaro. Então, em nome de toda a bancada, eu quero aqui parabenizar mais uma vez o Reitor Evandro, toda sua reitoria e todos aqueles que têm o compromisso com o desenvolvimento do ensino e da pesquisa universitários no nosso Estado do Mato Grosso.

Por isso, eu quero dizer que continuaremos sempre a acreditar que os males da humanidade serão vencidos pela ciência e pelo conhecimento a partir do esforço e dedicação de cada um.

Finalizando, quero ainda manifestar, por tudo isso, minha confiança de que, apesar das duras e lamentáveis situações que estamos presenciando no Pantanal, com grandes perdas da biodiversidade ali existente, creio que estamos trilhando o caminho correto.

Após as diligências em Poconé, em Mato Grosso, e também em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, e essas reuniões que estamos fazendo aqui na Comissão Temporária Externa, vejo que, com muita clareza, muito em breve, faremos aquilo que todos desejam, que é dar ao mundo uma resposta firme às críticas ambientais que sofremos. Por isso, inclusive, eu me coaduno aqui com todas as palavras do sábio Senador Esperidião Amin, que tem nos ajudado muito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o nosso objetivo de construir o estatuto do Pantanal cada dia mais tem a compreensão por parte de toda a comunidade, de toda a classe política e de toda a sociedade brasileira.

E, acima de tudo, queremos também promover um projeto de desenvolvimento sustentável. Entendemos que a Sudeco pode e deve cumprir muito bem esse papel. Por isso, Superintendente Nelsinho, você pode ter certeza de que, com toda a diretoria, contará com o nosso apoio. Faremos gestões junto ao Ministro Marinho.

Inclusive, eu quero aqui, ao encerrar também esta reunião, deixar aqui já, pedindo a sua aprovação, um requerimento oral em que convido o Ministro Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, para que ele também possa participar de uma audiência pública aqui nesta Comissão.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2020

Convida para Audiência Pública o sr. Roberto Simonetti Marinho, Ministro do Desenvolvimento Regional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Eu quero pedir aqui a aprovação de todos os Parlamentares. Se houver alguém que seja contra, pode se manifestar. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém contra, eu dou também por aprovado o requerimento convidando o Ministro Rogério Marinho para uma audiência aqui conjunta em outro momento.

Nós queremos aqui ainda, ao final, agradecer a todos imensamente. Acho que esta audiência foi uma audiência muito profícua – eu a acompanhei na medida do possível. E, mais uma vez, agradeço aqui a todos os membros da Comissão que estiveram presentes, mesmo aqueles que não puderam participar, porque estamos fazendo um trabalho conjunto.

Quero mais uma vez agradecer à Consultoria do Senado da República, que tem nos ajudado muito nesse trabalho hercúleo. Agradeço também a parceria que estamos fazendo com a Câmara dos Deputados, com a Comissão Especial da Câmara, em nome da Deputada Rosa Neide, também do nosso Estado do Mato Grosso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluindo aqui ainda, deixo aqui um pedido a todos os brasileiros, a todos os cientistas, a todos os estudantes, a todos os profissionais, a todos aqueles que queiram nos ajudar que o façam através de sugestões pela Comissão Externa do Senado. Vocês podem entrar no *site* do Senado da República e fazer as suas contribuições.

E, acima de tudo, o nosso trabalho é levado com o objetivo de valorizar esse patrimônio da humanidade, com a preservação e, acima de tudo, a conservação do nosso Pantanal, principalmente olhando a vida humana que lá existe: os nossos ribeirinhos, os nossos quilombolas, os indígenas, todos aqueles que acreditam no nosso Pantanal, os investidores do turismo, da pecuária, da criação e, principalmente, também da conservação. Então, com isso, deixo aqui os nossos pedidos a Deus: que nos abençoe para que possamos construir um legado para que as nossas futuras gerações possam usufruir desse que é, sem dúvida nenhuma, o maior patrimônio, uma grande biodiversidade. E todos nós temos o compromisso de mantê-la conservada e mantê-la sustentável.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião, desejando um bom fim de semana a todos e que também todos possam, neste momento do feriado, além de estar bem convivendo com as suas famílias, pensar um pouco no que nós poderemos fazer em termos da conservação do meio ambiente, da preservação da biodiversidade de todos os nossos ecossistemas – também, é claro, com isso, da nossa Amazônia.

Um grade abraço e um bom fim de semana a todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS INCÊNDIOS DETECTADOS NO BIOMA PANTANAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia treze de outubro de dois mil e vinte, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal com a presença dos Senadores Simone Tebet, Nelsinho Trad, Soraya Thronicke, Carlos Fávaro, Esperidião Amin e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência Pública sobre as medidas adotadas pelo Governo para contenção e prevenção das queimadas no Pantanal, assim como para apresentar subsídios acerca da adequação da legislação atual. **Participante:** Min. Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Temporária Externa que foi criada através do Requerimento nº 2.187, de 2020, e que tem por objetivo acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados, para evitar novos focos de incêndio; a limpeza dos locais já atingidos; a proteção das populações diretamente atingidas, da nossa economia e também da fauna e da flora; e a transparência das atividades coordenadas pela Operação Pantanal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo, e que a ordem da fala será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com a presença do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que já está presente conosco.

Antes de iniciar a audiência pública, informo que todos os que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ainda pelo telefone 0800-612211.

Quero conceder, primeiramente, a palavra ao Ministro Ricardo Salles, para as suas considerações iniciais, pelo tempo que desejar.

Antes, porém, Ministro, eu só quero aqui dar uma boa notícia a todos os brasileiros, a todos aqueles que têm toda a sua preocupação com o Pantanal: as primeiras chuvas começaram a cair, principalmente no Pantanal de Mato Grosso, e já trouxeram um grande alívio para os moradores e as equipes que estão no combate às chamas. A temperatura melhorou muito, a umidade do ar também, mas não é hora de pensar que o problema acabou – todos sabem disso. Por isso, os incêndios continuam sendo uma ameaça e um fato concreto em muitos locais, como o que vem acontecendo lá no Mato Grosso do Sul, na Serra do Amolar, também no Parque Nacional do Pantanal. Nós estivemos lá, no Mato Grosso do Sul, e pudemos observar *in loco* a situação, e, claro, a situação lá da Serra do Amolar, em Corumbá, causa ainda muita preocupação.

Por isso, não podemos descansar enquanto houver um único foco de incêndio. Então, o próximo passo será trabalharmos na recuperação do que foi perdido, uma tarefa de tamanha envergadura que requer as mesmas dedicação e responsabilidade empregadas no combate ao fogo.

Pesquisadores e cientistas acreditam que a flora tem uma capacidade maior de recuperação. As primeiras chuvas já fizeram a vegetação voltar a brotar. Logo esperamos que tudo possa estar verde novamente. Mas o solo está coberto de cinzas, e boa parte dessa matéria será jogada nos rios ou corixos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo isso pelas enxurradas, roubando o oxigênio da água e provocando a chamada decoada, levando à morte milhares de peixes – coisa que já está acontecendo, inclusive, em Mato Grosso.

As queimadas produzem mercúrio também, que será carregado pelas chuvas para o leito dos rios, num período em que a saúde dos animais e também dos seres humanos continua sob preocupação. Por isso, nós vamos precisar de uma ajuda emergencial para as famílias que dependem da pesca, que não poderão contar com o peixe em suas refeições, e até para aqueles que comercializam de acordo com a lei.

Há outro resultado: milhares de animais não serão mais vistos por turistas e moradores da região, pois foram consumidos pelas chamas – isso sem contar os micro-organismos, que são fundamentais para o processo de vida.

Digo tudo isso para reafirmar que achamos que o pior já passou, mas que há muito a ser feito, e a maior tarefa que temos pela frente é evitar que essa situação se repita nos próximos anos. É por isso que estamos aqui. Esta Comissão tem por objetivo construir o estatuto do Pantanal, uma legislação que defina o uso sustentável dos recursos naturais, permitindo que a vida no bioma se perpetue.

Outra grande missão nossa também é buscar a retomada econômica e principalmente o desenvolvimento socioeconômico sustentável do nosso Pantanal. Mas há medidas urgentes que precisam ser tomadas. E, agora, é claro, no próximo ano, diante da previsão de quatro ou cinco anos de seca consecutivos, é preciso trabalhar a prevenção com a implantação e treinamento de brigadas em vários pontos do Pantanal – por exemplo, também nos Cras, que são os Centros de Reabilitação de Animais Silvestres: em Mato Grosso, nenhum está funcionando, a não ser aquele centro emergencial que visitamos em Porto Jofre.

Por isso, estaremos atuando junto ao Governo Federal, aos governos estaduais e aos governos municipais, em parceria com a sociedade civil também, levando, com isso, sugestões e fazendo o acompanhamento passo a passo de tudo que tiver de ser feito para que o nosso Pantanal volte a ser um cenário apenas de beleza e encantamento. É claro que também outras tantas medidas vamos discutir aqui ainda, como já estamos fazendo com a Embrapa, com universidades e com outros centros de pesquisa. Mas, de antemão, queremos aqui dizer que as esperanças são muitas.

Vamos agradecer aqui, inicialmente, mais uma vez, a todos os brigadistas, bombeiros e voluntários, a todos os ribeirinhos, a todos aqueles que estiveram lá conosco, juntamente com o Governo. Nós temos de salientar a presença de todos os governos – o federal, o estadual e o municipal – na busca de solucionar esse grande caos que vivemos inicialmente no Pantanal.

Por isso, eu quero agora passar a palavra ao Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Com a palavra o Ministro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Meu caro Senador Wellington, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Senadores e Senadores presentes e todos aqueles que também estão nos assistindo, eu gostaria de começar dizendo que a grande causa das queimadas, como todos sabem e o próprio Senador Wellington destacou, é o problema da estiagem – o excesso de calor, tempo seco e ventos fortes –, que trouxe essas queimadas ao patamar a que nós assistimos este ano e que infelizmente trouxe, por sua vez, os danos ambientais à fauna e à flora que vêm sendo testemunhados.

O que nós governos de maneira geral fizemos? – tanto o Governo Federal, quanto o estadual e com o apoio também dos Municípios e dos voluntários. Eu estive há cerca de dois meses já no Pantanal, numa viagem em que estava o Senador Wellington junto comigo, fomos tanto a Poconé quanto a Porto Jofre. O Governador do Estado nos acompanhou naquela oportunidade. Já naquela oportunidade, os brigadistas do Ibama e do ICMBio estavam no local ajudando as forças estaduais e os bombeiros a combater os incêndios. Lembro que, neste ano de 2020, o Governo Federal aumentou o número de brigadistas para 3 mil, no seu programa de brigadistas – então, quase dobrou em relação ao ano anterior. Também as aeronaves, os *air tractors* que fazem o combate aéreo de lançamento de água, também foram aumentados para dez aviões, o que cobre todo o Território nacional. Fizemos lá, já naquela viagem, já no início, então me refiro aqui a dois meses atrás... Já estavam em Porto Jofre cinco dos nossos aviões, mais os helicópteros, mais os brigadistas e as viaturas no Estado do Mato Grosso. Nós presenciamos as aeronaves já naquela altura trabalhando.

Mais para a frente, fomos novamente ao Mato Grosso e depois ao Mato Grosso do Sul, na cidade de Corumbá, junto com os demais Senadores que compõem esta Comissão – a Senadora Soraya, a Senadora Simone Tebet e o Senador Nelsinho Trad. Estávamos todos lá na ida que fizemos a Corumbá para debater esse assunto. O Senador Wellington, naquela oportunidade, fez algumas sugestões importantes, os demais Senadores também – o Senador Nelsinho, a Senadora Soraya e a Senadora Simone Tebet fizeram também seus apontamentos –, e nós acabamos convergindo, naquela reunião que tivemos em Corumbá, para algumas constatações.

A primeira foi de que é preciso seguir com a política de uso preventivo do fogo, chamado fogo frio, que é um instrumento importante de combate às queimadas, uma vez que diminui o volume de massa orgânica depositada; feito no momento adequado, da forma adequada, contribui, sim, para a diminuição da proporção dos incêndios quando eles acontecem. Por outro lado, ao aumentar os brigadistas, nós aumentamos a força de trabalho, mas foi dada uma sugestão naquele momento de criarmos uma base permanente de monitoramento em algum ponto em meio à fronteira dos dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Isso parece uma boa ideia, algo a ser organizado entre os governos estaduais e o Governo Federal, para nós viabilizarmos isso.

Outra discussão que vem dando bastante polêmica diz respeito à história do "boi bombeiro" ou da criação de gado do Pantanal. A própria Ministra Tereza Cristina fez um comentário esta semana acerca da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância da criação de gado no Pantanal. Nós concordamos. Ouvimos de várias fontes diferentes sobre a necessidade de haver um reconhecimento do papel da criação de gado no Pantanal, uma vez que o gado também contribui para diminuir o que há de excesso de matéria orgânica: o capim, enfim, o pasto que ele ajuda a reduzir.

Por fim, a utilização do componente retardante de fogo também levou a uma discussão muito grande, de por que não se utilizar, uma vez que ele aumenta em cinco vezes a capacidade de resposta das aeronaves que lançam água.

A utilização da aviação agrícola foi também tocada na semana passada pelo Senador Fávoro. E há aí um projeto importante para que a gente possa passar a contar de maneira mais consistente com a aviação agrícola no combate aos incêndios.

Portanto, há uma série de medidas que decorrem desse debate que se estabeleceu, que vai, como eu já disse, desde o uso do fogo frio, da queima controlada preventiva, ao tema da pecuária lá no Pantanal, do uso de retardantes e da aviação agrícola como complemento.

O aumento dos brigadistas contribui para essas atividades. E acho que aqui há um alinhamento importante do Governo Federal com os governos estaduais e municipais. Lembro que as Forças Armadas também atuam no local desde o início, com os seus contingentes espalhados em algumas posições. Quem está à frente desse combate, por parte do Governo Federal, das Forças Armadas é o Almirante Guida. E ele está lá no local trabalhando junto com os aviões, helicópteros, brigadistas e viaturas de Ibama e ICMBio.

Um dado que eu queria deixar, fazendo uma lembrança, é que a área relativa à competência fiscalizatória dos órgãos federais no Pantanal corresponde a 6% do território do bioma. Então, nós estamos falando de áreas que compreendem florestas destinadas a unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos, num volume total de 902 mil hectares, que correspondem a 6% dos 15 milhões de hectares. Essa é a jurisdição originária do Governo Federal.

Portanto, é importante que a gente tenha os Estados realmente envolvidos nisso. Nós tivemos, por parte do Mato Grosso do Sul, com o Secretário Jaime, uma grande parceria, que desde o início tem nos ajudado, temos trabalhado juntos, enviado esforços de maneira conjunta, sinérgica; e, no Estado do Mato Grosso, a Secretária Mauren. O Estado do Mato Grosso do Sul tem a sua regulamentação própria; o Estado do Mato Grosso não a tem. Então, são situações distintas, mas que estão dentro desse contexto agora descrito.

Então, Senador Wellington, creio que, em uma primeira fala, era isso, agradecendo mais uma vez a oportunidade de estar com os Senadores e as Senadoras aqui presentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos agradecer, Ministro, e passar a palavra imediatamente para o Senador Nelsinho Trad, que é o nosso Relator.

Antes, porém, só informamos, Senador Nelsinho Trad, que nós já fizemos contato hoje pela manhã com o Cel. Alessandro, que é o Comandante do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso. Ontem nós tivemos o Ministro da Justiça em Mato Grosso, juntamente com o Governador; ele foi fazer a visita àqueles que foram acidentados com a queda do helicóptero, aos nossos companheiros, com o Corpo de Bombeiros, inclusive do Paraná e de outros Estados que lá estão.

Felizmente as notícias são relativamente boas, já foram feitas as cirurgias, mas aqui, dentro da nossa reunião, nós vamos ter uma informação mais precisa, com um boletim agora pela manhã. Então, pelo menos, nós temos boas notícias, nós vamos só confirmá-las agora ainda pela manhã.

Trazemos, claro, aqui o nosso apoio a todos aqueles que estão lá no campo, na luta, até porque estivemos lá pessoalmente – não é, Ministro? –, com todos os Parlamentares, visitando *in loco*.

Já temos aqui a presença de quase todos os Senadores – Senador Carlos Fávaro, Senadora Soraya Thronicke, Senador Esperidião Amin.

Eu passo, então, a palavra agora ao nosso companheiro Senador Nelsinho Trad, o Relator.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Bom dia, Presidente Wellington, espero que estejam bem; bom dia aos colegas Senadores e às colegas Senadoras; bom dia, Sr. Ministro.

É apenas para dizer que, na qualidade de Relator, eu tenho acompanhado todas as audiências públicas, extraído as boas sugestões para poder inseri-las no nosso relatório final, e fica aqui a mensagem de nós podermos efetivamente trabalhar num planejamento futuro com ações executivas práticas a serem desenvolvidas pelos fazendeiros, pelos pantaneiros, por aqueles que habitam a região, para que, no ano que vem, não possamos estar aqui novamente discutindo essa questão, como tem sido frequente ano após ano.

E uma das sugestões que foi extraída do debate, principalmente vinda de pessoas que estudam esse assunto da Embrapa Pantanal, foi a gente poder estabelecer alguns critérios para premiar aqueles que fazem o manejo correto, aqueles que procuram não fazer o desmatamento criminoso, aqueles que, no período correto e de maneira certa, fazem o manejo do solo para não propagar as queimadas, ou seja, fazer com que o exemplo do manejo correto possa ser visto, reconhecido e premiado, a fim de que outros possam segui-lo, e estabelecer realmente medidas mais rígidas não só de fiscalização, mas também de controle, para a gente ter essa história deste ano de 2020 como algo do passado.

Então, fica esse registro daquilo que eu entendi que seja pertinente e coloco em discussão esses aspectos. Quero parabenizar o Presidente Wellington, por ter proporcionado excelentes debates. Já é o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundo Ministro que vem às nossas audiências públicas. A Ministra Tereza participou no último debate do início ao fim e se prontificou a responder todas as perguntas que lhe foram feitas. Quando a gente vê que realmente há um comprometimento da parte do Executivo nessa questão, pelo menos a gente imagina que, no ano que vem, a gente possa estar vivendo outra realidade.

Quero mais uma vez aqui agradecer àqueles que foram conosco *in loco* visitar os locais, para a gente poder ter a noção exata do que está acontecendo. O Ministro Salles foi não só a Mato Grosso como também ao Mato Grosso do Sul e participou das audiências. Isso realmente é muito importante para a gente não só sensibilizar aquele que não vê *in loco* a situação, como também dar um juízo perfeito do que está acontecendo.

Parece que a previsão do tempo aqui para minha cidade, Campo Grande... Até saiu ontem, na reportagem, que, em uma cidade próxima daqui, Água Clara, houve a maior temperatura medida desde quando se mede temperatura no nosso País, com uma sensação térmica de 50º e umidade relativa do ar em 8%. E parece que esta semana virá a chuva. Então, vamos torcer para que isso aconteça. Enquanto isso não acontece, não vem ajuda divina, vamos nós aqui, meros cidadãos terráqueos, estabelecer, dentro daquilo que a ciência coloca à nossa frente, medidas para poder pelo menos diminuir essa questão nos anos subsequentes.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós queremos, então, convidar agora a Senadora Simone Tebet para que possa também usar da palavra.

Senadora Simone Tebet, que já estava no vídeo já... Pois não. Senadora Simone Tebet com a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente, Senador Wellington. Que bom vê-lo bem, saudável, apesar de estar com coronavírus. Faço votos, realmente, de que V. Exa. se restabeleça o mais rápido possível.

Queria, na mesma linha do Senador Nelsinho, parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos. É uma Comissão que tem sido elogiada por todos pela agilidade, pela praticidade, pela objetividade. É uma Comissão que tem tido não só o respeito por parte da imprensa, mas das autoridades constituídas. Não é à toa que tivemos, na última reunião, a presença da Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e agora, honrando-nos com sua presença, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Então, em nome do Ministro Ricardo Salles, agradecendo ao Governo Federal por se fazer presente nesta Comissão, eu cumprimento meus colegas Senadores e Senadoras e demais participantes desta audiência pública, desta reunião. Apesar do dia realmente um pouco mais tranquilo, em que teremos menos participação, de qualquer forma o tempo urge, porque, em questão ambiental, o tempo não é o de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, não é o de ontem; é o de amanhã, o do futuro. E, se nós não plantarmos, nós não conseguiremos uma boa semeadura nos próximos anos. Nós estamos falando, portanto, de vida, vida saudável, no nosso Planeta.

Eu gostaria de me dirigir ao Ministro.

Ministro, estive com V. Exa. e agradeço a visita ao meu Estado de Mato Grosso do Sul, ao Município de Corumbá, à região de Ladário e do Pantanal. V. Exa. já sabe do meu estilo: eu sou propositiva, sou muito direta e muito sincera naquilo em que acredito. Tive a oportunidade de falar com V. Exa. a respeito disso.

Eu fiz algumas anotações do que V. Exa. colocou aqui.

Fico, primeiro, muito feliz de saber que V. Exa. se soma conosco na certeza – eu acredito que já seja uma certeza não só de V. Exa., como também nossa – da necessidade de uma brigada permanente de incêndio para combater os incêndios futuros, infelizmente, que virão pela frente, porque teremos no mínimo mais quatro anos de estiagem no Pantanal. Isso é muito importante, porque precisaremos de recursos financeiros para construir essa brigada permanente. Acredito realmente que, se a brigada já existisse – não estou falando desse Governo; estou falando dos governos passados –, se nós tivéssemos antecipado essa estiagem e essa brigada permanente de incêndios já estivesse localizada no Pantanal, eu tenho certeza de que nós não teríamos 4 milhões de hectares destruídos pelo fogo. Seria um estrago bem menor.

Da mesma forma, Ministro, eu tenho dois posicionamentos.

Primeiro, eu queria ouvi-lo a respeito do seguinte. Eu fui autora de uma indicação lá atrás, agora reforçada pela Comissão, pedindo para que o Presidente da República, ou por portaria ou por decreto, pudesse excepcionalmente incluir, nos próximos quatro, cinco anos, até 2025, sem tirar o Pantanal da competência do Ministério do Meio Ambiente – são coisas muito distintas; não é esse o objetivo –, para efeito de conseguir o apoio das Forças Armadas, de todo um aparato que o Conselho Nacional da Amazônia Legal possui, excepcionalmente, incluir o bioma Pantanal, no período de estiagem, até 2025, no Conselho Nacional da Amazônia Legal. Queria ouvi-lo para ver se isso soma. Seriam duas forças, a força do Vice-Presidente da República e a força do Ministro do Meio Ambiente, somando-se a favor de um patrimônio que é Patrimônio Natural da Humanidade, mas que, sempre repito, antes de ser da humanidade, é do Brasil, é do povo brasileiro, é do homem e da mulher pantaneiros.

Faço um segundo questionamento, Ministro, aproveitando aqui o conhecimento e a experiência de V. Exa. Eu havia feito uma pergunta ao Presidente do Ibama na antepenúltima vez em que estivemos reunidos na Comissão, e ele falou que faria imediatamente, mas nós resolvemos fazer o requerimento por escrito. O requerimento que fiz, aprovado por unanimidade pela Comissão, foi um requerimento que estabelecia uma análise mais criteriosa, por parte da Comissão – e para isso precisamos da informação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por parte do Ibama –, de quantas e como foram as multas aplicadas, executadas e realmente pagas nos últimos cinco anos no que se refere às questões ambientais. Digo isso e fiz esse requerimento, não pensando que o Ibama tenha que multar mais. Não! Muito pelo contrário, acho até que o Ibama multa muito! O problema é que o Ibama multa mal. Ele multa muitas vezes o agronegócio, aquele que produz, aquele que põe comida barata na mesa do brasileiro, e muitas vezes deixa passar a manada de elefante, deixa passar aquela indústria de crime organizado, crime ambiental organizado, de madeireiros, de indústrias madeireiras ilícitas que exploram a Amazônia, ou mesmo de grileiros, de mineradores ilegais que invadem áreas indígenas, áreas públicas, que desmatam as nossas florestas. Então, a sensação que eu tenho, repito, é que o Ibama multa muito, multa de forma equivocada, não só o agronegócio, mas muitas vezes gestores públicos, especialmente Prefeitos municipais, e multa, portanto, mal, porque não multa quem de direito.

Por fim, nessa mesma linha, Ministro, eu anotei aqui, o senhor colocou a respeito de que a causa das queimadas, no caso do Pantanal – mas também no caso da Amazônia, não deixa de ser também, mas falou especificamente do Pantanal – é a maior estiagem dos últimos 47 anos. E é verdade. Apenas aqui faria a observação – e é minha opinião a respeito – de que, na realidade, nós não temos uma única causa, nós temos causas. Houve, obviamente, uma tempestade perfeita, um conjunto de situações que levaram a essa situação, mas nós não podemos deixar de fazer um mea-culpa: a nossa omissão – não é deste Governo, não é de V. Exa., é de todos nós. A omissão, primeiro, como nós dissemos: se tivéssemos a brigada de incêndio em caráter permanente, poderíamos diminuir esse estrago feito. Mas aí, sim, Ministro, eu gostaria de repetir aquilo que disse para V. Exa.: acho que falta por parte do Governo Federal uma palavra mais firme. Da mesma forma como eu aplaudo o Governo Federal quando tem uma palavra firme de combate ao crime organizado, quando diz que lugar de bandido é na cadeia, falta dizer também que 1% dessas pessoas são criminosos ambientais, denigrem e não só queimam nosso Pantanal e destroem o meio ambiente, eles queimam a honra do agronegócio. Eu não quero mais viver num tempo como vivi há 30 anos, em que nós do agronegócio éramos vistos como vilões, porque não somos. Poucos cuidam tanto do meio ambiente como o agricultor, o pecuarista, o homem pantaneiro e a mulher pantaneira, até por uma razão: se não for por amor, é pela dor, é porque sabem que se não cuidarem da terra, no ano seguinte não terão produtividade. Então, essa fala mais firme, até com penas, multas e até processos criminais, penais, colocando um, dois, três na cadeia para mostrar como exemplo, pode fazer toda diferença para que nos próximos anos nós não tenhamos essa situação.

No mais, eu peço desculpa, Presidente, mas é que eu tinha que aproveitar o Ministro... Repito, nós não estamos aqui em lados antagônicos, aqui é um somatório.

Finalizo dizendo que, realmente, nós não estamos mais no momento de comoção, o momento não é de indignação nem de tacar pedras. Não é esse o objetivo da Comissão neste momento. O objetivo da Comissão é termos ações propositivas para que, a partir do ano que vem, nós não tenhamos o nosso Pantanal ardendo em chamas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, quero parabenizar V. Exa. novamente, Senador Wellington, quando diz que é preciso avançar. Temos uma das maiores e melhores legislações do mundo, talvez não falte legislação no Brasil no que se refere à questão ambiental – a Lei da Biodiversidade, o Código Florestal... Falta só agora a lei de manejo e uso do solo em relação ao fogo, mas, óbvio que isso não significa que não possamos avançar, de repente estendendo para Mato Grosso o que Mato Grosso do Sul já tem. A única coisa é que não podemos mexer na legislação estadual, porque, seja por parte dos ambientalistas, seja por parte do agronegócio sul-mato-grossense, eles estão, a princípio, satisfeitos com essa legislação. Mas que Mato Grosso possa se beneficiar da legislação de Mato Grosso do Sul, sem dúvida nenhuma, esse é um dos objetivos da Comissão.

Obrigada, Ministro. Eu me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) –
Gostaríamos de agradecer imensamente à Senadora Simone Tebet.

Claro que as preocupações de V. Exa. são muito pertinentes. Nós sabemos que o Mato Grosso não fez o dever de casa ao não regulamentar o Código Florestal e, por isso, as restrições no Mato Grosso são muito maiores, fazendo com que o Pantanal mato-grossense seja muito mais esvaziado, inclusive na sua economia principal, que é a pecuária. Mas, neste momento, sem dúvida nenhuma, o grande objetivo da construção do estatuto do Pantanal é criar as normativas federais de uma lei federal para que a gente possa promover o desenvolvimento sustentável – a conservação e, principalmente, a sustentação.

É importante dizer que, em Mato Grosso, nós estamos buscando, junto com a Assembleia Legislativa, com a Embrapa Pantanal, que tem uma experiência de muitas décadas e que, portanto, pode ajudar muito através da ciência e da pesquisa, e com as universidades, aquilo que nós podemos evoluir para a sustentação do nosso Pantanal. Esse é o principal objetivo, claro, sempre levando em conta a vida da fauna, da flora, mas também a vida humana, os nossos ribeirinhos, os nossos quilombolas, os indígenas e o pantaneiro, que fazem parte da nossa vida pantaneira.

Então, Ministro, nós temos o Senador Carlos Fávaro ainda para falar. Eu vou passar antes, Fávaro, ao Ministro, para que ele possa responder, depois ele vem diretamente às suas perguntas.

Antes disso, eu também quero, conforme prometido, ler aqui o boletim atualizado, que nos foi repassado agora, do estado de saúde das vítimas da queda do helicóptero da Força Nacional.

O estado de saúde da vítima um, que é o Luiz Fernando Beriberi, inspetor do Rio de Janeiro, que era copiloto: ele teve uma fratura, mas está estável, consciente e conversando; recebeu já alta da UTI. A segunda vítima, que é o Renato de Oliveira Sousa, agente especial do Distrito Federal, piloto, se encontra no Hospital Santa Rosa, está estável, consciente, conversando e hoje já recebeu alta também da UTI e já consegue realizar caminhada de forma lenta, com ajuda de especialistas. A terceira vítima é o Emerson





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Miranda, que é segundo sargento: ele já recebeu alta do hospital; fraturou a costela e está em recuperação, alojado no Hotel de Trânsito.

Toda equipe vem sendo assistida diariamente. E eu quero agradecer aqui principalmente ao Cel. Alessandro, que é do Corpo de Bombeiros e tem nos atualizado. Isso traz tranquilidade às famílias e, claro, a todos os companheiros que estão lá, lutando, no Corpo de Bombeiros.

Então, eu quero passar a palavra ao Ministro. Antes, Ministro, vou ler apenas duas perguntas do e-Cidadania. Temos várias aqui, mas eu vou ler algumas. E já digo que aqueles que querem participar deste evento podem fazer perguntas através do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

A primeira pergunta é do Leonardo Toledo, de São Paulo, Ministro: Comparando-se com os anos anteriores, houve aumento ou diminuição dos focos de incêndio? O que mudou no combate às queimadas?"

O Bruno Roberto Cravo, do Paraná: "Quais as penalidades impostas para os causadores de tais queimadas?"

João Henrique Cardoso, de Goiás: "Qual é a atual situação do Pantanal em relação à contenção das queimadas?"

E, ainda, o Jezer Leal, do Mato Grosso do Sul: "Quais ações serão desenvolvidas, de cunho preventivo, para impedir que as queimadas ocorram em proporção similar ou ainda maior em 2021?"

Com a palavra o Ministro Ricardo Salles.

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Prezados Senador Wellington, eu agradeço a palavra e vou pela sequência das falas aqui.

O Senador Nelsinho citou a parceria com a Embrapa Pantanal, sobre a necessidade de apoiar quem tem boas práticas. Quer dizer, não se trata apenas de fiscalizar e punir aqueles poucos, como disse a Senadora Simone Tebet, que agem de maneira criminosa, mas, sobretudo, de prestigiar e apoiar aqueles que fazem boas práticas. O homem pantaneiro, como eu ouvi nas minhas três idas à região, eu acho que é quem conhece a realidade. Eles entendem a dinâmica do bioma e lutam há décadas, para não dizer séculos, de forma sustentável na região. Portanto, é prestigiar o seu conhecimento acumulado, as suas boas práticas. Para isso nós temos o Programa Floresta Mais.

O Programa Floresta Mais, do Ministério do Meio Ambiente, tem como objetivo a remuneração pelos serviços ambientais, o PSA, que é o maior programa de pagamento pelos serviços ambientais do mundo, pelo qual está indo dinheiro diretamente para o produtor, diretamente para aquele que tem boas práticas, e não para intermediários, que costumeiramente faziam consultorias, prestavam assistências e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficavam com a maior parte dos recursos, e o produtor, que é quem realmente atua, ficava, nos poucos casos em que houve, com poucos recursos. O Floresta Mais, que se iniciou no bioma Amazônia, nós queremos expandir para os demais biomas. Então, é uma questão de recursos, e, havendo recursos, já cabe no bioma Pantanal nós termos o Floresta Mais Pantanal, que é o pagamento pelos serviços ambientais para esses que têm conhecidas boas práticas.

Mas, como disse o Senador Nelsinho, este ano, como a cidade de Águas Claras – se não me engano, foi essa cidade que ele citou –, com temperatura medida de 50 graus ou sensação de 50 graus e 8% de umidade, realmente nós temos uma questão que transcende as atuações dos Governos. Mas, como todos disseram, há medidas que nós podemos e continuaremos fazendo, não só para prevenir. Para isso, fazer os aceiros; permitir a criação de gado no Pantanal, como forma de reduzir a massa orgânica; permitir que seja feita a queima controlada, o uso do fogo frio, e não ter isso como algo a ser indiretamente boicotado por algumas visões que não acreditam nesse formato.

Lembro – vou repetir o que já disse – que as áreas de competência do Governo Federal se referem justamente às unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos, que somam apenas 6% do bioma. Os outros 94% são de jurisdição dos Estados. Então, a fiscalização, a aplicação de penalidades, as multas, enfim, são de competência estadual.

A Senadora Simone colocou também pontos importantes. Eu vou responder aos dois sobre os quais ela me fez perguntas aqui sobre a minha oposição.

O primeiro diz respeito à inclusão do bioma Pantanal no âmbito do Conselho da Amazônia. Como ela colocou, seria uma forma de viabilizar o emprego das Forças Armadas no período seco. Eu acho que são coisas distintas. O Conselho da Amazônia tem como objetivo cuidar dos dilemas e dos problemas que impedem, e impediram até hoje, que aquela região da Amazônia se desenvolva de forma sustentável. Nós temos lá, como eu tenho dito, a região mais rica do Brasil em termos de recursos naturais com uma população que vive com os piores índices de desenvolvimento humano; sinal de que as políticas públicas que foram direcionadas nas últimas décadas para a Amazônia não levaram em consideração as pessoas. Aliás, essa é a preocupação que eu vejo aqui das Sras. e dos Srs. Senadores dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul com a população dos seus Estados, com o homem pantaneiro, ou seja, como é que a gente faz para reconhecer o seu conhecimento e apoiá-los no seu bioma. Isso não foi feito na Amazônia. E não é à toa, repito, que temos a região mais rica do País com o pior Índice de Desenvolvimento Humano. Se nós olharmos saneamento, educação, transporte, saúde, geração de emprego e renda, tudo isso na Amazônia ficou para trás.

Então, por que eu estou me referindo a isso? O emprego das Forças Armadas, que é a preocupação que a Senadora Simone teve, se dá com um decreto presidencial, ele não se faz no âmbito do Conselho da Amazônia. Ele é um decreto do Presidente da República que determina, em caráter de excepcionalidade, o emprego das Forças Armadas no âmbito de uma operação de garantia da lei e da ordem. Então, isso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderá ser feito pelo Presidente da República, independentemente de estar ou não no conselho. Fato esse que inclusive aconteceu, ou seja, as Forças Armadas estão no Pantanal para ajudar junto com as agências federais, com os bombeiros estaduais e os voluntários.

Com relação às multas do Ibama, nós temos aqui um relatório de março de 2019, e depois reiterado em julho de 2019, no qual a CGU destaca a ineficiência do processo sancionador. Ou seja, um percentual muito baixo de multas, de processos administrativos decorrentes de autos de infração chegam ao final, na instância administrativa, e depois são convolados em cobrança judicial. Por sua vez, esse percentual de multas recolhidas é muito baixo. Não foi por outra razão que nós fizemos, no ano passado, uma melhoria no sistema para que haja a chamada conciliação ambiental. Então, 30 dias após ao auto de infração, realiza-se uma audiência, na qual o suposto infrator se encontra com uma junta de conciliação, que é composta por Ibama, ICMBio e Advocacia-Geral da União. Ali se pode fazer um acordo já para a recomposição do dano ou eventualmente alterações daquele auto de infração, porque às vezes há vícios formais que comprometem no todo ou em parte a infração, e pode haver inclusive o parcelamento da multa, de tal sorte que a gente possa aumentar, Senadora Simone, a efetividade desse processo sancionador. Nós temos processos administrativos que foram reconhecidos naquele trabalho que demoram mais de cinco anos para serem concluídos. A primeira fase do processo administrativo no seu antigo modelo estava demorando um ano para acontecer. Então, esse advento da conciliação ambiental, inclusive com a informatização dos processos e a geração do agendamento dessa audiência de conciliação feita de maneira eletrônica, vai aumentar muito o resultado.

Infelizmente, quando ele iria iniciar a sua atuação, iria começar a gerar resultados, entrou a pandemia, que impediu a realização presencial dessas audiências de conciliação, mas nós temos a expectativa de que, a partir do mês que vem, se reiniciem as audiências de conciliação e se dê vazão a esses processos que, no modelo anterior, repito, demoravam cinco, seis anos para serem concluídos, razão pela qual, pela experiência que há já em outros Estados, inclusive em São Paulo, há uma redução substancial no tempo de demora, no decurso desse processo administrativo em cerca de 40%. Então, vai ser muito positivo.

Inclusive o particular, o produtor rural, o homem pantaneiro, aquele que está sendo, em alguns casos, autuado de maneira injusta pode levar ali naquele momento já as suas razões de defesa e encerrar, na própria conciliação ambiental, um processo em que, de outra forma, levaria anos para ele provar a sua inocência. Por outro lado, aqueles que efetivamente tiverem praticado alguma infração, algum crime ambiental, ali naquele momento, já fazem a negociação do acordo, estabelecem a forma de recuperação do dano, o pagamento parcelado da multa, tornando, portanto, o processo muito mais eficiente. Eu estou aqui aguardando os dados concretos com relação às datas e aos volumes, mas essa é uma questão importante.

Com relação à fiscalização, eu também queria dizer o seguinte: nós temos que... Como eu já disse, apenas 6% do território está sob jurisdição do Governo Federal para fins de fiscalização e imposição de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

multa; as demais áreas da região são de competência dos Estados. Mas eu acho que nós temos que ter em conta que grande parte desses incêndios, como disse bem a Senadora Simone, não decorre de más ações de produtores rurais; ao contrário, os produtores rurais são aqueles que têm interesse em que as suas propriedades continuem sendo saudáveis, que não haja dano ambiental porque vivem justamente da sanidade das suas propriedades.

Então, ao reconhecer isso, nós sabemos que a principal causa é justamente a questão do clima quente, seco, com ventos fortes... Como citou o Senador Nelsinho, em uma cidade em que se chega a 50 graus com 8% de umidade, é claramente esse o motivo de o que está acontecendo, há redução da capacidade hídrica.

Houve um caso que nós recebemos, logo depois da ida ao Mato Grosso, de uma onda de fiscalização que foi aos produtores que estavam sofrendo ali com as queimadas, exigindo que, por exemplo, fosse disponibilizada uma série de infraestruturas nas suas propriedades em meio ao fogo. Então, nós não podemos ter, de um lado, inação na fiscalização e nem um excesso de fiscalização. É preciso que haja aplicação da lei com o contraditório, ampla defesa, devido processo legal, respeitando os produtores, que são as pessoas que geram efetivamente o desenvolvimento econômico sustentável, a geração de empregos, a renda. Se essas pessoas tiverem as suas atividades inviabilizadas por excesso de voluntarismo ou de aplicação de regras de maneira desequilibrada, nós só vamos gerar mais pobreza, mais falta de infraestrutura, que vai resultar em desrespeito ao meio ambiente.

Eu assisti aqui, para terminar, Senador Wellington, a um vídeo que me foi mandado agora, hoje de manhã. Havia um debate no Senado, em que estava o pai da Senadora Simone e outro Senador do Estado, o Senador Paes de Barros, em que se falava da questão da pecuária, 20 anos atrás, um debate de 20 anos atrás.

O tema era a pecuária no Pantanal. Já lá atrás, há vinte anos, já era debatida a importância de não se perseguir, não haver um caráter persecutório contra a pecuária no Pantanal, porque justamente o pecuarista, o homem pantaneiro, é um dos que contribui para o controle das queimadas, enfim, do equilíbrio desse importante bioma que é o Pantanal.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A Senadora Soraya Thronicke está presente, mas o Senador Carlos Fávaro está aguardando há muito tempo. Eu gostaria de saber se a Senadora concorda, mas ela tem a preferência e a prioridade, por ser titular.

Ela saiu um pouco, Senador Carlos Fávaro, então eu vou passar a palavra a V. Exa., mas só dizendo, Ministro, que, realmente, o que aconteceu nos últimos anos é que o pantaneiro praticamente foi abandonado. É importante que a população saiba, e eu vou repetir, que 84%, 85% do Pantanal ainda são conservados, e mais de 90% do Pantanal estão nas mãos da iniciativa privada. Ou seja, esses proprietários que estão no Pantanal estão cumprindo o papel de preservar, porque, na verdade, o Pantanal não tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum programa do Governo Federal, há muito tempo, de incentivo à atividade econômica. O objetivo principal do estatuto, inclusive nosso com a proposição do estatuto, é exatamente conferir uma segurança jurídica, conciliando principalmente os aspectos protetivos aos produtivos do bioma do Pantanal. O que é o protetivo? É exatamente para proteger a população mais vulnerável, os nossos ribeirinhos, os nossos quilombolas, os indígenas, mas também os pequenos sitiantes, como agora, que tiveram queimada, dizimada toda a sua produção.

Por isso a importância da nossa última audiência com a Ministra da Agricultura e também com o Superintendente da Sudeco, o Nelson Vieira Fraga Filho, porque o nosso objetivo é exatamente fortalecer a Sudeco para ser essa grande mola promotora do desenvolvimento sustentável no nosso Estado, com políticas específicas. Então, esse também é um grande objetivo que nós teremos. Por isso nossa pretensão com o estatuto do Pantanal é de que ele seja o norteador para agir cooperado e integrado entre os Estados. E ele conterá diretrizes visando a fomentar a certificação ambiental das atividades sustentáveis desenvolvidas na região da bacia do Rio Paraguai.

Também a recuperação de áreas degradadas, a promoção do turismo, o estímulo à criação de mecanismos econômicos de incentivo às atividades de preservação e conservação ambiental e também o combate aos incêndios florestais.

Por isso e por tantos outros objetivos é que nós estamos aqui para discutir as especificidades do bioma Pantanal.

Eu quero passar agora ao Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Wellington Fagundes, que Deus o abençoe na rápida recuperação. Eu estou vendo um pouquinho de tosse, e eu sei o que o senhor está passando, eu já passei também, mas Deus está com o senhor e tenho certeza de que vai abençoá-lo com uma rápida recuperação.

Cumprimentar a nossa colega, Senadora Simone Tebet, a Senadora Soraya, o meu Líder, Senador Nelsinho Trad, Relator desta Comissão, e o Ministro Ricardo Salles.

As primeiras considerações que quero fazer são com relação à participação efetiva do Governo Federal nesta tratativa.

Nós tivemos já, pelo menos, quatro ou cinco ministros presentes aqui nos eventos – o Ministro Ricardo Salles; a Ministra Tereza Cristina; o Rogério Marinho; o André Mendonça esteve aqui, no final de semana –, mostrando o total comprometimento do Governo Federal com esta causa importante do Pantanal.

Quero ressaltar, Ministro Ricardo Salles, e fazer aqui uma defesa pessoal do Governo Bolsonaro: em nenhum momento, nem o Ministro Ricardo Salles, muito menos o Presidente Bolsonaro, tomou uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa de incentivar qualquer tipo de crime ambiental. As pessoas estão confundindo um posicionamento claro do Governo de que o meio ambiente não pode ser atrapalhador do desenvolvimento, achando que isso pode banalizar o crime ambiental, e o Governo não está fazendo isso. Prova disso é que o viés ideológico que traz a preservação, a qualquer custo, a qualquer preço, foi debatido, como disse o Ministro Ricardo Salles, 19 anos atrás, pelo saudoso Senador Ramez Tebet, pelo saudoso Senador Jonas Pinheiro, pelo Antero Paes de Barros, dizendo que a desocupação do Pantanal seria fatídica para esse bioma e seria um grande risco. Passados 19 anos, isso está acontecendo agora.

Portanto, esta Comissão está no caminho certo. Eu vejo todas as falas, todos os membros da Comissão e o Governo trabalhando para que os pilares da sustentabilidade sejam rigorosamente equilibrados. Não adianta nada nós desocuparmos o Pantanal. E eu digo: o boi vive sem o Pantanal, mas o Pantanal não vive sem boi. Portanto nós temos que investir no pantaneiro, dar renda, recursos, custeios, financiamentos, através do FCO, através do BNDES, e ouvir esse pantaneiro – já estou sendo redundante –, e ouvir esse pantaneiro para que nós possamos fazer uma política de sustentabilidade efetiva.

Para finalizar, eu quero pedir a atenção especial do Ministro Ricardo Salles, para que atue junto à SeGov, junto ao Governo para que trabalhe agora para que seja aprovado um projeto de lei sobre o uso de aviões agrícolas no combate a incêndios florestais. Nós estamos tendo a resposta rápida das aeronaves do ICMBio, contratadas pelo Governo Federal, das duas aeronaves do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso, mas precisamos e podemos mais. O Brasil tem a segunda maior frota do mundo de avião agrícola e pode ser contratada desde que haja uma lei específica para dar essa autorização e recursos, é óbvio, portanto. Então, um pedido especial que faço ao Sr. Ministro: que, agora, depois que nós fizemos nosso trabalho, Senador Wellington, aprovamos, no Senado Federal – essa matéria está na Câmara dos Deputados –, haja um empenho do Governo, para que o Presidente Rodrigo Maia coloque esse assunto em pauta, vote e vá para a sanção presidencial, para que nós possamos ter mais uma política pública de enfrentamento aos incêndios florestais no Brasil. E parabênizo a sua atuação, a de todos os membros desta Comissão e do Governo, para que, juntos, encontremos a solução definitiva para que o Pantanal nunca mais sofra essa tragédia que está sofrendo.

Muito obrigado.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos agradecer ao Senador Carlos Fávaro.

E vamos passar agora à Senadora Soraya Thronicke. Com a palavra a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Senador Wellington, Presidente desta Comissão, cumprimento V. Exa. e cumprimento também e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

agradeço a presença do Ministro Ricardo Salles, sempre ponderado e muito pragmático nas suas falas, nas suas decisões.

Quero destacar, Senador Wellington, essa questão da legislação, principalmente porque o senhor nos disse que a Assembleia Legislativa do seu Estado já está discutindo a questão. Parabéns pela sua atitude, pelo seu desprendimento. É importante demais esse desprendimento seu.

Bom, queria apenas deixar aqui claro e lembrar – não sei se o Senador Nelsinho está na nossa reunião – que este mês é o mês da indicação dos nossos recursos das nossas emendas, e disponibilizar recursos para a Sudeco é extremamente importante para este momento. Precisamos lembrar da necessidade de indicar recursos para a Sudeco.

No mais, agradeço mesmo a presença do Ministro Ricardo Salles, sempre disponível para esclarecer toda demanda que vem do Congresso Nacional, que vem do Senado Federal, sempre solícito, e, como bem colocou ele na semana passada, não irá faltar recursos para atender ao incêndio no Pantanal. O que precisamos agora, realmente, é prevenir para que isso não mais aconteça.

Muito obrigada, Sr. Presidente! Obrigada, Ministro, pelo pronto atendimento. Eu mesma não tenho questionamentos a fazer a V. Exa., e, justamente, o requerimento foi por conta dos questionamentos dos demais colegas. Nós sabemos que as nossas ideias são bastante convergentes; então, por isso, só quero mesmo agradecer a V. Exa.

Desculpe a minha voz; acho que eu estou na mesma situação do Senador Wellington. Por isso, eu peço perdão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Imediatamente, queremos passar a palavra ao Senador Fabiano "Cantarato", que é o próximo inscrito. Senador Fabiano Contarato. Contarato!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso! Obrigada, Sr. Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente Wellington, pela ordem, Senadora Simone.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Eu vou até deixar sem vídeo para, depois, não ser usado este áudio, mas, na realidade, o Senador Fabiano não canta, ele conta! Ele é "Contarato"; ele não é "Cantarato"! (*Risos.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer vê-lo na nossa Comissão do Meio Ambiente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu prometi que nunca mais erraria esse nome!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele não canta; ele conta!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Acho que ele deve cantar muitas prosas! Vou levá-lo ao Pantanal para que ele possa cantar as prosas pantaneiras!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quem canta é o Eduardo Gomes! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com a palavra, Senador!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente! Agradeço esta oportunidade!

Perdoe-me, nada pessoal em relação ao Ministro do Meio Ambiente, mas atribuir responsabilidade à natureza, falar que os índios são responsáveis por queimadas diante do... Eu quero falar para o Ministro do Meio Ambiente, com todo o respeito, que ele entrou para a história: é o Ministro que operou um verdadeiro desmonte na área ambiental! E isso é muito grave, isso é muito triste, porque está sendo violado um direito humano essencial, um direito constitucional, porque todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A área atingida pelo fogo no Pantanal equivale a 20 vezes a cidade de São Paulo. A natureza não vai perdoar o que está acontecendo no Brasil. Essa conta vai chegar e vai ser muito alta, e nós seremos responsabilizados por isso.

Então, aqui, eu só quero falar do desmonte e pontuar algumas coisas que o Ministério do Meio Ambiente vem fazendo.

Com 28 anos de criação do Ministério do Meio Ambiente, o Presidente queria acabar com o Ministério do Meio Ambiente. Ele não conseguiu fazer isso direito, mas ele está desmontando o Ministério do Meio Ambiente. Ele acabou com o Plano de Combate ao Desmatamento, com a Secretaria de Mudanças Climáticas, com o Departamento de Educação Ambiental, que só foi restituído um ano depois. Criminaliza ONGs, prolifera agrotóxicos. Empresas do agronegócio devem R\$200 bilhões em tributos à União. A população indígena está sendo dizimada. O que está acontecendo no Pantanal já é uma tragédia anunciada. O Brasil não está cumprindo o Acordo de Paris. O aumento do desmatamento na Amazônia subiu 145% de janeiro a agosto. E a consequência disso é o que está acontecendo no Pantanal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na minha fala aqui, quero simplesmente dizer desse desmonte que está acontecendo na área ambiental, e há uma responsabilidade do Governo Federal e especificamente do Ministério do Meio Ambiente, seja por ação, seja por omissão. O Código Penal é claro, quando, no art. 13, diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei a obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Infelizmente, nesse Ministério do Meio Ambiente, está acontecendo na área ambiental no Brasil esse desmonte em proporção inimaginável. O Brasil sempre foi referência no mundo, mas hoje estamos sendo motivo, infelizmente, de vergonha internacional.

Quero deixar só o meu protesto aqui. Não tenho perguntas a fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Temos aqui ainda as perguntas dos internautas.

Daniel Almeida, de São Paulo, pergunta: "Com a tecnologia de inteligência artificial e com o cruzamento de dados, o Inpe conseguiria prever queimadas e agir preventivamente?".

Daniel Almeida, de São Paulo, também pergunta: "Com a tecnologia de inteligência artificial e com o cruzamento [...]?". É a mesma pergunta, Ministro.

Então, nós vamos passar já a palavra ao Ministro, para que ele possa responder às indagações.

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Obrigado, Senador Wellington.

Agradeço as falas dos prezados Senadores Carlos Fávaro, Soraya e Contarato e também as perguntas. Anotei aqui as perguntas que fizeram os internautas. Eu vou procurar responder todos os aspectos em conjunto.

O que me parece ser um ponto fundamental aqui?

Vou começar trazendo as ponderações do Senador Contarato, junto com a pergunta do internauta.

Nós precisamos aliar a tecnologia para não só a previsão... Há, sim, tecnologia que nos ajuda a ter previsibilidade; ela é usada. Nós temos um sistema de detecção de queimadas. Há a previsão do planejamento de destinação de brigadistas e de infraestrutura com base nos históricos, no que acontece nos anos anteriores, e há também uma tendência de meteorologia para previsões futuras. Então, isso se combina a uma estratégia de alocação de pessoal, de equipes, de equipamentos. É necessário – aqui entra a proposta do Senador Fávaro – que haja a complementação desses esforços não só pelos voluntários, que cumprem um importante papel, mas também pela aviação agrícola, que tem, no Estado de Mato Grosso, um volume grande de aeronaves que poderiam ser empregadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual foi a preocupação que me externou, na última vez que eu estive lá no Estado, a Secretária Mauren? Que o Estado do Mato Grosso tem as aeronaves, mas não tem recursos para remunerar a utilização. Então, o que nós podemos fazer – e o Senador Fávaro colocou bem isso no seu projeto – é prever como possibilidade a contratação dessas aeronaves agrícolas, e, dentro das disponibilidades orçamentárias e da necessidade em campo, utilizá-las, utilizando inclusive também – e eu já sei que o Estado do Mato Grosso está utilizando, relataram-me o Governador Mauro Mendes e também a Secretária Mauren – o retardante de fogo, aquele produto que ajuda no combate às queimadas.

Nós tivemos, durante muito tempo, uma discussão inócua sobre se deveríamos considerar ou não o retardante do fogo, quando todos os países, Estados Unidos, Canadá, Europa, Japão, todos eles utilizam dessa tecnologia para melhorar o combate às queimadas. Então, aqui o Estado do Mato Grosso agora já começou a usar, e nós aqui no Governo Federal, em outras oportunidades, já havíamos testado – utilizamos agora na Chapada dos Veadeiros com sucesso. Essa é uma questão que precisa ser encarada de frente, porque esta visão de que o emprego de tecnologia não é salutar é uma visão equivocada.

Eu aproveito ainda, nessas colocações que foram feitas pelo Senador Contarato, para dizer o seguinte com relação ao plano de combate ao desmatamento, o PPCDAm, que eu creio que é isso a que o Senador estava se referindo. Nós criamos... Na verdade, nós juntamos o PPCDAm com o PPCerrado, e criou-se o plano de combate ao desmatamento ilegal para o Brasil inteiro. E por que o combate ao desmatamento ilegal? Porque nós temos o Código Florestal, como os senhores bem sabem, e aquilo que o Código Florestal determina deve ser cumprido, mas não mais do que o Código Florestal determina, senão o proprietário rural acaba sendo vítima de perseguição, vítima de uma visão ideológica equivocada de que nem sequer a previsão do Código Florestal seria suficiente. O homem pantaneiro – para ficar no tema do nosso debate de hoje, que é o Pantanal – já deu mostra de que é o responsável pela preservação, inclusive preservação decorrente da atividade econômica. Eu lembro aqui que nós sabemos que a ausência de uma atividade econômica adequada gera pobreza, e pobreza gera desrespeito ambiental.

Volto a dizer que apenas 6% do território do Pantanal é de jurisdição da fiscalização federal; as demais partes do território são de competência estadual, e, portanto, o Governo Federal contribui na sua parcela aqui de jurisdição, para além disso, com o emprego das Forças Armadas.

Chegou aqui o relatório a que eu me referi, não sei se a Senadora Simone ainda está aqui presente conosco. Este relatório, a respeito da sua pergunta das infrações, é o relatório da CGU – está aqui o relatório. Ele já começa com a seguinte frase:

Nesse sentido, em levantamento preliminar realizado pela CGU, verificou-se que, no período de 2013 a 2017 [portanto, não tem nada a ver com o atual Governo], o tempo médio de julgamento em primeira instância dos autos de infração no Ibama foi de três anos e sete meses [vou repetir: três anos e sete meses para julgar na primeira instância um processo administrativo de infração ambiental do Ibama] e para o trânsito em julgado administrativo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que engloba também os eventuais julgamentos em segunda instância, a duração dos processos [...] [está na média em] cinco anos e dois meses [então, cinco anos e dois meses; repito: cinco anos e dois meses].

A efetividade das ações, portanto, acaba ficando muito, muito limitada.

Esse mesmo estudo mostra que, só para que haja um... Vou ler aqui outro trecho:

No levantamento realizado no período de 2008 a 2017, obteve-se um montante de [...] [126 mil] processos em aberto [...] [aguardando análise, sendo] considerado como o passivo total de processos [...] até 31/12/2017".

Para que isso pudesse ser resolvido, seria necessário que, de maneira concomitante, 130 servidores fizessem, cada um, 11 julgamentos por dia.

Por fim, quero só demonstrar outro fator. Quando nós alteramos, Senador Contarato, a questão da audiência de conciliação, para permitir que em 30 dias as partes tivessem a oportunidade de se compor, confessando a infração e, portanto, iniciando a reparação do dano, parcelando o valor da multa e iniciando o seu cumprimento, ou reconhecendo, no todo ou em parte, eventuais omissões ou erros materiais dos autos de infração, por que isso foi feito? Porque este mesmo levantamento – está aqui o levantamento – indica que, no sistema anterior... Nós fomos criticados porque diziam que esses 30 dias eram um prazo a mais para o infrator. Ora, no sistema anterior, a elaboração da primeira fase instrutória, ou seja, da primeira defesa, estava demorando, em média, 396 dias, ou seja, mais de um ano para apresentar a primeira defesa.

O nosso esforço aqui tem sido o de dar maior eficiência ao processo sancionador, à fiscalização ambiental. Não há desmonte; nós recebemos esse desmonte. O desmonte foi feito antes de nós. Nós recebemos o Ibama e o ICMBio com 50% do seu quadro de pessoal faltando, com orçamento deficitário, com problemas graves de infraestrutura. Então, nós estamos tentando, em meio a esse caos que o Governo herdou de administrações passadas – e aí me refiro ao caos não só na parte de gestão, mas ao caos econômico, seja da corrupção, seja da desorganização do Estado, enfim –, nós estamos tentando arrumar a casa, com os recursos que nós temos, lembrando que há necessidade de informatização.

E uma série de ações já foram feitas. Eu me refiro, por exemplo, à lei do Marco do Saneamento, em que o Senado, através da relatoria do Senador Tasso Jereissati, deu uma demonstração muito grande de apreço ao meio ambiente ao aprová-lo depois de décadas de espera da sociedade brasileira por uma resposta de outros governos que se diziam ambientalistas, mas não cuidaram do saneamento – 100 milhões de brasileiros sem coleta e tratamento de esgoto; 35 milhões sem água potável. Foi o Governo do Presidente Bolsonaro, junto com o Congresso, que fez o Marco do Saneamento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Também há o Programa Lixão Zero, para extinguir os lixões no Brasil todo. Eu viajei a diversos Estados. Viajo muito a diversos Estados e vejo como a má gestão dos lixos, dos resíduos sólidos é uma epidemia brasileira. Há Municípios pequenos, inclusive, com graves problemas de lixo. A gente viaja e, ao longo das rodovias... Neste fim de semana mesmo, eu fui ajudar a combater os incêndios lá na Chapada dos Veadeiros e vi, ao longo da estrada, uma série de pontos de lixo largado à beira da rodovia, como vi em outros Estados também. Vê-se que esse é um problema que aconteceu nas últimas décadas de descaso com a gestão dos resíduos sólidos.

Então, não é verdade que o Governo promoveu o desmonte ambiental. O que nós fazemos é colocar o ser humano, seja o homem pantaneiro, o amazônida ou qualquer outro, no centro da política pública, no pressuposto de que, se as pessoas não forem cuidadas, elas não cuidarão ou não terão condição de cuidar do meio ambiente.

Com isso agradeço aqui e permaneço à disposição para mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ministro, aqui há uma pergunta feita pela Consultoria.

O Fundo Amazônia fechou o ano de 2019 com R\$2,2 bilhões paralisados, sendo R\$1,5 bilhão nem sequer comprometido. No ano de 2019, nenhum projeto foi aprovado. Segundo o decreto que criou o fundo, esse mesmo fundo pode utilizar até 20% dos seus recursos para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros.

Pergunta assim: o que Governo Federal pode fazer para destravar essa importante fonte de recursos tão necessários para o Governo Federal e os Governos estaduais, a fim de apoiar as ações de conservação do Pantanal, incluídos a preservação e o controle de incêndios florestais?

Também aqui, Ministro, faço questão de, antes de passar até para o seu encerramento, trazer informações aqui adicionais acerca do Pantanal, para que a população que nos assiste possa também saber.

O Pantanal mato-grossense é uma área úmida, ou seja, uma AU, de destaque nacional e internacional, com os títulos de patrimônio nacional e também Reserva da Biosfera. Além desses, contém dois Sítios Ramsar: o Parque Nacional do Pantanal e a RPPN do Sesc Pantanal, uma área de mais de 100 mil hectares. O título de Patrimônio da Humanidade foi dado ao conjunto de RPPNs ecotrópicas e ao Parque Nacional.

Em 1993, o Brasil assinou a Convenção Ramsar, promulgada pelo Decreto 1.905, de 16 de maio de 1996. Essa convenção pressupõe uma política nacional para a gestão inteligente e a proteção das Zaus e sua biodiversidade. Muitas exigências dessa convenção ainda não foram atendidas pelo Governo brasileiro, isso ao longo do tempo, entre elas a elaboração e a implementação de um plano de manejo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentável que garanta a integridade estrutural e funcional desse ecossistema complexo. Isso levou o Pantanal a ponto de arriscar a perder o título de Reserva da Biosfera. Isso também lá atrás.

No Pantanal mato-grossense, existem diferentes atividades econômicas, como a pecuária tradicional, pecuária intensiva, pesca profissional, pesca esportiva e ecoturismo. E existem muitas ameaças, que é a questão – o senhor já acabou de falar – da poluição, do esgoto despejado *in natura*, assoreamento dos rios, construção de barragens e represas, drenagem e outras tantas situações que aconteceram no Pantanal, principalmente no Pantanal mato-grossense.

As condições hidrológicas associadas ao uso deliberado do fogo no Pantanal decorrente da necessidade de promover a rebrota do pasto nativo para a criação de gado de modo extensivo também podem ter intensificado os incêndios e consequentemente causado grandes perdas para o bioma. No entanto, a grande problemática do manejo inadequado pode ter uma alternativa com boas práticas de uso da paisagem, inclusive o próprio fogo controlado, que é o fogo frio – como dizem.

Então, Sr. Ministro, nós tivemos, como eu disse, também a presença, na semana passada, da Sudeco, e já foi também convidado o Ministro Rogério Marinho, que é o Ministro do Desenvolvimento Regional, para estar aqui na nossa Comissão. E nós sabemos que o propósito desta Comissão, sem dúvida nenhuma, é criar um programa de desenvolvimento sustentável para o nosso Pantanal.

Nós não podemos deixar de considerar que também a sobrevivência humana precisa de uma economia sustentável. E sabemos que o turismo, o ecoturismo, a biodiversidade, tudo isso pode ser muito bem explorado, inclusive com a pesquisa, com as nossas universidades e com a própria Embrapa, que precisa de recurso. O orçamento do ano que vem para a Embrapa é praticamente pífio. Nós teremos de fazer um trabalho, como disse a Senadora Soraya; precisaremos ajudar a Embrapa e trabalhar para que a Embrapa e a Sudeco tenham recursos para auxiliar nesses projetos.

Então, a pergunta que fica aqui, muito mais ao Ministro, é que, como articulador na área do meio ambiente, gostaríamos de colocar, Ministro, sob sua responsabilidade, essa liderança junto ao Ministro Marinho, à Ministra da Agricultura, que também esteve na reunião passada, e ao Presidente da República, para que efetivamente façamos esse projeto de desenvolvimento sustentável, principalmente quanto aos aspectos protetivos e produtivos do nosso Pantanal.

Finalmente, eu só quero aqui dar uma informação para que o Ministro possa concluir. Também o Almirante Guida, que é lá do 6º Distrito de Ladário, cidade vizinha de Corumbá, anunciou a nós que já estão em treinamento, agora, mais 160 novos brigadistas, por parte do 6º Distrito de Ladário, ou seja, da Marinha brasileira. Isso também é um ponto extremamente importante.

Então, com a palavra o Ministro Salles para que faça suas conclusões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Meu caro Senador Wellington, eu me alinho com suas preocupações e também com as preocupações dos demais Senadores com o tema de preservação, que é o tema da nossa reunião de hoje, aqui da audiência pública com relação ao Pantanal.

Eu gostaria de... Enquanto falávamos, eu peço desculpa porque tive de ler aqui uma mensagem de celular que recebi do nosso Evaristo Miranda, da Embrapa. O Evaristo Miranda encaminhou a mim um artigo de um professor da Embrapa, o Prof. Arnildo Pott, em que ele trata justamente desses dilemas ou dessas situações que estão sendo tratadas aqui, em que locais... Ele cita Poconé em especial, mas tenho a impressão de que o estudo não se refere só a isso. Foram criadas áreas em que não se pode manejar, não há pecuária, não há manejo de fogo frio, quer dizer, se você retira a pecuária, retira o fogo frio, isso aumenta inexoravelmente a quantidade de massa; e, quando essa massa queima, o volume de fogo que acontece é isto que nós estamos vendo neste ano: clima mais quente, mais seco, com volume excessivo de massa orgânica, o que causa um fogo de grandes proporções. Se tivéssemos tido o manejo do fogo frio no momento adequado, se tivéssemos tido a manutenção da pecuária como uma das formas de manejo da vegetação e do solo, o emprego adequado no momento certo do retardante de fogo, todas essas visões, todas essas questões são extremamente importantes.

Quando se cita aqui – e acho que se cita com propriedade – a necessidade de ouvir a ciência, você tem que ouvir diversas vozes da ciência. E o que a gente tem visto em muitos casos é que há uma seleção de alguns que se dizem porta-vozes da ciência, quando na ciência há muita gente com opiniões, com estudos, com visões distintas. Alguns desses estudos muito bem feitos estão na Embrapa, na Embrapa Pantanal, e demonstram justamente estes pressupostos: o respeito ao homem pantaneiro, assim como se deve respeitar e valorizar a população da Amazônia e de todos os outros biomas e regiões do Brasil; o ser humano colocado em primeiro lugar; saber que inviabilizar a atividade econômica como objetivo em si mesmo é criar, no final das contas, desrespeito ao meio ambiente justamente porque a ausência de um desenvolvimento econômico sustentável acaba gerando desrespeito ao meio ambiente.

Tenho a impressão de que todos esses estudos e projetos, até alguns internacionais, devem ser discutidos, mas com uma composição de agentes que espelhe essas diferentes opiniões. O que não pode haver é um suposto grupo de cientistas ou de academia que, na verdade, é uma visão unilateral ou unidimensional, só uma opinião – em geral, uma opinião que é pela proibição de tudo a qualquer momento. Isso não é preservação; isso é exagero.

Então, nós temos que ter aqui muito equilíbrio, ouvir quem conhece a realidade na prática. Muitos desses estudos e opiniões que vêm de fora desconhecem completamente a realidade no local. O ser humano tradicional de lá, o homem pantaneiro sabe muito bem qual é a realidade, como é que se lida lá na região.

Para finalizar, quero dizer aos Srs. e às Sras. Senadoras, assim como aos governos dos Estados, que o Governo Federal continuará dando total e absoluto apoio ao combate aos incêndios, à prevenção para os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos futuros, à estruturação dessa brigada em território intermediário ali no meio do caminho dos dois Estados. Vamos discutir as coisas produtivas, que geram efetivamente resultado e que não sejam apenas alguns estudos ou algumas visões que, no final das contas, tornam ainda mais inviável a vida do ser humano no Pantanal.

Muito obrigado, Senador Wellington e demais Senadores e Senadoras, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós queremos agradecer imensamente, Ministro, a sua disposição de estar na Comissão, inclusive nos ligando, preocupado, para que pudéssemos fazer realmente hoje esta nossa audiência.

Eu agradeço aqui a todos os Senadores.

Quero corrigir aqui também: como eu disse anteriormente, é o Sítio Ramsar, ou seja, o pronunciamento do Sítio Ramsar.

Quero aqui, ainda, dizer que já convidamos o Ministro do Desenvolvimento, Rogério Marinho, para estar, provavelmente, na nossa próxima reunião. Vamos ainda anunciar o momento correto.

Ficamos ainda abertos aqui – a nossa Comissão – para receber sugestões.

Eu repito aqui, mais uma vez, que o nosso objetivo é exatamente trazer a segurança jurídica a todos aqueles que têm atividade no Pantanal, principalmente em relação aos aspectos protetivos daqueles mais vulneráveis, daqueles que mais precisam do apoio, como os ribeirinhos, os nossos irmãos índios, os quilombolas, os pequenos sitiantes, mas também precisamos fazer da economia do Pantanal uma economia pujante. Por isso é que o nosso objetivo nesta Comissão é discutir com toda a sociedade, com o Governo, como também com a Justiça Federal, a Justiça dos Estados, as assembleias legislativas e o Ministério Público, que, inclusive, também é nosso convidado para estar aqui nas nossas próximas reuniões, para que a gente possa produzir algo perene, um estatuto que traga estabilidade àqueles que estão na atividade. Porque, volto a repetir, do Pantanal de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, mais de 90% da sua área está na responsabilidade da iniciativa privada. Portanto, também todo peso, o ônus dessa conservação – de mais de 84% do Pantanal ainda estar conservado – está na responsabilidade da iniciativa privada. Então, mais do que nunca, é importante a parceria a ser feita com o Governo Federal, o Governo dos Estados e também os Municípios mato-grossenses. Claro, vamos buscar também que fundos internacionais possam investir na preservação, na conservação do nosso Pantanal.

Ministro, mais uma vez, muito obrigado. Agradeço a todos os membros desta Comissão.

Ainda nesta semana deveremos ter uma nova audiência que publicaremos.

Alguém mais? (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta presente reunião, desejando uma boa semana a todos e desejando àqueles que, assim como eu, estão se recuperando da Covid que essa doença passe logo. E que a gente possa continuar promovendo o desenvolvimento do País, principalmente a nossa recuperação econômica. Mas ainda, claro, o objetivo principal é salvar vidas. De uma vida perdida não se pode mensurar o valor.

Por isso, quero aqui agradecer imensamente a Deus e a todos, porque estamos procurando construir justiça social no Brasil, principalmente preservando o nosso ecossistema, que é extremamente importante para que as nossas futuras gerações tenham o meio ambiente adequado para a nossa vida humana.

Senador Nelsinho, tudo o.k.? *(Pausa.)*

Podemos encerrar então, não é? *(Pausa.)*

Então, nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS INCÊNDIOS DETECTADOS NO BIOMA PANTANAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2020, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal com a presença dos Senadores Nelsinho Trad, Soraya Thronicke e Carlos Fávaro. Deixa de comparecer a Senadora Simone Tebet. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Discutir as ações de enfrentamento aos incêndios no bioma Pantanal. **Participantes:** Luciano Furtado Loubet, Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (representante de: Alexandre Magno Benites de Lacerda, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul); Ana Carolina Naves Dias Barchet, Presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental; Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal (representante de: Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República); Flávio José Ferreira, Secretário-Geral da OAB/MT (representante de: Leonardo Pio Silva Campos, Presidente da OAB/MT); Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Procurador de Justiça titular da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística (representante de: José Antônio Borges Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso); e Sra. Vânia Plaza Nunes, Médica Veterinária e Coordenadora do GRAD (representante de: Carla Sássi, Médica Veterinária do Grupo de Resgate de Animais em Desastre (GRAD)). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados no bioma Pantanal





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/10/16>

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 2.187, de 2020, que tem por objetivo acompanhar as ações de enfrentamento aos incêndios detectados para evitar novos focos de incêndios, a limpeza dos locais já atingidos, a proteção das populações diretamente atingidas, da economia, da fauna e da flora e a transparência das atividades coordenadas pela Operação Pantanal.

Esclareço que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo, e que a ordem da fala será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 8ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a presença dos seguintes convidados:

- Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal, representante de Antônio Augusto Brandão Aras, que é o nosso Procurador-Geral da República;

- Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Procurador de Justiça Titular da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística, representante de José Antônio Borges Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de MT;

- Ana Carolina Naves Dias Barchet, Advogada Presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Luciano Furtado Loubet, Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, representante de Alexandre Magno Benites de Lacerda, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul;

- Flávio José Ferreira, Secretário-Geral da OAB do Estado de Mato Grosso, representante do Dr. Leonardo Pio Silva Campos, Presidente da OAB/MT;

- Carla Sássi, médica veterinária do Grupo de Resgate de Animais em Desastres, que tem atuado com vários médicos veterinários, principalmente no Estado de Mato Grosso.

Antes de iniciar a audiência pública, informo que todos os que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ainda pelo telefone 0800-612211.

Eu quero aqui, rapidamente também, fazer uma breve colocação, dizendo que, antes de passar a palavra para as considerações dos nossos convidados, eu gostaria de fazer considerações sobre a nossa audiência.

Quando propusemos a criação desta Comissão Temporária Externa, o Pantanal estava todo em chamas, aliás, isso estava começando, porque um quarto do bioma já havia sido queimado. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrava, naquela época, 8.058 casos de incêndios florestais, de 1º de janeiro até o dia 20 de agosto, o que representa um aumento de 205% em comparação ao mesmo período de 2019.

Diante desse quadro, vimos a necessidade de acompanhar as ações de enfrentamento aos focos de incêndio e os seus desdobramentos. É exatamente o que estamos fazendo diariamente, acompanhando a situação e os relatos das equipes de campo e do próprio Inpe, visitando as áreas atingidas, como fizemos com todos os membros da Comissão, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, dialogando também com o voluntariado.

O que acontece hoje no Pantanal é bastante triste, muito triste, porque maltrata os animais, maltrata o ecossistema e, sem dúvida alguma, maltrata o nosso ser humano pantaneiro.

É preciso reconhecer que, apesar de todos os esforços do Governo Federal, que, como todos sabem, chegou atrasado, mas que, felizmente, chegou, apesar da estratégia definida e da luta de brigadistas, bombeiros e voluntários que vivem no Pantanal e daqueles que para lá se deslocaram, infelizmente perdemos a guerra para o fogo. As condições climáticas também não favorecem. Os recursos de incêndios florestais no Pantanal foram utilizados no combate mês após mês, e parece que a ajuda divina se faz mais do que necessária.

Agora, em apenas 14 dias, já temos o segundo pior outubro desde 1998. Desde o período da chuva, que a gente está esperando, que começou a chegar agora... Mas ainda temos, como aconteceu ontem, no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mato Grosso do Sul, na Serra do Amolar, realmente algo extremamente assustador, que passou em todas as emissoras de televisão. A cidade de Corumbá, realmente, hoje, continua sob os efeitos daquilo que a gente falava, da questão da fome cinzenta e, principalmente, do volume de cinzas que foi ao ar, contaminando o nosso ecossistema e também trazendo consequências que a gente não sabe mensurar ainda para a própria população. Já temos, no Mato Grosso, Senador Nelsinho, mortalidade de peixes, enfim, uma situação realmente complicada. Essa, portanto, é a realidade.

Resta-nos, como eu disse há pouco, planejar para que, no ano que vem e nos próximos anos de severa estiagem – isso está previsto para, pelo menos, os próximos quatro ou cinco anos –, não nos congratulemos com o que estamos vivendo hoje.

Enalteço a disposição, mesmo tardia, do Governo Federal e espero que aquilo que vêm demonstrando os Ministros possa se confirmar em ações concretas e efetivas a partir de agora.

Senhoras e senhores, um requerimento de minha autoria criou esta Comissão Externa, tão fortemente abrilhantada pelo nosso Senador Relator Nelsinho Trad, bem como pela Senadora Simone Tebet; pela Senadora Soraya Thronicke; pelo nosso companheiro Fabiano Contarato, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente; pelo Senador Jayme Campos, pelo Senador Carlos Fávaro e ainda pelo Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina, que também nos empresta seu brilhantismo para a busca de soluções.

Como eu dizia, no requerimento que apresentei, entre os trabalhos desta Comissão está também a proteção das populações diretamente atingidas pelo desastre ambiental em nosso Pantanal. Temos aqui debatido soluções, temos aqui procurado adotar medidas ligadas diretamente à fauna e à flora castigada do bioma, mas é preciso que enxerguemos também as famílias que lá se encontram, muitas vivendo uma hereditariedade de séculos. São índios, quilombolas, ribeirinhos, a mulher e o homem pantaneiros, os donos de pousadas, proprietários rurais e de investimentos turísticos, gente que por anos e anos convive harmonicamente com esse bioma. Famílias que perderam casas, suas criações, suas plantações, a maioria delas de subsistência, estão a necessitar de apoio para que possam recuperar a vida e continuar em seus locais.

Daqui a pouco, lembro, como já falamos agora há pouco, os efeitos da decoada, como é falado, os efeitos das cinzas terão ainda consequências muito mais graves. Ao chamar a atenção para esse quadro de urgente assistência, desde já alerta, peço ao Governo Federal que convoque os Governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para fazerem, somados, esse grande enfrentamento, assim como tem sido o do fogo, para que possamos garantir que o ser humano habitante do Pantanal possa ter o apoio necessário para retomar a sua vida. Creio que a Comissão Temporária Externa do Pantanal seja o foro adequado para construir também essa ação de resgate do nosso povo pantaneiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, seguiremos outra vertente para a qual nos propomos, que é o debate necessário e fundamental para a construção do estatuto do Pantanal, no qual, repito, estamos empenhados em buscar a harmonização da legislação existente, para que tenhamos, sob a luz de um regulamento federal, uma linguagem solidificada, garantindo a segurança jurídica tão fundamental para o desenvolvimento de programas e projetos para esse bioma.

É com isso, senhoras e senhores, que vamos criar as condições para que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possam trabalhar conjuntamente na defesa desse bioma que é patrimônio da humanidade, mas que, antes de tudo, como venho dizendo, é patrimônio do povo brasileiro, patrimônio natural do Brasil, pelo qual devemos zelar.

O debate serve para esclarecer questões, refutar teorias, verificar a validade de ideias, convencer, buscar a veracidade de um argumento entre outros tantos. Esse é o melhor exercício para se conseguir chegar ao ponto mais próximo da perfeição. E é para isso que estamos aqui.

Desde já, agradeço a cada um dos que aqui se encontram hoje, aos que passaram por esta Comissão e aos que ainda virão, também a todos os internautas – já começaram a chegar algumas perguntas – e a todos que estão participando.

Com certeza, fazemos este debate não por uma ideia, não por uma ideologia; fazemos este debate pela importância de construir um legado para as gerações que virão, que poderão reverenciar e reconhecer cada um pelo esforço e dedicação com que se empenha. Poderemos lhes permitir que conheçam o Pantanal como nós o conhecemos, a maior planície alagada do Planeta, onde se abriga uma das ricas diversidades da vida, que chamamos de biodiversidade.

É claro que temos que cuidar também da economia do Pantanal, para que o homem pantaneiro tenha condições de sobrevivência e ainda tenha condições de conservar o nosso ecossistema. Todos sabemos que mais de 90% das propriedades estão na mão da iniciativa privada. Por isso, nós precisamos também criar condições, inclusive compensações ambientais, para que isso seja possível, ou seja, repito, essa preservação.

Então, eu quero agora, inicialmente, passar a palavra ao nosso Senador Nelsinho Trad, se ele tiver algumas considerações iniciais a fazer, para depois a gente repassá-la aos nossos companheiros palestrantes, aos convidados, é claro.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Meu querido Presidente, Senador Wellington, apenas quero reforçar que o grupo seletivo de hoje, que V. Exa. conseguiu reunir, nos faz ter a única atitude de ouvi-los. Então, eu estou aqui pronto para poder já dar início aos nossos trabalhos, ouvindo esse grupo seletivo de convidados, escolhidos a dedo por V. Exa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero agradecer ao Senador Nelsinho, nosso Relator, e dizer que estamos em reuniões constantes – não é isso, Senador? – com as duas consultorias, juntamente com as nossas assessorias dos gabinetes, e que já avançamos muito no trabalho, principalmente no relatório do Senador Nelsinho.

Agradeço muito a gentileza de V. Exa., com a sua assessoria, por estar sempre conversando muito, para que a gente possa encontrar o melhor caminho.

Quero convidar, então, o Dr. Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do nosso Ministério Público Federal. Mais uma vez, então, convido o Dr. Juliano Baiocchi Villa Verde de Carvalho, que está com a palavra.

V. Exa. tem o tempo de sete minutos, mas com tolerância. *(Pausa.)*

Faça o favor de ligar o som, Dr. Juliano.

O SR. JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO (Para expor.) – Muito bom-dia, Senador Wellington!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está ótimo!

O SR. JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO (Para expor.) – Deixe-me ver... Eu acho que estou com dois microfones abertos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está ótimo, Dr. Juliano.

O SR. JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO (Para expor.) – Há um eco aqui. *(Pausa.)*

É uma honra para mim, pessoalmente, e para o Ministério Público Federal estarmos aqui presentes, nesta Comissão Especial, neste momento de emergência, Sr. Senador e Srs. Senadores que, ainda que não estejam presentes no Plenário virtual, estão acompanhando esta audiência e que cumprimento na pessoa do Senador Trad, Relator desta Comissão.

Peço licença a V. Exas. para fazer uma breve apresentação, de poucos eslaides, que traz alguns dados sobre o evento climático e também sobre o trabalho do Ministério Público Federal nas procuradorias da República no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, que têm sido já desenvolvidos a partir desses fatos que a mídia nacional e internacional... E esse Senado, sempre atento às necessidades da população, procura esclarecer e aprofundar o conhecimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu reuni, nesta breve apresentação, as principais informações sobre a atuação do Ministério Público Federal naqueles Estados durante a emergência climática do calor e da seca extrema que se abateu sobre o bioma Pantanal neste inverno de 2020.

Uma breve apresentação. O Procurador-Geral da República me designou para responder ao convite do Senado porque sou coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, órgão superior de revisão, coordenação e integração dos cerca de 500 procuradores da República em todo Brasil que atuam na tutela do meio ambiente, do patrimônio histórico e do patrimônio cultural. *(Pausa.)*

O que é o Pantanal? Como sabem os ilustres Senadores, é a maior superfície alagável em planície do Planeta, reconhecida como reserva da biosfera pela ONU, com área de 187 mil quilômetros quadrados, e o seu território se estende pelo Brasil, pelo Paraguai e pela Bolívia. No Brasil, temos a maior parte dessa extensão, com 150 mil quilômetros quadrados, que se dividem entre os dois Estados do oeste brasileiro – Mato Grosso com 35% dessa área e o Mato Grosso do Sul com 65%, na sua maior parte localizada na região hidrográfica da Bacia do Paraguai.

Como se trata de uma região predominantemente, no tempo e no espaço, alagada, são mais frequentes espécies vegetais adaptadas ao bioma, mas com a ocorrência também do Cerrado, campos e florestas em menor extensão. A fauna é bem diversificada e com várias espécies ameaçadas de extinção. Anoto que 4,6% do bioma estão abrangidos por 25 unidades de conservação, sendo sete de proteção integral, das quais apenas duas são federais, quatro estaduais e uma municipal, além de 18 unidades de conservação de uso sustentável, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – em número de 18 essas duas modalidades.

São algumas anotações para registro na Comissão.

O que observamos na dinâmica histórica do Pantanal? O aumento da presença humana nas duas últimas décadas, seja pela agropecuária, pelo turismo ou pela urbanização; impactos sociais decorrentes de alagamentos periódicos, decorrentes de altos índices pluviométricos e do consequente transbordamento de inúmeros rios, córregos e lagos. E, neste ano de 2020, um excepcional déficit hídrico, uma das maiores secas já restadas no Brasil, que atingiu até mesmo a Bacia do Paraguai, considerada o maior alagadiço do mundo, e temperaturas recordes sucessivas. O resultado dessa conjugação de fatores climáticos foi a tempestade perfeita para a ocorrência e a rápida extensão de incêndios a partir de queimadas espontâneas ou provocadas de forma inocente ou criminosas, mas de magnitude sem precedentes.

O que surpreendeu na seca deste ano, na questão dos incêndios florestais, eminentes Senadores, foi que, enquanto toda a opinião pública acompanhava atenta os alertas do Inpe para o número de focos de incêndios na Amazônia, o maior impacto da onda de calor e da seca prolongada deste ano resultou em incêndios no Pantanal, ou seja, onde nunca houve preocupação elevada com incêndios, exatamente pela abundância de água.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não temos dados ainda para concluir, mas a intuição aponta no sentido de que, enquanto os esforços do Governo Federal, atraídos pelo aumento dos alertas de focos de calor na Amazônia, se direcionavam para o bioma amazônico, era no bioma mais improvável que o maior dano se desenhava, sendo de se supor que o redirecionamento de forças para esse novo foco das atenções, como ocorreu aqui no Senado, tenha demandado tempo precioso para o combate aos focos de incêndio no Pantanal.

Os levantamentos das agências de notícias apontam para números inimagináveis para um local de alagamentos, mesmo no período mais seco do ano: mais de 20 mil focos de incêndio a esta altura, maior número para um ano da história. Somente nos primeiros 14 dias de outubro, mais de 2,5 mil focos de incêndio, ou seja, no auge da seca. O recorde anual anterior em 2005 foi de 12,5 mil focos. Vinte e sete por cento de todo o bioma foi atingido até 11 de outubro.

A fiscalização e a tutela do MPF estão direcionadas, pelas regras de competência funcional, à Justiça Federal e pelos valores protegidos pela União e suas autarquias. Então, para que os procuradores da República tenham atribuição para fiscalização e eventual persecução da reparação cível ou criminal dos danos, é preciso que o incêndio tenha atingido um desses valores sob sua tutela. Então, o que primeiro verificamos no MPF é a presença do interesse jurídico federal: incêndios em unidades de conservação federais, em terras indígenas, em áreas de preservação permanente de rios ou lagos que banham mais de um Estado da Federação ou rios internacionais, como é o caso, ou quando haja danos aos bens ou serviços da União, como o Ibama, ICMBio e Funai, por exemplo, ou mesmo às Forças Armadas e suas organizações militares.

Aqui nesses dois quadros, então, temos o tamanho da demanda do trabalho dos procuradores da República nessa catástrofe ambiental de 2020 no Pantanal.

A Estação Ecológica de Taiaí, no Mato Grosso, e o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, que são as duas unidades de conservação federais – e se divide a segunda entre os dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, tiveram respectivamente 41% e 59% de suas áreas consumidas pelo fogo até agora.

Das seis terras indígenas localizadas no bioma, que abrangem uma área total de 668 mil hectares, 44% dessas áreas também foram atingidas pelo fogo.

Esse é o resumo do impacto até agora.

Aí vemos aqui já o impacto no trabalho das procuradorias da República. Ainda estamos no início do trabalho, mas os colegas já começam a receber as chamadas notícias de fato, as ocorrências. As forças de segurança nacionais já buscam uma atuação integrada com a 4ª Câmara para buscarmos juntos maximizar os poucos recursos que temos para essa atuação repressiva de ilícitos que foram verificados, sejam eles praticados por indivíduos de forma culposa ou dolosa, sejam eles pela deficiente atuação da Administração Pública, a quem incube a prevenção de forma razoável contra tais ocorrências. Não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos transferir, é verdade, a culpa pelos danos causados pelo incêndio ao Corpo de Bombeiros, para fazer aqui um raciocínio reducionista da busca de responsabilidades. Quem estava realmente preocupado com incêndios no bioma mais úmido do mundo? O princípio da precaução indicava necessidade de maior cuidado com as florestas do Norte do País ou com o Pantanal do nosso oeste alagado? É evidente que os alertas, como já nos referimos, apontavam para a região da floresta. Então, são ponderações que podem levar a atribuir ao clima, realmente, a maior parte da responsabilidade pelos eventos, mas estamos apurando.

Aí destaco alguns casos.

Em Santo Antônio do Leverger, o Procurador busca investigar sobre a eficiência do sistema de combate a incêndios florestais em terras indígenas no Mato Grosso.

Em Cuiabá, o colega desmembrou uma notícia de fato especificamente para execução de ações integradas pelos órgãos estaduais e federais na estruturação dos sistemas de proteção e de combate aos incêndios florestais no Mato Grosso.

Há notícia de fato recebida também em Santo Antônio informando a ocorrência de incêndio florestal da TI Tereza Cristina localizada naquele Município.

Em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, busca-se a responsabilização de indivíduos acusados de gerar focos de incêndio por ato voluntário em Corumbá e em Ladário ainda em 2019.

E há até uma ação popular acompanhada em Cuiabá – não é de autoria do MPF – em que o cidadão procura responsabilizar a União, o Presidente da República e o Ministro do Meio Ambiente atribuindo a eles a responsabilidade por omissão na proteção ambiental e no efetivo combate aos incêndios.

Por fim, as populações ribeirinhas que tiveram a sua saúde abalada pela poluição do ar, como destacou o Senador Wellington, o Presidente, estão recebendo a assistência do SUS graças à intervenção do MPF em Barra de São Lourenço, a 150km de Corumbá.

Ainda tivemos a Operação Matáá, que investiga a origem dos incêndios que atingiram o bioma. Após a autorização judicial, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em fazendas suspeitas de uso irregular de queimadas, tendo o material apreendido sido levado para a Polícia Federal, o qual será submetido à perícia.

Finalmente, há duas ações de coordenação: uma, de iniciativa de três procuradores com lotação em procuradorias do Pantanal, possui uma criação de uma pequena força-tarefa, o que será decidido em breve pelo PGR, que, conforme a Lei Complementar 75, é o único a autorizar esse tipo de atuação conjunta. Além disso, na 4ª Câmara – comigo, um procurador da República do Mato Grosso do Sul e um do Mato



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Grosso, além de um quarto procurador do Amazonas –, estamos contribuindo e integrando a Operação Verde Brasil 2, do Ministério da Defesa.

São essas, em resumo, as ações.

Para finalizar, trouxemos aqui – podemos disponibilizar aos Srs. Senadores – a identificação de todos os procuradores da República lotados nas PRMs e nas sedes das procuradorias nos dois Estados, contribuição ambiental na região do bioma Amazonas, que são essas duas últimas lâminas.

Então, Srs. Senadores, eu agradeço muito. Espero ter sido breve, dentro do tempo disponibilizado, e fico à disposição de V. Exas. para os esclarecimentos sobre essas ações e investigações que se iniciam, porque o fogo é rápido, não é? E as instituições agem à medida que as notícias e os fatos chegam às populações. E essas abrem, ali nas procuradorias, as notícias de fato para a instauração das respectivas investigações e ações.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós agradecemos imensamente ao Dr. Juliano, representando aqui o Ministério Público Federal, e convidamos para que V. Exa. esteja conosco.

Eu vou aqui ler algumas perguntas do e-Cidadania.

José Rocha Júnior, do Rio de Janeiro, pergunta: "Há como separar o fenômeno da estiagem atípica e o fogo 'espontâneo' dos incêndios provocados com método e objetivo, logo, criminosos?"

Jezer Leal, de Mato Grosso do Sul: "Há algum projeto que vise a auxiliar os Estados – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, no enfrentamento a situações futuras, como com recursos para efetivo pessoal e material?"

Giulia Matos, do Pará: "Como serão feitos o reconhecimento e a recompensação dos profissionais que se dirigiram, de forma voluntária, para ajudar aos animais?"

Amanda Oliveira Dias, de São Paulo: "O número de pessoas para ajudar não foi o suficiente? Irão enviar mais?"

Essas perguntas gostaria que vocês anotassem e, se for o caso, eu as repito de novo, posteriormente, para que, se quiserem responder, durante a fala, também possam fazê-lo.

Eu quero registrar aqui também a presença da Deputada Professora Rosa Neide, que é Presidente da Comissão também que está averiguando as condições do Pantanal na Câmara dos Deputados. Depois, ela também terá a palavra como não membro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agora convidar o Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, que é Procurador de Justiça titular da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística do Estado de Mato Grosso.

Com a palavra, Dr. Scaloppe. (*Pausa.*)

Não estando presente ainda, eu passo a palavra agora, então, à Dra. Ana Carolina Naves Dias Barchet, advogada Presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental.

A SRA. ANA CAROLINA NAVES DIAS BARCHET (Para expor.) – Bom dia a todos.

Bom dia, Senador Wellington. Obrigada pelo convite para participar de uma Comissão tão importante quanto esta que vai discutir o cerne da vida do Estado de Mato Grosso, que é a preservação do Pantanal.

Depois da nossa visita ao Pantanal, naquela audiência pública do dia 19 de setembro, a OAB do Estado de Mato Grosso encaminhou ao Observatório do CNJ um pedido de providências do órgão para as questões do Pantanal. Agora no início do mês, a OAB nacional teve uma reunião com a Ministra do CNJ, que solicitou a nós os Estados envolvidos no bioma a formação de pequenos observatórios descentralizados para que pudéssemos sugerir ações de combate e fiscalização dos incêndios.

Nesse diapasão, conforme fomos notificados por V. Exa. sobre o projeto do estatuto do Pantanal, nós formamos uma comissão, dentro também da OAB do Mato Grosso, para discutir e sugerir alterações legislativas e um melhor esclarecimento do que vai poder ser feito ou não no Pantanal.

Dentro dos próximos 60 dias, nós discutiremos, junto com a Assembleia Legislativa e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, a legislação, para o apontamento de sugestões. E também faremos uma audiência pública com os setores envolvidos: Ministério Público, setor de agronegócio, turismo, pesca, enfim, todos aqueles que estão afetados pelas queimadas no Pantanal de alguma forma.

Eu acredito que – e houve uma pergunta neste sentido – uma das situações mais importantes que nós temos hoje é justamente saber identificar quem é o responsável pelo fogo. Nós não descartamos, até então, a possibilidade de haverem ocorrido incêndios criminosos, mas também acreditamos que eles não são a maioria. O homem do Pantanal sofreu muito no combate ao fogo, teve a sua renda afetada, teve a sua vida totalmente afetada, e nós precisamos de adoção de medidas emergenciais para que ele não seja responsabilizado mais ainda, não é? Na lei, existem algumas nuances que não separam o que é natural do que foi provocado, e a nossa situação aqui é justamente pleitear a legalidade, o aprimoramento das leis, escutando o homem pantaneiro, escutando aquele que produz e aquele que vive do Pantanal, que são os maiores interessados na preservação do bioma.

Muito obrigada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Devolvo a palavra ao Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero agradecer à Dra. Ana Carolina e convidar o Dr. Luciano Furtado Loubet, Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, a quem agradeço, inclusive, porque foi um dos primeiros a chegar.

O SR. LUCIANO FURTADO LOUBET (Para expor.) – Olá! Os Senadores me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k., muito bom!

O SR. LUCIANO FURTADO LOUBET (Para expor.) – Olá, bom dia a todos!

Gostaria de agradecer o convite, em nome do nosso Procurador-Geral, o Dr. Alexandre Magno, e da nossa Coordenadora do setor ambiental aqui, do Caoma, a Dra. Marigô; e de parabenizar o Senador Wellington e o Senador Nelsinho, que é daqui no nosso Estado, por essa iniciativa. Eu tenho acompanhado o trabalho desta Comissão, aqui pelo Ministério Público, e reconheço o trabalho que tem sido feito pela Comissão, pelo Senado e também pela Câmara dos Deputados.

Eu queria começar esta fala dizendo o seguinte: se houve algum ponto positivo nesse desastre que está acontecendo hoje, Senadores, é que se chame atenção para o que está acontecendo no Pantanal. O fogo é um dos pontos em que o Pantanal está em risco hoje em dia. Nós temos uma série de outros problemas. E o Ministério Público do Mato Grosso do Sul, desde 2004, criou a organização das promotorias do Pantanal, ou seja, há mais de 16 anos eu participei da criação dessas promotorias do Pantanal, que é uma forma de organização dos promotores. Naquela época, cada promotor atuava de forma isolava na sua comarca, e o meio ambiente não aceita esse tipo de trabalho; tem que haver uma articulação geográfica interinstitucional e, no caso do Pantanal, internacional, porque abrange Bolívia e Paraguai também, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – é um grande desafio. Então, em 2004, nós criamos essas promotorias do Pantanal – o primeiro planejamento estratégico do Ministério Público do Mato Grosso do Sul em qualquer área foi para a proteção do Pantanal – e, a partir dali, começamos a trabalhar de uma forma articulada na defesa do Pantanal.

Começo especialmente por uma questão que, com essas queimadas, pode estar passando ao largo: o assoreamento que traz problemas ao Pantanal. Basta ver o caos da foz do Taquari, que nós, promotores de Justiça da região, visitamos no ano passado. A gente trabalhou em mais de 4 mil propriedades, trabalhando com recuperação de nascentes, para evitar esse desastre que tem acontecido no Pantanal com a degradação das nascentes.

O Ministério Público do Mato Grosso do Sul também, em 2008, criou o que até hoje é o primeiro e único sistema de monitoramento do desmatamento que acontece de forma sistemática em Mato Grosso do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sul, por imagem de satélite. A gente criou o Programa DNA Ambiental, através do nosso núcleo de geoprocessamento, que já detectou milhares de hectares de desmatamento ilegal no Pantanal. E esse desmatamento ilegal, em parceria com a Polícia Ambiental, com os órgãos ambientais, o Ibama e o Imasul, a gente tem trabalhado.

Então, essa questão de incêndio é uma questão gravíssima, é claro; nós precisamos trabalhá-la. E o Ministério Público tem trabalhado não só na questão de tentar a repressão, mas também na destinação de recursos de multas ambientais estabelecidas em termos de gerenciamento de conduta em materiais para o combate aos incêndios, como tem feito minha colega Ana Rachel, lá de Corumbá.

A grande dificuldade do Ministério Público é que a responsabilidade penal e administrativa dos incêndios é uma responsabilidade subjetiva. O Pantanal é gigante; conseguir comprovar quem colocou fogo, os motivos, as causas e que isso foi doloso ou culposo é o grande desafio. Tudo bem que a responsabilidade civil da recuperação dos danos é objetiva, terá de ser feita, mas é uma frustração conseguir encontrar os culpados, se é que, além da questão climática, a gente vai conseguir encontrar alguma situação dolosa, porque sabemos também que grande parte desses incêndios não são provocados pelos proprietários rurais, são provocados por outros tipos de atividades e, em alguns casos, são até acidentais.

Por isso, eu acredito que uma Comissão como esta do Senado tem que trabalhar muito mais em superar esse sistema de comando e controle, de fiscalização e punição, que é muito pouco eficiente no Brasil, para buscar a valorização das áreas protegidas do Pantanal, das áreas naturais e do sistema de produção sustentável.

Eu quero trazer aqui para os senhores o caso que tem acontecido de média de desmatamentos autorizados no Pantanal. Nós temos uma ação civil pública em Corumbá que questiona uma licença ambiental de desmatamento de 20,5 mil hectares no Pantanal. O Pantanal tem mudado de mãos. Aquele proprietário rural tradicional que conhece o sistema tem, por conta de descapitalização ou por qualquer motivo, vendido suas propriedades para outros proprietários que estão colocando outro sistema de aproveitamento do Pantanal e que nós não sabemos se é sustentável como é o gado hoje, com substituição de pastagens e com desmatamento das matas de cordilheiras, que de cordilheira não tem nada; são aquelas vegetações arbustivas que têm uma grande influência ambiental na questão de proteção da fauna e da estabilidade geológica dos solos.

Outra situação muito importante em uma Comissão desta, na união de todos, é nos aliarmos com ciência. Se boi bombeiro funciona ou não funciona, se a queimada preventiva funciona ou não funciona; nós temos de ter base científica para atuar em relação à proteção do Pantanal, especialmente porque o cenário futuro, com as mudanças climáticas, se mostra muito grave.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso o Ministério Público daqui de Mato Grosso do Sul marcou, para o dia 27, uma reunião técnica com pessoas tanto do setor produtivo quanto do Ibama, do Imasul e da academia, para que a gente possa traçar estratégias para o que nós achamos mais importante: o futuro, a prevenção. Sobre o que aconteceu este ano, acho que, dentro ou fora das possibilidades, atrasadas ou não, as autoridades buscaram, com todo seu empenho, trabalhar para apagar esses incêndios, mas o que precisamos fazer agora é trabalhar pelo futuro. Por isso eu trago, Senadores, algumas sugestões de encaminhamentos.

Primeiro, não há como trabalhar na prevenção sem dinheiro. E sabemos que, do orçamento público, há uma grande dificuldade para a saída desses recursos orçamentários, em razão do que todos já conhecemos sobre as dificuldades do orçamento público. Mas nós temos algumas estratégias. A primeira delas é que nós temos dinheiro de compensações ambientais da Lei do Snuc que está travado, tanto nos fundos estaduais aqui do Mato Grosso do Sul quanto no federal. Então, teríamos de buscar incentivos para que esses recursos de compensação do Snuc pudessem ser utilizados nesse trabalho de prevenção dos incêndios.

Segundo: programa de conversão de multas ambientais. Eu vi que o Ibama tem um programa específico de incêndio florestal, mas desconheço que tenha sido aberto um edital para fomentar que aquelas pessoas que devem multas e grandes empresas pudessem contratar diretamente brigadistas ou doar diretamente equipamentos sem que esse dinheiro passasse pela burocracia do recurso público, porque nós sabemos que contratar brigadistas é gasto com pessoal, e a maioria dos Estados está impossibilitada de fazer gasto com pessoal, mas utilizar o sistema de conversão de multas ambientais pode ser uma alteração.

Outra coisa, Senadores, importante no Senado: o Pantanal não tem uma legislação própria. Enquanto a Mata Atlântica é protegida 100% – não se pode desmatar, salvo hipóteses raríssimas, a Mata Atlântica primária e em estágio secundário de preservação –, e a Floresta Amazônica tem preservação de 80%, o Pantanal não tem uma legislação federal que o proteja.

Outra iniciativa importante: uma política articulada do Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul na questão de um plano regional de combate aos incêndios no Pantanal, verificando se é possível aceiro. Por exemplo, no caso do nosso Núcleo de Geoprocessamento aqui, nós já determinamos que as áreas onde não houve incêndio neste ano fossem identificadas para que se possa verificar a questão de massa para futuros incêndios, para se trabalhar de forma preventiva junto aos proprietários.

Então, há uma atuação efetiva do Comitê Interinstitucional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, nesse programa articulado, como apoio à academia para que ela possa efetivamente saber quais são as causas dos incêndios, onde começaram e tentar uma investigação para que a gente tenha uma resposta concreta: se realmente é incêndio acidental ou é incêndio provocado; se isso é para limpeza de pastagem; se foi o pescador que colocou; se foi o peão que estava fumando e jogou o cigarro; se foi a pessoa que passou na beira da rodovia, jogou o cigarro e pegou fogo. É importante essa identificação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, especialmente, é preciso trabalhar com a questão da conscientização e da parceria entre os órgãos; observar o orçamento para o ano que vem; determinar a criação nos Estados de brigadistas também – a contratação de brigadistas, como eles falam –, porque, pelo menos no Mato Grosso do Sul, não houve isso, os brigadistas eram todos do prédio de fogo do Ibama; e, especialmente, também prestar apoio às comunidades locais.

Então, essa é a minha contribuição. Eu fico aqui à disposição para eventuais perguntas e dúvidas, colocando à disposição o nosso Ministério Público, aqui, que, desde antes, pelo menos já de uma forma articulada desde 2004, tem trabalhado nessa questão da defesa do Pantanal em várias frentes. E agora também enfrentaremos essa frente dos incêndios com toda a limitação que o Ministério Público possui, não só em relação à questão orçamentária, mas especialmente em relação à limitação jurídica em razão da dificuldade desse sistema de comando e controle no combate aos incêndios.

Eu acho que a participação do Ministério Público é muito mais no sentido de acompanhar junto aos órgãos públicos essa grande articulação, que tem que ser interinstitucional, não só dos órgãos públicos, mas também das ONGs, do terceiro setor, dos proprietários rurais, que têm interesse na preservação do Pantanal, e também essa articulação biestadual, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e binacional, junto ao Paraguai e à Bolívia. E para isso nós temos a Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental – da qual, inclusive, sou o Secretário e fui um dos fundadores, e o Dr. Scaloppe, que eu não sei se deve ter tido algum problema, é o Coordenador –, que foi criada em Bonito, com o apoio do Mato Grosso do Sul, com cinco países integrantes, e que hoje já está com dezenove países integrantes. Então, essa é a rede. Nós temos contatos na Bolívia, contatos no Paraguai, e um dos objetivos é também tentar essa articulação com os outros países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos agradecer imensamente ao Dr. Luciano Furtado Loubet, inclusive, pelas muitas sugestões. Tudo isso nós estamos catalogando. E quero dizer que estamos recebendo tanto daquelas pessoas que estão comparecendo à nossa Comissão, como também dos internautas e, enfim, de todos aqueles que podem nos ajudar nessa construção do estatuto do Pantanal bem como com alternativas para que possamos realmente propiciar o desenvolvimento sustentável do Pantanal.

Vou passar agora a palavra à Dra. Vania Plaza Nunes, que é médica-veterinária, coordenadora do Grupo de Resgate de Animais em Desastres.

Também estava convidada a Dra. Carla Sássi, médica-veterinária do mesmo grupo. Ela está no Pantanal e não teve condições de conexão em função da internet.

Com grande satisfação quero convidar a nossa companheira, colega, médica-veterinária e coordenadora do Grupo de Resgate de Animais em Desastres, Dra. Vania Plaza Nunes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Já anuncio que chegou o Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, a quem vou convidar logo após para fazer uso da palavra.

Dra. Vania com a palavra.

A SRA. VANIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES (Para expor.) – Bom dia, Senador! Eu agradeço muito a gentileza do convite. Queria cumprimentar o senhor e queria cumprimentar também o Dr. Luciano Furtado, que estava falando quando eu entrei. Eu peço desculpas por ter entrado atrasada na reunião, mas, por questões de falta de logística na comunicação, a Dra. Carla não pôde participar e me pediu agora de manhã que o fizesse, e gentilmente o Leandro me ajudou aqui na conexão.

Eu gostaria de saber, Senador, porque eu não fui informada, se eu tenho uns dez, quinze minutos para fazer uma pequena apresentação do trabalho que está sendo feito tanto no Mato Grosso quanto no Mato Grosso do Sul. Se o senhor permitir, eu acho que seria importante, porque acho que muitas vezes as imagens falam mais do que as palavras na condução daquilo que eu preciso trazer para vocês do trabalho voluntário que está sendo feito. Posso passar?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O nosso tempo é de sete minutos para cada palestrante, mas com uma tolerância. Como todos foram bastante céleres e obedeceram ao horário, eu repasso a V. Sa. para que faça uso da palavra da melhor forma possível. O importante é que a gente esclareça bem a todos aqueles que estão acompanhando e nos assistindo.

A SRA. VANIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES (Para expor.) – O senhor está vendo a minha apresentação, Senador? Eu vou começar minha apresentação aqui. Vocês me desculpem, está escrito Câmara dos Deputados – Brasília, porque foi uma apresentação que nós já fizemos na semana passada numa Comissão, a pedido e convite do Deputado Célio Studart. A gente vai contar um pouquinho o trabalho que está sendo feito pela nossa entidade, que é o grupo Grad (Grupo de Resgate de Animais em Desastres), entendendo que o que nós estamos vivendo nesse momento é realmente uma situação bastante crítica, causada por problemas da nossa sociedade que vêm se avolumando nas últimas décadas, trazendo-nos mudanças climáticas muito importantes e significativas, mudanças que não vão mais acontecer daqui a dez, vinte, trinta anos, elas já estão acontecendo no nosso País, assim como a gente vem observando em outros países.

Só para vocês entenderem, o grupo Grad pertence ao Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, que é uma força-tarefa composta por médicos-veterinários que, na verdade, tem uma experiência que vem sendo estruturada a partir dos acidentes de Mariana e Brumadinho. Embora todos nós tivéssemos já um trabalho anterior, foi a partir desses acidentes, dos acidentes da ruptura das barragens da Samarco e da Vale, que nós começamos a estruturar o nosso trabalho de forma bastante eficiente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui só algumas imagens, para deixar claro para vocês que a gente tem uma experiência grande em outros desastres. Essas três pessoas, a Dra. Ana Liz Bastos, a Dra. Carla Sássi, que deveria estar aqui no meu lugar, e o Dr. Arthur são do Estado de Minas Gerais e, junto conosco, fizeram a proposta da formação desse grupo de trabalho.

Além desse tipo de acidente, a gente já teve a oportunidade, infelizmente, de atender situações como essa de Rio Casca, em Minas Gerais, em 2018, uma enchente gigantesca que destruiu área urbana, área rural, área de produção. Então, as cenas que vocês estão vendo são cenas reais de animais que ficaram presos na condução das águas nesses locais.

Aqui também em Coronel João Sá, na Bahia, a mesma situação.

Aqui também os médicos-veterinários estiveram conosco, o Dr. Ricardo, Dra. Hilda e Dra. Carla Sássi.

Já neste ano, no Espírito Santo e em Minas Gerais, também situações de enchente muito desafiadoras, tudo acontecendo ao mesmo tempo – como agora, dois Estados atingidos, neste momento e no início do ano, pelas cheias –, e o nosso trabalho é sempre trabalhar o resgate de animais, não apenas cães, mas todos os animais que fazem parte de uma localidade afetada.

Nós tivemos também em São Paulo – e aí a gente tem as costas do Dr. Leonardo Castro – um problema muito semelhante também na região aqui de Sorocaba e de Araçariguama. Nós trabalhamos também na capacitação do pessoal durante a epidemia da Covid na região de Sorocaba, Araçariguama e outras pequenas cidades. No Pantanal, a gente vem trabalhando dentro de uma linha bastante complexa e que tem dado resultado, porque, ao chegar, a gente encontrou uma situação realmente muito complicada em relação à extensão das áreas atingidas e à dificuldade de acesso a recursos, à comunicação, às estruturas mínimas que pudessem amparar os nossos trabalhos. Então, nós, primeiro, temos a prática de sermos apresentados para quem está fazendo a gestão do trabalho, vamos reconhecer o local; fazemos o diagnóstico da crise; planejamos as nossas ações; fazemos os encaminhamentos técnicos necessários para o nosso trabalho; promovemos o resgate sempre que necessário; também promovemos a atenção e o cuidado aos animais, como tem sido feito diuturnamente no Pantanal, desde o dia 10 de setembro, pelo nosso grupo, tanto em Mato Grosso, como no Mato Grosso do Sul, sendo que no Sul nós já fizemos um trabalho, capacitamos o pessoal e voltamos; fazemos o transporte de animal, todo o apoio logístico que for necessário – para nós, não há essa questão de que nós somos técnicos e vamos só fazer trabalho técnico, não; nós fazemos qualquer trabalho que for necessário para ajudar o grupo de atividade –, capacitação e treinamento e, acima de tudo, permanentemente, avaliação e análise do que está sendo feito naquele local.

Nós trabalhamos sempre dentro dos princípios da Medicina Veterinária do coletivo, que reúne várias áreas de conhecimento da Medicina Veterinária. Então, aqui é uma reunião ocorrida no Espírito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Santo – só para vocês entenderem –, aqui no Mato Grosso do Sul, com o Dr. Cláudio Zago, médico-veterinário, bombeiro militar, que está aí na frente passando as orientações para o grupo. No Mato Grosso do Sul, nós tivemos um apoio muito importante dos órgãos do Estado, uma parceria relevante de diferentes órgãos estaduais no mapeamento e no planejamento das ações; mas, em Mato Grosso, as coisas foram um pouco mais complicadas, bem mais difíceis, até mesmo para consertar pontes para nós podermos passar para poder fazer a parte do que chamamos de assistencialismo, que é levar água, comida, fazer o georreferenciamento das áreas onde, na verdade, está a situação possível de ser feita a alimentação ou não, onde há animais mortos, onde há animais que nós chamamos de animais de produção, onde há uma quantidade maior de animais silvestres que precisam de apoio. Tudo isso é feito e planejado para facilitar todo o trabalho de quem vier depois no nosso momento de emergência. Então, o que a gente encontrou foram muitos animais que, muitas vezes por erros nas próprias propriedades – usar cercas de forma inadequada, como arame liso –, ficaram presos na fuga dos incêndios e acabaram morrendo.

A gente faz um levantamento também do número de animais atingidos, das condições, e, muitas vezes, até a necropsia desses animais para que a gente tenha claros quais foram os motivos e em qual momento esse animal morreu, porque, embora pareça que o animal morreu do incêndio, as causas de óbito podem ser as mais diversas possíveis. A nossa experiência, em especial no Estado de Minas Gerais, foi a importância, muitas vezes, do fornecimento desses relatórios e desses dados para que o Ministério Público pudesse agir de forma adequada nos processos jurídicos que cabe a ele encaminhar para apurar os fatos, a responsabilidade, como bem falou há pouco tempo o Dr. Luciano.

Aqui, para vocês entenderem um pouco do trabalho.

Então, como tudo foi destruído numa área de aproximadamente 30% do Pantanal de Mato Grosso – essas fotos são de lá –, o que tem sido feito é a distribuição de água, com muito sacrifício, porque os caminhões maiores não conseguem passar e, então, a gente precisa de caminhonetes menores para colocar água para distribuir. Para as pessoas que talvez não conheçam tão profundamente o Pantanal, é uma rodovia de terra de aproximadamente 145 quilômetros, com muita dificuldade de acesso. E mesmo conseguir peixe para a alimentação, por exemplo, de lontras, que são animais que precisam viver num ambiente com água, que praticamente inexistente, é muito difícil. A gente tem tido esse cuidado, lembrando que existem muitas espécies de animais no Pantanal que estão seriamente ameaçadas de desaparecer.

Então, aqui, mais um pouco do nosso trabalho.

Existem organizações não governamentais de Cuiabá que têm tido o papel brilhante de recolher alimentos em Cuiabá e depois mandar isso voluntariamente, através de uma outra ONG, para a região de Porto Jofre para ser feita a distribuição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós também encontramos pessoas que não tinham água nessa nossa andança por todos os lugares para tentar cuidar e tratar dos animais – aí a gente está vendo um dos nossos membros, que é o bombeiro civil César, fazendo essa distribuição de água inclusive para as pessoas; um dia à noite, o Emanuel. Contamos, em algumas ações pontuais, com a ajuda de helicópteros da Marinha – aí, a Dra. Luciana e a Marylin, que é bombeira civil, fazendo distribuição de alimento e de água. Como eu disse, para nós tanto faz, contanto que possamos ser úteis, estamos aí para trabalhar.

Aí há algumas imagens.

Aqui é um vídeo, nessa imagem maior, mas eu não vou conseguir passar para vocês até pelo tempo, mostrando inúmeras espécies diferentes de animais. A gente consegue ver um teiú e uma paca pequena, e há outros teiús, cobras, todos no mesmo ambiente, buscando desesperadamente fonte de água e alimentação.

Essa imagem menor, com água e comida e algumas pessoas, já é no Estado do Mato Grosso do Sul, onde, graças à capacitação que foi feita pelo Grad, muitos profissionais – do Imasul, da Universidade e de outras instituições – estão hoje conseguindo fazer um trabalho um pouco mais estruturado em relação ao incêndio na Serra do Amolar.

Aqui, o combate aos focos de incêndio durante a caminhada para procurar locais para alimentação.

Aqui é uma foto do Dr. Cláudio Zago, que é, como eu disse, bombeiro veterinário, fazendo o controle. Animais que nós atendemos no campo: búfalos, que depois conseguimos a remoção para a Universidade de Mato Grosso. O Dr. Eutálio, esse senhor agachado, é anestesiológista, e foi para lá para prestar esse serviço, essa ajuda.

Animais que foram resgatados, filhotes em geral abandonados.

Aqui uma onça que está bastante falada na mídia atualmente, o Ousado, que está em fase de recuperação, e essa é a nossa grande preocupação. O que hoje está acontecendo é que não existem alimentos para esses animais, para nenhum tipo de animal. E nós estamos, todos os dias, distribuindo alimentos para todos esses animais. Nós não vamos poder ficar fazendo isso. E o que a gente está sentindo uma falta enorme é – e que já está muito atrasado – de um planejamento de como vai ser o cuidado em relação a esses animais. Então, eu, inclusive, pedi a ajuda da Dra. Luciana Imaculada, que é da Cedef, Ministério Público de Minas Gerais, para uma interlocução com o Dr. Scaloppe, porque nós precisamos disso, e as entidades de proteção, ONGs nacionais que estão ali trabalhando, não têm condição de eternamente continuar fazendo esse trabalho, porque, embora algumas vivam desse trabalho, são entidades só para isso, no nosso caso não é assim; cada um de nós tem um trabalho diferente em algum lugar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procedimentos cirúrgicos em diversas espécies animais, tanto no Mato Grosso, quanto no Mato Grosso do Sul. Aqui é a mesma coisa. Esse rapaz de camisa laranja é o Dr. Aldair Pinto, que é da UniBH. Ele é patologista e esteve conosco desde o primeiro momento no Mato Grosso, depois foi para Mato Grosso do Sul.

Aqui atendimento feito pelo Dr. Leonardo Castro a um bovino, também em condição muito grave, em Mato Grosso do Sul.

O nosso trabalho é feito com o monitoramento das espécies que a gente encontra; então, algumas imagens para vocês verem que muitas vezes o que a gente encontra são só rastros, mas esses rastros já servem para dar um direcionamento para nós do número de animais, do estado de saúde desses animais, se eles estão em boas condições ou não – a gente tem capacitação para isso. E, além disso, a gente usa câmeras de monitoramento, que foram deixadas em diferentes locais, para a gente saber quais as espécies, o número de indivíduos e se a quantidade de alimentos que estava sendo colocada para esses animais estava sendo suficiente.

No Mato Grosso do Sul, a gente contou com uma estrutura muito boa, que foi uma unidade móvel improvisada. E o ideal seria que a gente tivesse um outro tipo de estrutura, que é essa que eu estou mostrando para vocês. E aqui fica uma sugestão, Senador Wellington, porque vocês precisam ter estruturas como essas, que podem se deslocar por diferentes locais, tanto um veículo pequeno, como o que eu mostrei anteriormente, como este maior. Mas o que eu estou vendo neste momento está sendo providenciado pelas organizações não governamentais, principalmente no Mato Grosso. E isso, na verdade, é algo que deve existir permanentemente, porque para cada situação que possa acontecer, esse veículo pode ser montado, adaptado, organizado internamente para que toda assistência possa ser feita.

Aqui, deixando claro que toda a situação de desastre é aquela quando uma comunidade não consegue dar conta da situação que está enfrentando; então, ela precisa de ação externa para que possa se fazer o trabalho. E este é o nosso trabalho: o nosso trabalho da Medicina Veterinária de desastres é agir no momento da emergência e no máximo da urgência.

E o que nós estamos vendo nesse momento é a falta de um planejamento muito eficiente, especialmente no Estado de Mato Grosso, para se dizer o que vamos fazer daqui a uma semana, um mês, três meses, quanto tempo nós vamos ter que manter e quais são as estratégias.

Só para deixar clara uma coisa bem importante, tudo que a gente tem que fazer leva em conta a ciência do bem-estar animal. A gente sempre trabalha com o resgate de vidas que estão em vulnerabilidade. O que nos preocupa profundamente hoje em dia é que toda fauna e boa parte da flora foram completamente destruídas no Pantanal. A gente sempre vê as espécies grandes, a gente vê os grandes animais, mas os animais menores, que são mais vulneráveis e todos os insetos que fazem parte de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma cadeia trófica não estão sendo levados em conta. O que todo mundo espera: "Olha, daqui a dois meses, daqui a um mês chove e tudo melhora", provavelmente desta vez não vai ser assim.

Conversando nesta semana com uma pesquisadora da Universidade de Mato Grosso, ela me deixou clara a questão que a gente está estudando e entendendo, que é a ocorrência do fenômeno do La Niña neste momento, que já indicava que existia uma vulnerabilidade, que já indicava que existia um risco e, na verdade, isso não foi considerado na questão de adoção de medidas preventivas que devem, sim, ser adotadas. Gostaria de lembrar aos senhores que a ciência tem muita informação e conhecimento, mas, muitas vezes, ela não é buscada em tempo hábil para que as medidas sejam tomadas para prevenir e não simplesmente agora para agir de uma forma já fatalística no que a gente já encontrou.

O outro ponto que eu gostaria de lembrar é que a gente tem muita tecnologia de satélite e de imagem que pode contribuir demais em todo estudo para se saber, sim, de onde veio. Porque estamos bastante preocupados é com o que vem a seguir. E a informação que tenho de vários pesquisadores – eu trabalho numa área ambiental no Estado de São Paulo, eu convivo permanentemente com pesquisadores daqui que me ajudaram muito no contato com pesquisadores dessa região – e o que nós estamos vendo, de forma bastante evidente, é essa compartimentalização do conhecimento científico com as estratégias de combate e controle numa situação completamente catastrófica que nós estamos vivenciando infelizmente neste momento.

Aqui é a nossa equipe de trabalho, aqui junto com o pessoal de Mato Grosso do Sul. Eu não sei os nomes de todos os profissionais, mas estão todos aí representados. Profissionais brilhantes, que deixaram suas casas e suas vidas particulares, sejam da nossa equipe ou do Mato Grosso que estiveram conosco. Aqui representada a nossa equipe básica do Grad em Mato Grosso. Não está completa, o nosso pessoal de bombeiros civis não está conosco na imagem, mas alguns órgãos, principalmente outras ONGs que estão trabalhando diuturnamente em Mato Grosso.

E aqui algumas recomendações preliminares que eu gostaria de ler para os senhores. É fundamental que exista um plano de contingenciamento; capacitação de equipe de voluntários; definição de equipe técnica para constante monitoramento, em especial nos momentos de risco; agir preventivamente; formação de brigada contra incêndios e contra enchentes; instalação de câmara técnica permanente de forma paritária para monitoramento nos dois Estados; fundo de financiamento permanente ligado ao Estado de uso específico – e sei que isso é possível através dos conselhos de meio ambiente ou pela criação de um conselho específico para essa área –; e imediata formação de equipe de trabalho com moradores do Estado. Nós do Grad estamos à disposição para todo tipo de ação e capacitação voluntária, e gratuitamente, porque esse é o nosso trabalho. Lembro aos senhores que, na semana passada, o Conselho Federal de Medicina Veterinária, já baseado na experiência de alguns profissionais, se não todos, que compõem a equipe do Grad, lançaram o *Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animais*. É um material gratuito que está disponível para *download*. Eu já encaminhei



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive para algumas pessoas que estão na linha de frente no trabalho do Estado do Mato Grosso. Espero que eles estejam lendo, aproveitando esse material.

E, por último, quero agradecer a toda a equipe que vocês estão vendo aqui, composta de profissionais do Estado de Minas. Só temos eu e a Dra. Luciana nessa imagem, que não somos de Minas Gerais, mas foi a partir do trabalho desse grupo que nasceu o nosso trabalho do Grad.

Em especial, gostaria de agradecer o Dr. Bruno Divino, que é esse senhor de camisa branca no canto da foto, que atualmente é o Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais, que deu todo o apoio inicialmente, antes que a gente montasse o grupo no Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.

Deixo para os senhores essa frase do Victor Hugo, que eu acho que cabe bem neste momento: não há nada mais poderoso no mundo do que uma ideia cujo tempo já chegou.

Senhores, nós contamos com os senhores para fazer com que o nosso País possa se reerguer do ponto de vista ambiental, do ponto de vista dos seus valores turísticos, do ponto de vista dos seus valores de paisagem, enfim, tudo aquilo que nós sabemos que nós temos em potencial.

Nós do Grad ficamos à disposição. Aqui está o meu *e-mail* e o meu contato, caso vocês precisem de qualquer questão. Eu também posso depois disponibilizar – assim como eu fiz na apresentação na Câmara, na semana passada – para os senhores esta apresentação.

Senador Wellington, desculpe a demora, mas acho que dei uma visão geral do que tem sido o nosso trabalho. Minha gratidão, em nome de todos do grupo Grad, pela sua gentileza em nos convidar.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradecemos muito a Dra. Amanda....

A SRA. VANIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES (Para expor.) – Dra. Vania!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A Dra. Vania, que representa aqui a Dra. Carla Sássi.

Eu quero aqui também já convidar o Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, para que ele possa usar a palavra. Ele é um profundo conhecedor da área ambiental. Mais uma vez, agradecemos a Dra. Vania. Dr. Scaloppe já está conectado.

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE (Para expor.) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k., muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE (Para expor.) – Primeiro, é um prazer imenso vê-lo de novo, Senador Wellington, meu amigo, porque a gente, neste mundo, nesta vida tão atribulada, e agora com a pandemia, não se encontra. Em seu nome, cumprimento todos os demais presentes aqui.

Para abreviar, eu quero antes já deixar duas coisas assentadas. Primeiro, que a fala do Luciano Furtado Loubet... Enquanto eu estava tentando me conectar, estava ouvindo pelo YouTube. Concordo plenamente com ele. Aquelas falas são as nossas falas, para economizar o tempo.

Com relação à fauna, essa descrição da Vania é perfeita. Eu tenho todos os relatórios, acompanhei durante todo esse tempo essa ação, e é fantástico. Então, eu queria aproveitar, secundando os dois e aproveitando o que os dois disseram, poder falar especialmente aos Senadores e ao Senado algumas coisas importantes, e me refiro em algumas coisas ao Mato Grosso. Primeiro, nós estávamos em uma ação e nós tivemos em um momento, no Mato Grosso, a inteligência de nos reunirmos em uma coordenação chamada Cedif. E todos nós, de todos os órgãos públicos, reunimo-nos para poder coordenar a luta contra o desmatamento, tendo em vista que nós temos um grande financiamento britânico e alemão e iríamos perdê-lo, porque tínhamos um compromisso, assinamos um contrato, o Senador Wellington deve saber, um compromisso internacional que não estávamos cumprindo e, na verdade, o desmatamento alterou o compromisso que nós tínhamos feito.

Então, como sociedade, nós nos reunimos e formamos essa coordenação. Essa coordenação, em especial, conseguiu articular uma produção, e eu quero só dar alguns números para os senhores aqui para registro. Nós, nesse processo, através da Sema, a polícia do batalhão ambiental e o Indea também, conseguimos aplicar quase 200 mil multas.

Muita gente viu o Mato Grosso agora, Senador, com o incêndio no Pantanal, mas nós já estávamos em uma crise um pouco antes e estávamos atuando com muitas forças. Logo mais chegou o Exército, chegou a Guarda Nacional, mas nós tivemos todos eles presentes, na coordenação, inclusive, com o Exército nacional.

Essas 200 mil multas, que dão o valor que está agora aplicado em autos de infração, são somadas em R\$1 bilhão.

O que eu estou fazendo transparecer é que, durante esse incêndio, nós recebemos muito apoio e ajuda, ofertas de todo o País e do exterior, e muita gente não sabia que nós já estávamos em luta contra o desmatamento. Nesse momento aparece esse calor insuportável, gente muito oportunista e nós temos oito inquéritos apurando, no Pantanal norte, no Pantanal de Mato Grosso, autorias criminosas de incêndios. Nós temos a notícia da Polícia Federal apurando autorias criminosas de incêndios no Mato Grosso do Sul também e, além do mais, nós temos, colaborando com todos os ingredientes para o fogo, a seca.

Nisso, Senador, apareceu uma coisa que foi revelada pela crise: a questão da fauna. É importante dizer que nessa defesa da fauna estiveram presentes os órgãos, timidamente, de Mato Grosso, mas um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco mais por causa, com uma dificuldade maior, do pouco potencial humano que tinham, mas colocaram-se à disposição com muito esforço.

Mas é importante registrar para a história a intervenção das ONGs. Elas tiveram um papel fantástico! Nós tivemos algumas pessoas da nossa coordenação que foram decisivas – não quero aqui citar nomes porque foram várias –, mas tivemos a atuação das pessoas ligadas a movimentos em defesa da natureza, especialmente dos animais, que também foram decisivas. Colocaram-se em postos estratégicos na transpantaneira e foram de uma capacidade, como demonstrou Vania, elogiável.

Então, nesse momento, nós tivemos, nessa crise, três coisas que confluíram: o desmatamento, que acelerou e passou da cota que nós nos tínhamos comprometido; o incêndio, que foi uma coisa extraordinária, que eu não tenho registro, em 40 anos de Mato Grosso, em minha memória de algo semelhante; e, também, uma mortandade de fauna silvestre, que é a nossa riqueza, de um modo expressivo.

Essa crise, Senador, o que eu quero dizer, trouxe atenção, o interesse – mesmo alguns chegando tardiamente, porque foram tomando consciência um pouco tardiamente – de várias instituições. Portanto, este é um momento importante em que se pode aplicar a frase do Victor Hugo, colocada pela Vania: a ideia de integração, aquilo que falou o Luciano, Vania, o que falamos todos em Mato Grosso.

Neste momento, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso estão se reunindo para formalizar ou tentar iniciar uma coordenação de política de prevenção para o ano que vem. Já fizemos grandes campanhas de prevenção aqui, especialmente em Mato Grosso, com relação a incêndio, a fumaça, a problemas para a saúde, só que neste momento se tornou um pouco mais consciente, porque muito mais grave e muito mais dramático.

Então, a presença do Senado, do Senador Wellington em especial, no que tange a Mato Grosso, é muito importante para nos auxiliar nessa integração não só do Ministério Público mas de todos os órgãos interessados e a sociedade civil também.

Quero fazer uma menção. Eu vi aqui na lista o Senador Fávaro. Quando foi Secretário do Meio Ambiente, ele me auxiliou a fazer um programa, foi um companheiro para fazer um programa de defesa dos animais e a constituição de uma estrutura em defesa, de proteção e de atendimento à fauna silvestre.

Senador Wellington, fizemos em Lucas do Rio Verde; agora está já comandando, com a Prefeitura de Lucas do Rio Verde, uma associação chamada Amibem, maravilhosa. Já compramos um laboratório, estamos agora com o primeiro Cras de Mato Grosso. Por causa da pandemia não pude ir à inauguração, mas fiquei muito feliz com a inauguração. Nós estamos agora fazendo um muro, afinal, em uma área dentro do Centro Político Administrativo, onde nós queremos construir um projeto de outro Cras. E a terceira fonte, local que eu sugeriria ao Senado Federal se preocupar em Mato Grosso é o Hovet e o Cempas, o antigo zoológico, que nunca foi zoológico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como membro do Conselho Diretor da Universidade Federal de Mato Grosso, eu quero saudar o Senador Wellington pela sua atitude em defesa da nossa autonomia. Sei do seu trabalho, e agora nomearam o nosso Reitor Evandro, que é um reitor experimentado. Durante esse tempo no Conselho Diretor eu pude perceber que o zoológico não existia nem administrativamente, perigosamente instalado e com uma mortandade muito grande, uma situação difícil inclusive para alimentação. E agora estamos nos reorganizando.

Então, nós temos três momentos com relação à fauna importantes, ou três locais para serem cuidados: um é essa área do CPA; outro é o Hovet, o Hospital Veterinário, e o Cempas, que agora é o centro de pesquisa, que está se reorganizando, algumas entidades auxiliaram; e também – o Ministério Público, que entidades auxiliaram e a Prefeitura de Lucas do Rio Verde – o Cras de Lucas do Rio Verde. Isso se refere à fauna.

Estamos nos preparando agora para enfrentar o ano que vem, porque com o calor vindo ou o próximo incêndio – se Deus quiser, que não aconteça, mas a ciência diz que vai acontecer –, estamos nos preparando, os Ministérios Públicos do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, para nos articularmos e articularmos com as entidades contra isso.

E, ao mesmo tempo, estamos nessa coordenação espetacular, que realiza reuniões a cada 15 dias. Há toda essa coordenação integrada e harmônica no combate ao desmatamento.

Senador, posto isso, eu quero aproveitar este relato aqui, muito rápido, não querendo tomar o tempo, e informar a todos que a Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental foi fundada em Bonito, quando o Luciano era promotor lá – tivemos nosso primeiro congresso em Assunção, no Paraguai –, e nela já estamos há dez anos. No nosso congresso, agora, iríamos comemorar em Assunção, no Paraguai, mas, pela pandemia, não pudemos.

A Rede Latino-Americana tem quase 600 membros do Ministério Público associados, o que não é pouco. Ela tem uma quantidade de colaboradores, que são especialistas. Digamos que há algo em torno de 685 membros do Ministério Público que trabalham no meio ambiente na América Latina, em 19 países. Isso não é pouco.

O que nós queremos agora? Nós estamos projetando, eu e o Luciano, além de 11 seminários temáticos que estamos fazendo, em todos eles aproveitando essa nova realidade da tecnologia agora utilizada, uma presença massiva e muita divulgação. Estamos com a grande preocupação, Senador Wellington, de fazer trabalhos transfronteiriços, e há duas frentes importantes. Como eu estou falando do Senado Federal, que é uma representação nacional, quero reivindicar, como coordenador da Rede Latino-Americana, que haja uma preocupação do Senado, para que nos apoie e nos integre para um debate amazônico, transamazônico, na defesa da Amazônia. Nós temos um grupo de trabalho na Amazônia que funciona muito bem, com membros do Ministério Público Federal muito ativos, integrados com o Ibama,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Polícia Federal, todos muito ativos. Mas queremos fazer uma reunião transfronteiriça e queremos que seja de competência do Senado essa supervisão, também no Pantanal. O Pantanal, agora, como estamos dizendo, é propriamente o nosso alvo desse comentário.

Enfim, deixo também como resumo a lembrança de que nós estamos, de novo, tentando ordenar – e vamos ordenar – uma ação conjunta, prévia, preparatória, para não sermos tão surpreendidos como fomos agora por toda essa crise, entre Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Poderíamos também – ou deveríamos –, em um segundo momento, estender isso aos nossos irmãos que estão nos limites com o Paraguai, no Chaco, como se chama.

Quero dizer mais uma coisa, Senador Wellington: eu tenho um sonho, que outro dia mencionei, de que um dia o Mercosul vai se realizar, de que a Rede Latino-Americana vai se expandir muito mais, o Ministério Público Ambiental, e de que a política ambiental será uma política ambiental latino-americana. É isto que eu queria deixar a todos aqui, neste momento: a possibilidade de, no futuro – essa ideia é para o futuro –, o Senado Federal liderar um movimento, primeiro sul-americano, de integração para uma política ambiental. Quero garantir que há leis em todos os países, entidades civis em todos os países e também Ministério Público em todos os países que estão só esperando o chamado para se unirem em defesa de uma política latino-americana ou sul-americana ambiental, transnacional. É essa a proposta que eu faço ao Senado Federal.

E agradeço imensamente esta oportunidade de estarmos aqui. Volto a dizer: fecho, em gênero, número e grau, com o que o Luciano Loubet, Promotor e Coordenador das Promotorias de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, disse e também com o relatório apresentado pela Dra. Vania.

Muito obrigado, Senador, por ter dado este espaço para nós.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós agradecemos imensamente ao Dr. Scaloppe pela sua experiência, por tanto tempo de luta e pelas propostas também.

Nós temos aqui o último inscrito, que é o Dr. Flávio José Ferreira. Depois, eu vou pedir ao Senador Nelsinho que a Deputada Rosa Neide possa falar, porque, em função de um compromisso, ela tinha pedido a palavra, para que a gente possa, então, passar à conclusão do nosso Relator.

Então, com a palavra o Dr. Flávio José Ferreira.

O SR. FLÁVIO JOSÉ FERREIRA (Para expor.) – Bom dia, Senador Wellington!

Bom dia a todos e a todas!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A OAB de Mato Grosso se sente privilegiada em poder participar desse debate. Nós temos acompanhado algumas ações no Pantanal. Eu tenho o privilégio também de ter nascido no Pantanal e de conhecer essa realidade de lá.

O Senador Wellington Fagundes e a Deputada Rosa Neide, que está na sala, têm sido os grandes líderes desse movimento, juntamente com o Senador Fávaro também, em favor do Pantanal mato-grossense.

O que nós temos aprendido nessas demandas nossas lá é que há a necessidade de algumas providências serem tomadas em caráter de urgência, porque uma das preocupações que nós temos hoje é que o fogo do Pantanal, que começa a apagar agora com essa chuva, graças a Deus, que está acontecendo, possa cair no esquecimento e que voltemos a ter uma tragédia muito maior daqui para frente. Quando começar a vazante, quando a chuva diminuir, os problemas voltam a acontecer.

Então, a gente quer cumprimentar essa equipe de legisladores e dizer da importância deste momento que a gente vive em função da necessidade do amparo do Pantanal, dos biomas Pantanal, Cerrado e Amazônia Legal, até por conta do abandono que nós temos visto de órgãos como o Ibama, órgão federal, da desativação desses órgãos importantíssimos.

A nossa fala aqui vai em duas frentes, e uma se refere à realidade do Pantanal, dos órgãos de defesa do Pantanal. Nós temos ido ao Pantanal. Estivemos lá no sábado – a nossa última ida lá foi no sábado – e vimos uma equipe do Corpo de Bombeiro comprometida, homens comprometidos, a Sema (Secretaria do Meio Ambiente) totalmente comprometida com o trabalho, mas faltam equipamentos, falta estrutura. É necessária uma estruturação, recursos financeiros para estruturar o Corpo de Bombeiros e as equipes que estão no Pantanal. São homens e mulheres que trabalham diuturnamente, usando às vezes até recursos próprios. Nós temos lá o Barroso, Coronel do Corpo de Bombeiros, que lidera essas equipes, pessoa totalmente comprometida; a Universidade Federal de Mato Grosso; a Universidade Estadual de Mato Grosso; cientistas; pesquisadores; ONGs. É um grupo de voluntários que apoiam essas ações do Estado de Mato Grosso e que têm feito o seu melhor. Porém, há necessidade de recursos financeiros.

Como há esse sucateamento hoje no Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso e falta de investimento, essa iniciativa agora do Senador Wellington Fagundes, da Deputada Rosa Neide e do Senador Fávaro é importantíssima para o Mato Grosso. Quando nos trouxeram a proposta do estatuto do Pantanal, Senador Wellington, para nós foi um alívio, porque há muito tempo nós sonhamos com uma legislação federal específica de proteção ao Pantanal mato-grossense. E entendemos que não há como se fazer uma legislação federal sem ouvir Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Que nós possamos aqui, inicialmente, promover discussões que possam refletir a realidade!

Então, quando o Senador nos enviou o estatuto, nós o estudamos e entendemos que é uma legislação interessante, mas precisamos, primeiro, fazer o nosso dever de casa. Aí nós entramos em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contato com a Assembleia Legislativa do Estado, através do Deputado Wilson Santos, do Deputado Avallone e do Deputado Ludio, que são os Deputados que estão se propondo a se mobilizar e, juntamente com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, a fazer um estudo de uma legislação estadual.

A OAB-MT está apresentando um projeto de lei, como a nossa colega Ana Barchet colocou, e criou a Comissão de Acompanhamento das Políticas Públicas do Pantanal mato-grossense. O Leonardo Campos, que é o nosso Presidente, nos designou como Presidente da comissão, e nós estamos fazendo essa intermediação entre Sema, assembleia legislativa e comissões temáticas, para que nós possamos apresentar para os Deputados Estaduais de Mato Grosso e, em um segundo momento, para o senhor, Senador Wellington, e para a Deputada Rosa Neide uma proposta de lei federal. Primeiro, haverá a lei estadual, que nós vamos discutir com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Vamos propor uma audiência pública, como a Ana já bem colocou. Vamos ouvir as pessoas, vamos colocar quais são as propostas, ouvir o pantaneiro, ouvir o ambientalista, ouvir a pessoa do agronegócio, ouvir o turismo, porque há um grupo de pessoas e uma série de interesses e necessidades.

Hoje quem mais sofre são o homem e a mulher pantaneiros. Para se ter uma ideia, Senador Wellington, hoje nós estamos conseguindo cestas básicas e água para levar para muitos pantaneiros. Nós temos hoje cadastradas 92 famílias. Há um grupo chamado Amigos do Pantanal – em que estão presentes juristas, artistas, cientistas –, que está arrecadando alimentos para os moradores do Pantanal, porque a ideia que se tem de que pantaneiros são grandes fazendeiros não é verdadeira. Existe um grupo de pequenas famílias que lá sobrevivem, que vivem da terra e que estão totalmente desamparadas. Então, nós estamos fazendo esse trabalho voluntário.

Ontem nós conseguimos uma ligação através do Governo do Estado, e o Governo do Estado, através da Secretaria de Assistência Social, se prontificou e vai contribuir com a doação de cestas básicas e de água. E outro trabalho que esse grupo de voluntários Amigos do Pantanal está fazendo também é o de recolher alimentos para os animais. Há uma ONG que está liderando esse projeto, que se chama É o Bicho, que arrecada alimentos, frutos, aqui na grande Cuiabá, e que, três vezes por semana, leva para os animais.

Então, temos essas frentes de luta.

Queremos, mais uma vez, cumprimentar esta Comissão Externa, dizer da importância dela e pedir esse prazo de 60 dias. Nós vamos discutir internamente e faremos um pronunciamento formal para que esse estatuto do Pantanal seja uma lei abençoada, como nós temos percebido.

Muito obrigado pela oportunidade de fala.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos agradecer imensamente ao Dr. Flávio José Ferreira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir ao Senador Nelsinho, então, a possibilidade de eu passar a palavra agora para a Deputada Rosa Neide.

Com a concordância do Senador Nelsinho, tem a palavra a Deputada Rosa Neide, que é nossa Presidente de Comissão na Câmara dos Deputados.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Para expor.) – Bom dia a todos e a todas!

Bom dia, Senador Wellington!

Fico muito grata de estar aqui com os senhores e fico muito grata pela relação estabelecida entre a Comissão do Senado e a Comissão da Câmara. Desde o primeiro momento, estivemos juntos. Estivemos juntos na diligência ao Pantanal, e seis Deputados Federais acompanharam os três Senadores de Mato Grosso em audiência pública que foi feita pelo Senado. Acho que tudo isso iniciou muito bem a discussão que estamos fazendo.

A nossa Comissão é uma Comissão Externa destinada a acompanhar e a criar estratégias para enfrentar queimadas nos biomas. O primeiro bioma é o Pantanal. Nós estabelecemos 90 dias para fechar o primeiro relatório. E, na continuidade, trabalharemos outros biomas. A situação em questão já nos permitiu fazer dez audiências públicas na Câmara. Algumas pessoas que estão aqui e que falaram hoje também já falaram na Câmara. Nós teremos mais duas últimas audiências. São doze audiências planejadas. As audiências se iniciaram ouvindo as universidades, a Embrapa, o Inpe e outras instituições de pesquisa do País. Na sequência, ouvimos movimentos sociais, trabalhadores rurais e urbanos, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do Pantanal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Também trabalhamos fazendo uma audiência interna com a Polícia Federal. Eu posso adiantar que a Polícia Federal... E a audiência foi interna, porque se está num processo de investigação, mas ficou claro... A Polícia Federal tem imagens da Nasa e do Inpe exatamente localizando os primeiros incêndios, onde ocorreram. Então, eu acho que a Polícia Federal vai poder avançar bastante nessas investigações, que eu acho que para a Câmara e para o Senado também são muito importantes.

A gente ouviu o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça e as Secretarias de Meio Ambiente do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Ouvimos também sindicatos patronais, sindicatos de trabalhadores. Ouvimos organismos eclesiais, pastorais e de direitos humanos. Ouvimos também as ONGs que estão diretamente no Pantanal, que, reforço, estão fazendo um trabalho excepcional, suprimindo muitas vezes a falta da presença do Governo.

Trabalhamos também com a Fiocruz, que, como instituição de pesquisa, mostrou a questão da saúde do povo pós-queimada e no momento da queimada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última audiência que fizemos foi sobre os impactos da crise hídrica na região pantaneira, em que ouvimos os comitês de bacia, ouvimos a ANA, ouvimos pesquisadores de universidades brasileiras, que contribuíram com a questão da crise hídrica.

Podemos afirmar, Senador Wellington, demais Senadores, palestrantes de hoje... E fiquei muito feliz com as falas – estou aqui desde o início –, falas muito complementares, falas que ajudam muito a Comissão da Câmara.

A gente está vendo, indicação do nosso relatório, que, primeiro, os biomas são integrados, o que acontece num bioma tem interferência no outro; que a questão climática hoje no mundo, que as mudanças climáticas, com o desmatamento na Região Amazônica, a diminuição das chuvas, o indicativo da última década de secas, o Inpe já vinha alertando, ano a ano, eles demonstraram todos os alertas, inclusive, aos nossos Estados, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sobre a diminuição de águas, a diminuição de chuvas, a diminuição da área úmida, na maior planície úmida do mundo, e a diminuição, ano a ano, nessa área úmida.

Há a questão muito forte também da nascente dos rios. Os rios estão no planalto assoreados, com todas as cabeceiras desmatadas, como fortemente, aqui, o Rio Cuiabá e o Rio Paraguai. O Rio Paraguai nasce aqui na cidade em que vivo em Mato Grosso, entre Diamantina e Alto Paraguai; conheço muito bem as nascentes. E a gente sabe que isso estava sendo uma catástrofe anunciada: ano a ano, o desmate, a pecuária forte, a agricultura na área de nascentes. E uma coisa muito grave também interligada a isso é a questão de não termos um planejamento de resíduos sólidos e de dejetos que chegam *in natura* aos rios da bacia do Pantanal; não há um planejamento para cuidar dos resíduos sólidos, do esgotamento sanitário. Vemos, na cidade de Cáceres, colocar-se tudo no Rio Paraguai; em Cuiabá, no Rio Cuiabá, e, assim, para nós, que conhecemos Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, também não é tão diferente, não é?

E aí o que já foi identificado aqui, mesmo com todos os organismos de pesquisas, fortemente – todo mundo falou lá –, vamos superar o negacionismo, vamos focar no que a ciência está indicando, vamos planejar as duas Comissões. Há, além disso, a questão legal, que nós temos que trabalhar; trabalhar o planejamento, trabalhar com antecipação. A tragédia de agora não pode ser repetida. Isso todo mundo está indicando.

E, aí, claro, em Mato Grosso, não havia nenhuma estrutura, nenhuma prevenção; em Mato Grosso, na parte norte, nós não tínhamos nenhum Cras, nada; nós não tínhamos nada para o atendimento de animais. As ONGs que estão lá estão trabalhando no improviso. A Universidade Federal de Mato Grosso, a Universidade do Estado, está colocando todo o seu esforço. O Hospital Veterinário – o Senador Wellington é veterinário, esteve acompanhando, levou pessoas, ajudou – está lá, fazendo um esforço sem a estrutura necessária. Nós temos um centro de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso, dentro do Pantanal, na área do Sesc, solicitando ajuda, sem estrutura, sem condições de manter as pesquisas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí todo mundo, todas as audiências vão encaminhando para que se discuta o humano no bioma. A questão é econômica, a questão hoje é de como a mineração, a pecuária e o turismo, especialmente, serão conduzidos a partir de agora. Há como existir mineração? Nós ouvimos os mineradores também: "Ah, nós estamos fora do Pantanal, nós estamos no entorno". E aí existe a questão da pecuária tão discutida, o papel do gado ou não no Pantanal. As pessoas se reportam muito a décadas anteriores, de 30, de 40, de 50, à questão cíclica da seca. É cíclico mesmo, mas o ciclo de 30 era um, o de 40 era outro. E, quanto ao ciclo de agora, este atual ciclo, com as mudanças climáticas, quais são as interferências? E há a questão de as pesquisas fortemente não serem negacionistas; é preciso investir em pesquisas e existirem recursos aqui para a recuperação do bioma. Nós perdemos uma década de animais silvestres, porque os ninhais foram completamente queimados – a Dra. Vania já deu todas as explicações.

E, em relação à estrutura de prevenção, não temos base de Corpo de Bombeiros. Os bombeiros estão lá no *front*, os brigadistas, os trabalhadores de fazenda autorizados pelos seus patrões, todo mundo fazendo um esforço, mas é muito improvisado e muita disposição pessoal – e muita luta e determinação por acreditar que é possível apagar o fogo. E a chuva está ajudando a apagar o fogo – porque não foram os meios empregados que ajudaram, amenizaram, mas não deram conta de apagar numa área do tamanho de 150 mil quilômetros quadrados, entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Por último, quero dizer que está claro: o bioma é único – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraguai e Bolívia. Temos que fazer, nós como legisladores, o Governo Federal e os governos estaduais, o papel federativo, a ação interfederativa dos governos, o planejamento encabeçado pelo Governo, porque, se ficar o Ministério Público planejando uma ação, o Senado planejando outra, a Câmara planejando outra, as ONGs se organizando... Não existe condução neste País? A Constituição não nos coloca claramente de quem é o papel? Todos nós somos órgãos aqui e vamos trabalhar, cada um fazendo a sua parte, mas nós temos que cobrar fortemente – e isto está sendo cobrado na Comissão – a condução por parte do Governo Federal, a relação federativa com os Estados e com os Municípios.

E quero, mais uma vez, agradecer. Eu fiquei muito feliz com a palavra da Dra. Ana Carolina, do Dr. Juliano, do Dr. Scaloppe, do Dr. Luciano, da Dra. Vania, de todos e todas aqui, da OAB, do Dr. Flávio, um grande parceiro e companheiro da Comissão na Câmara – estamos juntos o tempo todo na discussão –, e de todas as pessoas, Senador Wellington, que colocaram as suas vidas à disposição do Pantanal. Ver os indígenas precisando de coleta para sobreviver, ver os indígenas no Pantanal precisando de água potável para não morrerem, e os animais não terem água... E as ONGs não têm plano: as ONGs estão pegando mangas nas ruas de Cuiabá para levar ao Pantanal. Então, tudo isso mostra que nós temos um papel relevante e temos que trabalhar em conjunto e cumprir mesmo a nossa obrigação de legisladores.

Agradeço muito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a nossa Comissão fica completamente à disposição do Senado para fazermos as tratativas e os encaminhamentos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero agradecer imensamente à Deputada Rosa Neide.

Quero chamar o Senador Nelsinho Trad. Vamos ver se ele já está conectado.

Gostaria também de registrar – não é, Deputada Rosa Neide? – o trabalho que foi feito, na nossa parceria, em relação também à Covid, que acometeu, principalmente, os nossos irmãos indígenas do Araguaia e do Mato Grosso como um todo. Também, da mesma forma, fizemos uma pressão muito forte junto ao Governo: felizmente, a Secretaria de Saúde Indígena chegou. Da mesma forma, infelizmente o nosso País não tem uma tradição de planejamento; então, as coisas acontecem, e, até se conseguir chegar, pela burocracia acaba-se demorando muito. Mas é claro que, para a Covid, não havia nenhuma previsão também. Então, nós não estamos aqui acusando, mas, claro, até chegar a assistência lá em Barra do Garças, na região do Araguaia, infelizmente demorou muito. Mas o importante é que nós cumprimos o nosso papel de legislar e de fiscalizar, cobrando exatamente esse papel do Executivo – aí contando com o apoio de todos aqui, principalmente também do Ministério Público, com o seu poder de ser o fiscal da lei, e também de todas as entidades que estão nos ajudando.

Eu quero, mais uma vez, chamar o Senador Nelsinho. Se o Senador Nelsinho não estiver presente, porque também já tinha me falado de outros compromissos, eu vou passando aqui já para... Ah, o Senador Nelsinho chegou.

Então, com a palavra o Senador Nelsinho. (*Pausa.*)

Está desligado o som, Senador Nelsinho.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – E agora, melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ótimo!

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Melhorou! Ótimo!

Quero dizer da minha alegria de poder fazer esta consideração. Na sua pessoa, cumprimento os demais Parlamentares que compõem este grupo de trabalho.

Mais uma vez, esta manhã foi rica em subsídios para formatarmos o nosso relatório. Algo corroborou uma percepção que eu tive na visita *in loco* que fizemos ao Pantanal sul-mato-grossense: para mim, mais forte do que os focos de queimada que testemunhamos foi a constatação de uma estiagem muito intensa na região. Olha que eu sou da região, eu sou de lá, costumo ir ao Pantanal. Eu nunca vi, em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a minha existência, as vazantes secas do jeito que a gente testemunhou naquele local. E as lagoas, que ora ficavam alagadas, hoje, com um conteúdo muito restrito de água, o que acaba realmente dando um contraste muito forte para quem conhece o Pantanal como a gente.

Coloco aqui também que esses dados estão devidamente anotados. Na segunda-feira, nós vamos fazer uma reunião técnica com a assessoria. Vou procurar V. Exa. também, Presidente Wellington, para a gente formatar o andamento do nosso pensamento em relação ao relatório. E quero dizer na certeza de que todos esses subsídios que estamos colhendo serão de extrema importância para que possamos produzir um documento que venha realmente a resguardar a questão do nosso Pantanal, porque é um presente que Deus acabou colocando nos nossos Estados.

Era isso que eu tinha para falar. Agradeço a participação de todos e, realmente, fico muito grato e privilegiado, sim, por fazer parte deste seletor grupo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós queremos agradecer imensamente ao Senador Nelsinho Trad, e eu quero aqui já também passar para as considerações finais, para aqueles que desejarem fazê-lo.

Na mesma ordem, Dr. Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho, Subprocurador, V. Sa. com a palavra.

O SR. JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO (Para expor.) – Senador Nelsinho Trad, o Ministério Público Federal, aqui, arguido na sua atribuição constitucional, e nós, com humildade e com o senso de dever, estamos à disposição da Comissão, com toda a nossa equipe técnica, com todos os procuradores da República, que atuam nas procuradorias da República, nos Municípios lá do interior do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, para auxiliar no que for preciso, para que este relatório, desta relevante Comissão, possa ser um marco. Que essa tragédia não passe como um momento passageiro da história, mas, sim, como um momento de transformação e de aprendizado nas nossas instituições que devem estar atentas, para trabalhar na tutela desse bem inestimável que é o bioma do Pantanal.

O Ministério Público Federal tem participado de audiências internacionais com a associação e com a intermediação de agências pan-americanas, com associação de procuradores e promotores do Brasil, de toda América do Sul e da América do Norte, e o bioma Pantanal é um assunto que sempre está presente nas discussões. Desse evento já tivemos uma reunião internacional no início deste ano e deveremos ter mais duas rodadas, com a presença de promotores e procuradores com atuação na tutela do meio ambiente do Brasil e de mais cinco países aqui da América.

E esse relatório que V. Exa. há de produzir, Senador Nelsinho Trad, será de muita importância para a atuação dos procuradores da República nessa tutela.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço muito o convite enviado à Procuradoria-Geral da República, que venho aqui representar. E nos colocamos à disposição para complementar. Já disponibilizei a apresentação que trouxemos, com dados, conteúdos, informações e contatos de todos os procuradores com atuação no meio ambiente no bioma. E, para o que for necessário, estamos à inteira disposição do Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós agradecemos imensamente ao Dr. Juliano e aproveitamos também para agradecer ao Procurador-Geral, Dr. Aras, pela atenção com a Comissão.

Passamos agora à Dra. Ana Carolina Naves Dias Barchet, advogada e Presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental.

Ela já havia mandado uma mensagem de agradecimento também.

Então, eu passo agora ao Dr. Flávio José Ferreira, Secretário-Geral da OAB.

O SR. FLÁVIO JOSÉ FERREIRA (Para expor.) – Somente para agradecer, mais uma vez, Senador Wellington, e para dizer que eu amei Mato Grosso e que os amigos do Pantanal estão à sua inteira disposição, juntamente com todas as entidades da sociedade civil organizada.

Cumprimento-o mais uma vez, cumprimento a Deputada Rosa Neide e a todos os legisladores envolvidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Queremos passar agora ao Dr. Luciano Furtado Loubet, Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental do Ministério Público do Mato Grosso do Sul.

O SR. LUCIANO FURTADO LOUBET (Para expor.) – Só quero agradecer novamente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dr. Luciano, eu vou repetir aquelas perguntas.

Se os internautas ainda quiserem fazer perguntas, ainda poderão ser respondidas. São perguntas que provavelmente muitos já tiveram oportunidades de falar.

José Rocha Moreira Júnior, do Rio de Janeiro: "Há como separar o fenômeno da estiagem atípica e o fogo 'espontâneo' dos incêndios provocados com método e objetivo, logo, criminosos?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jezer Leal, do Mato Grosso do Sul: "Há algum projeto que vise a auxiliar os Estados – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – no enfrentamento a situações futuras, como recursos para efetivo pessoal e material?"

Giulia Matos, do Pará: "Como serão feitos o reconhecimento e a recompensação dos profissionais que se dirigiram de forma voluntária para ajudar aos animais?"

Amanda Oliveira Dias: "O número de pessoas para ajudar não foi o suficiente? Irão enviar mais?"

São essas as perguntas.

Eu passo novamente ao Dr. Loubet.

O SR. LUCIANO FURTADO LOUBET (Para expor.) – Bem, "como separar"... Eu acho que segue um pouco na linha das sugestões que eu passei. Eu ia falar sobre isso rapidamente em razão do avançado da hora, mas vou tentar abordar isso aí.

Como separar a questão das causas dos incêndios entre mudança climática, fogo espontâneo, fogo acidental ou doloso? O que é doloso – para quem não é da área? É aquele fogo que a pessoa colocou de propósito mesmo, geralmente para limpeza de pastagem, para desmatamento. Eu acho que essa separação tem que ser muito bem marcada, porque, diferentemente da realidade amazônica, em que, pelo que a gente acompanha na imprensa, o incêndio é utilizado para novas pastagens, para novas limpezas, no Pantanal isso não está tão claro assim. Tanto é que há vários casos de incêndio que começam lá nas margens dos rios, onde não há sequer acesso às propriedades – são propriedades grandes.

Então, eu acho que isso vai na linha daquela sugestão que eu passei para a Comissão, de apoio aos estudos da academia, ou seja, das universidades, para se buscarem as causas mais prováveis desses incêndios para que no futuro a gente possa ter um programa de enfrentamento a isso. Sem conhecer as causas, nós nunca vamos poder ter ações de enfrentamento nessa situação. Então, nessa linha, eu sugiro que haja essa investigação posterior das causas do que aconteceu, das causas mais prováveis, porque, com certeza, em não havendo caso de flagrante... A gente sabe que, pelo menos aqui no Estado, houve três ou quatro casos de flagrante de proprietários que estavam colocando realmente incêndio, mas isso parece, pelo que a gente tem conversado com as pessoas, que não é a principal causa de fator humano de se começar um incêndio. É claro que as causas naturais todos conhecem, que são a extrema seca e a biomassa acumulada, mas, em relação ao início do incêndio, há que se fazer essa diferenciação. E eu acho que o apoio aos órgãos ambientais e à academia, neste momento de investigação disso, é muito mais para que tenhamos estratégias futuras de enfrentamento do que efetivamente punição. Como eu disse, as responsabilidades penal e administrativa são subjetivas – tem que haver uma prova muito evidente de que houve culpa ou dolo ao começar um incêndio desses –, mas essas causas nos permitirão fazer um trabalho preventivo no futuro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recursos, dinheiro. Eu acho que, primeiro, é o próprio Orçamento da União e dos Estados – acho que ficou evidente essa necessidade –, mas reforço, novamente, duas fontes de recursos que não passam pela parte burocrática de orçamento, licitação e tudo mais, que são: a compensação ambiental do Snuc, nos casos de gestão privada, que é possível – isso para ser investido em áreas de unidades de conservação ou em seu entorno –; e o programa de conversão de multas ambientais, que pode ser tanto federal quanto estadual. Eu acho que pode ser uma situação muito menos burocrática ter um alinhamento, um direcionamento desses recursos, pois há várias empresas que devem milhões de reais em multas ambientais e que ainda não pagaram e que podem, em vez de fazer o pagamento desse recurso que vai entrar para o Orçamento da União ou do Estado com todo o travamento que existe, converter diretamente em bens ou serviços em prol do combate ao incêndio no Pantanal.

O reconhecimento das pessoas foge um pouco da minha área de atuação; eu não sei dizer.

E, sobre se o número foi suficiente ou insuficiente, parece-me que é evidente que foi insuficiente, e por isso esse sistema de previsão de recursos para o ano que vem de conversão de multas ambientais ou de outros sistemas em orçamento pode ser uma forma de combater essa situação. Novamente digo: acho que os Estados deveriam ter programa de brigadistas próprio, assim como a União tem.

Espero ter respondido e já me coloco à disposição, coloco o Ministério Público à disposição. Ressalto aí a disposição nossa de atuar com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso e também com o Ministério Público Federal. Dentro da Abrampa (Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente), há uma articulação muito grande entre os Promotores de Justiça e Procuradores da República do Brasil inteiro, inclusive em vários tipos de ações. Temos contato com vários colegas do MPF aqui do Estado e de outras regiões, até dentro da Comissão Nacional do MP. Também com a 4ª Câmara temos uma atuação histórica e, agora, com o Dr. Juliano lá, estamos à disposição para atuar da forma mais eficiente possível nessa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais uma vez agradecemos imensamente a presença do Dr. Luciano Furtado Loubet.

O Dr. Luiz Alberto Scaloppe ainda está presente, mas vou pedir a preferência para a Dra. Vania Plaza, para que ela possa falar, em nome também da força, da luta da mulher brasileira e de todos os médicos-veterinários e veterinárias que estão trabalhando de forma muito árdua no Pantanal. Eu tive oportunidade de participar lá e quero cumprimentar também, na pessoa da médica-veterinária, a Dra. Carla Sássi e todos os profissionais e voluntários, todos que estão lá trabalhando.

Dra. Vania com a palavra, para que V. Sa. possa concluir. Honra-me muito ser médico-veterinário e ver a qualidade da apresentação de V. Sa. Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VANIA DE FÁTIMA PLAZA NUNES (Para expor.) – Obrigada, Senador Wellington. Eu não sabia que o senhor era veterinário, mas também fico lisonjeada em saber que temos um representante da nossa classe, tão importante para o desenvolvimento de um país, de um Estado, de uma cidade. Fico muito feliz por ter o senhor nos representando.

Eu queria fazer algumas contribuições finais. Lembro que tudo que a gente está trabalhando no Pantanal, neste momento, deveria estar dentro dos princípios da saúde única. Se a gente adotar essa política, que é pouco adotada, de fato, no País, entendendo que tanto os seres humanos quanto os animais e o meio ambiente precisam ser tratados com políticas públicas que os integrem, a gente teria resultados com certeza muito melhores. Se a gente não faz isso, a gente com certeza fica manca de um lado dessa história, e talvez aí a gente veja o resultado da nossa frente, como nós temos observado.

Eu gostaria de dizer aos senhores que neste momento o País passa por uma desvalorização da educação e da pesquisa, e isso tem sido um fator primordial a contribuir com o quê? Enquanto todos aqui esperam que a pesquisa venha trazer respostas e resultados, eu infelizmente tenho que dizer aos senhores que, por exemplo, nas universidades federais, os professores estão tendo cortadas as suas verbas de pesquisa, estão tendo seus salários cortados, e um pesquisador só pode fazer pesquisa se ele tem recursos e se ele tem reconhecimento da relevância do seu trabalho. Então, lembro que, para que nós tenhamos condição de ter uma ciência aplicada no País de fato, nós precisamos rever a política de educação, que inclui a pesquisa nessa área.

Lembro aos senhores que há falta evidente de certos Cras, e mesmo os que existem não têm nenhum tipo de investimento para manutenção basicamente necessária. Isso foi um problema muito grande, principalmente no Mato Grosso.

Quero lembrar que, tanto em Mato Grosso, quanto no Mato Grosso do Sul, é preciso – e nós sabemos que, no Mato Grosso do Sul, eles estão fazendo isso via Conselho de Veterinária do Estado – montar um grupo de resgate de animais em desastres. A gente espera nunca mais precisar desse trabalho, mas, se precisar, a gente já tem uma equipe que entende como é que se faz um trabalho nesse sentido, porque, na hora em que o caos está instalado, você ter que planejar tudo é muito mais difícil.

Quero reforçar o que o Dr. Luciano falou em relação à aplicação dos recursos. De novo, eu vou dizer para vocês: eu trabalho em uma fundação ambiental – sou superintendente de uma fundação ambiental do Estado de São Paulo –, e a gente tem uma reserva ambiental muito importante próxima à cidade de São Paulo. Então, isso que ele disse, de haver aplicações diretas dos recursos, facilita demais. Aqui em São Paulo, a gente tem coisas nesse caminho, e eu posso dizer, com absoluta certeza, que funciona bastante bem. Senão, há que se criar um fundo específico realmente para isso.

Eu queria aproveitar ainda para dizer da importância da fiscalização. A gente tem que ter mecanismos efetivos de fiscalização. Antigamente, a gente não tinha satélite, *drone*, câmeras de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitoramento. Hoje nós temos. Então, nós temos as ferramentas na mão. A gente não precisa inventar mais; precisamos simplesmente aplicar as ferramentas que nós temos para que o resultado seja sempre eficiente. Nós temos que entender isso. O que falta são pessoas compromissadas para que as coisas aconteçam da forma correta.

Por último, eu gostaria de fazer um agradecimento muito especial a todas as ONGs deste País, que têm sido tão criticadas pelo nosso Governo Federal. Gostaria particularmente de agradecer a algumas dessas ONGs, em especial à Associação Mata Ciliar, à Ampara Animal, à SOS Pantanal, ao Homem Pantaneiro, à entidade É o Bicho, que existe em Cuiabá, que está fazendo um trabalho brilhante de arrecadar os alimentos para os animais. Enfim, eu queria deixar aqui o meu muito obrigada, a minha gratidão a todas as ONGs, que, apesar de serem tão criticadas no atual Governo, não abriram mão de estar presentes para fazer um trabalho que competia ao Estado. Nós respeitamos e entendemos os animais acima de tudo. Os animais são seres sencientes, precisam ser respeitados, e sem eles a nossa vida não vai existir. Sem a flora e sem a fauna, a nossa espécie está condenada a desaparecer em um muito curto espaço de tempo.

Senhores, eu agradeço. Em nome do Grad, fico à disposição, como coordenadora do Grad, para que nós possamos estar com vocês naquilo que nós pudermos contribuir: com relatórios, apresentações, naquilo que vocês precisarem.

Mais uma vez, Senador Wellington, muito obrigada pelo convite.

Querida agradecer à Deputada Rosa. Ela foi maravilhosa na sua fala, não só hoje, mas na semana passada. E, como o senhor disse, a força da mulher brasileira está muito bem representada por pessoas e políticas como ela, que nos representa maravilhosamente bem, assim como o senhor, Senador Wellington, muito obrigada.

Aos demais presentes, gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Senador Carlos Fávaro – parece que se apresentou – se quiser pode usar a palavra. (*Pausa.*)

Então, eu vou passar a palavra ao Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, que é o Procurador de Justiça titular da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e Ordem Urbanística do Estado de Mato Grosso.

Dr. Scaloppe.

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE (Para expor.) – Senador Wellington, a minha tela congelou. Eu não sei se...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Estou ouvindo muito bem.

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE (Para expor.) – Ah, então tá.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Estamos ouvindo muito bem.

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE (Para expor.) – É que a minha tela aqui congelou...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Aí, agora já abriu a tela também.

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE (Para expor.) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com todo o charme da barba! (*Risos.*)

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE (Para expor.) – É da quarentena! Eu estou na quarentena, não sou um negacionista!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Estou também em quarentena!

O SR. LUIZ ALBERTO ESTEVES SCALOPPE (Para expor.) – Estou com quatro telas, e o mundo veio para a minha casa, ou seja, descobrimos que a gente trabalha muito mais até virtualmente, e fala com mais gente, não é? Nós estamos reunindo muita gente. Eu e Luciano temos reunido muito mais integrantes da rede latino-americana pela razão da utilização agora, mais socializada, de encontros virtuais.

Senador Wellington, primeiro parabéns por essa iniciativa; não me decepciona. Quero agradecer muito à Deputada Rosa Neide – secundar a Vania – e dizer que a fala dela realmente é maravilhosa, sempre presente.

Eu acho que é um exemplo essa união entre a Câmara dos Deputados e o Senado. Isso está dentro daquilo que nós acabamos de aprender em Mato Grosso: nós nos unimos numa coordenação que tem representante do Ministério Público Federal ativo, Promotores de Justiça – eu estou presente –, a Defesa Civil, o Indea, o Exército, Batalhão Ambiental, Sema, Coordenação de Fauna. Esses órgãos públicos se reuniram, todos esses entes, e começaram a combater o desmatamento para cumprir algo que o Estado de Mato Grosso tinha assinado e firmado como compromisso. Surgiu o incêndio, e essa coordenação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também integrou com muita força os nossos amigos e companheiros bombeiros. E, neste momento, Senador, apareceram inúmeras ONGs – eu nem sabia que existiam tantas! –, primeiro, contributivas, segundo, com capacidade de articulação e, terceiro, com capacidade de ação especializada. Então, nós unimos neste momento, numa integração exemplar que eu, em muitos anos, muitos anos de Ministério Público, em atividade pública e alguns anos coordenando os Promotores da Defesa Ambiental e Urbanística, supervisionando talvez, auxiliando, não havia visto. Eu me surpreendi, porque foi a primeira vez que nós fizemos isso. Ou seja, com a presença de tantos Deputados, como disse Rosa Neide, a presença do Senador tão ativo e no local, do Senador Wellington e outros Senadores, e a contribuição que tivemos, nós tivemos um momento ímpar, exemplar! Por isso é que nós estamos agora, com muito mais força, integrando o Ministério Público de Mato Grosso e o de Mato Grosso do Sul. Já tínhamos profissionais do MP e, agora institucionalmente, nós estamos nos organizando, e também esperando e começando a integração dos membros da sociedade civil, que, tal como Rosa Neide disse, estão agredidos, mas deram um exemplo fundamental de integração entre eles, conosco e de trabalho.

Portanto, eu quero dizer que tanto a Deputada Rosa Neide como o Senador Wellington foram exemplos e espero que continuem conosco, inclusive liderando esses movimentos.

Muito agradecido por essa iniciativa. *(Pausa.)*

O som está ligado, Senador? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k. Está ligado.

Eu quero agradecer ao Dr. Scaloppe.

Quero saber se o Senador Fávaro está na linha ainda, está conectado... *(Pausa.)*

Não estando, então, vamos para o encerramento, agradecendo a todos os presentes. E eu quero aqui agradecer também ao Conselho Federal de Medicina Veterinária na pessoa do Dr. Francisco Cavalcanti, que é o Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária; bem como também ao Roberto Renato Pinheiro da Silva, que é Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso; e ao Dr. Rodrigo Bordin Piva, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Mato Grosso do Sul. Estiveram conosco nas audiências e também na elaboração do Plano Nacional de Contingência de Desastres em Massa Envolvendo Animais. Isso está disponível também no *site* do Conselho Federal de Medicina Veterinária a todos aqueles que quiserem ter conhecimento deste plano.

Eu quero aqui agradecer a todos e dizer também que o estatuto do Pantanal, que nós queremos construir com a ajuda de todos, tem exatamente o objetivo de conferir segurança jurídica, conciliando principalmente os aspectos protetivos e produtivos do bioma Pantanal. Nós sabemos que uma região





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente abandonada, desassistida, tem também uma grande tendência de maior depredação. Por isso nós queremos aqui a participação de todos e dizer que o Brasil, realmente, pode agora caminhar para um planejamento, coisa que raramente acontece.

Essa tragédia no Pantanal abre caminho para essa vertente. Penso que é importante, muito importante montar uma estrutura citada pelo Dr. Scaloppe e pela Dra. Vania, além da contribuição do Dr. Luciano, do Dr. Juliano, enfim, de todos, dentro de um contexto amplo, visto que caminhamos para propor essa criação do estatuto do Pantanal, claro, a ser gerido também por um conselho diretor. Nós estamos conversando muito principalmente com a Sudeco. Teremos o Ministro Rogério Marinho, passando essa semana que vem na outra, também na Comissão, porque nós queremos fortalecer a Sudeco para ser exatamente um instrumento dessas políticas de desenvolvimento socioeconômico do nosso Pantanal. Inclusive, quero elogiar também a atitude da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, que, por meio do Cesar Miranda, o secretário, já inclusive ontem tomou decisões. O Codem apresenta os primeiros dados para plano de recuperação da economia pantaneira após os incêndios. Esse conselho, então, realizou, nesta quinta-feira, sua primeira reunião ordinária e apresentou os primeiros dados para um plano de recuperação da economia pantaneira pós-incêndios na região em relação à pecuária.

O trabalho da Comissão e o relatório deverão ser aprovados na próxima semana. E, aí, o objetivo é exatamente fazer com que os recursos do FCO possam ser dirigidos, principalmente aqui como está colocado na decisão, inclusive para reposição de rebanhos, também para ajuda aos ribeirinhos. E nós esperamos que a união do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, junto com o Governo Federal, possa propiciar, em curto prazo, em curtíssimo prazo, um programa de auxílio àqueles que praticamente perderam tudo.

Constatamos – fomos *in loco* – a vida dos ribeirinhos, de todos aqueles quilombolas, até dos indígenas também, para que a gente possa encontrar as formas de custeio necessárias, mas, claro, também os financiamentos necessários para que, com esse fundo constitucional, nós possamos priorizar... Inclusive, aqui também, na decisão, fala da reposição do rebanho. O Codem ainda aprovou resolução que estabelece valores para retenção de fêmeas bovinas na linha de financiamento de retenção de matrizes na Planície Pantaneira através do FCO. Ainda durante essa reunião, ficou decidida, então, a busca de outros recursos e parcerias também para que a gente possa estruturar todo esse programa.

Então, mais uma vez, eu agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, já convido para a nossa próxima reunião, que será na sexta-feira que vem.

Então, todos estão convidados. Agradeço imensamente e dou por encerrada esta presente reunião.

Muito obrigado a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

